UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

ORACILDA APARECIDA DE FREITAS

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CRIMINALIDADE URBANA ENVOLVENDO JOVENS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA - MG

UBERLÂNDIA
2008

ORACILDA APARECIDA DE FREITAS

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CRIMINALIDADE URBANA ENVOLVENDO JOVENS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA - MG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar de Lima Ramires.

Uberlândia
2008

Oracilda Aparecida de Freitas

Segregação socioespacial e criminalidade urbana envolvendo jovens na cidade de Uberlândia – MG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Uberlândia, 03 de outubro de 2008

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Julio César de Lima Ramires (Orientador)

_____

Profa. Dra. Suely Regina Del Gossi – Faculdade Católica de Uberlândia

_____

Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira – Universidade Federal de Uberlândia

Dedico esta pesquisa a todos que lutam para realização dos seus sonhos e acreditam que não existe limites para se chegar aonde deseja.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força diária para lutar e acreditar na realização dos meus sonhos, concluindo um curso superior, e destaco o papel da minha família, os valores passados e a presença da minha mãe e também das minhas irmãs, que sem elas não seria possível concretizar meus estudos.

Ressalto, ainda, minha sincera gratidão a todos os profissionais do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Uberlândia que, direta ou indiretamente, contribuíram com a minha formação acadêmica.

Quero destacar a importância de estar inserida no meio acadêmico, e considero a todos aqueles que, de forma pessoal e/ou profissional contribuíram em minha jornada estudantil. Em especial sou grata ao Professor Julio Cesar por ser meu orientador, pelo empenho em me ajudar nesta etapa da minha vida, mesmo tentando conciliar o trabalho com o mestrado, que não é uma tarefa fácil.

Não poderia deixar de me lembrar dos professores da Pós-Graduação, que não apenas tiveram o seu papel como professor, mas foram mais que profissionais, pois mostraram que é possível superar os desafios da vida, e dentre tantos falo, em especial, do professor William, que sempre me encantou com seu amor ao ensino de Geografia e simplicidade como ser humano. E também a professora Sueli, pela disponibilidade em estar na banca examinadora, meus sinceros agradecimentos.

Apresento minhas considerações a todos os órgãos que disponibilizaram as informações necessárias para a realização deste estudo. Agradeço ao Centro de Operações Policiais Militares - COPOM, ao Núcleo de Informação à Saúde – NIS, na pessoa da doutora Ermínia, ao Centro de Integração Social do Adolescente em Uberlândia – CISAU, ao Centro

Socioeducativo de Uberlândia – CSEU e ao Núcleo de Prevenção a Criminalidade. Tais informações coletadas nestas instituições foram de fundamental importância para o entendimento e a concretização deste estudo.

Agradeço aos amigos, presentes – à querida amiga Márcia, que participou da realização deste sonho, pelos seus conselhos e paciência comigo. Aos amigos Clécio, Rafael, Jeane e Angélica, que desde a graduação temos laços de amizade verdadeira. Além disso, meu profundo agradecimento aos meus amigos na fé em Jesus Cristo, todos do Grupo de Oração Renascer com Cristo e, em especial, ao Padre Marcos.

Por fim, ao meu noivo Clérisson pela sua presença, que desde a graduação tem participado das conquistas em minha vida.

Um pouco de ciência nos afasta de Deus. Muito nos aproxima.

Louis Pasteur

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo central caracterizar a criminalidade envolvendo jovens de 15 a 24 anos de idade na cidade de Uberlândia, priorizando a dimensão socioespacial. Os procedimentos metodológicos da pesquisa contemplaram: o levantamento bibliográfico e a elaboração de referencial teórico acerca de conceitos sobre exclusão social e violência urbana, com ênfase na criminalidade praticada por jovens; políticas públicas de prevenção da violência; levantamento de dados junto ao Centro de Operações Policiais Militares - COPOM sobre os índices de violência em Uberlândia no ano de 2006, destacando os homicídios envolvendo jovens; levantamento de dados no Núcleo de Informação à Saúde - NIS sobre os óbitos em 2006 por faixa etária; levantamento, espacialização e análise de alguns indicadores socioeconômicos de Uberlândia a partir do Censo Demográfico de 2000, produzido pelo Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; coleta de reportagens sobre a violência urbana envolvendo jovens, publicadas no Jornal O Correio de Uberlândia entre os meses de janeiro e dezembro de 2006; levantamento de dados nas instituições de prevenção à criminalidade, tais como a Superintendência de Prevenção à Criminalidade e o Centro de Integração Social do Adolescente em Uberlândia – CISAU, atualmente denominado Centro Socioeducativo de Uberlândia – CSEU; levantamento e análise de algumas políticas públicas de prevenção à violência envolvendo jovens, formuladas e implantadas em outras cidades do país. Verificou-se que nos bairros periféricos encontra-se maior parcela de crimes envolvendo jovens, mas isso também ocorre em outros bairros centrais da cidade. Dessa forma, ressaltamos que o jovem é alvo da criminalidade urbana no contexto social e econômico no qual vive, e cabe ao Estado programar políticas públicas voltadas para a educação e tomar medidas de prevenção e combate à violência urbana, para que o jovem não se torne autor e vítima dos homicídios, bem como de outros atos violentos constantemente noticiados pela mídia.

Palavras-chave: Violência Urbana, Segregação Socioespacial, Criminalidade e Jovens.

ABSTRACT

This research aimed to characterize the central criminality involving young people (15-24 years old) in the Uberlândia city, giving priority to social and spatial relations. It was identified the young offender profile in determined institution of promoting social and educational measures. The methodological procedures of the research covered: the survey and development of bibliographic references about theoretical concepts on social exclusion, violence with emphasis on urban crime perpetrated by young people, and public policies to prevent violence, the survey data from the COPOM on the violence indices at Uberlândia in 2006, highlighting the murders involving young people, the survey data in the Center for Health Information on deaths in 2006 by age, the survey; spatialization and analysis of some socioeconomic indicators of Uberlândia from Population Census of 2000 (IBGE); collection of reports on urban violence involving young people published in The Journal Correio de Uberlândia in months between January and December 2006; survey data in institutions for prevention of crime, such as the Superintendency of the Crime Prevention and CISAU -- Centre for Adolescent Social Integration of Uberlândia, now called Centre Social and educational of Uberlândia, and removal and analysis of some public policies for prevention of violence involving young people, formulated and implemented in other cities of the country. It was noted that in local neighbourhoods has been greater share of crimes involving young people, but it also occurs in other central districts of the city. Thus, we consider that the young is target of crime in urban social and economic context in which we live and it is for the state plan public policies aimed at education and prevention measures and combat urban violence so that it does not become author and victim of homicide reported in the media.

Keywords: Urban Violence, Segregation Social and Spatial and Youth Criminality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Capa da dissertação..... -

2. Folha de Rosto..... i

3. Folha de Aprovação..... ii

4. Dedicatória..... iii

5. Agradecimentos..... iv

6. Epígrafe..... vi

7. Resumo na Língua Vernáculo (Português)..... vii

8. Resumo na Língua Estrangeira (Inglês)..... viii

9. Lista de Gráficos..... x

10. Lista de Organogramas..... xii

10. Lista de Tabelas..... xiii

11. Lista de Mapas..... xiv

12. Lista de Quadros..... xv

13. Lista de Siglas..... xvi

14. Sumário..... xx

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Brasil. Número de homicídios no período de 1996 a 2006..... 35

GRÁFICO 2: Brasil. Número de homicídios juvenis. Período: 1996 a 2006..... 39

GRÁFICO 3: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de roubo consumado e roubo á mão armada consumado, ocorridos no período de 1999 a 2004..... 107

GRÁFICO 4: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de homicídios tentados e consumados, ocorridos no período de 1999 a 2004..... 108

GRÁFICO 5: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de tráfico, posse de drogas para uso, presos por tráfico e presos por uso. Período: 1999 a 2004..... 113

GRÁFICO 6: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes por homicídios. Período: 2000 a 2006..... 127

GRÁFICO 7: Cidade de Uberlândia. Homicídios de residentes, por sexo. Período: 2006. 128

GRÁFICO 8: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes por homicídios, segundo faixa etária. Período: 2000 a 2006..... 129

GRÁFICO 9: Cidade de Uberlândia. Homicídios em Uberlândia por sexo e faixa etária. Período: 2000 a 2004..... 130

GRÁFICO 10: Número absoluto de mortes por homicídios, segundo local de ocorrência. Período: 2001 a 2006..... 131

GRÁFICO 11: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes por homicídios, segundo meio utilizado. Período: 2000 a 2006..... 132

GRÁFICO 12: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes por homicídios (agressão), segundo faixa etária e meio utilizado. Período: 2000 a 2006.... 133

GRÁFICO 13: Cidade de Uberlândia. Homicídios segundo meio utilizado e local de ocorrência. Período: 2006..... 134

GRÁFICO 14: Cidade de Uberlândia. Homicídios por arma de fogo, segundo faixa etária e local de ocorrência. Período: 2006..... 135

GRÁFICO 15: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de menores presos por tráfico e uso de drogas, no período de 1999 a 2004..... 136

GRÁFICO 16: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes, segundo a CID-10, no período de 2000 a 2006..... 137

GRÁFICO 17: Cidade de Uberlândia. Óbitos por causas externas de morbidade e mortalidade, no período de 2006..... 138

GRÁFICO 18: Cidade de Uberlândia. Faixa etária dos internos do CSEU. Período: 2006..... 165

GRÁFICO 19: Cidade de Uberlândia. Escolaridade dos menores do CSEU. Período: 2006..... 166

GRÁFICO 20: Cidade de Uberlândia. Renda familiar dos internos do CSEU. Período: 2006..... 167

GRÁFICO 21: Cidade de Uberlândia. Tipo de família dos internos do CSEU. Período: 2006..... 168

GRÁFICO 22: Cidade de Uberlândia. Faixa etária dos egressos do Programa de Reintegração Social do Egresso. Período: Dez.2005 a Set.2006..... 171

GRÁFICO 23: Cidade de Uberlândia. Escolaridade dos Egressos do Programa de Reintegração Social do Egresso. Período: (Dez.2005 a Set.2006)..... 172

GRÁFICO 24: Cidade de Uberlândia. Envolvimento do egresso com drogas. Período: (Dez.2005 a Set.2006)..... 174

LISTA DE ORGANOGRAMAS

ORGANOGRAMA 1: Minas Gerais. Arranjo institucional da segurança pública. Período: 2002..... 89

ORGANOGRAMA 2: Minas Gerais. Arranjo institucional da segurança pública. Período: 2003..... 90

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Participação dos 10% de municípios com maiores taxas de homicídio no universo estadual brasileiro em 2006..... 37

TABELA 2: Participação dos 200 municípios com maior número total de homicídios no universo estadual brasileiro em 2006..... 38

TABELA 3: Significação dos 100 municípios com maiores taxas de homicídio juvenil no Brasil em 2006..... 40

TABELA 4: Significação dos 200 municípios com mais de 70 mil habitantes com os maiores índices de vitimização juvenil no Brasil em 2006..... 42

TABELA 5: Número de ocorrências de mortes por armas de fogo e coeficiente populacional dos bairros de Uberlândia, no período de 2001 e 2002..... 109

TABELA 6: Motivo aparente das vítimas de armas de fogo em Uberlândia, no período de 2001 e 2002..... 110

TABELA 7: Número absoluto e porcentagem de vítimas de acidente ocasionados por arma de fogo em Uberlândia, no período de 2001 e 2002..... 111

TABELA 8: Horário de Atendimento das vítimas de armas de fogo em Uberlândia, no período de 2001 e 2002..... 111

TABELA 9: Ocorrências policiais registradas na área do 17º. BPM, em Uberlândia, no período de 2006..... 114

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização do município de Uberlândia no Triângulo Mineiro..... 7

MAPA 2: Brasil. Taxa média de homicídios. População total em 2006..... 37

MAPA 3: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos..... 117

MAPA 4: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de responsáveis com renda de 1 a 3 salários mínimos. Período: 2000..... 120

MAPA 5: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de alfabetizados, por setor censitário, na faixa etária de 15 a 24 anos. Período: 2000..... 124

MAPA 6: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes por homicídio. Período: 2000 a 2006..... 126

MAPA 7: Cidade de Uberlândia. Local de residência dos menores infratores. Período: 2006..... 169

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Perspectivas da política de segurança pública..... 48

QUADRO 2: Brasil. Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em 2003..... 70

QUADRO 3: Caracterização geral do programa Central de Apoio às Penas Alternativas 94

QUADRO 4: Perfil dos jovens vítimas e autores de homicídios em Uberlândia em 2006. 136

QUADRO 5: Tipos de crimes cometidos pelos egressos do sistema prisional..... 169

QUADRO 6: Drogas mais freqüentes usadas pelos egressos do sistema prisional..... 170

LISTA DE SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BDV	Banco de Dados sobre Violência
BO	Boletim de Ocorrência
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CAPEC	Centro de Assessoramento a Programas de Educação para a Cidadania
CARESAMI	Centro de Atendimento e Reeducação do Adolescente – CARESAMI:
CEAPA	Central de Apoio às Penas Alternativas
CEIP	Centro de Internação Provisória Dom Bosco
CEMMAC	Centro Educacional Marista Marcelino Champagnat
CENISA	Centro de Integração Social e Assistência ao Adolescente
CESEC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CESEDLAF	Centro Educativo Dom Luís Amigo Ferrer – CESEDLAF
CSEU	Centro Socioeducativo de Uberlândia
CISAU	Centro de Integração Social do Adolescente em Uberlândia
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUV	Conselho Nacional da Juventude
CONSEP	Conselho Estadual de Segurança Pública
COPOM	Centro de Operações da Polícia Militar
CRISP	Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública
CRSSJ	Centro de Reeducação Social São Jerônimo
DATASUS	Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde

DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DHPP	Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GAJOP	Gabinete Jurídico de Orientação Popular
GCAR	Grupo Cultural Afro Reggae
GEPAR	Grupamento Policial Especializado em Áreas de Risco
GERAES	Gestão Estratégica de Recursos e Ações
HCU	Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICASU	Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDJ	Índice de Desenvolvimento Juvenil
ILANUD	Instituto Latino-Americano para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente
IML	Instituto Médico Legal
INFOCRIM	Sistema de Informações Criminais
JCC	Jovens Construindo a Cidadania
LFS	Limitação de Fim de Semana
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos

MPAS	Secretaria de Estado de Assistência Social
MPB	Música Popular Brasileira
NIS	Núcleo de Informação à Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNBN	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Pena Pecuniária
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PS	Posto de Saúde
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PT	Partido Trabalhista
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAMESE	Superintendência de Atendimento às Medidas Sócio Educativas
SDTS	Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SEJ	Secretaria de Estado da Justiça
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SNJUV	Secretaria Geral da Presidência da República
SPEC	Superintendência de Prevenção à Criminalidade
SSPDC	Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania
SUAS	Sistema Unificado da Assistência Social
UAI	Unidade de Assistência Integrada
UBE	União Brasileira de Educação e Ensino – UBE
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba – UFPB
UFPB	Universidade Federal do Pernambuco – UFPE
UFPR	Universidade Federal do Paraná – UFPR
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSE	Universidade Federal do Sergipe
UOMEMI	Unidade de Orientação ao Menor
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 1

1. A VIOLÊNCIA URBANA E O JOVEM: ALGUMAS REFLEXÕES..... 8

1.1. Violência urbana e a lógica de produção da cidade..... 8

1.2. Violência urbana e juventude..... 21

1.3. Homicídios na população total..... 34

1.3.1. Municípios com as maiores taxas de homicídios na população total..... 37

1.3.2. Municípios com o maior número total de homicídios..... 38

1.3.3. Homicídios juvenis..... 39

1.3.4. Municípios com os maiores índices de vitimização juvenil..... 41

1.4. Mortes por armas de fogo..... 42

2. ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE ENVOLVENDO JOVENS..... 48

2.1. Segurança Pública: algumas considerações..... 48

2.2. A Segurança Pública no Brasil: uma breve caracterização..... 51

2.3. Alguns programas sociais de prevenção à violência no Brasil..... 52

2.4. O Mapa da Violência dos municípios brasileiros..... 55

2.5. Os Jovens e as Medidas Socioeducativas..... 66

2.6. Alguns exemplos de programas sociais voltados para os jovens..... 72

2.7. Segurança pública e jovens infratores em Minas Gerais..... 88

2.7.1. O arranjo institucional da segurança pública em Minas Gerais..... 88

2.7.2. Caracterização da atuação da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais..... 92

3. CARACTERIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE ENVOLVENDO JOVENS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA..... 105

3.1. Contextualização da criminalidade em Uberlândia..... 105

3.2. Criminalidade envolvendo jovens na cidade de Uberlândia..... 115

3.2.1. Indicadores socioeconômicos..... 115

3.2.1.1. Distribuição da população de 15 a 24 anos no espaço urbano de Uberlândia 115

3.2.1.2. Distribuição dos responsáveis pelo domicílio, com renda de 1 a 3 salários mínimos..... 118

3.2.1.3. Distribuição das pessoas alfabetizadas..... 121

3.2.2. Mortalidade por homicídios..... 125

3.2.2.1. Homicídios segundo ano de ocorrência..... 127

3.2.2.2. Homicídios segundo sexo..... 128

3.2.2.3. Homicídios segundo faixa etária..... 129

3.2.2.4. Homicídios segundo sexo e faixa etária..... 130

3.2.2.5. Homicídios segundo local de ocorrência..... 131

3.2.2.6. Homicídios segundo meio utilizado..... 132

3.2.2.7. Homicídios segundo meio utilizado e faixa etária..... 133

3.2.2.8. Homicídios segundo meio utilizado e local de ocorrência..... 134

3.2.2.9. Homicídios por arma de fogo, segundo local de ocorrência e faixa etária..... 135

3.2.3. Prisão por tráfico e uso de drogas..... 136

3.2.4. Mortalidade geral..... 137

3.2.5. Mortalidade por causas externas, segundo faixa etária..... 138

3.3. Análise de reportagens do Jornal Correio de Uberlândia..... 139

3.3.1. Os homicídios em Uberlândia, nas páginas do Jornal Correio..... 139

4. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS JOVENS INFRATORES EM UBERLÂNDIA..... 141

4.1. O Centro de Integração do adolescente de Uberlândia – CISAU: uma caracterização da instituição..... 143

4.2. Centro Socioeducativo de Uberlândia – MG (CSEU): um novo modelo para a implementação de medidas socioeducativas para jovens infratores..... 162

4.2.1. O perfil do jovem infrator internado no CSEU..... 164

4.2.1.1. Faixa etária dos menores..... 164

4.2.1.2. Escolaridade dos menores..... 165

4.2.1.3. Renda dos menores..... 166

4.2.1.4. Tipos específicos de família identificados..... 167

4.2.1.5. Local de residência dos menores..... 168

4.3. Perfil dos egressos do Sistema Prisional de Uberlândia..... 170

4.3.1. Faixa etária dos egressos..... 170

4.3.2. Escolaridade dos egressos..... 171

4.3.3. Tipos de crimes praticados pelos egressos..... 172

4.3.4. Envolvimento dos egressos com drogas..... 173

CONSIDERAÇÕES..... 175

REFERÊNCIAS..... 181

GLOSSÁRIO DE EXPRESSÕES..... 189

ANEXOS..... 193

INTRODUÇÃO

A violência urbana foi, durante muito tempo, um tema estudado apenas por advogados e promotores de justiça, dentre outros, sendo objeto de estudo, sobretudo da Segurança Pública. Mas, a partir da década de 1960, os estudos sobre essa temática se ampliam, e diversas áreas do conhecimento científico passaram a discutir as questões pertinentes ao tema.

Atualmente, a violência urbana é uma realidade vivenciada pela maioria dos brasileiros, principalmente por aqueles que moram nas grandes e médias cidades do país, e Uberlândia, localizada no estado de Minas Gerais, não foge disso. Como exemplo, de acordo com dados do Ministério da Saúde, ela é a segunda cidade mais violenta de Minas.

Como conseqüência da elevada violência urbana, constata-se uma preocupação marcante por parte da mídia - impressa e televisiva - que relata, diariamente, notícias sobre a criminalidade na cidade, destacando-se, particularmente, os homicídios, os roubos, os furtos, os latrocínios, os "acertos de contas", o envolvimento com drogas, dentre outros, em sua maioria, cometidos por jovens na faixa etária de 15 a 24 anos.

Conforme o Núcleo de Informação à Saúde - NIS, no período de 2000 a 2004, os óbitos por homicídios de residentes em Uberlândia incidiram, principalmente, na faixa etária de 20 a 29 anos. Nesse período, ocorreram 151 mortes por homicídios, a maioria em hospital (54 óbitos); em domicílio (17 óbitos); em vias públicas (39 óbitos), e em outros locais (28 óbitos). Dessa forma, há uma dificuldade na coleta de dados referente ao local específico da ocorrência do ato violento, pois muitos casos são registrados no Hospital de Clínicas da UFU.

A mídia local veicula diariamente nos jornais matérias sobre a Segurança Pública de Uberlândia, e a maioria das reportagens relata que tanto as vítimas de homicídios, quanto

os praticantes desse crime são jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Como exemplo disso, tem-se o registro de uma reportagem do Jornal Correio (2005), sobre a prisão de um jovem de 19 anos, que praticou um latrocínio na cidade:

> Justiça decreta a prisão de assaltante, jovem de 21 anos, vulgo Clebinho, acusado de ser um dos homens que assaltaram e mataram, na quarta-feira, um dos gerentes da Caixa Econômica Federal, Jorge Ribeiro de Oliveira, 48 anos. Cleber, em regime condicional, está foragido desde a noite do crime. Vitor Jorge da Silva, 19 anos, suspeito de ser o colega de Cleber, em regime condicional, está foragido desde a noite do crime. (POPÓ, 2005).

De acordo com o relatório "Direitos Humanos no Brasil", publicado em 2005, 50 mil pessoas morreram acometidas pela violência urbana naquele ano. O relatório fala, ainda, de um déficit de sete milhões de moradias, e da proporção de uma mulher brasileira espancada ou forçada a relações sexuais a cada 15 segundos, dentre outros dados sobre crianças indígenas morrendo de subnutrição devido ao uso das terras de lavoura.

No Brasil, o processo de urbanização ocorreu de forma mais intensa a partir de meados da década de 1950, período de elevado crescimento industrial e, conseqüentemente, de êxodo rural da população para as cidades, expandindo-as. Tais locais passaram a apresentar vários problemas de ordem estrutural, como a exclusão social, a falta de infra-estrutura, a violência, dentre outros. A partir disso, percebe-se um aumento dos estudos sobre qualidade de vida e violência urbana, desenvolvidos por pesquisadores das áreas da Saúde Pública e das ciências humanas. Nesta perspectiva é que serão relacionadas a exclusão social e a violência urbana na cidade de Uberlândia, tendo como sujeito principal desta análise a população jovem de 15 a 24 anos de idade.

Para tanto, delimitaram-se algumas variáveis como escolaridade e renda para uma melhor compreensão do universo jovem, que se torna alvo da exclusão social, e que podem utilizar a criminalidade como modo de produção da vida. Outro aspecto refere-se ao desemprego constatado na faixa etária de 15 a 24 anos, em que ocorre maior concentração de

pessoas que buscam se inserir no mercado de trabalho pela primeira vez, e como conseqüência da falta de experiência, muitos se encontram dificuldades de conseguir o primeiro emprego.

Levando-se em consideração o discurso da qualidade de vida nas cidades de médio porte, esse estudo se delimita à cidade de Uberlândia, apresentada pela mídia local como uma cidade que oferece boa qualidade de vida. Por outro lado, a violência urbana tem crescido na cidade, evidenciando as fragilidades desse discurso.

Salienta-se, nessa pesquisa, o papel das instituições que atuam, de forma preventiva, na incidência da criminalidade praticada por jovens. Como exemplo, cita-se a Superintendência de Prevenção à Criminalidade, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, que trabalha com a prevenção à criminalidade em Belo Horizonte e outras cidades de Minas Gerais, e desenvolve trabalhos com penas alternativas e reintegração social de egressos (ex-presidiários). O Centro de Integração Social do Adolescente em Uberlândia – CISAU é outra instituição estudada neste trabalho. Era um órgão de caráter municipal até 2007, passando para a esfera estadual, com a denominação de Centro Socioeducativo de Uberlândia – CSEU. Neste estabelecimento, foram coletadas informações sobre a faixa etária dos menores infratores, a escolaridade, o tipo de crime, estrutura e renda familiar, envolvimento com drogas e estrutura familiar.

Esta pesquisa tem como objetivo central caracterizar a criminalidade violenta na cidade de Uberlândia entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, priorizando a dimensão socioespacial. Como objetivos específicos pretendem-se: 1) Identificar o perfil do jovem infrator; 2) Caracterizar os crimes de homicídios envolvendo jovens nos bairros de Uberlândia; 3) Identificar possíveis inter-relações entre condições socioeconômicas e incidência de criminalidade envolvendo os jovens; 4) Conhecer as políticas públicas implantadas em algumas cidades brasileiras, que foram bem sucedidas na prevenção e

combate à violência envolvendo jovens; 5) Analisar as ações de prevenção e correção da criminalidade envolvendo jovens na cidade de Uberlândia.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa se basearam em levantamento e revisão Bibliográficos; elaboração de referencial teórico acerca de conceitos sobre políticas públicas de prevenção à violência, exclusão social e violência urbana com ênfase na criminalidade praticada por jovens; levantamento secundário de dados sobre a violência, sobretudo a juvenil, em diferentes instituições governamentais e não-governamentais; variáveis selecionadas no estudo (econômicas, sociais e criminais, relacionadas aos homicídios entre jovens); escolha das instituições para a coleta de informações; análise de reportagens do Jornal Correio sobre segurança e violência em Uberlândia, especificamente os homicídios entre jovens de 15 a 24 anos no ano de 2006; entrevista com a Sra. Maria Cristina - antiga coordenadora do CSEU – Centro Socieducativo de Uberlândia e com a atual Diretora da instituição mencionada e sistematização dos dados.

No Centro de Operações da Polícia Militar - COPOM buscou-se dados sobre os índices de violência em Uberlândia no ano de 2006, destacando os homicídios envolvendo jovens. No Núcleo de Informação à Saúde – NIS levantou-se dados sobre os óbitos em Uberlândia referente ao ano de 2006 por faixa etária. Dados referentes a alguns indicadores socioeconômicos de Uberlândia foram levantados a partir do Censo Demográfico 2000 do IBGE. No Jornal O Correio de Uberlândia foi realizado pesquisa e coleta de reportagens sobre a violência urbana envolvendo jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, publicadas no de 2006. Buscaram-se dados de violência juvenil em instituições de prevenção à criminalidade, tais como a Superintendência de Prevenção à Criminalidade e o CISAU. Realizou-se, também, levantamento e análise de algumas políticas públicas de prevenção à violência envolvendo jovens, formuladas e implantadas em outras cidades do país.

Os dados apresentados são referentes ao ano de 1999 a 2006, sendo que especifico em alguns momentos períodos de 1999 a 2004, e em outros se referem ao ano de 2001 a 2003. Por fim, os dados relacionados ao ano de 2006.

A dissertação estruturou-se em quatro capítulos, a saber: Capítulo 1: A violência urbana e o jovem: algumas reflexões; Capítulo 2: Algumas políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade envolvendo jovens; Capítulo 3: Caracterização da criminalidade envolvendo jovens na cidade de Uberlândia/MG e Capítulo 4: Caracterização do perfil dos jovens infratores em Uberlândia. E, por fim, as considerações finais, na qual são expostos os resultados e as propostas relacionadas ao jovem infrator, bem como às medidas socioeducativas estabelecidas com o intuito de reinseri-los na sociedade em que vivem.

No capítulo 1 é apresentado o referencial teórico sobre a violência urbana e os jovens. Nele são abordados conceitos tratados por diversas áreas do conhecimento: Geografia, Sociologia, Direito, Psicologia, Medicina e outros.

No capítulo 2 são destacadas as políticas públicas de segurança no Brasil e as medidas implementadas para se reduzir a criminalidade entre jovens de 14 a 24 anos. São apresentados, ainda, alguns exemplos de cidades brasileiras que implementaram medidas socioeducativas para os jovens infratores e tiveram resultados positivos em seus investimentos. Por fim, faz-se uma apresentação da Política de Segurança Pública em Minas Gerais, no período de 1996 a 2005.

O capitulo 3 apresenta uma discussão sobre a criminalidade envolvendo jovens em Uberlândia apresentando, além disso, os principais crimes que incidem na cidade, tais como o homicídio, o roubo, latrocínio, extorsão mediante seqüestro e estupro.

Já no capítulo 4 realizou-se uma análise e a espacial das informações coletadas sobre os jovens infratores de Uberlândia, dando ênfase ao perfil deste jovem, sob medida socioeducativa, a partir de uma instituição localizada na cidade.

Uberlândia, objeto de estudo desta pesquisa, localiza-se a nordeste do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais (Cf. Mapa 1). O município é constituído por cinco distritos: Uberlândia (Distrito Sede), Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Miraporanga e Tapuirama. Em termos populacionais segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a população de Uberlândia, em 2007, era de 608.369 habitantes, com população superior a muitas capitais brasileiras.

Mapa 1: Localização do município de Uberlândia no Triângulo Mineiro.
Org. SANTOS (2008)

1. A VIOLÊNCIA URBANA E O JOVEM: ALGUMAS REFLEXÕES

1.1. Violência urbana e a lógica de produção da cidade

O quadro de violência que atinge as cidades brasileiras deixou de ser um fenômeno local e ganhou status de problema nacional. Isso tem levado a um sentimento de medo generalizado por parte da sociedade. Assim sendo, ocorrem mudanças significativas no cotidiano das cidades, pela redefinição de atividades, formas espaciais, fluxos e comportamentos. A violência gera, portanto, uma redefinição do modo de vida urbano. Devido a essas mudanças a questão da violência urbana tornou-se também geográfica, tanto no sentido de localização quanto de extensão, além dos seus reflexos nos modos de produzir e consumir a cidade.

Nesse quadro complexo da violência urbana, percebe-se o destaque de três tendências marcantes no processo de produção do espaço. O primeiro diz respeito ao processo de segregação urbana, em parte motivada pelo agravamento das desigualdades sociais, fruto do modelo de desenvolvimento econômico do País.

A segunda tendência é marcada pela auto-segregação, principalmente nos condomínios fechados, pela população que possui um elevado poder aquisitivo e, juntamente a esse processo, o crescimento da demanda por equipamentos e serviços que garantam maior segurança. É o chamado “negócio do medo ou, ainda, “indústria da segurança”.

A terceira tendência refere-se à emergência de um novo urbanismo, denominado “arquitetura do medo”, em que as cidades adquirem, cada vez mais, as feições do medo, tais como muros altos, cercas eletrificadas ao redor das casas, guaritas de vigilância etc.

Rodrigues (2004) comenta que

> [...] cada vez mais, a violência associa-se ao medo de viver nas grandes cidades, onde tudo muda vertiginosamente e todos são incógnitos. Ninguém se conhece; mudou o estilo de vida de morar nas grandes cidades. Esse medo tem similar na história do medo do desconhecido, do ermo e da coação. Um medo do desconhecido que lembra vários períodos históricos. Mas o medo que perpassa a vida, hoje, é diferente, pois se trata do medo do roubo, da morte, das drogas, dos lugares ermos, de perder o pouco ou o muito que cada um tem. (RODRIGUES, 2004, p. 77).

O autor supracitado afirma, ainda, que o mapeamento e a espacialização dos tipos de violência facilitam a compreensão de sua complexidade. Existe a violência da exclusão social, que está concentrada nas áreas de maior pobreza, mas as pessoas que habitam tais locais também se deslocam e atuam nas áreas de inclusão social, onde o nível de renda é elevado. Já a violência contra a propriedade pessoal concentra-se nas áreas mais desenvolvidas das cidades e por onde circulam os que detêm propriedade.

O rápido processo de urbanização brasileiro e o modelo de desenvolvimento econômico adotado o longo do tempo, sem a contrapartida de políticas públicas, gerou uma série de problemas nesses espaços. Entretanto, devem-se evitar os enfoques reducionistas. Na visão de Rodrigues (2004)

> [...] um dos matizes comuns para analisar a violência é o de associar-se o crescimento da violência ao aumento da população urbana em geral e, em especial, da população pobre, ou seja, da pobreza. Destaca-se que lugares onde há mais violência coincidem com os espaços que foram ocupados pelos pobres: favelas, cortiços, conjuntos habitacionais distantes e sem infra-estrutura etc. Compreender a violência contra a pessoa é, também compreender que a ausência de pensamento leva ao aumento da violência doméstica e pessoal e contra a pessoa é também, compreender que a ausência de pensamento leva ao aumento da violência doméstica e pessoal e contra a propriedade pessoal. Não podemos negar, contudo, que há grupos organizados que têm como marca explícita a violência. (RODRIGUES, 2004, p.81).

O mesmo autor ressalta que os problemas urbanos, dentre os quais a violência, não podem ser vistos apenas como decorrentes da expansão da população urbana, expansão essa que não é acompanhada de infra-estrutura e dos equipamentos de serviços coletivos necessários à criação da urbanidade.

Outro aspecto abordado pela autora diz respeito à urbanização relacionada ao paradigma da modernidade, do progresso material da cidade como lócus da cultura e da liberdade. Para a referida autora:

> Percebe-se que as transformações culturais da modernidade no urbano podem ser tidas como padrão de vida e como qualidade de vida. Com relação ao padrão de vida, as medições referem-se à produção, mas, principalmente, ao consumo de mercadorias. Trata-se da capacidade de pagar para consumir unidades de moradia, cidade, veículos, cinema, teatro etc. Qualidade de vida implicaria participar no conjunto da produção, mas também ter saúde, ar e água puros, alimentos saudáveis etc. Assim, contrapõem-se idéias de desenvolvimento, no seu sentido mais amplo e no seu sentido de progresso material. (RODRIGUES, 2004, p.82).

Além disso, ela afirma que os modelos de urbanização e urbanidade ainda não foram atingidos em todo o mundo, pois requerem o progresso dos bens materiais e, também, do denominado padrão de vida urbano, e não apenas da melhoria na qualidade de vida.

A violência é um fenômeno que afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, percebe-se que nas cidades, a população vive insegura, e como conseqüência disso, cria mecanismos para amenizar ou solucionar, em parte, o problema. Sendo assim, os habitantes de cidades mais desenvolvidas tendem a morar em condomínios fechados, ou, quando moram em bairros residenciais comuns, elas constroem muros altos, colocam cerca elétrica, alarmes, fazem seguros de suas residências contra roubo e furto, dentre outras medidas adotadas. Percebe-se, dessa forma, que as desigualdades sociais, expressas na sociedade, produzem para os jovens a informalidade e excluem-nos da formalidade no mercado de trabalho.

É notável, ainda, que a violência se constitui de um sério problema social, econômica e cultural, e afeta, diretamente, a qualidade de vida da população. Nessa perspectiva, Cárdia (2004) menciona que há um consenso de opiniões, sobre a temática em questão, entre as pessoas abordadas por meio de pesquisas de opinião, discursos políticos e pela mídia. Se por um lado, esta interferência negativa, ocasionada pela violência, conduz o ser humano a se interessar pelo problema da violência urbana de maneira individual, por

outro, a população não compreende que falta acesso a direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, tendo implicações significativas no processo de crescimento da violência.

Jovens que têm investido em qualificação e buscado a inserção no mercado de trabalho não têm tido êxito, o que acaba repercutindo no aumento da violência. O desemprego libera o tempo da juventude, inserindo-a em outras formas financeiramente recompensadoras. Ao se sentirem injustiçados efetivamente, eles encontram no mundo do delito o necessário para seu sustento no dia-a-dia e para o recebimento ilícito de recursos financeiros.

Concomitantemente à reprodução do discurso sobre a qualidade de vida pelos meios de comunicação, é manifesto o discurso sobre a violência. O que se tem, de fato, é uma realidade de desigualdade socioeconômica que contradiz ou não consegue efetivar os ideais de consumo divulgados pela mídia. É neste sentido que Peluso (2005) aborda as representações sociais elaboradas pelos jovens entrevistados em Luziânia (área periférica de Brasília) a respeito da criminalidade:

> A violência é um ato que começa dentro da pessoa, extravasa e atinge o que está fora. Começa com a revolta e a confusão de não ter o que se precisa ou se deseja, enquanto a baixa qualidade de vida e a pobreza são entendidas como o empurrão para o ingresso do jovem no mundo do crime. O assalto chega a ser incompreendido por interlocutores distantes e hostis que mandam os pedintes buscar emprego num mundo em que a habitação dos pobres não lhes faculta um trabalho. (PELUSO, 2005, p. 11535).

Percebe-se, dessa forma, que as desigualdades sociais, expressas na sociedade, excluem os jovens da participação na construção do espaço urbano, em parte por não estarem inseridos no mercado de trabalho

No discurso sobre a relação entre criminalidade urbana e desemprego é preciso compreender que existem vários fatores econômicos e sociais que interferem nos índices de incidência criminal no espaço urbano. E não basta afirmar que a falta de emprego gera a violência urbana. Por outro lado, é necessário enfatizar que o desemprego predispõe o jovem a um tempo livre, o que pode ocasionar práticas sociais ilícitas.

Cárdia (2004) relata que a busca pela inserção no mercado de trabalho têm apresentado resultados negativos para os jovens que investiram em sua qualificação e não conseguiram trabalho. Tais resultados repercutem, de forma devastadora, na questão da violência. Na medida em que aumentam as experiências negativas com o mercado de trabalho, que não oferece segurança, benefícios ou satisfação, os jovens desligam-se deste mercado. O desemprego libera o tempo deles, e como conseqüência são inseridos em outras formas financeiramente mais recompensadoras, pois se sentem injustiçados afetivamente e encontram no mundo do delito os recursos financeiros que buscam.

A autora supracitada comenta que a falta de escolaridade repercute na causalidade da violência, pois direciona as pessoas para o mercado informal. Ela exemplifica tal fenômeno com os ramos de atividades ilícitas, como o comércio de cargas roubadas (às vezes vendidas nas bancas dos comerciantes ambulantes), contrabando ou furto de vans. Da mesma forma, não há uma regulação legal dos serviços informais, e se isso ocorrer, pode provocar violência dos ambulantes contra a implementação de formas de auto-regulação.

Outro exemplo é o caso das lotações - outra forma de transporte de pessoas existente em grandes centros urbanos brasileiros - que cresce consideravelmente, controlando rotas, fiscais de rotas e formas de defesa da atividade (sistemas de bases de rádio, para informar sobre a presença de fiscais na localidade de transportes). Em São Paulo têm ocorrido mortes de motoristas de lotações, ocasionadas pela disputa por rotas ou tentativa de assaltos, bem como agressão de motoristas a fiscais.

Cárdia (2004) enfatiza que a problemática do desemprego está se concentrando nas grandes metrópoles, e cita o exemplo da cidade São Paulo, na qual o processo de industrialização reduziu os postos de trabalho que possuem baixa qualificação:

> O desemprego em São Paulo tem sido consistentemente um dos maiores dentre as capitais do país, girando em torno de 20%, se considera o desemprego aberto e oculto, nos últimos dois anos. Estima-se que, em média, o desemprego de jovens deve ser o dobro daqueles dos adultos. Os dados apresentados até agora descrevem

> um cenário em que a violência não deve surpreender: um mercado de trabalho que passou por profundas mudanças, resultando em um desemprego prolongado e na eliminação de postos menos qualificados, frustração das expectativas em relação à melhoria na escolaridade média e forte concentração de adultos e jovens desempregados. (CARDIA, 2004, p. 336).

Em relação às diferenças intra-urbanas, estudos sobre os mapas de risco da violência buscam relativizar o problema da violência nas grandes cidades do Brasil. Um exemplo disso se refere à posição de determinada cidade no contexto global ou local dos grupos políticos. Na cidade de São Paulo, a questão da segurança é um fator preocupante, mas a imprensa tem divulgado que a violência é um fenômeno geral, e que outras metrópoles apresentam índices criminais mais elevados.

Rodrigues (2004) ressalta que a complexidade da violência urbana deve ser entendida como uma tentativa de se compreender as diversas ligações que perpassam o tema, e cita vários aspectos e nuanças que podem ser tratados, como: a) Apresentar dados sobre a violência, em geral, nas cidades. Esses dados aparecem, cotidianamente, em todos os meios de comunicação. Pensar em como agrupá-los e analisá-los pode ser a nossa contribuição; b) Mostrar a concentração da violência contra a pessoa em determinados segmentos sociais, em tipos característicos, revelando que esta é sempre noticiada nos diversos meios de comunicação; c) Apresentar as violências contra as propriedades pessoais. Lembrar-se de que o direito à propriedade pessoal ou aos meios de produção encontra-se na Constituição, no âmbito dos direitos e deveres.

Há estudos embasados nos problemas da violência de ordem absoluta, e não somente nos impactos diferenciais dentro do espaço urbano, ocasionados pelas diferentes condições de vida. Nas cidades brasileiras, por exemplo, existem diferenças consideráveis nas condições de vida entre os diversos bairros, fazendo com que os riscos e danos sofridos pelos moradores também sejam diferentes. Por outro lado, as práticas cotidianas no espaço urbano mudam constantemente, produzindo espaços carentes de serviços públicos, que condicionam

a população que neles habitam à predisposição à violência presente nesses ambientes. É o que comenta Akerman (1999) ao afirmar que

> [...] o espaço local deve ser redefinido de forma sociocultural, levando a oportunidade de a sociedade caminhar para o seu próprio desenvolvimento: Não basta apenas indicar áreas onde o problema é mais grave; o que importa é a busca de uma nova articulação entre os espaços distintos. (AKERMAN, 1999, p.113).

No modelo atual capitalista nem todos possuem as condições mínimas de qualidade de vida e, portanto, uma das causas do aumento da violência urbana são as desigualdades sociais, na qual se estabelece uma globalização da miséria e da criminalidade, que deixa uma parcela da população excluída. A esse respeito, Bairel (2004) destaca que

> [...] os processos de globalização se intensificaram de tal maneira que se são não somente nas dimensões econômicas, políticas e sociais. Vivemos, como nunca, a globalização da miséria e da criminalidade. Dos assaltos e furtos comuns a bancos e residências passa-se para novas ondas de criminalidade que começam a assolar as cidades: diferentes formas de seqüestros (...). Isso, sem dúvida nenhuma, expressa a adoção de novas tecnologias de segurança que dificultam assaltos a bancos, fazendo emergir novas modalidades de crimes. Hoje, já foram descobertos cativeiros com até treze reféns de seqüestros diferenciados. Vivemos um novo momento na exacerbação da violência e criminalidade? (BAIREL, 2004, p. 20).

Pereira (2002) ressalta, em seu estudo, que os participantes do crime apontaram a violência como um dos fatores que os levaram a praticarem atos infracionais. E dentre os diversos tipos de violência apresentadas pelo autor, destacam-se: agressões físicas e psicológicas dos familiares contra o adolescente; agressões físicas do pai contra a mãe; expulsão dos lares; abandono e humilhações.

A publicação recente de Cárdia; Adorno; Poleto (2003) mostra a relação entre taxas de homicídio por 100 mil habitantes e uma série de 12 variáveis como indicadores do grau de acesso a alguns direitos sociais, tais como: saúde, emprego, habitação decente, saneamento básico, escolaridade, renda, bem como o perfil demográfico da população nos 96 distritos censitários do município de São Paulo.

A pesquisa verificou que as taxas de homicídio crescem à medida que: a) Agrava-se o acesso ao emprego; b) Aumenta o número de chefes de família com baixa escolaridade (menos de quatro anos de escolaridade); c) Concentra o número de moradias com condições precárias (congestionamento domiciliar e pouco acesso à rede de esgotos); d) Crescem as taxas de mortalidade infantil e diminuem o acesso a leitos hospitalares. Os autores constataram, ainda, que há uma relação direta entre altas taxas de homicídio e altas taxas de crescimento de jovens e crianças, bem como pequena parcela de idosos e moradores com alta renda e alta escolaridade. Ou seja, verificou-se que as taxas de homicídio são mais elevadas nos distritos onde ocorre uma confluência de carências, tais como acesso à saúde, à educação, à moradia e ao emprego, em que as vítimas mais vulneráveis a diversas formas de violência são a população jovem.

Outra pesquisa realizada pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do município de São Paulo trabalhou com um número maior de variáveis, e verificou que elas interagem ente si. A pesquisa mostrou que a sobreposição das carências não é neutra, mas amplia os efeitos das variáveis. Tais estudos evidenciam a associação entre homicídios e pobreza, desigualdade, nível de escolaridade do chefe de família e presença de famílias mono parentais.

A pesquisa apresentada por Cárdia; Adorno; Poleto (2003) destaca que dos 96 distritos censitários que compõem o município de São Paulo, 24 deles (34,8% da população) possuem taxas de homicídios superiores à média da cidade. A diferenciação desses 24 distritos se baseia nas seguintes características:

1. Apresentam um perfil demográfico distinto dos demais: na década de 1990 as taxas de crescimento populacional – principalmente altas concentrações de população jovem foram superiores à média da cidade. Comprovaram, nesses distritos, que as mais altas concentrações

populacionais são representadas por crianças e jovens: 10 e 14 anos (38,9%), e adolescentes entre 15 e 19 anos (37,7%).

2. Concentração da maior parte da população com menor renda da cidade e aquela que aparentemente sofreu mais perdas ao longo da década de 1990. O percentual de chefes de família sem renda dobrou de 1991 e 2000. O primeiro apresentou um total de 4,8%, enquanto em 2000 passou para 10,4%. Mostrou que 49,1% dos chefes de família sem renda desta cidade moram nesses 24 distritos e 45,6% dos chefes de família com renda abaixo de três salários mínimos ou quase sem renda se concentram nesses distritos.

3. Concentração dos chefes de família com baixa escolaridade. A pesquisa revelou que o resultado referente a este aspecto de nível de escolaridade foi oposto ao apresentado pelo restante da cidade, pois enquanto nas outras localidades de São Paulo apresentou redução de chefes com baixa escolaridade, nos 24 distritos ocorreu aumento de chefes de família com baixa escolaridade, podendo-se levantar a hipótese de que esses chefes de família sejam jovens com baixa escolaridade.

4. Reúnem um grande número de famílias chefiadas por mulheres. O percentual de famílias chefiadas por mulheres cresceu quase um terço em 2000 (29,1%), se comparado com 1991, que representava 20,8%. Isso foi verificado nos 24 distritos com as maiores taxas de homicídio, de que 32,4% dessas unidades são chefiadas por mulheres da cidade.

5. Apresentam condições de saúde e salubridade mais precárias. As taxas de mortalidade infantil nas áreas com taxas de homicídio mais altas atingem índices superiores aos do

restante da cidade. Houve uma diminuição da taxa de mortalidade infantil, da média de 17,9% óbitos por mil nascidos vivos em 1998, para 15,8% óbitos em 2000.

Em relação à rede de esgotos constatou-se que, no período de 1991 e 2000, o percentual de domicílios conectados à rede de esgotos melhorou de 87,09% para 87,44%, porém esta melhoria não atingiu todos os distritos da cidade: os 24 distritos são aqueles que têm menos acesso à rede de esgotos.

Comprovou-se que o acesso a hospitais pela cidade é da proporção de pouco ou nenhum acesso, com exceção do Morumbi e do Brás. Desses distritos, a maioria com mais de 250 mil habitantes, dispõem somente de um hospital nas imediações.

Os altos índices de mortalidade infantil podem ser explicados, em grande parcela, pelas superposições de famílias com baixa renda, baixa escolaridade, moradias em locais que apresentam pouca infra-estrutura (deficiências de saneamento e atendimento à saúde).

6. Apresentam altos índices de congestionamento das habitações. Cárdia (2004) apresenta o índice que indica congestionamento da moradia referente ao ano 1991, em que a média era de 0,89 pessoas por cômodo nos 24 distritos mais violentos, enquanto nos outros distritos era de 0,66 pessoas por cômodo. O conceito de congestionamento é determinado pela densidade líquida, que se obtém dividindo-se o número de habitantes pela área efetivamente urbanizada. Nos 24 distritos mais violentos comprovou-se que o número de habitantes por hectare superava a média da cidade, e este diferencial teve maior crescimento durante os anos 90.

7. Pouca disponibilidade de Postos de Trabalho. De acordo com dados da Pesquisa Origem-Destino, realizada pela Companhia do Metrô de São Paulo, a cidade apresentava 46,9 postos de trabalho por 100 habitantes. Excluindo os distritos do Morumbi, Sé e Brás, os outros 21

distritos mais violentos apresentam déficits de postos de trabalho com média superior ao restante da cidade.

Analisando a dinâmica da exclusão social, Escorel (1999), considera que esse fenômeno se caracteriza por uma situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito. E para considerar a exclusão social como uma categoria que possibilite compreender e analisar a pobreza urbana é preciso discutir esse conceito à luz de outros utilizados para nomear e estudar o fenômeno, perguntando até que ponto há alguma novidade no cenário da sociedade.

Rodrigues (2004) comenta, também, que o mapeamento dos tipos de violência pode possibilitar certa compreensão de sua complexidade. Existe a violência da exclusão social, que está concentrada nas áreas de maior pobreza, mas essas pessoas também se deslocam e atuam nas áreas de inclusão social, nas quais o nível de renda é elevado. Por outro lado, a violência contra a propriedade pessoal concentra-se nas áreas mais equipadas das cidades e por onde circulam os que detêm propriedades. Escorel (1999) destaca, também, que

> A noção exclusão social e, posteriormente, os trabalhos conceituais e empíricos sobre a questão social tiveram origem e alcançaram seu maior desenvolvimento em solo francês, de onde provém a maior parte da bibliografia sobre o assunto. Isso implica discutir a pertinência e validade analítica na utilização da categoria em outra realidade social e conduz a que os dois contextos sociais sejam constantemente cotejados – mesmo sem o propósito comparativo. (ESCOREL, 1999, p. 24).

Spósito (2005) ressalta que no estudo da segregação socioespacial pode-se fazer uma retrospectiva analítica de toda a produção teórico-metodológica voltada à análise urbana, já que este conceito foi apresentado na primeira metade do século XX, quando se iniciaram os estudos científicos sobre a cidade, com os textos da Escola de Chicago.

A renda é delimitada como principal determinante de bem-estar de uma população. O parâmetro denominado “Linha de Pobreza” passa a desempenhar papel central na determinação da incidência de pobreza. (ROCHA, 2000). Neste sentido, este parâmetro

serve para a caracterização dos pobres em relação a outros aspectos da qualidade de vida, não diretamente dependentes da renda, mas que tem papel importante na determinação do nível do bem-estar, como as condições de acesso a serviços públicos básicos.

Escorel (1999) comenta que a diferenciação da renda familiar, que é apresentada através de estratos populacionais de rendimentos, cuja unidade de medida pode ser uma moeda estável, tal como o dólar americano ou um parâmetro nacional, como o salário mínimo, enquanto o denominador é variado: população economicamente ativa, famílias, indivíduos, domicílios etc. Em geral, o conjunto da população é subdividido em cinco ou seis estratos de renda, aos quais são atribuídos letras (classes de A a E) ou nomes. A última fração, aquela que relativamente tem menor acesso á riqueza nacional, é chamada de *baixa renda*. Por outro lado, estes dados podem mensurar os dois métodos da pobreza: o direto, que estabelece um padrão de consumo, e o indireto, cujo parâmetro adotado é o rendimento.

Muitos estudos sobre violência procuram estabelecer correlações com o mercado de trabalho, indicando que o desemprego seria uma causa importante na análise desse fenômeno. Mas não há consenso, entre os especialistas da temática sobre o peso dessa variável, já que alguns postulam o caráter não determinista do mercado de trabalho.

De acordo com o modelo de contratação, a taxa de desemprego será decomposta em dois determinantes, duração média e taxa de entrada no desemprego das três categorias, jovens de 14 a 24 anos, adultos de 25 a 59, e idosos com mais de 60 anos de idade. Por uma questão de simplificação, serão considerados apenas dois estados do mercado de trabalho, emprego e desemprego. Com isso, pode-se indicar o determinante que diferencia as categorias e faz com que as taxas de desemprego juvenil sejam mais elevadas que a de adultos e idosos.

Posteriormente, usando somente a categoria dos jovens, decompõem-se este determinante em um componente que leva em consideração apenas jovens que já trabalharam, e um que considera apenas jovens que estão à procura do primeiro emprego. Com esses

resultados, torna-se possível definir o principal responsável pela alta de desemprego juvenil brasileira. (FLORI, 2003, p. 24).

Um estudo sobre jovens, desenvolvido por Bichir (2004) no município de São Paulo, teve como objetivo apontar a heterogeneidade das áreas de pobreza. O autor cita que a pobreza urbana pode ser marcada pela segregação, pelo isolamento espacial, em áreas com poucas oportunidades gerais de vida, de acesso a serviços e políticas públicas. Determinadas regiões da periferia de São Paulo, como Brazilândia, Capão Redondo e Cidade Tiradentes são marcadas por acúmulos de indicadores negativos: falta de acesso a políticas essenciais (saúde e educação); altos índices de criminalidade (como altas taxas de homicídio); e variados tipos de riscos (como maior incidência de certos agravos de saúde pública). Por outro lado, além dessas áreas serem fortemente segregadas, há certas áreas da chamada "periferia" que não são tão segregadas: estão inseridas em áreas de condições de acesso a serviços públicos, têm melhores oportunidades de emprego e de mobilidade em geral. Essa distinção remete à diferenciação do próprio conceito de pobreza e periferia.

Akerman (1999) comenta que o projeto desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC teve como objetivo identificar diferenciais intra-urbanos em relação à violência, tendo como resultados a diferença entre os bairros, no que se refere à qualidade de vida e aos padrões de criminalidade. Os quatro mapas de risco demonstraram que é preciso unidade entre os espaços geográficos de intervenção, sistemas de informação e dados estatísticos das polícias civis e militares com o intuito de melhorar as ações de segurança pública.

O projeto consta de dados quantitativos relacionados à violência: homicídios, furtos (tentativas), roubos (tentativas), lesões corporais, acidentes de trânsito, entre diferentes bairros de uma mesma cidade em análise, estabelecendo associações entre os perfis de violência destes bairros e a "qualidade de vida", fundamentada pelos indicadores compostos,

que medem a qualidade de vida. Além disso, pressupõe-se que para o enfrentamento da violência urbana é preciso ter tanto os dados de proteção social quanto informações da rede de segurança pública. Desta forma, os mapas analisaram a compatibilização geográfica destes dados, e demonstrou, também, a alocação dos policiais e viaturas no espaço urbano.

Minayo (1993) fala sobre o fenômeno de crescimento dos homicídios, apontando como meio de aprofundamento a violência estrutural no Brasil, acirrada pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas, baixos salários e renda familiar insuficiente. Com isso, percebe-se uma descrença e um afastamento da população das instituições sociais que atendem às suas funções, e quando o fazem, atuam de modo violento e discriminatório, não atendendo às necessidades da população em relação à educação, saúde, moradia e segurança.

De fato, sabemos que toda a sociedade está sujeita à violência, como menciona Minayo (1993), já que ela atinge todas as fases da vida, compondo as várias relações humanas. Dessa forma, é preciso lutar pela universalização do acesso aos direitos à saúde, educação, moradia, trabalho e lazer para a população, principalmente para o jovem de 15 a 24 anos, que ficam alheios a tais direitos humanos e se encontram vulnerável diante das situações que oferecem risco de vida e de "oportunidade" de conseguir "dinheiro fácil" por meio de formas ilícitas como furtos, roubos e, conseqüentemente, homicídios.

1.2. Violência urbana e juventude

Diante atual quadro de violência vivenciado em nossa sociedade, faz-se necessário compreender a relação entre violência e juventude. Os jovens passam a ser vítimas e autores da violência urbana. Entender os conceitos e categorias sobre esta temática é de fundamental

importância para que se proponham políticas públicas para as cidades no sentido do enfrentamento dessa problemática.

Mello Jorge (1998), ao introduzir a temática da violência entre os jovens, lembra-nos de que o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA considera criança, para efeitos da lei, o menor de 12 anos, e o adolescente aquele com idade entre 12 e 18 anos, não fazendo referência ao termo jovem ou juventude.

Por outro lado, a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS estabelece diferenças entre a adolescência marcada, primeiramente, por profundas mudanças biológicas, seguidas do desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento da personalidade, e da fase denominada juventude, como sendo uma categoria fundamentalmente sociológica, referindo-se a um importante momento de preparação dos indivíduos para a vida adulta. Assim sendo, a adolescência compreende o período de 10 a 19 anos e a juventude entre 15 e 24 anos. Essas discussões nos ajudaram a definir o recorte etário de 15 a 24 anos para a análise empírica de nossa pesquisa, ressaltando que nem sempre os dados aos quais tivemos acesso apresentavam essas idades nesses mesmos recortes.

Waiselfisz (2008) afirma que a OPAS e a Organização Mundial da Saúde - OMS aceitam que a adolescência se constituiria num processo fundamentalmente biológico, durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas de pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). Já o conceito de juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos.

Mesmo sabendo que a violência é uma resposta às desigualdades socioeconômicas, a prática de crimes não é restrita aos jovens das camadas pobres da

sociedade. Como exemplo da participação de jovens da classe média alta em crimes, citamos o caso em 1997, de cinco jovens de classe média de Brasília que jogaram álcool e atearam fogo ao índio Galdino Jesus dos Santos, que dormia em um ponto de ônibus. Segundo Vasconcelos (2006)

> Hoje em dia, a situação familiar estável, uma educação de qualidade, assim como uma boa situação financeira não são mais as garantias inabaláveis, haja vista os diversos casos de jovens nestas condições que são traficantes de drogas, assaltantes, por exemplo. (VASCONCELOS, 2006, p. 2).

Camarano et al (2006) expõe que, tradicionalmente, considerava-se o ciclo da vida dividido em apenas três idades: a primeira, em que a infância e a adolescência são vistas conjuntamente; a segunda, que seria a vida adulta; e a terceira, a velhice. Cabe ressaltar que esta divisão leva em consideração a participação dos indivíduos no mercado de trabalho, onde o Estado Moderno desempenhou um papel importante na institucionalização da escola e da aposentadoria. Recentemente, essas idades ou fases foram subdivididas, devido às transformações econômicas, sociais, culturais e biológicas. Fala-se, atualmente, no mínimo, em sete fases: infância, adolescência, juventude, idade adulta ou madura, meia idade, terceira e quarta idades. Esta nova classificação separa a infância da adolescência, e subdivide a idade adulta em três estágios: transicional (18 a 30 anos ou juventude), primeiro estágio (30 a 45 anos ou idade adulta) e segundo (45 a 85 anos e mais ou segunda vida adulta). O último estágio é subdividido em dois: a idade da sabedoria (45-65 anos) e a da integridade (a partir dessa idade). Outro aspecto abordado por Camarano et al (2006) diz respeito à sua visão de juventude como uma fase "transicional". Esta é, de fato, uma das muitas imagens associadas à juventude, que seria a da transição entre dois universos: o da criança e o do adulto. Percebe-se, portanto, que os jovens têm autonomia parcial diante de suas vidas. Estão aptos para determinados atos, ao mesmo tempo em que permanecem tutelados por seus responsáveis em outros. Nesta fase, nota-se que os jovens vivem um processo de transição e preparação para a

vida adulta, como também, um momento no qual decisões cruciais são tomadas, entre as quais importantes papéis na educação e na inserção no mercado de trabalho. Esta fase é denominada por Spósito (2000) como a fase do negativo, da ausência, "pelo que não seriam", pelo que buscam e não pelo que foram ou são.

Diante de todas as fases que compõem o ciclo da vida é difícil precisar quantas e quais são as fases da vida e quais são os processos que as caracterizam. Os estudos mostram que nas sociedades modernas há uma demarcação, mais ou menos clara, entre infância e maturidade, com períodos intermediários que seriam a adolescência e a juventude. Dessa maneira, a caracterização do que seja a infância ou primeira fase da vida pode ser mais fácil que a vida adulta. Freqüência à escola, ausência de papéis sociais, dependência total da autoridade dos pais são alguns dos processos comumente associados a essa fase. O final da infância pode ser caracterizado pela puberdade e pela menarca, que são fenômenos biológicos. Além disso, percebe-se que o processo de transição para a vida adulta é complexo e heterogêneo, refletindo as diversidades da sociedade. Todavia, independência econômica parece ser um pré-requisito importante para a transição. Dessa forma, a possibilidade de gerar renda para a sobrevivência/independência passa a ser uma condição fundamental para a entrada no mercado de trabalho, principalmente para os homens. A mulher, por sua vez, ao se tornar adulta, tende a sair de casa devido ao casamento. Neste caso, isso acontece independentemente da inserção no mercado de trabalho.

O processo de transição é diferenciado por sexo de acordo com os papéis que os homens e mulheres exercem na sociedade. Por outro lado, considera-se que uma das mudanças recentes importantes é a redução e o adiamento do casamento e da maternidade, bem como o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Tais fatores podem afetar o processo de transição das mulheres. A esse respeito, Camarano (2006) comenta que

> Não existe um consenso na literatura sobre qual evento marca a entrada do indivíduo adulto: independência econômica, saída da casa dos pais ou constituição de família. Também não se tem consenso sobre qual processo define a formação de família: casamento, parentalidade e/ou saída de casa. Essa última dúvida se acentua com a tendência crescente de dissociação entre sexualidade e casamento e entre casamento e parentalidade. (CAMARANO, 2006, p. 116).

Os estudos recentes sobre transição para a vida adulta têm mostrado que as experiências de vida e as suas expectativas da atual geração são mais complexas e menos previsíveis do que as de suas predecessoras, sugerindo que os modelos lineares de transição estão se tornando cada vez mais inapropriados para o contexto de mudança social e econômica das últimas décadas. (WYN; DWYER, 1999). A literatura também fala de um possível prolongamento da juventude, pois se observa um aumento no tempo passado na escola, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e mudanças nos arranjos familiares. Com relação a isso, cabe ressaltar que a idéia de prolongamento pressupõe assumir uma seqüência linear de eventos, em que qualquer alteração pode implicar mudanças no calendário do processo como um todo, o que nem sempre é verdade. Um exemplo relatado é sobre a escolaridade que pode ocorrer simultaneamente ao ingresso no mercado de trabalho sem que isso implique adiamento da transição.

Camarano (2006) expõe que o processo de transição pode ser explicado, de modo geral, por duas ordens de fatores, que acontecem nas esferas da escola, do trabalho e da família. A primeira, de ordem pública, envolve o aumento da escolarização e as dificuldades crescentes de inserção profissional dos jovens. Isso ocorre porque os jovens passaram a ficar mais tempo na escola para inserção no mercado de trabalho. Outro fato apresentado refere-se à escolaridade que garantiu, no passado recente, a ascensão social de muitos jovens, e que hoje não é mais suficiente para assegurar uma inserção adequada no mercado de trabalho, mas permanece sendo uma condição necessária.

A segunda ordem de fatores que explicam as mudanças na transição, de natureza privada, deriva da desvinculação entre a atividade sexual e a união conjugal, e entre união

conjugal e parentalidade, apontando para uma flexibilização nos padrões de relacionamentos afetivos e familiares. Percebe-se que o problema relacionado às alterações no processo de transição para a vida adulta se dá devido à falta de padronização do processo de transição.

Camarano (2006) comenta que, no Brasil, a questão da juventude está na agenda tanto das políticas públicas quanto dos estudos populacionais devido ao receio de uma explosão demográfica, sobretudo porque 47 milhões de pessoas tinham entre 15 e 29 anos em 2000. Tal número refere-se à dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980, denominada "onda jovem". Além disso, o aumento da fecundidade na adolescência, desde os anos de 1970, também contribuiu para acentuar esse temor. A partir deste período, novas questões foram sendo acrescentadas ao debate sobre juventude, tais como: instabilidade e precariedade na sua inserção no mercado de trabalho, instabilidade das relações afetivas, violência das grandes cidades, taxas crescentes de mortalidade por doenças sexualmente transmissíveis, especificamente a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS.

Camarano (2006) relata que no ano 2000 os dados apontam que 28% da população brasileira estavam na faixa etária de 15 a 29 anos (a que se convencionou chamar de jovem), e deste total 58,1% dos desempregados brasileiros e 40,9% da população que ganhavam menos de um salário mínimo. Do total de óbitos causados por homicídios, 56,6% ocorreram entre a população de 15 a 29 anos, fazendo com que essa parcela da população não completasse seu 30º aniversário devido a essa causa de morte. Outro fator a ser destacado refere-se às jovens de 15 a 19 anos, que num percentual de 14,8% já tinham tido filhos, e quase a metade dessas mães residiam na casa dos pais ou parentes. Paralelamente a isso, pode-se afirmar que devido a estes processos, acredita-se que os jovens têm passado mais tempo na casa dos pais, o que suscitou uma outra discussão: o prolongamento da juventude. Para Camarano (2006)

> As potencialidades adquiridas pelos jovens ao longo de suas vidas, bem como as oportunidades e obstáculos que experimentaram nessa fase, podem influenciar a sua

> passagem para a vida adulta, com conseqüências também sobre o lugar que ocuparão na escala social econômica no futuro. Alguns desses obstáculos são inerentes ao mundo dos jovens e outros são reflexos das transformações por que passa a sociedade brasileira como um todo, que atingem a população jovem de maneira diferenciada.. (CAMARANO, 2006, p. 14).

Um fato apresentado pela autora diz respeito ao prolongamento da vida. Uma parcela dos jovens não experimentou esse processo devido à interrupção precoce da vida pela mortalidade por causas externas.

No Brasil, as novas características do processo de transição estão convivendo com as tradicionais. Os processos convencionais, marcados por seqüências lineares do tipo saída da escola, entrada no mercado de trabalho, casamento com saída da casa de origem e nascimento de filhos são os predominantes. Com base nisso, Camarano (2006) faz a seguinte afirmação:

> Assumiu-se que a saída da escola é o evento que marca o início do processo de transição para a vida adulta e a saída da casa dos pais é o evento que completa o processo. A permanência na escola se alongou no período e beneficiou a todos os jovens, mas, principalmente, os com idade de 16 anos. (...). Em 2000, ao contrário de 1980, a entrada nas atividades econômicas passou a ocorrer antes da saída da escola para que todos os jovens, como resultado do crescimento da participação simultânea na escola e no trabalho. Isso provoca a indagação a respeito de qual dos dois eventos define o início do processo de transição para a vida adulta. (CAMARANO, 2006, p. 22).

A transição para a vida adulta das mulheres experimentou mais transformações que a masculina, o que se explica, provavelmente, mais por mudanças na sua inserção social do que por condições específicas da juventude. O aumento da escolaridade ocasionou o incremento da sua participação no mercado de trabalho, e quase dobrou o percentual de mulheres que fizeram a transição via mercado de trabalho. Ocorreu, também, o crescimento do percentual de mulheres que fizeram a transição via constituição de família, apesar de continuarem morando na casa dos pais.

Em 1990, foi instituída uma legislação direcionada à criança e ao adolescente, pautada pela Declaração Universal dos Direitos da Criança, publicada pela ONU um ano

antes, com a promulgação do ECA – Lei 8.069 de 13.07.1990. O estatuto se direciona à criança e ao adolescente brasileiros e sua principal característica é entender, pela primeira vez na história do país, a criança e o adolescente como seres sociais de direito e de respeito de acordo com suas características específicas, dentre elas, a determinação de "pessoa em formação" aos menores de 18 anos. Acrescenta-se que o Estatuto deveria atender à formação da criança e do adolescente, de maneira a direcionar uma educação de qualidade, além dos direitos básicos, sendo que, na prática, não consegue uma ação adequada ao humanismo necessário, e no nível das ações falta ética.

Segundo Matos (2006) não parece fácil chegar a determinações do que seria o motivo dessa desordem, que pretende criar ordem, mas reproduz uma prática viciada em falta de ética. É notável a ineficácia, dada a problemática gerada pela combinação entre violência, urbanidade, crimes, segurança social, punição e sistema punitivo.

O autor supracitado comenta que o ECA fez 15 anos em 2005. Entretanto, são 15 anos de violação dos direitos adquiridos, violências de diversos níveis e competências. A discussão mais acalorada acerca do estatuto é a redução da maioridade penal. Os defensores dessa redução baseiam-se em dados que apontam a responsabilidade dos adolescentes pelo aumento da violência no país. Propõem redução da idade penal para 11 anos de idade. As entidades de defesa têm combatido a proposta de redução da idade de imputação penal, argumentando que o estatuto é eficaz, se integralmente aplicado. Dessa forma, não seria jamais uma solução para a criminalidade fixar idades diferentes para imputar culpa e punição mais pesadas, mas sim implementar plenamente o estatuto. Assim, Matos (2006) declara que

> As reflexões sobre as questões que envolvem os adolescentes em conflito com a lei internos tumultuaram-se pelos conflitos entre a necessidade de analisar cuidadosamente sérias questões relacionadas a este problema contemporâneo, de um ponto de vista historiográfico, e a impressão pessoa dos impactos causados pela ação de "criminosos". Impôs-se a necessidade de cuidar para que esses conflitos não aparecessem – já que alguns dos sujeitos entrevistados haviam cometidos crimes horrorosos e o relatavam com muita frieza e naturalidade e ao mesmo tempo precisavam ser tratados -, durante a abordagem científica como sujeitos de direitos que são. (MATOS, 2006, p. 115).

Coube, no trabalho supracitado, não uma abordagem que faça julgamentos a indivíduos em conduta desviante, mas uma análise, a partir das falas desses sujeitos e das observações de campo – do crime na sociedade contemporânea associado ao medo que ele gera no espaço urbano e ao castigo tal como ele é aplicado, impingindo ao transgressor humilhação, e não propiciando correção ou punição eficaz. Dessa forma, buscou-se uma postura não de julgamento, mas de análise e exposição da realidade observada com cuidado em relação ao "papel social" dos sujeitos criminosos que foi proposto.

Quando se fala em jovens, logo vêm em mente os seus direitos, que são garantidos pelo ECA. É de suma importância compreender os artigos que abordam a temática dos direitos à educação, cultura, esporte e lazer para o jovem, uma vez que com a prática destas categorias na vida dos jovens ocorre a inclusão social e a redução da criminalidade urbana.

Os artigos 4º e 5º expõem o direito da criança e do adolescente a estarem inseridos em uma família, comunidade e dos deveres do Poder Público em assegurar direitos relacionados à vida, alimentação, educação, profissionalização, dentre outros.

No Artigo 4° destaca-se que

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
> Parágrafo Único - A garantia de prioridade compreende:
> a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
> b) precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
> e) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
> d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

No artigo 5° fica evidente que

> Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O ECA apresenta, ainda, nos artigos 53 e 54 os direitos à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Assim sendo, o artigo 53º destaca que:

> A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - direito de ser respeitado por seus educadores;
> III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
> IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
> V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.
> Parágrafo Único - É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

No artigo 54º fica evidente a importância do Estado:

> É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
> I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
> II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
> III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
> IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
> V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
> VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
> VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
> § 1° - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
> § 2° - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
> § 3° - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

Vasconcelos (2006) ressalta que uma parcela dos jovens passa grande parte de sua infância, etapa considerada fundamental para o pleno desenvolvimento das potencialidades físicas, mentais e psicossociais do ser humano, sobrevivendo nas ruas. Nota-se que uma das conseqüências advindas do capitalismo é a tendência em acentuar a concentração de renda, fator que resulta num gradativo processo de exclusão social ou inclusão precária. Entretanto, ressalta-se que “Hoje em dia, a situação familiar estável, uma educação de qualidade, assim como uma boa situação financeira não são mais as garantias inabaláveis, haja vista os diversos

casos de jovens nestas condições que são traficantes de drogas, assaltantes, por exemplo". (VASCONCELOS, 2006, p. 2). Nos últimos anos houve um aumento do consumo de drogas, devido ao barateamento das mesmas, o que fez com que elas se tornassem disponível para uma maior parcela da população, e uma forma de se tentar diminuir essa prática seria controlar a rede de tráfico de drogas.

Segundo Bercovich; Dellasoppa; Arriaga (1998), ao se analisar a complexidade das causas da violência, deve-se considerar a articulação de fatores macro sociais das forças econômicas e sociais, as situações de conflito interpessoais em contextos específicos, os aspectos sociais dos indivíduos desde a infância até a idade adulta, bem como os processos neurocomportamentais. Os autores ressaltam que os fatores nesses quatro níveis operam e interagem em cadeia de eventos que podem começar muito antes do evento violento se concretizar. Como a geografia também trata da organização socioespacial, enfatizaremos a violência urbana por esse viés, já que ciências como a Sociologia, a Antropologia e Psicologia podem contribuir, de forma significativa, com tal discussão.

O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros de 2008 traz uma série de estudos que se iniciaram há dez anos. O primeiro Mapa da Violência foi divulgado no ano de 1998, com o objetivo de preencher uma significativa lacuna existente no Brasil no campo da geração de indicadores e de abrangência nacional sobre o tema da violência letal e da criminalidade. Os estudos nesta área eram esporádicos e pouco sistemáticos. Os Mapas da Violência vêm produzindo uma série periódica de estudos que possibilitam ponderar a situação e a evolução da mortalidade violenta nos diversos locais do Brasil. Essa abrangência e sistematicidade tornaram os Mapas da Violência insumos essenciais para a elaboração de relatórios nacionais e internacionais na área. Este estudo é de inquestionável valor, pois ocorre também neste momento de implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, desenvolvido pelo Ministério da Justiça como iniciativa central de

enfrentamento à violência e à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e repressão qualificadas. O estudo apresenta informações de nível municipal, de suma importância tanto para definir os territórios prioritários de atuação do PRONASCI quanto para avaliar, a partir dos sucessivos estudos municipais, o impacto das ações desenvolvidas.

O referido estudo constitui o segundo Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, que está sendo entregue à consideração da opinião pública. O anterior, publicado em 2007, continha informações e indicadores de mortalidade violenta, coletados até o ano de 2004. O Ministério da Saúde agilizou seus processos de coleta e sistematização das informações de mortalidade e tornara disponíveis, em curto tempo, os dados até 2006, o que justifica a elaboração de um novo Mapa para o ano de 2008, mas com dados até 2006.

Waiselfisz (2008) ressalta que a elaboração dos indicadores de violência específicos, em nível municipal, ocorreu devido à preocupação em analisar a situação e a evolução da letalidade violenta nas unidades federadas do país, nas 27 capitais e nas 10 regiões metropolitanas tradicionais. No histórico dos mapas de violência, os anos anteriores, interpretam que até o ano de 1999, os pólos dinâmicos da violência localizavam-se nas grandes capitais e metrópoles, e a partir desse mapa de violência, observou-se o deslocamento da dinâmica para o interior dos estados. Neste ano foi relatado que a nova dinâmica territorial do desenvolvimento estaria, também, impactando a distribuição geográfica da violência no país, o que nos despertou o interesse em desenhar uma imagem mais integral, a partir dos municípios brasileiros, da distribuição territorial e dos focos de concentração e da violência letal no Brasil.

A constituição do Fórum Metropolitano de Segurança Pública em 2001, integrado pelas 39 Prefeituras Municipais da região metropolitana de São Paulo, aliada à Secretaria

Executiva de um poderoso órgão da sociedade civil – o Instituto São Paulo Contra a Violência - foi um dos eixos explicativos centrais para as quedas sistemáticas das diversas taxas indicativas de violência na região metropolitana de São Paulo. Medidas como a expansão do policiamento municipal, a Lei Seca e outras de caráter preventivo e social, tomadas a partir dessa data, foram as que originaram a reversão do quadro de crescente violência vigente no estado até o ano de 1999. Dessa forma, o mapeamento de indicadores municipais enfrenta o grande desafio de trabalhar com os 5.564 municípios existentes no país, representando uma tarefa trabalhosa, mas necessária, se realmente desejamos engajar os poderes públicos municipal/estadual e as estruturas da sociedade no enfrentamento desse flagelo moderno que, em nossa atualidade, e em nossa realidade, mata bem mais do que muitas endemias e pandemias tradicionais.

Segundo Waiselfisz (2008) existe violência quando, em situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas, em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Duas justificativas sobre a utilização de óbitos violentos como indicador de violência geral apontam que, em primeiro lugar, a violência cobre um espectro significativamente mais amplo de comportamento do que as mortes por violência. Nem toda violência, sequer a maior parte das agressões cotidianas conduzem, necessariamente, à morte de algum dos protagonistas. Dessa forma, a intensidade nos diversos tipos de violência guarda uma estreita relação com o número de mortes que origina. Em segundo lugar, o registro de queixas à polícia sobre diversas formas de violência, como ficou evidenciado pela pesquisa no Distrito Federal, tem uma abrangência extremamente limitada. Nos casos de violência física, só 6,4 % dos jovens denunciaram à polícia; nos casos de assalto/furto, só 4%; nos casos de violência no trânsito, só 15%.

Até 1995, as mortes violentas eram classificadas pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM seguindo os capítulos da nona revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9). A partir dessa data, o Ministério da Saúde adotou a décima revisão (CID – 10). Tais causas de morte são classificadas no Capítulo XX, da CID-10 com a denominação de "causas externas de morbidade e mortalidade". Quando um óbito por causas externas (acidentes, envenenamento, queimadura, afogamento etc.) é registrado, descrevem-se tanto a natureza da lesão como as circunstâncias que a originaram. Desse modo, na codificação dos óbitos foi utilizada a causa básica, entendida como o tipo de fato, violência ou acidente causador de lesão que ocasionou a morte.

Para o cálculo das taxas de mortalidade foram utilizadas pelo CID 10 estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde - DATASUS, baseadas em estimativas populacionais do IBGE. Entretanto, essas estimativas intercensitárias oficiais não estão desprovidas de certa margem de erro, tanto maiores quanto mais se distanciam da data do último censo. Dessa forma, as estimativas oficiais utilizadas para o ano 2000 davam conta de uma população total de 166,1 milhões de habitantes para o Brasil, mas o Censo Demográfico desse ano revelou que, na verdade, existiam 169,8 milhões, o que representa um erro de 2,2% nas estimativas utilizadas.

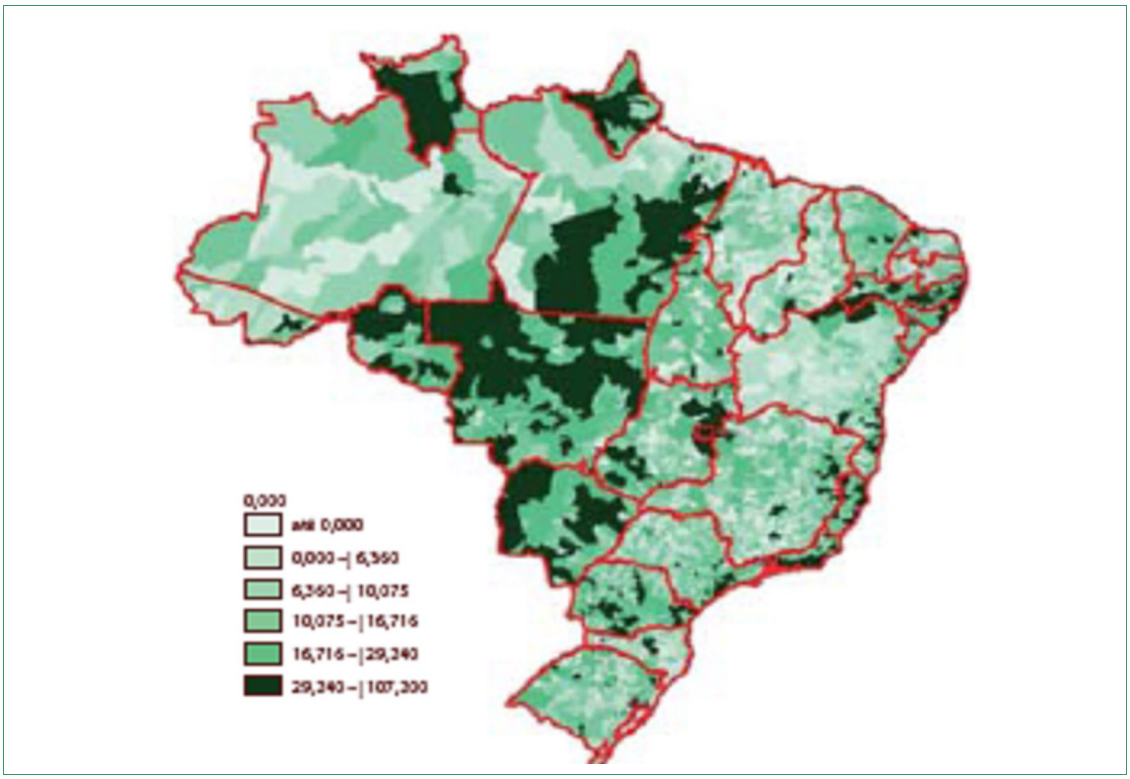
1.3. Homicídios na população total

Na década 1996/2006, o número total de homicídios registrados pelo SIM passou de 38.888 para 46.660, o que representa um incremento de 20%, levemente superior ao crescimento da população, que foi de 16,3% nesse mesmo período. O número de homicídios

apresenta um crescimento assustadoramente regular até o ano de 2003, com incrementos elevados, em torno de 4,4% ao ano. Já em 2004, essa tendência histórica se reverteu de forma significativa. O número de homicídios caiu 5,2% em 2004 em relação a 2003, fato diretamente atribuído às políticas de desarmamento, que retiraram de circulação um número significativo de armas de fogo e regulamentaram legalmente sua compra, porte e utilização. Contudo, em 2006 começaram a se evidenciar outros fenômenos que também contribuíram para as quedas, confira o Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1: Brasil. Número de homicídios. Período: 1996 a 2006.
Fonte: Waiselfisz (2008).

Devido às fortes oscilações que podem acontecer nas taxas, em nível municipal, principalmente no que se refere aos municípios de pequeno porte, foi utilizada a técnica das médias móveis: para os municípios com 3 mil habitantes ou mais, a média de três anos: 2004/2006. Para os municípios menores, a média dos cinco últimos anos: 2002/2006, confira o Mapa 2 a seguir:



Mapa 2: Brasil. Taxa média de homicídios. População total em 2006.
Fonte:: Waiselfisz (2008).

Os procedimentos de estratificação dos municípios possibilitaram diferenciar seis categorias de municípios em função da elaboração do mapa: Uma primeira categoria, com índices nulos, que no caso dos homicídios na população total concentrou 1.250 municípios, o que representa 22,5% do total, na cor mais clara. Quatro categorias subseqüentes, de cores progressivamente mais intensas, com aproximadamente 840 municípios cada uma (15,1%), correspondentes a municípios com taxas até 6,4, 10,1, 16,7 e 29,2 homicídios para cada 100.000 habitantes, respectivamente. Por último, com a cor mais escura, 10% dos municípios com as maiores taxas de homicídios, de 29,2 até 107,2 homicídios em cada 100.000 habitantes. É o caso de Amapá, Pernambuco, Rio de Janeiro e Roraima, todos eles com 40% ou mais de seus municípios formando parte do grupo crítico.

1.3.1. Municípios com as maiores taxas de homicídios na população total.

Embora representem apenas 10% do total de municípios, estes concentraram 73,3% dos homicídios ocorridos no país no ano de 2006. Os 10% dos municípios de grande porte do Brasil concentram 44,1% da população. Se a média nacional de habitantes por município nesse ano era de 32,6 mil habitantes, a média desses 10% era quatro vezes superior: 143,9 mil habitantes por município, indicando um elevado grau de concentração da violência homicida nos municípios de maior porte, sendo que em alguns estados, esse grupo contribui com mais de 90% dos homicídios na população total, ocorridos no estado no ano de 2006, como acontece com Pernambuco e Rio de Janeiro, confira Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Participação dos 10% de municípios com maiores taxas de homicídio no universo estadual brasileiro em 2006.

UF	Número Municípios			População em 2006			Homicídios em 2006		
	Na UF	Nos 10%	%	Na UF	Nos 10%	%	Na UF	Nos 10%	%
Acre	22	3	13,6	637.656	307.360	48,2	150	117	78,0
Alagoas	102	24	23,5	2.978.604	1.606.794	53,9	1.610	1.299	80,7
Amapá	16	8	50,0	567.033	407.862	71,9	199	166	83,4
Amazonas	62	1	1,6	3.092.466	1.565.813	50,6	697	543	77,9
Bahia	417	25	6,0	13.931.082	4.930.013	35,4	3.244	2.331	71,9
Ceará	184	9	4,9	8.043.350	2.968.272	36,9	1.791	1.044	58,3
Distrito Federal	1	1	100,0	2.393.131	2.393.131	100,0	769	769	100,0
Espírito Santo	78	19	24,4	3.299.962	2.005.794	60,8	1.757	1.509	85,9
Goiás	246	28	11,4	5.546.517	2.780.434	50,1	1.245	952	76,5
Maranhão	217	4	1,8	6.026.863	1.291.537	21,4	775	442	57,0
Minas Gerais	853	31	3,6	19.009.027	4.949.753	26,0	3.982	2.523	63,4
Mato Grosso do Sul	78	20	25,6	2.235.542	1.375.418	61,5	674	494	73,3
Mato Grosso	141	52	36,9	2.786.373	1.597.538	57,3	870	652	74,9
Pará	143	35	24,5	6.918.579	3.410.088	49,3	2.003	1.656	82,7
Paraíba	223	5	2,2	3.605.843	1.062.328	29,5	777	472	60,7
Pernambuco	185	74	40,0	8.365.790	6.171.520	73,8	4.375	3.951	90,3
Piauí	223	4	1,8	2.990.805	780.693	26,1	428	275	64,3
Paraná	399	54	13,5	10.167.151	4.597.583	45,2	2.904	2.071	71,3
Rio de Janeiro	92	43	46,7	15.225.225	13.540.833	88,9	6.286	6.069	96,5
Rio Grande do Norte	167	3	1,8	2.967.533	242.103	8,2	423	88	20,8
Rondônia	52	19	36,5	1.434.719	764.805	53,3	578	460	79,6
Roraima	15	6	40,0	376.902	81.259	21,6	66	45	68,2
Rio Grande do Sul	496	23	4,6	10.522.189	2.357.517	22,4	1.966	827	42,1
Santa Catarina	293	6	2,0	5.768.127	429.428	7,4	643	167	26,0
Sergipe	75	9	12,0	1.910.648	948.043	49,6	587	423	72,1
São Paulo	645	45	7,0	39.340.011	17.325.483	44,0	7.644	4.784	62,6
Tocantins	139	5	3,6	1.235.862	134.247	10,9	210	55	26,2
BRASIL	5564	556	10,0	181.376.993	80.025.649	44,1	46.653	34.184	73,3

Fonte: Waiselfisz (2008)

1.3.2. Municípios com o maior número total de homicídios

Outra maneira de visualizar a distribuição espacial dos homicídios é verificar, em termos absolutos, o número de homicídios acontecidos ao longo do tempo em uma determinada área geográfica, no caso, municípios do Brasil. A partir desse critério, foram selecionados os 200 municípios que, no ano de 2006, apresentaram os maiores quantitativos de homicídios, ou seja, 72,8% do total de homicídios. Esta elevada concentração da violência letal em poucos municípios parece ser uma constante em todas as Unidades da Federação, confira a Tabela 2:

Tabela 2: Participação dos 200 municípios com maior número total de homicídios no universo estadual brasileiro em 2006.

UF	Número Municípios			População em 2006			Homicídios em 2006		
	Na UF	No 10%	%	Na UF	No 10%	%	Na UF	No 10%	%
Acre	22	1	4,5	637.656	285.838	44,8	150	112	74,7
Alagoas	102	4	3,9	2.978.604	1.188.176	39,9	1.610	1.123	69,8
Amapá	16	1	6,3	567.033	333.186	58,8	199	132	66,3
Amazonas	62	1	1,6	3.092.466	1.565.813	50,6	697	543	77,9
Bahia	417	14	3,4	13.931.082	5.319.853	38,2	3.244	2.468	76,1
Ceará	184	5	2,7	8.043.350	3.298.468	41,0	1.791	1.134	63,3
Distrito Federal	1	1	100,0	2.393.131	2.393.131	100,0	769	769	100,0
Espírito Santo	78	11	14,1	3.299.962	2.128.843	64,5	1.757	1.522	86,6
Goiás	246	7	2,8	5.546.517	2.566.272	46,3	1.245	854	68,6
Maranhão	217	2	0,9	6.026.863	1.172.108	19,4	775	410	52,9
Minas Gerais	853	12	1,4	19.009.027	6.160.484	32,4	3.982	2.604	65,4
Mato Grosso do Sul	78	4	5,1	2.235.542	1.063.509	47,6	674	365	54,2
Mato Grosso	141	4	2,8	2.786.373	1.000.057	35,9	870	416	47,8
Pará	143	12	8,4	6.918.579	2.764.384	40,0	2.003	1.410	70,4
Paraíba	223	3	1,3	3.605.843	1.153.956	32,0	777	506	65,1
Pernambuco	185	17	9,2	8.365.790	4.475.616	53,5	4.375	3.186	72,8
Piauí	223	1	0,4	2.990.805	767.692	25,7	428	270	63,1
Paraná	399	9	2,3	10.167.151	4.033.431	39,7	2.904	1.736	59,8
Rio de Janeiro	92	26	28,3	15.225.225	13.253.415	87,0	6.286	5.875	93,5
Rio Grande do Norte	167	2	1,2	2.967.533	995.526	33,5	423	246	58,2
Rondônia	52	3	5,8	1.434.719	550.465	38,4	578	363	62,8
Roraima	15		0,0	376.902		0,0	66		0,0
Rio Grande do Sul	496	10	2,0	10.522.189	3.595.701	34,2	1.966	1.110	56,5
Santa Catarina	293	4	1,4	5.768.127	1.213.164	21,0	643	310	48,2
Sergipe	75	3	4,0	1.910.648	740.134	38,7	587	339	57,8
São Paulo	645	42	6,5	39.340.011	24.567.214	62,4	7.644	6.119	80,0
Tocantins	139	1	0,7	1.235.862	117.205	9,5	210	47	22,4
BRASIL	5564	200	3,6	181.376.993	86.703.638	47,8	46.653	33.969	72,8

Fonte: Waiselfisz (2008).

1.3.3. Homicídios juvenis

Entre 1996 e 2006, os homicídios na população de 15 a 24 anos de idade passaram de 13.186 para 17.312, representando um aumento decenal de 31,3%. Esse crescimento foi bem superior ao experimentado pelos homicídios na população total, que como visto foi de 20% nesse período. (Cf. Gráfico 2).

Os dados comprovam que a taxa de homicídios na faixa etária jovem tem aumentado em todo o país, com número absoluto de 19.731 casos registrados em 2003

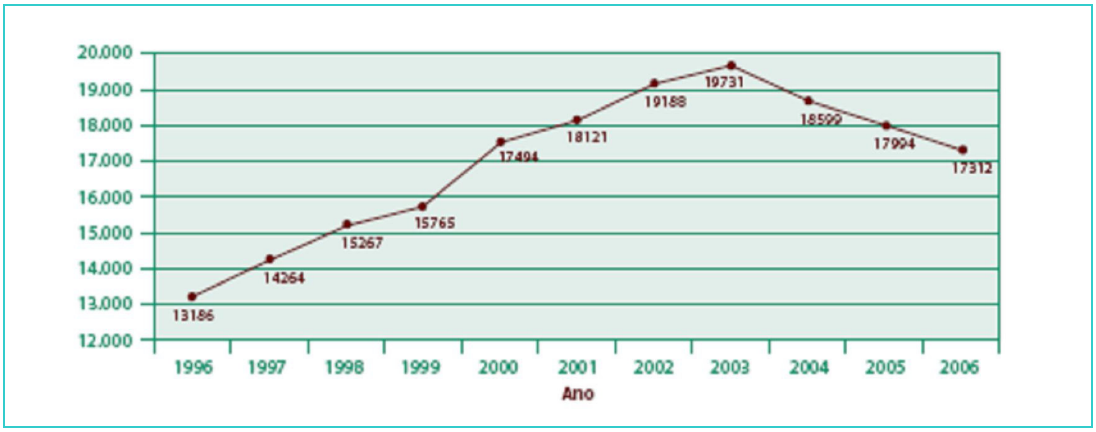


Gráfico 2: Brasil. Número de homicídios juvenis. Período: 1996 a 2006.
Fonte: Waiselfisz (2008).

Nos homicídios juvenis encontramos grande número de pequenos municípios com uma incidência ocasional, visto que no caso dos homicídios juvenis o cálculo da taxa toma base uma população bem menor, aproximadamente 20% da população total. Por isso, percebem-se diversas simulações, em que apresentam três listas de municípios baseadas em critérios diferentes: a) Os 100 municípios com as maiores taxas de homicídios na população jovem; b) Os 200 municípios com maior número de homicídios juvenis; c) Os 200 municípios

com os maiores índices de vitimização juvenil, entendendo como vitimização a proporção de homicídios juvenis em relação ao total de homicídios no município.

Na Tabela 3 é possível constatar que algumas unidades, como Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco apresentam acima de 70% do total de homicídios juvenis acontecidos no estado. No total, esses 100 municípios, que representam 1,8% do universo, reúnem 2,5% da população, o que significa que não são somente municípios de grande porte, mas concentram 35% dos homicídios juvenis ocorridos no país no ano de 2006.

Tabela 3: Significação dos 100 municípios com maiores taxas de homicídio juvenil no Brasil em 2006.

UF	Número de Municípios			População em 2006			Mortes juvenis por homicídio em 2006		
	Na UF	Nos 100	%	Na UF	Nos 100	%	Na UF	Nos 100	%
Acre	22		0,0	637.656		0,0	61		0,0
Alagoas	102	6	5,9	2.978.604	219.684	7,4	687	493	71,8
Amapá	16	1	6,3	567.033	1.360	0,2	90	2	2,2
Amazonas	62		0,0	3.092.466		0,0	296		0,0
Bahia	417	3	0,7	13.931.082	97.315	0,7	1.248	148	11,9
Ceará	184		0,0	8.043.350		0,0	652		0,0
Distrito Federal	1		0,0	2.393.131		0,0	303		0,0
Espírito Santo	78	7	9,0	3.299.962	337.956	10,2	670	563	84,0
Goiás	246	5	2,0	5.546.517	45.141	0,8	473	40	8,5
Maranhão	217		0,0	6.026.863		0,0	268		0,0
Minas Gerais	853	10	1,2	19.009.027	929.115	4,9	1.565	1.099	70,2
Mato Grosso do Sul	78	1	1,3	2.235.542	2.707	0,1	204	3	1,5
Mato Grosso	141	4	2,8	2.784.489	6.515	0,2	283	7	2,5
Pará	143	8	5,6	6.918.579	129.046	1,9	721	167	23,2
Paraíba	223		0,0	3.605.843		0,0	286		0,0
Pernambuco	185	17	9,2	8.365.790	764.800	9,1	1.757	1.285	73,1
Piauí	223		0,0	2.990.805		0,0	164		0,0
Paraná	399	13	3,3	10.167.151	148.906	1,5	1.146	235	20,5
Rio de Janeiro	92	16	17,4	15.225.225	1.752.004	11,5	2359	1.808	76,6
Rio Grande do Norte	167		0,0	2.967.533		0,0	138		0,0
Rondônia	52	1	1,9	1.434.719	78.370	5,5	163	95	58,3
Roraima	15		0,0	376.902		0,0	12		0,0
Rio Grande do Sul	496	3	0,6	10.522.189	2.700	0,0	641	1	0,2
Santa Catarina	293		0,0	5.768.127		0,0	226		0,0
Sergipe	75	1	1,3	1.910.648	5.379	0,3	216	6	2,8
São Paulo	645	3	0,5	39.340.011	32.612	0,1	2.467	45	1,8
Tocantins	139	1	0,7	1.235.862	576	0,0	65	1	1,5
BRASIL	5564	100	1,8	181.375.109	4.554.186	2,5	17.161	5.998	35,0

Fonte: Waiselfisz (2008).

1.3.4. Municípios com os maiores índices de vitimização juvenil

Para verificar os níveis de violência utilizam-se os indicadores de vitimização. Neste caso é utilizado como medida de vitimização a proporção de homicídios juvenis em relação ao total de homicídios acontecidos num determinado ano, 2006, numa determinada área geográfica, o município. Essas medidas de vitimização são um indicador do grau de concentração da violência letal entre os jovens. Sendo que os jovens representam algo em torno de 20% da população total. Observa-se que há um expressivo número de municípios populosos, com índice acima de 50%, ou seja, municípios onde mais da metade das vítimas de homicídios foram jovens – trata-se, pois, de área com sérios problemas de exclusão juvenil.

Dessa forma, se o índice de vitimização juvenil é baixo, pode-se afirmar que a violência letal é um fenômeno que afeta pouco a juventude. Se o índice se aproxima de 20%, podemos dizer que é um fenômeno que afeta pouco a juventude, mas da mesma forma que o restante da população. E se a proporção excede significativamente esse patamar de 20%, pode-se afirmar que há uma dose de vitimização da juventude, e tanto maior será quanto maior for o índice calculado.

Para minimizar possíveis flutuações que podem acontecer de um ano para o outro, tanto nos homicídios totais quanto nos juvenis, foram tomadas duas precauções. Primeiramente, foi utilizada a média dos últimos três anos disponíveis: neste caso, a média dos homicídios acontecidos em 2004, 2005 e 2006. Em segundo lugar, municípios com mais de 70 mil habitantes no ano de 2006 (390 municípios). Desses, foram selecionados os 200 com maiores índices de vitimização juvenil, cujo detalhamento encontra-se na Tabela 4:

Tabela 4: Significação dos 200 municípios com mais de 70 mil habitantes com os maiores índices de vitimização juvenil no Brasil em 2006.

UF	Número de Municípios			População em 2006			Vitimização		
	Na UF	Nos 200	%	Na UF	Nos 200	%	Na UF	Nos 200	%
Acre	22	1	4,5	637.656	285.838	44,8	40,0	42,6	6,6
Alagoas	102	1	1,0	2.978.604	864.322	29,0	27,7	49,0	77,0
Amapá	16	2	12,5	567.033	423.981	74,8	36,7	50,0	36,5
Amazonas	62	3	4,8	3.092.466	1.746.078	56,5	34,7	45,5	31,1
Bahia	417	16	3,8	13.931.082	5.329.133	38,3	25,3	41,8	64,8
Ceará	184	6	3,3	8.043.350	3.306.074	41,1	23,6	42,6	80,4
Distrito Federal	1	1	100,0	2.393.131	2.393.131	100,0	43,3	43,3	0,0
Espírito Santo	78	7	9,0	3.299.962	1.747.338	53,0	24,7	41,9	69,4
Goiás	246	8	3,3	5.546.517	2.416.326	43,6	23,7	45,4	92,0
Maranhão	217	7	3,2	6.026.863	1.638.755	27,2	24,0	44,6	85,9
Minas Gerais	853	18	2,1	19.009.027	5.898.829	31,0	24,8	42,8	72,7
Mato Grosso do Sul	78	3	3,8	2.235.542	981.377	43,9	22,6	39,7	76,0
Mato Grosso	141	3	2,1	2.784.489	848.171	30,5	19,6	42,2	115,7
Pará	143	12	8,4	6.918.579	2.958.246	42,8	32,3	43,5	34,7
Paraíba	223	4	1,8	3.605.843	1.246.425	34,6	21,9	40,6	85,0
Pernambuco	185	14	7,6	8.365.790	3.968.903	47,4	28,6	44,2	54,7
Piauí	223	2	0,9	2.990.805	907.093	30,3	21,6	44,0	104,1
Paraná	399	20	5,0	10.167.151	4.897.448	48,2	28,6	43,4	51,9
Rio de Janeiro	92	14	15,2	15.225.225	10.639.638	69,9	27,8	41,4	48,6
Rio Grande do Norte	167	2	1,2	2.967.533	925.754	31,2	24,0	49,6	106,5
Rondônia	52	1	1,9	1.434.719	363.610	25,3	20,1	38,5	92,0
Roraima	15	1	6,7	376.902	236.848	62,8	22,2	38,5	73,2
Rio Grande do Sul	496	8	1,6	10.522.189	2.500.717	23,8	25,1	43,5	73,2
Santa Catarina	293	7	2,4	5.768.127	1.287.810	22,3	24,0	42,2	75,5
Sergipe	75	4	5,3	1.910.648	815.627	42,7	27,1	37,5	38,3
São Paulo	645	34	5,3	39.340.011	8.023.492	20,4	28,0	41,7	49,1
Tocantins	139	2	1,4	1.235.862	244.406	19,8	23,4	40,8	74,7
BRASIL	5564	200	3,6	181.375.109	66.895.371	36,9	25,6	42,7	66,8

Fonte: Waiselfisz (2008).

1.4. Mortes por armas de fogo

WAISELFISZ (2008) ressalta que o termo "mortalidade por armas de fogo" perpassa por várias situações diferenciadas: 1) Os homicídios perpetrados com arma de fogo, que respondem pela enorme maioria (92,5%) das mortes por esse meio; 2) Os suicídios com armas de fogo, responsáveis por 3,1% desse total; 3) Os acidentes mortais com armas de fogo: 1,1%; 4) As mortes por arma de fogo de intencionalidade indeterminada, isto é, que se

desconhece se foi acidental, autoprovocada ou provocada intencionalmente por terceiros, que concentram 3,3% dos casos.

Adorno (2002) aborda a questão da configuração da violência difusa como uma questão social mundial, presente na agenda política de países de vários continentes, da América Latina à América do Norte, da Europa à África – disseminada e dramatizada pelos meios de comunicação em escala global – suscita um conjunto de questões sociológicas que orientam a investigação sobre o significado social e cultural das múltiplas formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas. Aponta, ainda, alguns questionamentos referentes à questão, se estaria nascendo um código social de laços de sociabilidade, orientado pela violência? Qual o sentido social da violência enquanto excesso: o sem-sentido, as incivilidades, o extremo, o sofrimento ou a margem? Ou ao mesmo tempo, não haveria a possibilidade de um sentido oculto, de uma terceira margem reveladora das fraturas do social? Estaria nascendo, a partir da superação da linguagem da violência, uma outra norma social, talvez alimentada pelas lutas sociais contra a violência?

Santos (2007) ressalta que a posição social das populações diretamente atingidas pela globalização caracteriza-se pela desigualdade de oportunidades de vida, isto é, um acesso desigual a recursos e uma vivência de situações sociais desiguais, as quais podem ser resumidas em oito dimensões: saúde, habilitação, trabalho, educação, relações de sociabilidade, segurança, informação e conhecimento e participação política. Comenta, também, que a globalização não diz respeito apenas ao que está lá fora, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá aqui dentro, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas:

> Mais ainda, viver numa era global significa enfrentar uma diversidade de situações de risco, que se distingue em risco externo, o risco experimentado como vindo de fora, da fixidez da tradição ou da natureza, e risco fabricado, o risco criado pelo próprio impacto de nosso crescente conhecimento sobre o mundo. O risco fabricado diz respeito a situações em cujo confronto temos pouca experiência histórica. (SANTOS, 2007, p. 22).

As diferentes formas de violência presentes em cada um dos conjuntos relacionais que estruturam o social poderiam ser explicadas se, em uma primeira aproximação, compreendêssemos a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção social. Por outro lado, se aceitarmos a idéia de uma microfísica do poder, de Foucault, ou seja, de uma rede de poderes que permeia todas as relações sociais, marcando as interações entre os grupos e as classes, poderemos estendê-la, conceitualmente, aos fenômenos da violência: aparenta ser útil, portanto, superar as concepções soberanas do poder e da economia, para dar conta da microfísica da violência.

Subjacente a todas as formas possíveis de violência, percebe-se como foco ordenador da lógica de coerção social, como efetividade ou virtualmente nunca esquecida, ou como princípio operatório das relações – o exercício da violência física. Temos, então, o recurso à força e à aplicação da coerção - física e simbólica - como pertencentes às relações sociais de violência.

Entre a violência e a racionalidade, não há incompatibilidade. Em seu conjunto, poderíamos considerar a violência como um dispositivo de poder, em que se exerce uma relação específica com o outro mediante o uso da força e da coerção. Isto significa estarmos diante de uma modalidade de dispositivo que produz um dano social, ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano.

Contra a barbárie enunciada pela violência, a difusão de uma ética da solidariedade, cuja base seja o respeito ao outro, pode compor uma linha de fratura no dispositivo da violência, o que possibilitaria a passagem a outros dispositivos: a emergência de lutas sociais contra a violência representa uma dessas linhas de fratura no dispositivo da violência. Dentro destas linhas de fratura, o respeito à dignidade humana, com fundamento no direito à vida, poderia consistir no fundamento de uma luta social contra a violência. Seria

então, possível, pensar a construção de uma cidadania mundial, marcada pela criação institucional e pela difusão e comunicação de práticas sociais, jurídicas e simbólicas inovadoras e planetárias.

Percebe-se que a violência e a democracia se expandiram de maneira interligada, complexa, paradoxal e, às vezes, simplesmente surpreendente. Essa forma de interligação e provocação recíprocas poderia ser analisada de várias maneiras. Sendo uma delas a questão da problemática dos direitos, que acaba sendo emblemática dos inúmeros paradoxos gerados pela imbricação da criminalidade e a afirmação de direitos, da violência e da democracia. Um fato ocorreu em meados dos anos 1980, o movimento de direitos humanos, originário da reivindicação por anistia aos prisioneiros políticos, articulou a defesa dos direitos humanos dos prisioneiros comuns, e exibiu publicamente as degradantes condições dos presídios brasileiros. Houve oposição, em que a justiça foi vista, pela maioria dos cidadãos, como ineficiente, e como algo assegurado para a minoria. Veja o que diz Caldeira (2002):

> Se a justiça é privilégio e se a maioria dos cidadãos têm seus direitos sistematicamente violados, por que assegurar direitos a criminosos?, perguntavam os que atacavam os direitos humanos. E assim, uma marca de iniqüidade e desigualdade social foi articulada para desestabilizar a expansão da democracia e minar uma tentativa de expandir o respeito aos direitos dos cidadãos. (CALDEIRA, 2002, p. 44).

Constata que a violência da Polícia Militar de São Paulo acaba perversamente satisfazendo seus "clientes", os cidadãos que aprenderam a interpretar a violência da PM como sinal de eficácia – que mesmo que a maioria daqueles que articulam a defesa da "polícia dura" seja do mesmo grupo social da maioria das vítimas da PM: os moradores pobres da periferia. Ocorre em contrapartida que a polícia que mata acaba sendo vista como aquela que cumpre seu dever e faz cumprir os "direitos" dos cidadãos pobres por justiça e segurança:

> As interligações perversas entre democracias e violência na sociedade brasileira colocam questões cruciais. Se elas não apontam para a impossibilidade da política de maneira tão direta quanto nos casos analisados por Agamben e Balibar, pelo menos parecem sugerir a importância dos esquemas liberais mais conhecidos para

> formular interpretações do que se tece hoje na sociedade brasileira e, a bem da verdade, em várias das democracias da "terceira onda", em que as violações dos direitos e a crueldade insistem em ser a sombra dos processos de democratização. (CALDEIRA, 2002, p. 46).

A autora supracitada completa este artigo demonstrando o caráter paradoxal que ocorre no Brasil, pois vigora tanto o pessimismo quanto o otimismo, pois verifica-se o aprofundamento democrático, o único processo do qual se pode pedir reformas que venham, de fato, promover a justiça social. Por outro lado, percebemos que este aprofundamento não exime novas invenções de esquema explicativos, que tomam os paradoxos como a regra e o cerne da realidade social, e não como desvio passageiro.

Na atualidade, o tema da violência tem-se repercutido na sociedade brasileira de duas formas. Por um lado, a sociedade brasileira tem acompanhado o aumento da violência e da criminalidade; por outro, nota-se a ausência de respostas por parte das polícias e da justiça, que se percebe no despreparo das forças policiais para o enfrentamento do crime e nas altas taxas de impunidade.

Izumino (2002) relata sobre os déficits de informações na base nacional e estadual de dados sobre roubos, estupros ou seqüestros. Os dados disponíveis referem-se ao quadro de homicídios, que constituem a única base de dados que possibilita comparações entre diferentes regiões do País em relação à segurança pública.

De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, constata-se que no período de 1980 a 1998, os homicídios já vêm apresentando tendência de crescimento entre as causas externas de mortalidade, e entre 1980 e 1985 correspondiam, respectivamente, a 19,8% e 23% das causas externas de mortalidade. Em 1990, essa taxa subiu para 31,8% e, em 1995, para 32,3%. Em 1998, as principais causas de mortalidade no Brasil foram as doenças do aparelho circulatório, responsáveis por 27,6% dos óbitos, e as causas externas, que corresponderam a 12,6% dos óbitos naquele ano, e dentre as causas externas, os homicídios dolosos corresponderam a 35,7% dos óbitos, enquanto os

acidentes de transporte a 26,4%. Tais números mostram que a violência vem crescendo em ritmo considerável em todo o País. Entretanto, as análises a respeito destas taxas de crescimento devem considerar a necessidade de relativizar estas freqüências com base em diferentes variáveis, distribuição na população segundo sexo, faixa etária ou nível socioeconômico, para que se torne possível observar a distribuição desigual destes crimes.

Mesmo ocorrendo nos grandes centros urbanos um maior número de crimes, com ênfase em crimes contra o patrimônio (roubos, furtos, latrocínios), a imprensa tem mostrado a expansão para outras cidades menores, que apresentaram um considerável desenvolvimento econômico. Neste sentido, Izumiro (2002) diz que

> É importante ressaltar que, embora o senso comum vincule o aumento da criminalidade ao aumento da pobreza, não se pode omitir o fato de que o empobrecimento de largas camadas da população tem sido resultado de um crescimento econômico desordenado e da distribuição desigual da riqueza. (IZUMINO, 2002, p.47).

Verifica-se que a partir de 1980 os homicídios têm sido a primeira causa de mortes entre jovens do sexo masculino. As análises demonstram que a região Sudeste possui a maior taxa de homicídio na faixa etária de 16 a 24 anos: 74,2 homicídios por 100 mil/habitantes, ultrapassando as taxas de outras regiões no mesmo período. Na região sudeste concentra-se três capitais com altas taxas de homicídios entre jovens: São Paulo (134,9), Rio de Janeiro (113,6) e Vitória (187). Além disso, foram observadas taxas elevadas ou superiores em Recife (142,2), Macapá (117), Cuiabá (107,4) e Boa Vista (114). Com exceção de Boa Vista e Macapá, o homicídio é a causa de mais da metade das mortes dos jovens habitantes dessas capitais brasileiras.

2. ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE ENVOLVENDO JOVENS

2.1. Segurança Pública: algumas considerações

O objetivo primordial das políticas públicas é compreender e solucionar determinados tipos de problemas enfrentados pela população de um dado espaço. Cabe, portanto, ao setor público, elaborar, planejar e executar tais políticas. Contudo, em muitos casos, elas não são planejadas e executadas de forma sistemática, pois os interesses das classes envolvidas são díspares.

De forma geral, a noção de políticas públicas deve englobar não só os processos decisórios e os conseqüentes cursos de ação, como também a ausência de decisões e de intervenções governamentais. Além disso, não se deve pressupor que as políticas públicas sejam dotadas de racionalidade, e caracterizadas pela seqüência de diagnósticos, planejamento, execução e avaliação. Esse padrão racional e sistemático serve mais como um tipo-ideal do que como uma descrição acurada das intervenções governamentais concretas nas diversas sociedades contemporâneas. Um fato importante refere-se à implementação de políticas públicas nas sociedades modernas, que não está sujeita apenas à dualidade Estado/mercado. A participação de organizações voluntárias, sem fins lucrativos e as organizações não-governamentais também se fazem presentes nesse processo.

Atualmente, disseminou-se, em muitos países ocidentais, o conceito de que a responsabilidade social não é mais um atributo exclusivo do Estado, nem da ação cívica dos cidadãos de forma individual. A sociedade civil e o governo realizam, cada vez mais, parcerias entre si, assumindo a co-responsabilidade pela oferta de alguns bens públicos.

Este processo fundamenta-se em reconhecer que é possível o entendimento entre agentes com lógicas distintas de atuação, mas com objetivos comuns, sem que haja perda de identidades e desvios de missões institucionais específicas. Dessa forma, as diferenças e conflitos entre as lógicas de Estado, mercado e sociedade civil organizada são dificuldades percebidas como incentivos à formação de arranjos cooperativos entre as partes.

Sapori (2007), ao discutir a questão da segurança pública, faz os seguintes questionamentos: 1) Pode a atuação da polícia impactar as taxas de criminalidade? 2) Haverá alguma correlação entre as taxas de aprisionamento e as taxas de crimes contra a pessoa e o patrimônio? O referido autor comenta que após a implantação de políticas de segurança pública na cidade de Nova York, entre 1994 e 1998, houve uma queda de mais de 50% nas taxas de homicídios, sendo este um exemplo bem sucedido de intervenção pública nesse setor. O Quadro 1 mostra outros aspectos que distinguem algumas perspectivas de políticas de segurança pública.

Tipo	Política repressiva	Política preventiva
Fundamento valorativo	A punição é um importante instrumento de afirmação de valores morais e culturais	O mais importante é evitar que o crime aconteça: o respeito à justiça, à igualdade e aos direitos humanos são basilares na ação do Estado
Pressuposto da ação social	O criminoso é um ator racional, devendo assumir plena responsabilidade por seus atos e responder perante o sistema de justiça criminal.	O criminoso é vítima de condições sociais marcadas pela desigualdade, injustiça e discriminação.
Hipótese criminológica	Os níveis de criminalidade estão associados ao grau de eficiência do sistema de justiça criminal.	Os níveis de criminalidade estão associados aos níveis de desemprego e pobreza a às crises econômicas.
Diretriz de política pública preponderante	As medidas dissuasórias – aparelhamento da polícia, aperfeiçoamento da máquina judicial, maior rigor na aplicação da pena, incremento do encarceramento – devem ser o cerne da ação governamental.	As medidas de inclusão social e humanitária – diminuição da desigualdade social e do desemprego, incremento da participação comunitária, valorização da educação, ênfase na ressocialização do criminoso – devem ser o cerne da ação governamental.

Quadro 1: Perspectivas da política de segurança pública.
Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - 2003
Org.: Freitas, O.A. (2008).

A trajetória da política de segurança pública na sociedade norte-americana, nos últimos 40 anos, fornece-nos evidências empíricas da importância dessa dicotomia (política repressiva e política preventiva) e de seus impactos na formulação de idéias entre os *decision makers*. Até meados da década de 1970, as recomendações do relatório da *President's Comission on Law Enforcement and Administration of Justice*, elaborado em 1967, sustentaram boa parte das políticas públicas a nível federal e estadual. Essa comissão declarou que o crime era causado, essencialmente, pela desorganização da sociedade norte-americana. Tal afirmativa era uma maneira de encobrir os verdadeiros condicionantes da criminalidade no local, em especial, as injustiças raciais e a desigualdade econômica, além de prescrever a reintegração dos egressos do sistema prisional em suas comunidades.

A partir da década de 1970 houve uma mudança nas diretrizes da política de segurança, devido à ascensão política dos conservadores. Ronald Reagan consolidou esta mudança, sendo eleito presidente. As mudanças foram nos investimentos do aparato policial, bem como na reestruturação da legislação penal, com o intuito de incrementar a severidade das penas, além do investimento maciço no encarceramento. Nesse período, a população prisional dos EUA subiu de 700 mil detentos para mais de 2 milhões no início do novo milênio.

Em diversos países da região, em especial da América Central, observa-se o reforço do policiamento nas vias públicas, em geral com o apoio das forças armadas, bem como o recrudescimento das normas que regulam a prisão preventiva e as penas alternativas à prisão. Isso tem aumentado a população prisional, além dos deslocamentos da forças militares para as funções de segurança interna. Em contrapartida, adotaram-se políticas públicas visando combater as causas sociais da criminalidade, em especial, a exclusão e a urbanização desordenada, como foi o caso da cidade de Medelín, no fim dos anos 1990, e do governo do Uruguai no início daquela década.

Sapori (2007) ressalta que as evidências empíricas disponíveis não permitem afirmar que as estratégias preventivas de controle da criminalidade sejam mais eficientes do que as estratégias repressivas, ou vice-versa. Um estudo elaborado por Lawrence Sherman (1996), coordenador de um grupo de especialistas incumbidos de avaliar o impacto de várias estratégias de controle da criminalidade, tanto a nível local quanto estadual, financiadas pelo Departamento de Justiça dos EUA, a partir de deliberação do Congresso Nacional em 1996, classificou tais estratégias em seis grandes grupos, de acordo com o contexto social no qual são inseridas. Para maiores informações das mesmas, consultar Glossário.

2.2. A Segurança Pública no Brasil: uma breve caracterização

A elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH tem como objetivo principal eleger prioridades e apresentar propostas concretas de caráter administrativo para solucionar problemas relacionados à área dos direitos humanos no Brasil para, assim, estrategicamente alcançar indicações de prioridades públicas e de desenvolvimento de projetos de ação local. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA[1], 1996).

Este órgão, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, e Justiça Criminal produziram o Mapa de Ocorrências sobre criminalidade no Brasil, no período de 2001 a 2003. Os delitos mapeados referem-se a homicídio doloso, tentativa de homicídio, lesão corporal, estupro, atentado violento ao pudor, extorsão mediante seqüestro, roubo e furtos. Tais mapas mostram uma elevada concentração de crimes nas capitais brasileiras.

[1] O Ministério da Justiça, em parceria com o Instituto de Tecnologia da Informação da Casa Civil da Presidência da República lançou o software livre *Terra Crime,* que mapeia as áreas de incidência criminal, e é distribuído gratuitamente para órgãos de segurança pública interessados. O sistema promete redefinir a maneira de se trabalhar as políticas de segurança pública ao fornecer informações detalhadas aos responsáveis por ações na área de segurança.

A premissa maior da atividade de segurança pública é a sua perspectiva sistêmica, expressa na interação permanente dos diversos órgãos públicos interessados e entre eles e a sociedade civil organizada. A Polícia, o Ministério Público e a Autoridade Penitenciária devem agir interativamente em prol da segurança pública. A prestação de serviços públicos de segurança, em sua expressão Polícia Geral, inclui o policiamento ostensivo, a apuração de infrações penais e a guarda e recolhimento de presos.

A prestação de serviços públicos de segurança engloba atividades Repressivas e Preventivas, tanto de natureza policial quanto não-policial, como no caso do provimento de iluminação pública. Os serviços de segurança pública de natureza policial e não-policial devem buscar estabelecer, aperfeiçoar e manter, conjunta e permanentemente, um sentimento coletivo de segurança.

2.3. Alguns programas sociais de prevenção à violência no Brasil

O Ministério da Justiça tem investido na capacitação de policiais e líderes comunitários, para que se tornem promotores das políticas de segurança pública nos locais onde atuam. O treinamento é resultado de parceria entre a SENASP, as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal. O Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária[2], como é chamado, são direcionados para policiais militares, civis,

[2] O primeiro Estado a realizar o curso foi o Paraná – com início em dois de julho 2007. Os próximos foram o Ceará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Maranhão. As demais unidades federativas começaram a formação em meados de agosto do referido ano. Como forma de incentivar os estados a participar da iniciativa, ficou acertado que eles serão os responsáveis pela coordenação do curso, e os gastos com o material e com as horas-aula serão custeados pela SENASP. As aulas são ministradas por profissionais – considerados multiplicadores de conhecimentos - capacitados em 2001, 2002 e 2006. São psicólogos, professores universitários, oficiais e delegados de polícia, escolhidos de acordo com conhecimento acadêmico e com a experiência profissional na área. Os programas de formação para os policiais são importantes para reforçar que a

guardas municipais, corpo bombeiros e líderes dos moradores. Os agentes de segurança pública recebem lições de mobilização social e estruturação de conselhos comunitários, além de aulas sobre direitos humanos, relações interpessoais e mediação de conflitos.

A Polícia Comunitária trabalha em conjunto com a população e as instituições de segurança pública e defesa social. O objetivo é que todos juntos tenham condições de identificar, priorizar e resolver problemas relativos à criminalidade, para garantir a qualidade de vida do cidadão brasileiro. Os próprios moradores se tornam co-responsáveis pela segurança no local em que residem. Com essa capacitação de agentes públicos, o Ministério da Justiça e as secretarias de Segurança Pública criam condições para as ações do PRONASCI. Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o projeto visa combater a criminalidade nas onze regiões mais violentas do país, por meio da integração de políticas de segurança pública. Um dos eixos principais do PRONASCI é a realização de capacitações e a estruturação da filosofia de polícia comunitária nessas áreas e o seu foco são jovens de 15 a 29 anos em situação de risco.

O subsecretário de Programas Comunitários da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, tenente-coronel Cláudio Farias comenta que "Caberá ao policial ouvir a comunidade, fazendo com que ela participe das ações preventivas de segurança e se sinta responsável pelo trabalho realizado", e destaca que o curso promove uma mudança de paradigma no trabalho do policial, e dentre elas a imagem de uma atuação repressiva, em vez de preventiva.

---

segurança pública é dever constitucional do Estado, mas também direito e responsabilidade de todos. Os cursos são oferecidos por regiões para que o agente de segurança conheça a realidade local. Para o coordenador-geral do Plano de Implantação e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção da Violência da SENASP, tenente coronel Eraldo Viegas, é importante que os agentes participem desses cursos para que se aproximem e interajam ainda mais da comunidade garantindo, assim, sucesso nas ações de prevenção à violência.

O Centro de Estudos de Segurança e Cidadania[3] - CESEC é um importante órgão que surgiu com o compromisso de desenvolver atividades de pesquisa destinadas a subsidiar políticas públicas para o enfrentamento eficiente da criminalidade com respeito aos direitos humanos. Partindo do princípio de que segurança não se resume à ausência de atos criminosos, mas significa o acesso de diferentes grupos sociais às condições de exercício pleno da cidadania, o trabalho do CESEC tem contemplado áreas temáticas tradicionalmente excluídas desse campo, buscando uma convergência entre os debates sobre sistema de justiça criminal e as discussões sobre desigualdades, direitos e democracia no Brasil.

O referido Centro tem dado importância especial à relação com os meios de comunicação e inaugurou em 2004 uma área de pesquisa especificamente voltada para o tema Mídia e Violência, objetivando ampliar o diálogo com profissionais da área e potencializar o papel da imprensa na democratização do sistema de segurança e justiça. Além disso, tem mantido presença freqüente na mídia, divulgando resultados de pesquisas em matérias jornalísticas. Também atua como analista e comentador de temas em debate, por meio de artigos assinados, notas, participações em matérias e entrevistas.

Sposati (2004) ressalta que o Brasil é um país de regulação tardia, isto é, cuja efetivação das redes sociais públicas passou ao Estado só a partir da Constituição Federal de 1988. O maior resultado da visão neoliberal em nossa realidade é a desconsideração dos governantes em assegurar direitos de cidadania. Desta forma, percebe-se que as políticas sociais caracterizam-se como políticas de governo e não como políticas de Estado ou políticas públicas. O referido autor faz menção aos avanços democráticos na gestão municipal de São Paulo do período entre 1989 e 1992, mas sua permanência pós-1992 foi frágil.

[3] O CESEC foi criado em abril de 2000, na Universidade Candido Mendes, para dar continuidade ao trabalho pioneiro realizado na Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, entre janeiro de 1999 e março de 2000. É um órgão que se dedica à realização de pesquisas aplicadas, consultorias, monitoramento de projetos de intervenção, fóruns, seminários, atividades de treinamento e difusão de informações nas áreas de segurança, justiça, sistema penitenciário e prevenção da violência. Desde que surgiu, realizou 16 seminários e conferências nacionais e internacionais; concluiu 20 projetos; publicou 10 livros e 12 boletins, além de diversos artigos em periódicos de outras instituições, e iniciou nove novos projetos, atualmente em andamento.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, foi implantado após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990. Sendo que na gestão do prefeito Paulo Maluf houve uma paralisação da redemocratização. O CMDCA, para sobreviver e ter recursos financeiros fez parceria com o CASA, órgão de responsabilidade da primeira dama Silvia Maluf, e em seguida, Nilcéa Pitta. No governo Marta Suplicy estes órgãos foram extintos e instalados efetivos espaços públicos de decisão democrática. A mudança ocorrida na assistência social foi extremamente forte, e a cidade de São Paulo foi a última capital brasileira a atingir um padrão de legalidade perante a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, de 1993. Somente em 2001 é que foi instituída, na Prefeitura de São Paulo, a condição que todas as demais capitais brasileiras, e a maioria dos municípios, já possuíam e desenvolviam.

A constituição da assistência social como política de Estado, sob o padrão da gestão democrática, foi um passo fundamental de mudança. O Fundo Municipal de Assistência Social materializou, pela primeira vez no orçamento da cidade, as transferências de recursos federais e estaduais para a gestão da cidade. Foi ocasionado o diálogo com o governo do Estado para se efetuar a descentralização de serviços estaduais na prefeitura.

2.4. O Mapa da Violência dos municípios brasileiros

O primeiro relatório de desenvolvimento Juvenil feito no ano de 2003, e pretendeu-se realizar uma descrição da situação social, educacional e ocupacional dos jovens do Brasil, objetivando propor a construção de um indicador sintético capaz de refletir as condições de vida e as possibilidades de acesso da juventude brasileira a benefícios sociais

considerados básicos, como saúde, educação e renda, nas diversas unidades federadas do país. Assim, este indicador sintético foi denominado Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ, e para sua construção, foram utilizados critérios e dimensões semelhantes aos propostos no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Mas não foi uma simples transposição de critérios, foram reestruturados e adaptados de modo a contemplar questões e situações específicas da juventude na faixa etária de 15 a 24 anos.

O segundo relatório consta da atualização dos dois anos seguintes, no qual foram comparados os dados da situação encontrada em 2003 e em 2005, com o intuito de se estabelecer áreas nas quais o direito de acesso aos benefícios sociais básicos tenha melhorado, estagnado ou, inclusive, regredido no período transcorrido entre ambos os relatórios.

WAISELFISZ (2008) aborda, também, neste relatório, o IDH, em que foram dedicados capítulos específicos para cada dimensão utilizada para construir o índice: educação, saúde e renda, verificando a incidência de diversos aspectos, como cor/raça, gênero, grupos etários, renda, dentre outros, na situação de vida da juventude brasileira.

O terceiro relatório foi divulgado por meio do Instituto Sangari, o RITLA e o Ministério da Ciência e Tecnologia, que corresponde ao ano de 2007, e com idêntico propósito ao dos anteriores, que é o de verificar a evolução da situação da juventude brasileira nos últimos anos. O relatório busca ser enfático ao chamar a atenção das autoridades e da sociedade em geral para o fato da continuidade e reprodução, sobre nossos jovens, dos velhos padrões de desigualdade já amplamente discutidos e documentados no Brasil. Isto mostra que muito tem sido feito, contudo, ainda falta um longo caminho para se percorrer. Ainda há uma elevada concentração de renda que persiste e é claramente influenciada pela cor, pelo sexo e por fatores regionais, e ligada a esses aspectos está a desigualdade na distribuição de renda e no acesso a serviços essenciais, como educação e saúde.

O terceiro relatório busca propor uma plataforma de conhecimentos em condições de orientar debates, estudos e políticas sobre o tema e, principalmente, acompanhar a situação da juventude no país, verificando se as limitações e os problemas diagnosticados no Relatório de Desenvolvimento Juvenil de 2001 e 2003 apresentaram alguma solução ou continuam tal como foram apontados. Com relação à situação atual do jovem, Waiselfisz (2007) comenta:

> É importante indagar sobre o significado de "ser jovem" em um mundo como o de hoje, globalizado, culturalmente diversificado, voltado para as novas tecnologias digitais; atravessando diversas crises que vão além do econômico para ingressar no institucional, em uma sociedade cuja democracia encontra-se profundamente afetada por situações de extrema pobreza, exclusão e iniqüidade. São essas situações de exclusão, aliadas às desfavoráveis condições socioeconômicas, que constituem cenários significativamente comprometedores para o processo de integração e inclusão social dos jovens. (WAISELFISZ, 2007, p. 9).

Cabe ressaltar que na América Latina, mesmo com os avanços nos diversos indicadores sociais, como os apresentados pelo PNUD no seu Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH, divulgado anualmente, a juventude ainda está sujeita a sérias limitações, relacionadas à ausência de direitos considerados básicos, tais como o acesso ao conhecimento disponível e adequado às modernas necessidades sociais, qualidade de vida satisfatória e saudável, déficits educacionais, limitações de inserção no mercado de trabalho e mortalidade juvenil elevada. O estudo se utilizou da base de dados da PNAD, do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS) de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2001, e dos relatórios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

De forma analítica, a juventude tem sido definida a partir de um agregado estatístico, o que possibilita juntar, num mesmo conjunto, indivíduos diferentes, categorizados pelo fator único de ser de tal ou qual idade. Se o início dessa fase jovem é mais ou menos consensual – começa quando finalizam as transformações da adolescência, algo entre os 13 e os 15 anos de idade, o ponto final parece ser bem mais difuso: entre 18 e 24 anos ou até 29 anos ou mais de idade, segundo o país, a época, o grupo, a cultura, dentre outros fatores.

Trata-se, via de regra, de encontrar as diferenças de situação ou de condição a partir da ruptura da aparente homogeneidade estabelecida pela faixa etária que permitiria englobar uma enorme diversidade numa categoria única, a "juventude".

Em geral, a juventude é considerada como um período de transição, que vai da adolescência à idade adulta. Na adolescência, ocorre uma longa série de mudanças fisiológicas, especialmente as relacionadas ao desenvolvimento das características sexuais secundárias e à maturidade reprodutiva. Na idade adulta, considera-se a autonomia dos indivíduos, com a independência familiar e econômica, ou seja, a juventude caracteriza-se por uma etapa na qual os indivíduos, tendo já adquirido pleno potencial biológico para a produção e a reprodução da vida, ainda são considerados socialmente imaturos para desempenhar essas funções. Fala-se até de uma transição para a vida adulta que apresenta, na atualidade, trajetórias juvenis mais ou menos definidas, mas em constante mutação: terminar os estudos, ingressar no mundo do trabalho, do casamento, da formação de um novo lar apareceriam como indicadores da trajetória nesse processo juvenil de aquisição do papel de adulto na sociedade. É fato recente na história da humanidade, a consolidação da categoria da juventude como etapa do ciclo de vida humano, inserida entre a infância e a idade adulta.

A construção do conceito de juventude, no qual se identifica hoje um amplo setor da população com características próprias, consolida-se com os novos ordenamentos sociais e produtivos de finais do século XIX e, principalmente, do século XX. O fortalecimento e a universalização da instituição escolar tiveram fundamental importância na construção da categoria "jovem" como fase de preparação para a vida. Ao longo do século XX, o conceito continuou evoluindo, especificamente quando o processo de globalização originou transformações nas relações econômicas e sociais, que impactam o mundo todo.

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU definiu a juventude, pela primeira vez, em 1985, para o Ano Internacional da Juventude. Ao subscrever

as diretrizes para o planejamento posterior e o acampamento do setor da juventude, a Assembléia definiu como "jovem" a pessoa entre 15 e 24 anos, sem prejuízo de outras definições de Estados-membros. Quando a Assembléia Geral aprovou o Programa Mundial de Ação para a Juventude até o ano 2000, reiterou que a Assembléia Geral definia a juventude como a faixa etária de 15 a 24 anos. Ressaltou, também, que além da definição estatística, o sentido do termo juventude havia mudado, continuamente, como resposta a flutuações das circunstâncias políticas, econômicas e sócio-culturais.

A seguir, serão tecidos comentários sobre as dimensões que foram consideradas no cálculo do IDJ, bem como os seus respectivos indicadores:

1. Educação, integrada por três indicadores: a) Analfabetismo: A alfabetização tem sido vastamente reconhecida como fator determinante da situação econômica e social dos indivíduos. Não poderia deixar de constituir, portanto, um dos indicadores básicos do IDJ. Foi utilizado no estudo o conceito operacionalizado na PNAD, o mesmo empregado na grande maioria das estatísticas internacionais, em que são definidas como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem. Operacionalmente, foi definido como a relação entre o número de analfabetos na faixa de 15 a 24 anos registrados pelo PNAD de 2006 e a população de 15 a 24 anos de uma unidade de análise determinada; b) Escolarização adequada: Esse indicador corresponde à taxa de escolarização combinada utilizada no IDH, que se baseia na somatória da taxa bruta de matrícula de todos os níveis de ensino. Substitui, também, a opção utilizada no IDH – Médio que, em lugar das taxas de matrícula, recorre ao indicador "freqüência à escola", também em todos os níveis educacionais. No IDH – Médio foi utilizada a freqüência à escola, mas restrita aos níveis de ensino correspondentes à faixa etária focalizada neste estudo (15 a 24 anos). Segundo o Ministério da Educação, a faixa etária adequada para o Ensino Médio vai de 15 a 17 anos e, em situação regular, um jovem estaria concluindo o curso superior por volta dos 22

anos; c) Qualidade do ensino: Sem correlatos no IDH. Tão importante quanto os aspectos quantitativos da cobertura incluídos no IDH são os aspectos que apontam a qualidade do acesso ao conhecimento. Pode ser que esse aspecto não foi incluído no IDH porque não são muitos os países que contam com mecanismos de avaliação os quais, de forma sistemática, possibilitem aferir essa qualidade do ensino.

2. Saúde, integrada por 2 indicadores: a) Mortalidade por causas internas. Refere-se às mortes de jovens por problemas que erodem a saúde física. Em mais de 80% dos casos, segundo análise do próprio Ministério da Saúde disponibilizada pelo DATASUS, as causas seriam perfeitamente "evitáveis". Ou seja, as mortes ocorrem apesar da existência de cobertura de saúde e de possibilidades de profilaxia, o que estaria evidenciando, quando a mortalidade é elevada, a fragilidade do serviço público e a ausência de políticas de acesso dos jovens à saúde; b) Mortalidade por causas violentas: A seleção desse indicador remete a uma especificidade recente da juventude: a vulnerabilidade dos jovens à violência. O indicador foi construído somando-se o número de óbitos por homicídios, suicídios e acidentes de transporte registrados em 2005 no SIM do Ministério da Saúde, por grupos de 100 mil jovens.

3. Renda: Renda familiar Per Capita: Correlato do Produto Interno Bruto - PIB per capita utilizado pelo IDH, corresponde ao total de rendimentos mensais obtidos pelo grupo familiar dos jovens de 15 a 24 anos, segundo declarado no levantamento da PNAD 2005, relacionado ao número de membros do grupo.

Para a construção do IDJ, as porcentagens, médias, e taxas originadas dos indicadores de base foram transformadas em índices seguindo os mesmos procedimentos utilizados pelo IDH: Índice=valor observado-valor mínimo/valor máximo – valor mínimo.

Dias (2007) ressalta que no universo da pobreza e de dificuldades em que são socializados, todos os entrevistados na pesquisa "os jovens e os programas educativos em

Florianópolis" expressam sua intensa ligação com o grupo familiar, fator que tem atuado de forma eficaz para a promoção de sentimentos de dedicação, generosidade e solidariedade. Admitem os conflitos e as relações difíceis diante de novas situações, sobretudo aquelas que dizem respeito aos novos parceiros escolhidos pelas mães ou pais. Sobre as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, os jovens revelam uma preocupação extremada com a questão do emprego/desemprego, sendo que esta preocupação não se refere apenas à necessidade de ajuda à família, mas também como um fator que possibilita a vivência da condição juvenil em outras esferas sociais extremamente valorizadas por eles, como a sociabilidade e a possibilidade de fruir atividades de lazer e cultura, incorporando os bens materiais simbolicamente identificados com o modelo cultural de jovem, divulgado pela mídia (roupas, aparelhos eletrônicos etc.). Além disso, o trabalho é necessidade, mas também condição para fruição no lazer e meio para adquirir autonomia, mesmo em um momento do ciclo de vida anterior à maioridade jurídica. O trabalho entra em suas vidas de forma precoce. Dias (2007) acrescenta que

> Família e trabalho estão sempre associados. A necessidade do trabalho não está relacionada apenas à sobrevivência da família, mas também aparece como estratégia de sobreviver à lógica da sociedade de consumo. Evidencia-se um consenso entre os entrevistados no que se refere ao desejo de trabalhar e obter um emprego. Na fala dos jovens entrevistados, isso parece ser um imperativo, uma vez que o acesso a certos bens de consumo acaba funcionando como um mecanismo de inserção no universo juvenil. (DIAS, 2007, p. 130).

O município de Florianópolis, sede dos programas investigados por Dias (2007), é formado, geograficamente, pela Ilha de Santa Catarina e mais uma extensão de área urbana, que avança no continente, faz limite com os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu. Cerca de 20% da população total está na faixa etária entre 15 e 24 anos, o que vale ressaltar que corresponderia a 69.989 jovens e adolescentes em 2000. Já a população situada na faixa etária entre 25 e 75 anos ou mais corresponderia a 55,68% da população total.

Os jovens entrevistados no trabalho de Dias (2007) estão muito preocupados com a família real, com as dificuldades financeiras enfrentadas pelos seus pais, mostram-se solidários e se sentem responsáveis. Embora não encontrem, procuram emprego para amenizar a falta de condições socioeconômicas de suas famílias. Tecem sonhos e projetos de melhoria de vida e, nesse sentido, o Programa Agente Jovem, mesmo com os atrasos dos benefícios da bolsa, constitui, na perspectiva das jovens, uma maneira de ajudar a família e de ter acesso a certos bens. Dessa forma, o discurso da vulnerabilidade juvenil, tão postulada por programas públicos destinados a jovens pobres no Brasil, deve ser superado.

No referido trabalho foi feita uma caracterização do município de Florianópolis, enfocando os principais programas destinados a adolescentes e jovens, tais como a Casa da Liberdade e Liberdade Assistida. Em seguida, descrevem os programas selecionados, priorizando as falas dos gestores, coordenadores, educadores, suas principais concepções sobre os destinatários de suas ações e suas definições sobre o caráter educativo desses programas. Além disso, preocupou-se em entender a relação dos programas de atendimento com a escola formal freqüentada pelos jovens. Por fim, apresentaram-se os depoimentos dos jovens que freqüentavam tais programas, com o intuito de dar visibilidade aos sujeitos destinatários dessas políticas públicas.

Os dados referentes à mortalidade, disponíveis no site da Secretaria Estadual de Santa Catarina, para a faixa etária entre 20 e 29 anos, apontam um índice de 1,63 (por mil) de mortes na população masculina e de 0,49 (por mil) na população feminina. Nota-se maior taxa de mortalidade entre jovens e adolescentes do sexo masculino e, desse modo, Florianópolis não foge à regra nacional dos grandes centros urbanos no quesito “vítimas de morte violenta de jovens do sexo masculino”. (FURINI, 2007, p. 87).

Os projetos desenvolvidos têm como características a ocupação do tempo livre dos jovens e adolescentes, revelada na sua periodicidade, pois são, na sua maioria, de

modalidade diária. O espaço de efetiva participação dos adolescentes no planejamento e nas decisões é reduzido, sendo expresso, majoritariamente, para sugestões de atividades. No caso dos municípios analisados, a inexistência de programas ou projetos que incluam a participação dos jovens em suas diferentes etapas, desde a concepção até a execução, sinaliza a ausência de conteúdo para afirmações recorrentes em torno da autonomia, protagonismo e emancipação dos jovens. Pois quando as políticas não conseguem ou não desejam interagir com jovens que colocam seus direitos na forma de alguma demanda específica, não há condições para que esses segmentos possam adquirir visibilidade pública e política de modo a serem considerados pelo poder público como portadores de demandas e direitos. Além da escola, a família, os grupos de pares, as igrejas, os meios de comunicação e também os programas que os jovens freqüentam, são formas cotidianas de convivência e intercâmbios que exercem de modo direto as influências sobre o seu modo de ser.

Furini (2007) relata que as práticas educativas dos programas são diversos. O programa Casa da Liberdade busca complementar o trabalho escolar com práticas alternativas culturais e artísticas por meio de oficinas e formação profissional. O Programa Liberdade Assistida consolida o caráter educativo com base numa percepção de orientação para as famílias e aconselhamento aos jovens. Ou seja, ambas tem ação ao lado do universo escolar, limitando-se à exigência de freqüência às aulas.

A partir dos anos 1990, uma das práticas mais incentivadas por agências multilaterais foi a criação de espaços de educação complementar para o atendimento de crianças e adolescentes no período alternado ao da escola. A Conferência Mundial de Educação, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, apontava para esse movimento a partir da seguinte afirmação:

> Precisamos, realmente, de todos pela qualidade da educação, ou seja, do pleno envolvimento das organizações públicas, empresariais, sindicais, religiosas e comunitárias com a questão da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de nossas crianças e adolescentes (UNICEF, 1992, p. 10).

O Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH é uma organização da sociedade civil, cujo objetivo é promover; valorizar e proteger os direitos das pessoas, em especial o direito à vida. O MNDH atua no combate sistemático à violência e à impunidade.

O Banco de Dados sobre Violência - BDV, instrumento que está a serviço da construção de uma cultura de valores e respeito aos direitos humanos é um instrumento estatístico imprescindível ao estudo e diagnóstico dos homicídios. Ele disponibiliza informações voltadas à formulação de propostas para políticas públicas de segurança e cidadania e incentiva órgãos oficiais com vistas ao efetivo cumprimento dessas propostas.

O BDV surgiu por meio de uma experiência iniciada em 1989, em duas unidades do Centro de Cultura Luiz Freire, em Olinda - PE: O Setor de Documentação do Centro e o Gabinete Jurídico de Orientação Popular (GAJOP). Tal experiência expandiu-se, em agosto de 1992, para os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, e nacionalizou-se no início em 1994. O Espírito Santo, cuja experiência teve início em janeiro desse mesmo ano, é um dos poucos Estados com um registro continuado ao longo desses anos.

O motivo que levou o MNDH a estruturar e implantar um banco de dados sobre a violência foi a constatação de que não existe formulação de políticas públicas consistentes sem o embasamento concreto em indicadores estatísticos que revelem, com clareza, a problemática da violência no Brasil. A ausência de indicadores, por conseqüência, interfere também no monitoramento das políticas públicas de segurança. A fonte escolhida na maioria das unidades da Federação foi a imprensa, pelo fato de ser a única de acesso a todas as entidades escolhidas como responsáveis pela pesquisa e manutenção do BDV. Devido aos fatores de infra-estrutura e a disponibilidade de recursos humanos na maioria das centrais estaduais, optou-se pelas ocorrências de homicídios, em detrimento das mortes decorrentes de acidentes de trânsito e outras formas de violência.

As ações feitas para desenvolver este projeto foram feitas da seguinte maneira: Primeiro, foi feita uma comparação dos homicídios ocorridos nos estados brasileiros e nos municípios do Espírito Santo, identificando os municípios nos quais ocorreu um maior número de registros do fenômeno, particularmente os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória. Em seguida, realizou-se a comparação dos números de vítimas, dos acusados/suspeitos e das ocorrências dos homicídios, bem como do sexo e da faixa etária das vítimas. Com o intuito de encontrar um padrão de comportamento ao longo do tempo, foi estabelecida a estação do ano, os meses, os dias da semana e as horas de maior freqüência dos homicídios. Constatou-se que a maioria dos homicídios é cometida por arma de fogo, e que uma parte deles atinge pessoas que se encontram encarceradas e uma população associada a ilícitos. Identificaram quais os agentes da violência detendo-se, particularmente, nos grupos de extermínio e nas ações policiais.

Os dados da PM referem-se a ocorrências e podem não computar todos os homicídios, pois nem todas são atendidas pela PM (problema que as outras fontes também apresentam). Pois uma ocorrência é evolutiva, uma tentativa de homicídio constatada pela PM pode mais tarde concretizar-se, e uma mesma ocorrência pode envolver mais de uma vítima. Os dados da Polícia Civil não eram organizados de maneira clara até 1997. Após essa data, têm-se os dados fundados nos atestados de óbito registrados no Instituto Médico Legal – IML. No entanto, podem ocorrer casos de morte não registrados e/ou problemas com a própria base de dados da Polícia Civil.

Os dados do SIM/DATASUS baseiam-se nas declarações de óbito, recolhidas nos cartórios, e processadas pela Divisão de Informações em Saúde das Secretarias Municipais de Saúde, e pela Secretaria de Estado da Saúde. Em seguida, são encaminhadas ao Ministério da Saúde. Certas Secretarias Municipais de Saúde – sobretudo da Região Metropolitana de Vitória – consultam também os hospitais, e cruzam seus dados com os do IML e com os das

outras prefeituras da Região. Por fim, o banco de dados do MNDH – Região Leste 1 registra os dados sobre os homicídios divulgados na imprensa local (jornais A Gazeta e A Tribuna). Dessa forma, são registrados dados gerais, como data, hora e agente ao qual se atribui a violência, motivos e circunstâncias, no local, cidade e bairro.

A Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo está atualmente construindo uma base de dados que se propõe a unificar as informações de diferentes setores da polícia, buscando georreferenciá-las. Assim, as fontes são diferentes e usam métodos diferentes. Por isso, os dados apresentam-se de forma diferenciada. Contudo, as tendências se confirmam em, pelo menos, três das fontes no período pesquisado. De acordo com a Polícia Militar, o SIM/DATASUS e a BDV/MNDH, houve uma ascendência das ocorrências entre 1994 e 1998, seguidas de duas reduções sucessivas, e nova ascensão, rumo aos números de 1998, acentuadamente elevados.

2.5. Os Jovens e as Medidas Socioeducativas

O jovem infrator necessita de meios de recuperação social que possam inseri-lo na sociedade, de forma que tenha os valores morais e sociais restituídos. É papel do Estado e da sociedade civil garantir os direitos aos jovens, que são vítimas e autores da criminalidade urbana em nosso país.

O Guia Teórico e Prático de medidas socioeducativas foi elaborado em 2004 pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para prevenção do delito e tratamento do delinqüente – Brasil, e também pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. Esse guia almeja ser uma contribuição à consolidação de novos paradigmas de ação no âmbito

das políticas públicas estaduais e municipais de execução de medidas destinadas a adolescente em conflito com a lei. Dessa forma, o Guia organiza-se em cinco partes. A primeira parte corresponde à discussão teórica, apresentando algumas experiências concretas de execução de medidas socioeducativas.

Ao explanar o assunto busca-se discutir a política de execução de medidas socioeducativas, tratando-se, conseqüentemente, da distribuição de competências e dos papéis de cada órgão federativo. Nota-se que a organização das políticas voltadas à infância e a juventude é norteada por princípios, que incidem, também, sobre os programas socioeducativos. Fala-se de municipalização, descentralização, integração operacional, dentre outros aspectos, que devem ser observados na operacionalização das políticas socioeducativas. O Guia é composto de alguns critérios para cada modalidade de medida socioeducativa, que no nosso entender, são fundamentais para o alcance de suas finalidades.

As experiências mencionadas preenchem um ou mais requisitos, mas não podem ser consideradas experiências positivas e exemplares em sua plenitude. Com relação à medida de internação, o Guia relata as experiências que se destacam quanto à incompletude institucional (considerando-se, especialmente, a utilização de recursos comunitários e de políticas intersetoriais, a realização de atividades externas, a existência de mecanismos de participação da sociedade civil na gestão, e de instrumentos de controle externo). Sobre a questão da disciplina é apresentado o interesse em identificar unidades com regras claras e previamente conhecidas pelos adolescentes evitando-se, assim, arbitrariedades e imposição de sanções disciplinares, que afrontem a legalidade. Finalmente, a existência de programas de atendimento a egressos também foram contemplados na discussão dos programas socioeducativos de privação de liberdade.

> [...] a atenção às necessidades especiais de saúde dos jovens é um tema de extrema atualidade seja em razão da condição peculiar de desenvolvimento dos internados, onde se destaca o sadio desenvolvimento da sexualidade, seja porque questões como a presença de distúrbios mentais e drogadição são bastante recorrentes,

> exigindo que a política socioeducativa esteja efetivamente integrada às demais políticas dirigidas à juventude. (UNICEF, 2004, p. 5).

Para a medida de semi-liberdade, reunimos experiências que se destacam pela utilização de mecanismos de co-gestão e também pela estrutura física da casa de semi-liberdade. Mas esta medida é a de menor implementação, e a que menos possui uma construção teórica e doutrinária sendo, também, de pouca definição legal no ECA. Além disso, o Guia apresenta o mapeamento por Estados, de dados sobre as medidas socioeducativas. Numericamente, a semi-liberdade é pouco utilizada, sendo que em determinados estados da federação que não a consideram como uma via socioeducativa.

Em relação à medida de liberdade assistida, elegemos como critérios a qualidade das atividades oferecidas nos diferentes programas, sempre tendo em vista a escolarização e a profissionalização como seus eixos básicos. Formas de atendimento também foram consideradas para a organização dos programas socioeducativos de liberdade assistida que não podem excluir os atendimentos individuais, em grupo e familiares. O papel do orientador, sua capacitação técnica e seu vínculo com o programa correspondeu a outro critério de análise. A escolarização e o acompanhamento escolar, juntamente com a inserção no mercado de trabalho e a profissionalização do adolescente em cumprimento da medida socioeducativa são os principais objetivos que a liberdade assistida deve buscar. Por fim, a prestação de serviços à comunidade, de forma análoga à liberdade assistida, é executada em meio aberto, o que condiciona a organização de programas de execução no âmbito dos municípios. Para este tipo de medida socioeducativa foram observados critérios quanto ao papel do orientador, a efetividade do benefício trazido à comunidade pelo serviço prestado, e da contribuição das atividades para a profissionalização do adolescente. Desta forma, as medidas socioeducativas de advertência e obrigação de reparar o dano foram abordadas apenas conceitualmente, pois não possuem programas de execução.

A segunda parte do Guia apresenta o mapeamento da execução das medidas socioeducativas de acordo com a região e os Estados do país. São descritas informações coletadas junto às autoridades estaduais responsáveis, como cada medida vem sendo executada e de que modo. Os dados apresentados referem-se ao período compreendido entre os meses de setembro de 2003 e fevereiro de 2004. O intuito é ampliar o conhecimento e a informação sobre as políticas públicas de atendimento socioeducativo, desenvolvidas no Brasil, especialmente no que se refere ao perfil da Secretaria estadual e órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas; ao número e capacidade de unidades de internação e semi-liberdade ativas, para ambos os sexos; ao número de adolescentes inseridos em cada uma das medidas socioeducativas; à descrição da atuação das Secretarias do Governo envolvidas na execução das medidas; às parcerias com a sociedade civil; ao nível da municipalização das medidas em meio aberto; à existência de programa(s) de atendimento ao egresso; à descrição das diretrizes utilizadas para a execução das medidas.

A terceira parte do Guia apresenta informações institucionais de todos os projetos e experiências. E, finalmente, a quarta parte do Guia corresponde a um índice remissivo. Para isso, foram selecionados os temas de maior importância para a discussão sobre políticas socioeducativas, realizando-se uma organização de acordo com sua definição e alcance. Outro fator diz respeito às principais resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que versam sobre as medidas socioeducativas e seus respectivos programas de execução. E, por fim, estão presentes trechos da legislação doméstica pertinentes ao tema e aos principais documentos internacionais que compõem a normativa internacional dos direitos da criança e do adolescente.

Para a elaboração do mapeamento da situação dos adolescentes infratores no país buscou-se obter as seguintes informações: descrição da atuação das secretarias estaduais envolvidas na execução das medidas; parcerias; cooperação com universidades; número de

jovens inseridos em cada medida socioeducativa; número de estabelecimentos existentes para cumprimento das medidas de internação e semi-liberdade; bem como o número de vagas (incluindo as unidades femininas); programas de atendimento a egressos; projetos de geração de renda para os jovens em cumprimento de medida socioeducativa; diretrizes que orientam a execução das medidas socioeducativas no Estado; e municipalização das medidas socioeducativas. Os dados fornecidos por cada Estado serviu para visualizar o que estava sendo implementado de programas socioeducativos, e tais informações obtidas no Guia foram coletadas por telefone nas respectivas secretarias, coordenadorias e superintendências em cada estado, além de pesquisa pela internet. As informações coletadas compreendem o período entre agosto e dezembro de 2003.

O Estado de São Paulo apresenta o maior número de adolescentes internados, e em vários estados, como o Mato Grosso do Sul, Espírito Santos, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Ceará, Paraíba e Sergipe, o número de adolescentes internados supera a capacidade do sistema de internação, evidenciando as fragilidades do estado no enfrentamento do problema. No Estado de São Paulo, a Secretaria Estadual de Educação é a responsável pelas políticas púbicas para a execução de todas as medidas socioeducativas. O órgão estatal responsável pela execução é a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Segundo a Coordenadora Técnica das Medidas em Meio Aberto da FEBEM, o atendimento de adolescentes em liberdade assistida e/ou em prestação de serviços à comunidade conta com 98 convênios com entidades da sociedade civil em todo o Estado. Para maiores detalhes, confira o Quadro 02 a seguir:

Estado	Secretaria	Adolescentes internados	Capacidade Sistema de Internação	Adolescentes em semi-liberdade
Mato Grosso	Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania	77	92	Está sendo implantada
Goiás	Secretaria de Estado de Assistência Social	129	150	13
Mato Grosso do Sul	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária	193	180	12
Distrito Federal	Secretaria de Estado de Ação Social	Aprox. 350	*	80
São Paulo	Secretaria da Educação	5425	4597	445
Rio de Janeiro	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão	*	*	*
Espírito Santo	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania	92	80	Não é aplicada
Minas Gerais	Secretaria de Estado da Defesa Social**	286	258	32
Paraná	Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social	343	259	22
Santa Catarina	Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão	282	282	5
Rio Grande do Sul	Secretaria de Estado de Assistência Social**	832	585	45
Amazonas	Secretaria de Estado de Assistência Social	78	101	51
Amapá	Secretaria do Trabalho e da Cidadania	33	50	25
Pará	Secretaria Especial de Estado de Proteção Social	157	109	18
Roraima	Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social	18	42	14
Rondônia	Fundação de Assistência Social do Estado de Rondônia	27	94	4
Acre	Secretaria de Estado de Cidadania e Assistência	102	64	5
Tocantins	Secretaria do Trabalho e Ação Social	18	*	*
Piauí	Secretaria de Assistência Social e Cidadania	67	96	12
Ceará	Secretaria de Ação Social	220	217	55
Maranhão	Gerência de Estado de Desenvolvimento Social	85	105	14
Pernambuco	Fundação da Criança e do Adolescente	328	*	65
Paraíba	Secretaria do Trabalho e da Ação Social	170	112	22
Sergipe	Secretaria Estadual de Ação Social	78	60	6
Bahia	Secretaria do Trabalho e da Ação Social	133	196	14
Rio Grande do Norte	Secretaria de Estado da Ação Social	58	63	28
Alagoas	Secretaria Executiva de Justiça	57	40	Não é aplicada

Quadro 2: Brasil. Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em 2003.

* Dados não informados pelos Estados
** Como a unidade feminina também atende internação provisória, as adolescentes internadas provisoriamente também estão sendo computadas
*** Para esta instituição, estão sendo computados os adolescentes internados provisoriamente e sentenciados

ORG: Freitas, (2008).

Fonte: ILANUD, UNICEF
.

No Estado de São Paulo, o número de jovens em cada medida socioeducativa apresenta-se distribuído da seguinte forma: internação: 5.425 adolescentes; semi-liberdade: 445 adolescentes; liberdade assistida: 12.777 adolescentes (dados referentes a setembro de 2003); e prestação de serviços à comunidade: 2032 adolescentes (dados referentes a janeiro de 2003). Verifica-se-, também, por meio do Quadro 2 uma diversidade de responsabilidades na execução das política públicas ligadas às medidas socioeducativas, sendo a maioria ligadas à secretaria de assistência social. Apenas no estado de São, as medidas socioeducativas estão centralizadas na Secretaria de Educação.

2.6. Alguns exemplos de programas sociais voltados para os jovens

As políticas de geração de emprego e renda voltado para os jovens e as iniciativas públicas destinadas a eles, quando pensadas em conjunto, são ações de caráter recente no espaço urbano. A partir do ECA, as lutas e as ações do Estado e da sociedade civil se concentraram em torno do afastamento de crianças e adolescentes do mercado de trabalho, convergindo-se para a qualificação profissional. Dessa forma, ao realizar um levantamento das ações dirigidas a jovens no campo do trabalho, em âmbito federal, Rua (1998) citado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente identifica o Planfor[4] como uma única iniciativa que buscava priorizar trabalhadores mais jovens e jovens com baixa escolaridade. Ainda assim, à semelhança das ações públicas localizadas pela autora em outros campos, o programa se

[4] Consideramos aqui apenas os programas que estabeleciam como público-alvo os segmentos juvenis; porém os jovens que se adequassem aos requisitos solicitados poderiam exercer seus direitos de receber seguro-desemprego, cursos de formação profissional e/ou ter acesso a serviços de intermediação de mão-de-obra, como todos os demais cidadãos.

destinava a todas as faixas etárias. Apenas o Programa Nacional de Educação Profissional para jovens em situação de risco social mostrava-se um pouco mais focalizado.

O Programa Bolsa Trabalho Renda foi implementado pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade - SDTS do município de São Paulo (gestão 2001-2004) e integrou um conjunto de programas articulados em torno da chamada "Estratégia Paulistana de Inclusão Social". O programa pretendia inaugurar uma nova geração de políticas sociais e do trabalho, voltadas à ruptura do ciclo estrutural de pobreza, desigualdade de renda e desemprego na cidade, por meio de três grandes blocos programáticos, cujo atendimento aos "excluídos" pautou-se na construção de critérios técnicos (CORROCHANO apud POCHMANM, 2002).

A visão original do Bolsa Trabalho era um programa voltado para o mercado de trabalho. Na verdade, no seu processo de construção, tornou-se justamente o contrário. Uma tentativa de enfrentar o desemprego sobre outro prisma, onde se dá condições melhores para os jovens se prepararem olhando mais a questão comunitária, de pertencimento. Dessa forma, o programa dirigiu-se a jovens entre 16 e 20 anos, matriculados ou formados no Ensino Médio, desempregados por mais de seis meses ou sem atividade remunerada, moradores de São Paulo nos últimos dois anos e pertencentes a famílias de baixa renda, com rendimento bruto mensal per capita de até meio salário mínimo. Todos os participantes do programa receberiam uma bolsa correspondente a 45% do salário mínimo, auxílio transporte e seguro de vida coletivo, por um período que variava de seis meses a dois anos. Ao mesmo tempo, aqueles que não haviam completado a escolaridade básica deveriam retornar à escola. Para todos era obrigatória a realização de algum tipo de formação complementar, não necessariamente direcionada ao mundo do trabalho. (CORROCHANO apud PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2001).

Spósito (2007) apresenta o conjunto de trabalhos que reúne os estudos de caso realizados no âmbito do projeto Juventude, Escolarização e Poder Local, em sua segunda fase. Primeiramente, mostra a investigação que levantou as ações dos Executivos municipais, voltadas para jovens em 74 cidades brasileiras de regiões metropolitanas[5]. Duas preocupações centrais constituíram o estudo desenvolvido. A primeira dizia respeito à identificação das principais concepções que orientam as ações, compondo um conjunto de representações que poderiam ancorar as práticas empreendidas; o segundo eixo de preocupações incidiu sobre os modos como ocorre a interação entre o Poder Executivo municipal, a face local do Estado no âmbito da cidade e os segmentos juvenis destinatários dessas ações. Mesmo com esse quadro hegemônico, o caráter ambivalente das relações que as instituições e o mundo adulto mantêm como os segmentos juvenis ameaça a ordem social, mas também enseja a promessa de uma nova ordem, podendo oferecer um quadro mais complexo das imagens sociais construídas em torno da juventude, compondo uma das hipóteses orientadoras da investigação.

A repercussão nacional de alguns acontecimentos, como é o caso do assassinato do índio Galdino por jovens de classe média na cidade de Brasília em 1997, constitui-se elemento importante para a formação de uma opinião pública sensível ao tema da juventude. Esse assassinato é o evento culminante de uma série de outros episódios – o assassinato de adolescentes na Igreja da Candelária e as rebeliões de adolescentes nas Fundações Estaduais, entre outros, observados a partir do início da década de 1990 em várias cidades brasileiras. Esses acontecimentos tornaram visíveis as dificuldades de políticas públicas adequadas aos jovens em conflito com a lei ou em processos de exclusão social.

O caso Galdino criou um vínculo entre práticas violentas e jovens de classe média. Esse nexo, certamente já estabelecido entre os jovens pobres e a violência, favoreceu a

[5] Os relatórios preliminares dessa fase encontram-se disponíveis no site da Ação Educativa: www.acaoeducativa.org.

disseminação de sentimentos de insegurança, consolidando a idéia de uma juventude potencialmente perigosa no país.

Na França, os jovens foram inicialmente vistos como as principais vítimas do desemprego que atingiu a Europa a partir dos anos 1970 e, a partir daí, surgiram ações públicas que tentaram, de algum modo, compensar os mecanismos excludentes do mercado de trabalho. A ênfase na violência e na denominada questão urbana aparecem posteriormente como decorrência dos processos de exclusão, e estão permanentemente articulados ao tema das *cites*, conjuntos habitacionais que constituem o local de moradia das populações imigrantes nos arredores de Paris. Spósito (2007) comenta que

> No Brasil, a construção da violência juvenil como problema público aparece em primeiro lugar. O tema do desemprego juvenil alcança maior visibilidade em uma segundo momento, no início dos anos 2000, mas permanece em quase todas as imagens socialmente construídas como a ante-sala da violência que seria praticada por um tipo privilegiado de indivíduo em sua ociosidade forçada: homens negros jovens e moradores das periferias dos centros urbanos. (SPÓSITO, 2007, p. 9).

Nesse mesmo período, formas diversas de expressão das sociabilidades juvenis, por meio das práticas culturais, também são apoiadas por entidades da sociedade civil, como Organizações Não-Governamentais – ONGs e fundações empresariais. No entanto, não adquirem visibilidade ou legitimidade para estimular ações públicas. As práticas de expressão cultural dos jovens, quando valorizadas, aparecem subsumidas pelo tema da inclusão ou da luta contra a violência e sofrem, como no âmbito das atividades esportivas, forte ação de caráter instrumental, deixando de ser valorizadas em si mesmas. A hegemonia do eixo da violência não deixou de ser uma decisão de natureza prática.

Outro marco importante na constituição da agenda pública, em âmbito nacional em torno da juventude como categoria a ser objeto de ação governamental, ocorre em 2002, logo após a eleição do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, quando um conjunto de instituições convocou um amplo seminário sobre a juventude.

Grupos de jovens, articulados em partidos políticos, sobretudo o Partido Trabalhista - PT e o Partido Comunista do Brasil - PCdoB, pesquisadores e ONGs, reunidas em São Paulo examinaram, nesse momento, algumas experiências em andamento e compartilharam a idéia da necessidade de que o novo governo apresentasse diretrizes gerais sobre políticas para a juventude, uma vez que o programa de governo do candidato eleito não havia incorporado, em suas plataformas de ação, qualquer referência específica aos jovens.

O governo federal, inicialmente sob a forma de medida provisória, no início de 2005, consolidada em lei no mês de junho do mesmo ano, propôs alguns dispositivos destinados aos jovens brasileiros de 15 a 29 anos, potencialmente beneficiários da Política Nacional de Juventude. Foram criados: a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República - SNJUV, cuja tarefa principal é articular e supervisionar os programas e ações voltadas para os/as jovens; o Conselho Nacional da Juventude – CONJUV, de caráter consultivo, cuja tarefa principal é fomentar estudos e propor diretrizes para a referida política; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, uma proposta ampla, de caráter emergencial, voltada para jovens de 18 a 24 anos, excluídos da escola e do mercado de trabalho.

Spósito (2007) cita como exemplo as iniciativas voltadas para a consolidação de um marco legal específico voltado para a juventude no país, o denominado Estatuto da Juventude e a adoção de um programa emergencial – o PROJOVEM – pela recém-criada Secretaria Nacional de Juventude, que têm suscitado apoios e intensos debates e críticas.

Não menos polêmico, também, é o formato adquirido pelo Conselho Nacional de Juventude, de natureza consultiva, constituído a partir de designações da Presidência da República. Sua composição é plural, pois o organismo é formado por representantes dos vários ministérios, com a presença de movimentos juvenis, entidades da sociedade civil, universidades e pesquisadores.

A idéia de uma juventude pobre, potencialmente perigosa pela sua ociosidade nos centros urbanos, conforma um ponto de vista bastante enraizado socialmente, com repercussões não desprezíveis no discurso e ações dos gestores públicos que constituem no plano da retórica um amálgama de representações ambíguas. A seguir, um exemplo recente da reiteração desse tipo de argumento:

> O crime no Brasil conta, para realizar suas atividades, com um contingente potencial formado por aproximadamente 20 milhões de jovens de 16 a 24 anos, de baixa renda e escolaridade, desempregados, empurrados pelos intensos apelos de consumo e pela necessidade de sobrevivência a realizar qualquer tarefa que os possa remunerar. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006, p. 3).

No âmbito dos municípios investigados por.Spósito (2007), as ações específicas voltadas aos segmentos juvenis são relativamente recentes, sendo mais fortemente presentes a partir de 1997. Embora nesse período não tenha ocorrido, em âmbito nacional, nenhuma diretriz política unificada em torno das ações destinadas à juventude, a formação da agenda pública a partir da violência juvenil, na condição de problema político, e os processos de segregação urbana levaram o Executivo municipal a empreender iniciativas voltadas para os jovens habitantes das cidades, sobretudo de regiões metropolitanas. Uma problemática investigada abrange um conjunto de ações presentes em quase todos os municípios, sobretudo aquelas destinadas a jovens e adolescentes de baixa renda, caracterizados como vulneráveis ou em situação de risco.

Criado em 2000, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social - MPAS, 2001ª), o Programa Agente Jovem vinculou-se ao Plano Nacional de Segurança Pública, mais especificamente a um de seus compromissos, relacionado à intensidade das ações de prevenção do fenômeno da violência, inserido no Programa Nacional de Direitos Humanos. O programa envolveu 110 mil jovens no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC e, em fins de 2005, atingia em torno de 115 mil jovens. Atualmente, o Agente Jovem não está mais vinculado à área da segurança pública, sendo de responsabilidade do Ministério

do Desenvolvimento Social – MDS e de Combate à Fome, tendo sido promovidas alterações para melhor adequação ao Sistema Unificado da Assistência Social - SUAS. Na sua implementação, as três esferas de governo – federal, estadual e municipal – foram envolvidas. Enquanto as duas primeiras se responsabilizam pela concepção, monitoramento, assessoria e avaliação, a esfera municipal realizou a execução, diretamente ou por meio de parcerias com universidades ou ONGs. A garantia dos recursos é de responsabilidade do governo federal, contando com a participação das duas outras esferas e de parcerias com a iniciativa privada (MPAS, 2001).

Mesmo tendo algumas alterações na formulação, seus objetivos específicos permanecem os mesmos desde sua regulamentação: criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; prepará-lo para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; contribuir para a diminuição dos índices de violência, do uso de drogas, das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST, e da gravidez não planejada; desenvolver ações que facilitem sua integração e interação quando estiver inserido no mundo do trabalho (MDS, 2005).

Uma iniciativa local interessante foi a implantação do Programa Bolsa Trabalho-Renda, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade - SDTS, do município de São Paulo (gestão 2001-2004), integrando um conjunto de ações nomeadas de redistributivas, oferecidas a diferentes faixas etárias. A iniciativa foi dirigida aos jovens entre 16 e 20 anos, estudantes e formados no Ensino Médio, desempregados ou não, exercendo qualquer atividade remunerada, moradores da cidade de São Paulo há, pelo menos, dois anos, e vivendo em famílias com renda familiar igual ou inferior a dois salários mínimos por pessoa.

A área da assistência social tem se utilizado da expressão “condicionalidades” para defender a idéia da contrapartida. Sobre o Programa Bolsa Família observa-se o seguinte comentário:

> O recebimento do benefício é vinculado ao cumprimento de compromissos por parte dos beneficiários nas áreas de saúde, alimentação e educação. Esses compromissos são também denominados condicionalidades” (MDS, 2005, p.5).

De maneira geral, os programas destinados a segmentos de baixa renda pressupõem a simples obrigatoriedade da matrícula na escola pública como fator de inclusão. Nesse caso, por hipótese, como afirma Silva et al (2004), a contrapartida seria um meio para promover o usuário, pois a falta de acesso à escola seria fator agravante no processo de exclusão social. Contudo, ao ser estendida aos adolescentes e jovens, a mera obrigatoriedade da freqüência à escola acentua mais ainda algumas ambigüidades. Os usuários jovens, alvos dos programas são sempre definidos por sua condição de maior “vulnerabilidade”, situando-se entre os grupos precocemente excluídos da escola, com significativa distorção série/idade ou com importantes dificuldades, já consolidadas, na construção de uma relação positiva com a instituição escolar. A mera exigência de retorno à mesma escola que não foi capaz de lidar antes com essas situações pode sinalizar a permanência dos mesmos processos de exclusão. Para Spósito (2007):

> A imensa maioria dos programas e projetos destinados aos jovens admite e valoriza uma ação de natureza socioeducativa, mas não explicita os pressupostos que induzem a esse apoio. Trata-se de uma adesão generalizada que não incide, aparentemente, sobre as deficiências propriamente escolares dos sistemas de ensino, pois em nenhum momento as iniciativas pretendem substituir ou complementar a ação da instituição escolar, nos aspectos relativos às habilidades pressupostas nas aprendizagens e nos processos de transmissão do conhecimento sistematizado. A melhor qualificação dos jovens, tendo em vista sua inserção no mundo do trabalho, não tem sido prioritária, tratando-se na maior parte das vezes de atividades que estabelecem sondagens ou incursões na esfera da profissionalização, sem assumir, rigorosamente, essa orientação como eixo estruturante das ações. (SPÓSITO, 2007, p. 22).

Para Spósito apud Miguel Abad (2003), as políticas de juventude, como estratégias reguladoras dos tempos, estariam predominantemente voltadas para o futuro, pois

privilegiaram, a partir da centralidade da idéia da transição para a vida adulta, as ações que assegurassem a esses segmentos sua integração sem conflitos no mundo adulto. Os jovens, por sua vez, a partir de demandas derivadas de uma busca de experimentações, afirmariam sua vocação para o predomínio do tempo presente. Nesse descompasso, as políticas funcionariam como mais um elemento de dominação e de poder sobre os segmentos juvenis, retirando desses segmentos qualquer possibilidade de insurgência derivada de sua condição no tempo presente.

Spósito (2007) relata que a ações voltadas para os jovens, sobretudo aquelas destinadas aos jovens de baixa renda, com orientações socioeducativas, de fato pouco oferecem, em termos de melhores condições de transição para o mundo adulto, sendo frágeis as dimensões de provisão de um futuro melhor. São decorrência de uma significativa vocação "presentista", traduzida na mera ocupação do tempo livre dos jovens, quando este não é absorvido pelos ritmos das instituições tradicionais da socialização. Não asseguram, de fato, uma melhor transição para a vida adulta, e modelam e baseiam o presente em uma lógica eminentemente calcada na idéia de uma formação complementar, institucionalizada e compulsória. A referida autora destaca, ainda, que as instituições e políticas estão muitas vezes restritas a uma pálida propostas de ocupação do tempo presente, quando os jovens querem ampliação de repertórios e melhores possibilidades para construir seu presente e os rumos futuros na transição para o mundo adulto.

Mas essa inversão não contesta o conteúdo central de sua argumentação, pois é na chave do tempo que as estratégias de dominação se repõem e se reproduzem, definindo as ações muitas vezes como mecanismos poderosos de reprodução das relações de poder vigentes, de algum modo legitimando-as.

Bourdieu (1986) apud Spósito (2007) considera que "o problema da juventude" aparece quando os fundamentos da reprodução social estão ameaçados em função da intensa

crise do mundo do trabalho e em decorrente produção de novas desigualdades. Nesse cenário recente, a juventude é constituída como categoria ao ser objeto de uma intervenção do poder público. Mas a cena não é homogênea, em suas fraturas o novo pode emergir, não obstante sua fragilidade. Como afirma o mestre Guimarães Rosa, "[...] se o mundo se repete mal é porque há um imperceptível avanço". (Ibid, p. 36).

Sapori (2007) comenta que se a sociedade brasileira progride no processo democrático, mesmo que de forma parcimoniosa, e também na provisão de diversos bens coletivos atinentes à saúde, à educação e ao trabalho, o mesmo não se dá no caos da ordem pública. Contrariamente, as duas décadas de democracia assistiram a uma considerável deterioração da capacidade do poder público para controlar a criminalidade e a violência. A taxa de homicídios, por exemplo, saltou do patamar de 12 vítimas por grupo de 100 mil habitantes em 1980 para o de 27 em 2004.

Em termos do perfil etário de vítimas e agressores, estudos diversos constatam que são os jovens entre 15 e 24 anos, do sexo masculino, os que se encontram mais vinculados ao fenômeno da violência. A situação mostra uma nova conformação da criminalidade na sociedade brasileira, com um maior grau de violência associada aos crimes urbanos, bem como a solidificação de atividades criminosas cada vez mais organizadas e pautadas por uma racionalidade empresarial. São os casos do tráfico de drogas, do roubo de cargas, do contrabando de armas e de mercadorias, entre outros. Este cenário destacou-se, na década de 1990, concentrando-se, especialmente, nos centros urbanos.

Constata-se que o aumento da violência, particularmente dos homicídios, concentrou-se nas periferias urbanas, sobre as modestas melhorias na qualidade de vida destas comunidades. Os pobres e os negros permaneceram como principais autores e vítimas desse processo de deterioração da sociabilidade urbana, mesmo tendo alcançado padrões de consumo e de acesso aos serviços públicos superiores aos de seus antepassados na década de

1960 e 1970. Assim, não se pode afirmar que esse segmento social tenha encontrado na criminalidade uma forma de sobrevivência, pois suas condições de vida melhoraram ao longo dessas duas últimas décadas. Tal aparente contradição pode ser explicada se levarmos em consideração o fato de que o crescimento da violência na sociedade brasileira está intimamente associado à juventude, em especial, à faixa etária de 15 e 29 anos de idade. A taxa de homicídios dessa faixa etária quase triplicou entre 1980 e 2002, tendo saltado de 19,6 para 56,1 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. Sendo que estes jovens passaram a usar a arma de fogo para cometer os crimes, pois de cada 10 homicídios ocorridos no Brasil, sete são cometidos com arma de fogo. Dessa forma, o processo de juvenescimento da violência urbana na sociedade brasileira é o ponto para compreendermos a deterioração da ordem pública nas últimas décadas.

Percebe-se no Brasil, que a violência no universo simbólico da juventude pobre não pode ser definida em termos de exclusão e retraimento. Esse segmento social foi alvo da crescente disseminação, pelos meios de comunicação de massa, dos valores atinentes ao individualismo, ao consumismo e aos modelos culturais próprios à classe média. Dessa forma, nesse processo social simultâneo e contraditório de redução das distâncias simbólicas entre o mundo dos pobres e o dos ricos, bem como de persistência das estruturas de desigualdade social que se pode compreender com maior clareza a crescente inserção da violência no universo da juventude pobre nas metrópoles brasileiras. Sapori (2007) destaca que

> [...] a outra face desse processo de crescente disseminação da violência é a fragilidade do sistema de justiça criminal na sociedade brasileira. Está em questão o desempenho do aparato organizacional responsável pela manutenção da ordem pública e, consequentemente, pela imposição de custos a todos aqueles que incorrem em comportamentos considerados anti-sociais. Se por um lado produzimos mais indivíduos motivados para o crime, por outro lado as oportunidades para a efetivação dessas motivações ainda são muitas ou estão até aumentando. (SAPORI, 2007, p. 102).

Dessa forma, o contexto de oportunidades para a ação criminosa permanece favorável, considerando a limitação do poder público para impor limites e custos aos atores motivados para o crime. Os alvos disponíveis aumentaram consideravelmente, assim como o acesso às armas de fogo. Contudo, a capacidade preventiva e repressiva do sistema de justiça criminal não seguiu o mesmo ritmo. Em outras palavras, afirma-se que os níveis de impunidade na sociedade brasileira, se não aumentou no período democrático, pelo menos permaneceu num patamar bastante elevado. Impunidade entendida como baixo grau da punição, e não propriamente baixa severidade da punição.

Sapori (2007) comenta que as evidências empíricas disponíveis para sustentar a afirmação são precárias. Segundo ele, não há dados consistentes para análises comparativas da realidade brasileira como um todo. O mesmo autor ressalta que Gontijo (2000), no período de 1995 a 1999, de cada 100 crimes registrados anualmente pela Polícia Militar, apenas 13 foram investigados via inquérito policial e somente oito resultaram em sentenças.

Outro fato abordado pelo mesmo autor refere-se aos dados abordados a partir da pesquisa sobre vitimização em São Paulo, em que estimou parcialmente a taxa de atrito no Estado, mostrando que somente 6,4% de todos os crimes ocorridos se transformam em inquérito. Cita, Agostini (2001) que também estudou esse mesmo fenômeno no Rio Grande do Sul no período de 1995 e 2000, e constatou uma média anual de 750 mil ocorrências registradas pela Brigada Militar, sendo 65% delas ocorrências criminais.

Segundo Sapori (2007), a questão da criminalidade penetrou o debate político brasileiro de modo mais incisivo muito recentemente. A temática da segurança pública afigura-se central no pleito eleitoral à presidência da República no ano de 2006, como já o havia sido em 2002. Nas três eleições anteriores a temática foi abordada de maneira superficial. Dessa forma, apenas nos últimos sete anos houve um esforço por meio da SENASP para implementar planos nacionais para o setor. Sendo que o primeiro plano

nacional de segurança foi formulado em 2001. Os governos estaduais passaram a receber recursos para o financiamento de projetos específicos submetidos à apreciação da SENASP, de acordo com as diretrizes mencionadas no plano nacional. Em 2003, o governo Lula apresentou um documento mais elaborado e consistente, denominado "Projeto de Segurança Pública para o Brasil", o qual desde então tem norteado suas ações. Cabe ressaltar que poucas experiências estaduais podem ser mencionadas como exemplo de políticas públicas de segurança que se destacaram pela superação do modelo de gerenciamento de crises, especificamente nos últimos 10 anos. O caso do Pará, que entre 1995 e 2002 desenvolveu audaciosa e pioneira política de integração das polícias militar e civil.

Em 1995 foi criado, por lei, o Sistema de Segurança Pública do Pará, tendo por órgão máximo o Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP, implantado em 1996. Este órgão é paritário, com poderes normativos, no qual a sociedade civil se faz presente, e também a Assembléia Legislativa e, de outro lado, os comandos das corporações policiais, do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, do sistema pena e do Centro de Perícias.

O Estado do Ceará iniciou, em 1997, uma série de reformas na área da segurança pública, com o objetivo de moralizar o aparato policial, então envolvido em graves denúncias de corrupção, e para definir ações com vistas à integração das forças policiais estaduais. Inicialmente, houve a constituição de um novo arranjo institucional com a criação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania – SSPDC, subordinando o comando das polícias ao secretário, e não mais ao governador. Paralelamente às mudanças institucionais, o governo estadual implantou uma política de integração das forças policiais, cuja linha mestra persiste até o atual governo.

No Rio de Janeiro, em fins da década de 1990, com a eleição do governador Anthony Garotinho, introduziu-se uma nova perspectiva de intervenção governamental na segurança pública. Mesmo tendo sido mantida por pouco tempo, essa política incluía um

plano de ação inédito na história daquele estado, baseado e quatro pontos: a) Criação das delegacias-legais; b) Criação dos centros de referência; c) Implantação de um programa de qualificação profissional dos policiais; d) Fundação do Instituto de Segurança Pública.

Modelo de política pública também foi implantado no Estado de São Paulo, iniciando na segunda metade da década de 1990, no governo Mário Covas, e finalizando-se até o término do governo de Geraldo Alckmin, no começo de 2006. O objetivo foi o reforço do aparato repressivo do Estado, destacando-se a criação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP, visando promover a integração com a Polícia Militar, a identificação e o aprisionamento de homicidas contumazes, e os investimentos em inteligência e tecnologia da informação, especialmente no Sistema de Informações Criminais – INFOCRIM. Além disso, o governo estadual incrementou o sistema prisional, fazendo com que a população carcerária crescesse de forma linear e rápida, passando de 56 mil em 1994 para cerca de 140 mil em 2006.

Sapori (2007) aborda a questão de parcerias entre as organizações policiais militares e as universidades, institutos de pesquisa e ONGs. Programas de treinamento de policiais têm sido empreendidos envolvendo a participação decisiva de entidades que compõem o ambiente social dessas organizações. Convênios têm sido estabelecidos para viabilizar uma divisão de atribuições entre as academias de polícia e as organizações parceiras, e estas últimas vêm assumindo importância cada vez maior no processo decisório dos programas de ensino policial.

A seguir serão expostos os diversos tipos de organizações em parceria com as polícias militares: As Organizações Não-Governamentais, como o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP; O Grupo Tortura Nunca Mais; o Projeto Axé; O Centro de Assessoramento a Programas de Educação para a Cidadania – CAPEC e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha; As universidade federais e particulares, como a

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Universidade Federal Fluminense - UFF, a Universidade Federal do Sergipe - UFSE, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, a Universidade Federal do Paraná - UFPR, a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, a Universidade Federal do Pernambuco - UFPE e a Universidade do Vale do Itajaí em SC; Os institutos públicos de pesquisa, como a Fundação João Pinheiro – FJP em MG e a Fundação Joaquim Nabuco – PE.

Em vários estados brasileiros esse fenômeno já pode ser visto, desde o Pará até o Rio Grande do Sul, passando por diversos estados do Nordeste, como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Sergipe. Na região Sudeste destacam-se os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Sapori (2007) ressalta que a experiência da Polícia Militar de Minas Gerais é ilustrativa a esse respeito. A organização, que até o início da década de 1980 tinha desempenhado papel de destaque na ditadura militar, em fins da década de 1990 alcança níveis invejáveis de legitimidade perante a sociedade mineira. É, certamente, uma das organizações públicas do estado que possui maior aprovação e respeito entre as diversas entidades de defesa dos direitos humanos.

A Fundação João Pinheiro, desde 1985, é responsável pela realização de cursos de especialização em segurança pública para oficiais superiores da instituição. O ápice dessa parceria deu-se entre 1997 e 2002, com a realização de uma pesquisa conjunta entre a organização, a Fundação João Pinheiro e a Universidade Federal de Minas Gerais com o objetivo de realizar um diagnóstico da criminalidade em Minas Gerais. Cabe ressaltar que a Polícia Militar de Minas Gerais assumiu um compromisso doutrinário com a filosofia da polícia comunitária no início da década de 1990, mas não chegou a estabelecer uma metodologia específica para viabilizar tal compromisso. Tais experiências locais foram se

disseminando pelo Estado de Minas Gerais, todavia, no ano de 2000, o comando de policiamento de Belo Horizonte estabeleceu os CONSEPs como mecanismo institucional de viabilização da polícia comunitária, tendo criado 25 deles até o final daquele ano. Assim, de forma positiva, a experiência na capital transformou os CONSEPs em modelo a ser seguido pelo restante da polícia no estado. Houve, em contrapartida, a proliferação de projetos de prevenção social à criminalidade, executados diretamente por ONGs em comunidades urbanas pauperizadas. No município de Belo Horizonte, por exemplo, em 2005, existiam aproximadamente 60 projetos distintos direcionados para a juventude em comunidades pobres e executados por ONGs. Esses projetos têm em comum a ausência ou, quando muito, a participação marginal do poder público, e visam, basicamente à promoção e inserção social de jovens em situação de risco social evitando, assim, sua adesão ao mundo do tráfico de drogas e da criminalidade em geral.

Os trabalhos sociais executados pelo Grupo Cultural Afro Reggae – GCAR, na cidade do Rio de Janeiro, e pelo Instituto Sou da Paz, na cidade de São Paulo, tem se constituído em experiências interessantes. O primeiro grupo foi criado em 1993, na favela de Vigário Geral, por jovens moradores dessa comunidade carioca. Trata-se de uma ONG que tem como objetivo principal oferecer oportunidades a jovens que estejam envolvidos com o tráfico de drogas ou muito próximos dele. Desenvolve trabalhos de circo, teatro, dança, esporte e música. Destaca-se a banda musical que se tornou conhecida nacionalmente, o Afro Reggae. Este mantém quatro núcleos comunitários na cidade do Rio de Janeiro (Vigário Geral, Cantagalo, Parada de Lucas e complexo do Alemão e Cidade de Deus), e 13 grupos em atividade: oito bandas, duas trupes de circo, uma de teatro, um coral e um grupo de circo. Recentemente, merece destaque o evento “Conexões urbanas”, que tem levado shows de artistas consagrados da Música Popular Brasileira - MPB às favelas cariocas.

O Instituto Sou da Paz foi fundado em 1999, e está sediado na cidade de São Paulo. Tem como objetivo contribuir para a implementação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência, que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia. Essa ONG priorizou a realização de campanhas, debates e palestras visando incrementar a mobilização social, bem como de projetos voltados para a promoção da cidadania de jovens da periferia de São Paulo. Um dos principais projetos da organização são os Pólos da Paz, caracterizados pelo estímulo à participação comunitária de jovens na revitalização de uma praça local, incluindo a reforma física do espaço e sua posterior utilização em eventos esportivos e culturais. Conforme destaca Sapori (2007):

> A noção de política pública pressupõe a existência de uma esfera da vida que não é privada ou puramente individual, e sim sustentada pelo que é comum e público. E, sendo comum em termos da comunidade política, cabe ao Estado a responsabilidade principal, se não exclusiva, por sua preservação. O "público" compreende a dimensão da atividade humana que é percebida como necessitando de intervenção, regulação social e/ou governamental. À medida, portanto, que certos bens vão se coletivizando, tornam-se necessariamente objeto de políticas públicas. É no processo de supremacia institucional gradativa do Estado-nação enquanto provedor de bens coletivos que, paralelamente, vai se cristalizando a expectativa social de que cabe aos governos resolver "problemas" utilizando-se do aparato administrativo-burocrático. (SAPORI, 2007, p. 9).

2.7. Segurança pública e jovens infratores em Minas Gerais

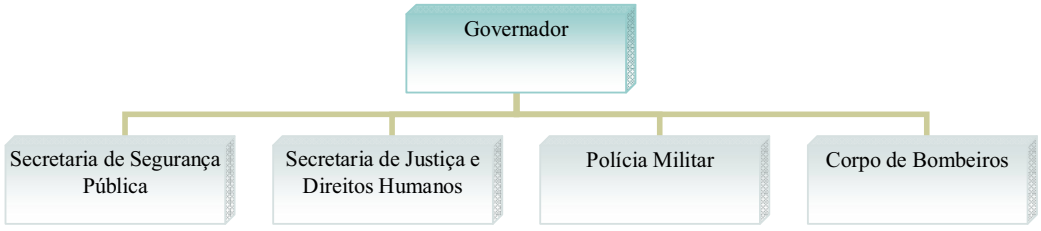
2.7.1. O arranjo institucional da segurança pública em Minas Gerais

O tema da violência e da criminalidade, somente nos últimos dez anos, foi incorporado ao debate político no Estado de Minas Gerais. Até então, a elite política do Estado não havia incluído o aprimoramento da política de segurança pública entre as

prioridades da ação governamental, tendo a visão de que violência não era um problema público de alta relevância, comparado às demais carências da área social. Os indicadores da criminalidade serviram para esta situação, já que entre 1986 e 1995, Minas Gerais manteve baixos patamares de criminalidade frente aos padrões nacionais.

Sapori (2007) ressalta que a partir de então, prevaleceu o gerenciamento de crises como racionalidade estruturante na gestão da política estadual de segurança pública. Concursos públicos diversos para recrutamento de policiais militares e civis, compra de viaturas policiais e outros equipamentos, implantação de batalhões e de delegacias regionais de polícia no interior, construção de penitenciárias e cadeias públicas, são alguns exemplos de intervenções governamentais que caracterizam a política de segurança pública em Minas Gerais entre 1983 e 2002.

Até 2003, a Polícia Militar e a Polícia Civil não estavam subordinadas a uma única secretaria estadual. A Polícia Militar mantinha vinculação direta com o governador, não se subordinando à autoridade da Secretaria de Segurança Pública. Esta secretaria era um órgão estadual que concentrava apenas uma organização, não se distinguindo da estrutura organizacional da Polícia Civil. Além disso, o Executivo estadual incorporava a Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos, que tinha sob sua responsabilidade a administração do sistema penitenciário e também do sistema de internação de adolescentes infratores. As cadeias eram administradas pela Secretaria de Segurança Pública. No Organograma 1 pode-se visualizar essa estrutura.



Organograma: Minas Gerais. Arranjo institucional da segurança pública. Período: 2002.
Fonte: Secretaria de Segurança Pública (2002)

A partir de 2003, houve a criação da Secretaria de Estado de Defesa Social, que resultou da fusão de duas secretarias anteriores: a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado da Segurança Pública. A Lei Delegada nº 56, de 29 de janeiro de 2003, prescreve apenas a subordinação operacional das polícias militar e civil ao secretário, garantindo suas respectivas autonomias administrativas. Isso significa que as decisões atinentes a promoção, nomeação de comandos, elaboração de orçamentos, execução financeira, atividades correcionais, entre outras, permanecem fora da alçada do secretário estadual. Esse arranjo, que concentra na secretaria de estado unicamente a autoridade para condenar as ações operacionais das organizações policiais, distingue-se do modelo prevalecente na sociedade brasileira.

Institui-se o órgão que tem como atribuição principal estabelecer as diretrizes e prioridades da política estadual de segurança, bem como zelar pela integração efetiva das diversas organizações que compõem o sistema de defesa social. Ele é um órgão consultivo e deliberativo, presidido pelo secretário, e composto pela chefia superior das polícias militar e civil, da administração prisional, da Defensoria Pública e do Corpo de Bombeiros Militar. Há reuniões semanais do Colegiado, e todas as decisões são formalizadas com o intuito de identificar os problemas, estabelecer metas, monitorar os projetos e cobrar resultados. Essa nova estrutura é apresentada no Organograma 2 a seguir:

Organograma 2: Minas Gerais. Arranjo institucional da segurança pública.Período: 2003.
Fonte: Secretaria de Segurança Pública (2003)

Os mecanismos de gestão da política de segurança pública, elaborados em 2003, constam de um planejamento estratégico para o governo de Minas Gerais referente ao quadriênio 2004/2007, no qual se definiu a visão de futuro, as orientações estratégicas e a agenda de prioridades para o Estado. Foram concretizados em 31 projetos estruturantes ou estruturadores, um dos quais especificamente voltados para a redução da criminalidade. Tal visão estratégica passou a presidir o planejamento, a organização e a gestão das ações do governo de Minas Gerais, pautado em uma gestão com foco em resultados.

Os projetos estruturantes e sua efetiva implementação só foram possíveis após a realização do que foi denominado "choque de gestão", um esforço de todos os setores do governo estadual para diminuir as despesas, o qual culminou no anúncio, pelo governador do estado, em novembro de 2004, no "déficit zero", marco do ajuste fiscal de Minas Gerais.

O conjunto de projetos estruturadores passou a compor o portfólio de projetos submetidos à Gestão Estratégica de Recursos e Ações – GERAES. Buscou-se uma metodologia de gerenciamento de projetos capaz de permitir o acompanhamento sistemático do desempenho das ações em relação ao planejado. Dessa forma, cada projeto estruturador tinha um gerente executivo que era o tomador de decisões e o responsável direto pelo cumprimento da meta.

No projeto estruturador "Redução da Criminalidade em Minas Gerais", pode-se afirmar que este passou a definir o escopo da política estadual de segurança pública. A gerência executiva coube ao secretário adjunto de Defesa Social, e as diversas ações que o compõem foram divididas entre o corpo técnico da secretaria. Este assumiu a coordenação das ações que faziam parte do referido projeto, sem a presença direta de representantes das organizações policiais.

O período de 2003/20006 foi marcado pelo crescimento expressivo dos investimentos estaduais em segurança pública, em comparação com os anos anteriores. No

período de 1996 a 1998, a média anual de investimento no setor situou-se no patamar de R$ 29 milhões, caindo no governo seguinte, quando se restringiu a R$ 1,3 milhão. No triênio 2003/2005, por sua vez, a média de investimentos anual superou R$ 69 milhões, sendo que no ano de 2005 foi o maior valor de investimentos em segurança pública nos últimos 10 anos.

Baseados em dados e pesquisas do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública – CRISP, da UFMG e da Fundação João Pinheiro, constatou-se uma mudança no padrão da criminalidade em Minas Gerais, ao longo da década de 1990, com o aumento da violência associada à criminalidade urbana, refletindo-se na taxas de homicídios e de roubos. Este fenômeno não se distribuiu de forma homogênea pelo território, mas concentrou-se na Região Metropolitana de Belo Horizonte e nos municípios mais populosos do interior. O diagnóstico, então elaborado, afirma de modo categórico que não se pode atribuir à pobreza e à miséria a principal responsabilidade pela deterioração verificada na ordem pública nos grandes municípios de Minas Gerais nos últimos 10 anos.

Dois outros fatores foram incorporados à explicação para a deterioração da ordem pública em Minas Gerais: 1) A consolidação do mercado de drogas ilícitas nos grandes municípios, especialmente o comércio do crack, desde fins da década de 1980; 2) A manutenção dos baixos padrões de efetividade do sistema de justiça criminal destacando-se, aí, a desarticulação do sistema policial e a superlotação crônica do sistema prisional, além do que a Polícia Civil era responsável pela custódia de mais de 2/3 dos presos do estado.

2.7.2. Caracterização da atuação da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais

A Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS do Governo de Minas Gerais atua no controle da criminalidade e da violência, com a aplicação de uma política de

segurança que combina ações de prevenção e repressão com planejamento, coordenação, gestão, controle e avaliação das ações. Uma sociedade é tão menos violenta, quanto mais cidadã ela se torna. E, para isso, faz-se necessária a garantia efetiva de que a população tenha acesso aos seus direitos universais e sociais, bem como ao desenvolvimento de políticas públicas específicas para pessoas ou localidades onde a violência esteja mais propensa ou disseminada. Nesse sentido, a SEDS criou a Superintendência de Prevenção à Criminalidade - SPEC, que tem por finalidade "elaborar e coordenar planos, projetos e programas de prevenção integrados à criminalidade nos níveis social e situacional mediante a construção de novas relações entre a sociedade civil e os órgãos componentes do sistema de defesa social que são as Políticas Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, a Defensoria Pública e a Secretaria de Defesa Social" (Art. 51 do Decreto nº 43.295 de 29 de abril de 2003).

A SPEC trabalha a prevenção sob dois aspectos: primeiramente, através de políticas públicas para focalizar e cessar a pré-disposição à criminalidade e, segundo, trabalhando com os indivíduos que já cometeram crimes de forma a evitar a reincidência na atividade criminosa. Neste segundo plano, entre as políticas públicas desenvolvidas pela Superintendência, inserem-se os programas da Central de Apoio às Penas Alternativas - CEAPA e da Reintegração Social do Egresso.

O Programa CEAPA é uma ação da SEDS de Minas Gerais, vinculado à SPEC, e em atividade desde agosto de 2002, mas apenas implantado em Uberlândia em setembro de 2005. Tem como objetivo principal o apoio e o acompanhamento das penas e das medidas alternativas no Estado de Minas Gerais, buscando a inclusão social como política de prevenção à reincidência criminal. Outras características do Programa podem ser vistas no Quadro 3, apresentado a seguir:

Características	Papel da Instituição
Objetivos	Oferecer apoio e acompanhamento social, jurídico e psicológico às pessoas em cumprimento das penas e medidas alternativas; Monitorar as medidas alternativas aplicadas nas comarcas contempladas pelo programa.
Público-alvo	Àqueles que tiveram condenação igual ou inferior a quatro anos ou qualquer que seja a pena aplicada se o crime for culposo (não intencional); Aos não-reincidentes em crime doloso (intencional); No caso de haver culpa, os antecedentes, a conduta e as circunstâncias do delito indicarem que a pena alternativa deva ser aplicada.
Tipos mais comuns de penas alternativas	Prestação de Serviços à Comunidade - PSC: trabalho em entidades assistenciais de caráter social como hospitais, escolas, creches, asilos, abrigos, postos de saúde e outros programas comunitários e governamentais. Pena Pecuniária (PP): pode ser convertida em cestas básicas ou dinheiro. Estes valores são doados à vítima ou a uma instituição determinada pelo Juiz ou pelo Programa CEAPA; Interdição temporária de Direitos: impedimento, por determinado período, de se exercer uma determinada atividade. Multa: aplicada de acordo com as condições econômicas da pessoa e a gravidade do delito. Limitação de Fim de Semana - LFS: permanência obrigatória, aos sábados e domingos, durante cinco horas diárias em casa de albergado ou qualquer outra instituição adequada, onde deverão ocorrer atividades socioeducativas.
Procedimentos	A pessoa é encaminhada pelo Judiciário ao Programa CEAPA, onde será acolhida por profissionais de Psicologia, Serviço Social e Direito. Posteriormente é orientada e encaminhada a uma instituição adequada para o cumprimento da pena, considerando o seu perfil, delito cometido, habilidades, local de moradia e horários disponíveis. Nenhum encaminhamento é feito sem o consentimento da intituição. A pessoa retorna periodicamente ao Programa CEAPA para comprovar os serviços prestados, podendo também participar de grupos e palestras, tendo um acompanhamento constante durante o período da pena ou medida.

Quadro 3: Caracterização geral do programa Central de Apoio às Penas Alternativas.

Org. Freitas (2008)

O Programa de Reintegração Social do Egresso, também vinculado à SPEC, iniciou suas atividades em abril de 2003. Sua criação fez cumprir a determinação da Lei de Execução Penal que estabelece a garantia de assistência pós-carcerária ao egresso, concedendo-lhe meios adequados de subsistência e amparo social. O Programa tem por objetivo acolher do sistema penitenciário e de seus familiares, promovendo políticas sociais para sua reinserção na sociedade de forma sadia e responsável, proporcionando condições para evitar ciclos de violência e reincidência criminal. Vale ressaltar que se considera egresso o liberado pelo prazo de um ano, a contar da saída do estabelecimento penal e o liberado condicional, durante o período de prova. Podem participar os egressos do sistema penitenciário, bem como filhos e outros familiares. O sentenciado, ainda na condição de pré-egresso, é previamente contatado por técnicos do programa de Reintegração para que se possam conhecer as ações desenvolvidas. Ao ser liberado, o beneficiário procura o programa de forma espontânea e, a partir daí, é inserido no mesmo.

O Programa de Reintegração oferece os seguintes serviços: Atendimento psicológico, social e jurídico; atendimento individual e coletivo, buscando a interação e integração no programa; Encaminhamento à rede de parceria, visando a inserção do público-alvo nas diversas atividades da rede ligadas à saúde, educação, moradia, alimentação, formação profissional ou na construção de novas alternativas para a minimização dos quadros de exclusão enfrentados pelos egressos do cárcere; Educação profissional: o programa lida com adultos que, em sua maioria, não tiveram acesso à educação formal e estão à margem do mercado de trabalho; Inclusão produtiva: encaminhamento para cursos profissionalizantes, serviços de qualificação profissional e cooperativa sociais.

A Superintendência de Defesa Social, em parceria com outros órgãos, desenvolveu projetos e programas para a prevenção à criminalidade na cidade de Uberlândia, entre eles: Inauguração do Centro de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia, em convênio

com o governo do Estado. Nele é desenvolvido o projeto "Fica Vivo", a CEAPA e o programa de reinserção do egresso, no mês de outubro de 2005. A sede está locada no Bairro Morumbi; Também no mês de outubro foram formados oitenta instrutores do programa Jovens Construindo a Cidadania – JCC, destinado à prevenção e resistência ao apelo pelo uso e abuso de drogas e da violência de gangs. Uberlândia foi a primeira cidade do estado a instalar o JCC, e foi alçada a cidade sede nacional do programa. No ano de 2005, vinte escolas receberam o JCC; Aprovação do Projeto de Patrulhamento Escolar (Anjos da Escola) no valor de 800 mil reais para a aquisição de viaturas, treinamento de pessoal.

No Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado da Defesa Social, por meio da Superintendência de Atendimento às Medidas Sócio Educativas - SAMESE, é responsável pelas medidas socioeducativas em meio fechado. As Secretarias de Governo envolvidas, efetivamente, na execução das medidas são: Secretaria de Estado da Educação; Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte – que oferece Bolsas de Trabalho Educativo e cursos de formação profissional com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Segundo dados apresentados pelo Instituto Latino-Americano para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente – ILANUD, o número de jovens infratores no Estado de Minas Gerais, em novembro de 2003, era de 445 em regime de internação; 32 jovens em regime de semi-liberdade; uma média mensal de 600 jovens em liberdade assistida; e uma média mensal de 700 jovens em prestação de serviços à comunidade.

O Estado de Minas Gerais possui 12 unidades de medidas socioeducativas, nas quais em novembro, 445 jovens cumprem medida de internação (para 338 vagas existentes), e 32 cumpremsemi-liberdade (para 47 vagas). A situação de funcionamento em novembro de 2003 passa a ser apresentada a seguir:

1. Centro de Internação Provisória Dom Bosco – CEIP Dom Bosco: localizado em Belo Horizonte e administrado diretamente pelo Estado. Com capacidade para atender 60 jovens do sexo masculino, abriga 165 adolescentes.

2. Centro de Integração do Adolescente de Sete Lagoas: localizado em Sete Lagoas, abriga jovens do sexo masculino que cumprem medida de internação e é diretamente administrado pelo Estado. Tem capacidade para 78 jovens e abriga 76 jovens.

3. Centro de Integração do Adolescente de Belo Horizonte: localizado em Belo Horizonte, sendo administrado diretamente pelo Estado. Tem capacidade para atender 30 jovens do sexo masculino e abriga 31.

4. Centro de Reeducação Social São Jerônimo – CRSSJ: unidade exclusivamente feminina, que funciona tanto para a internação provisória como para a internação definitiva. É administrada diretamente pelo Estado e tem capacidade para 30 internas, atualmente abrigando 17 jovens em cumprimento de medida de internação sem prazo determinado, e 27 em cumprimento de internação provisória.

5. Centro Educacional Marista Marcelino Champagnat – CEMMAC: unidade de internação para jovens do sexo masculino, localizada em Belo Horizonte. A gestão é feita pelo governo do Estado e pela ONG União Brasileira de Educação e Ensino – UBE. Tem capacidade para atender 30 jovens e abriga 29.

6. Centro Educativo Dom Luís Amigo Ferrer – CESEDLAF: unidade de internação e internação provisória para jovens do sexo masculino, localizada em Ribeirão das Neves. A

gestão é feita conjuntamente pelo Estado e pela Congregação Terciários Capuchinos Amigonianos. Tem capacidade para abrigar 30 jovens e atende 45.

7. Centro de Integração Social do Adolescente – CISAU: unidade de internação para jovens do sexo masculino, localizada em Uberlândia. A gestão é feita pela prefeitura, com verbas estaduais, que também supervisiona. Tem capacidade para 20 jovens e atende 21.

8. Centro de Atendimento e Reeducação do Adolescente – CARESAMI: unidade de internação para jovens do sexo masculino, localizada em Uberaba. A gestão é feita pela prefeitura do município, com verbas e supervisão do governo do Estado. Tem capacidade para 20 jovens e atende 21.

9. Centro de Atendimento e Reeducação Social do Adolescente e do Menor Infrator: unidade de internação para jovens do sexo masculino, localizada em Janaúba. A gestão é feita pela prefeitura do município, com verbas e supervisão do governo do Estado. Tem capacidade para 20 jovens e abriga 20.

10. Centro de Integração Social e Assistência ao Adolescente – CENISA: unidade localizada em Governador Valadares e gerida pela prefeitura com a supervisão do estado e verbas por este repassada. A unidade tem 20 vagas para internação e 20 para semi-liberdade, sendo que abriga 20 jovens internados e 9 em semi-liberdade.

11. Casa de Semi-liberdade Ouro Preto: localizada em Belo Horizonte. A gestão é feita por meio de uma parceria entre o Estado e os Salesianos. Tem capacidade para atender 12 jovens e abriga 11.

12. Casa de Semi-liberdade Santa Terezinha: localizada em Belo Horizonte. A gestão é feita por meio de uma parceria entre o Estado e os Salesianos. Tem capacidade para atender 15 jovens e abriga 12.

Na cidade de Uberlândia, os PISCs têm por finalidade consolidar e fortalecer o acesso à cidadania como direito do cidadão, integrado às demais políticas municipais de apoio à segurança pública. A parceria entre a Coordenadoria de Defesa Social, a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG têm o objetivo de melhorar o atendimento à comunidade quanto aos serviços nas áreas de Direito, Serviço Social, Segurança e Psicologia. O quadro de pessoal é composto por um Assistente Social, um Advogado, um Psicólogo, um Oficial Administrativo e um funcionário para serviços gerais.

Verificou-se, em Minas Gerais, uma ampliação e profissionalização do atendimento aos adolescentes infratores, bem como sua prevenção, que podem ser exemplificados a partir das seguintes ações:

- Construção de cinco novos centros de internação para adolescentes infratores, totalizando 330 vagas criadas: Montes Claros (80 vagas); Governador Valadares (80); Teófilo Otoni (40); Belo Horizonte (dois centros, com 50 e 80 vagas, respectivamente).

- Implantação do Modelo Referencial de Gestão Socieducativa, com o redesenho dos principais processos das unidades de atendimento adolescente infrator, a definição de indicadores de desempenho e de metas para as unidades, e o dimensionamento do quadro de pessoal e do perfil dos profissionais para operacionalizar o novo modelo. Periodicamente as unidades de internação são auditadas para averiguar a adequação de suas rotinas de trabalho aos parâmetros do modelo.

- Criação da carreira de agente de segurança socioeducativo, mediante projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa em 2005, diferenciando-a da carreira do agente encarregado de segurança do sistema prisional.

- Manutenção dos convênios com organizações religiosas para viabilizar o modelo de gestão compartilhada em cinco centros de internação de adolescentes infratores, garantindo-se à entidade conveniada a aplicação de seu modelo político-pedagógico, ficando a Secretaria de Defesa Social encarregada de manter a segurança interna e externa dessas unidades.

- Implantação do programa de acompanhamento de jovens egressos do sistema socioeducativo nos municípios de Belo Horizonte, Uberlândia e Uberaba. Até julho de 2006 eram atendidos 100 egressos, priorizando-se, para tanto, os convênios com instituições não-governamentais como, por exemplo, a Pastoral do Menor em Belo Horizonte.

- Implantação do programa de capacitação continuada de técnicos e agentes de segurança socioeducativos, mediante contratação do Instituto Pauline Reischtull.

- Institucionalização do programa "Fica Vivo!", direcionado para jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, residentes em comunidades de altos índices de homicídios, através de ações que priorizam a realização de oficinas esportivas, culturais e de qualificação profissional. As oficinas são ministradas por lideranças residentes nas respectivas comunidades, e que já estejam realizando algum tipo de trabalho social em nível local. O projeto inclui, ainda, a formação de um fórum comunitário local, composto de lideranças comunitárias que se reúnem mensalmente e discutem soluções para os problemas relacionados à segurança pública em nível local.

- Criação, pela Polícia Militar, do Grupamento Policial Especializado em Áreas de Risco - GEPAR, destinado a atuar em áreas do projeto "Fica Vivo!" Tal grupamento é

composto de duas viaturas policiais e oito policiais, tendo como atribuição o policiamento ostensivo e comunitário nas comunidades selecionadas. A partir de janeiro de 2006, o GEPAR foi institucionalizado no âmbito da Polícia Militar, mediante resolução do Estado-Maior, estabelecendo-se, desde então, um programa de capacitação específica para os policiais que compõem o grupamento, com ênfase nas técnicas de policiamento comunitário.

- Implantação do Programa "Mediação de Conflitos", em parceria com o projeto "Polus", da Faculdade de Direito da UFMG, visando à solução pacífica e extrajudicial de conflitos familiares e de vizinhos em comunidades de altos níveis de violência.

- Implantação do programa "Reintegração social do egresso", cujo principal objetivo é oferecer oportunidades de qualificação profissional e de inserção ao mercado de trabalho aos egressos do sistema prisional.

- Pela Lei Estadual nº 15.473/05, instituiu-se o programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçadas de morte em todo o estado, destinado a prestar-lhes assistência jurídica e social, bem como protegê-los em local seguro e sigiloso.

- Criação de 27 núcleos de prevenção social da criminalidade, incorporando e integrando os projetos "Fica Vivo!", CEAPA, "Mediação de conflitos" e "Reintegração social do egresso", nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Vespasiano e, no interior do estado, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora, Uberlândia e Ipatinga.

- Institucionalização da CEAPA, tendo em vista a criação de mecanismos de monitoramento das penas alternativas aplicadas pelo Judiciário estadual, tanto as pecuniárias, quanto as de prestação de serviço à comunidade. A Secretaria de Estado de Defesa Social estruturou uma equipe de técnicos – advogados, psicólogos, assistentes sociais, sociólogos,

em núcleos diversos, que têm a incumbência de acompanhar o cumprimento da pena alternativa que tenha sido encaminhada à CEAPA pelos juízes das respectivas comarcas.

- Implantação do projeto "Juventude e polícia", mediante parceria estabelecida entre a Polícia Militar de Minas Gerais, o grupo Cultural Afro Reggae e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESEC.

É importante ressaltar que a implementação da polícia estadual de segurança pública concentrou-se, em boa parte, nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. O interior foi contemplado apenas no que diz respeito à construção de penitenciárias e centros de internação de adolescentes infratores. A compra de equipamentos policiais foi realizada somente no final de 2005 e início de 2006, em que os municípios de outras regiões do estado começaram a ser beneficiados, como foi o caso de Uberlândia, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora e Uberaba. Ao todo, 220 municípios receberam equipamentos policiais diversos nesses dois semestres.

Ao analisar a evolução das taxas de homicídios no Brasil entre 1996 e 2004 verifica-se que, neste último ano, ocorre uma inflexão na curva ascendente. Em números absolutos, foram 2669 homicídios a menos em 2004, em comparação com 2003. Analisando os dados, observa-se que a incidência de homicídios diminuiu em 17 estados brasileiros, mas aumentou nos 10 restantes, incluindo Minas Gerais. Dessa forma, há uma clara singularidade da evolução das taxas de homicídios no estado, confirmando que sua dinâmica não segue uma tendência nacional. A trajetória recente dos homicídios diferencia-se, nitidamente, entre as unidades de federação, podendo-se identificar não um padrão nacionais e sim, diversos padrões, que são:

- Estados com trajetórias ascendentes nas taxas de homicídios desde o fim da década de 1990, como Minas Gerais, Paraná, Pará, Piauí, Maranhão, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa

Catarina, Ceará, Sergipe, Alagoas e Bahia. Nesse grupo, o ritmo de crescimento das taxas é bastante destacado no Pará, Goiás, Paraná e Minas Gerais, com patamares mais modestos em Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul.

- Estados com trajetórias descendentes nas taxas de homicídios a partir da década de 2000, como Roraima, Amapá, São Paulo e Mato Grosso. Os casos de São Paulo e Roraima são os mais expressivos, principalmente este último, que saiu de um patamar de 60 homicídios por 10 mil habitantes para pouco mais de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

- Estados com taxas de homicídios relativamente estáveis desde fins da década de 1990, como Rondônia, Acre, Amazonas, Tocantins, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Apesar de manterem a posição de líderes no ranking nacional dos homicídios, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco não têm apresentado uma trajetória ascendente em suas taxas.

Sapori (2007) ressalta que o indicador da sociedade brasileira que evidencia a taxa de roubos, apresenta peculiaridade nas trajetórias estaduais. Como não existem dados sobre essa modalidade de criminalidade violenta em cada um dos estados brasileiros, o autor analisa a evolução das taxas de roubos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em comparação com Minas Gerais. Do período de 1995 a 2005, confirma alguns aspectos comuns na trajetória dos crimes violentos contra o patrimônio, os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo não são analisados por uma mesma perspectiva.

Percebe-se uma característica comum aos três estados, qual seja a trajetória ascendente da taxa de roubos desde 1995, registrando-se um pico no ano de 2003. Entretanto, no estado de São Paulo, essa taxa se estabiliza entre os anos de 1999 e 2002, enquanto seus vizinhos mantêm a trajetória ascendente. A partir de 2004, há uma nítida inflexão das taxas nos três estados, mas apontando para caminhos distintos. No Rio de Janeiro, a queda de 2004

não prossegue em 2005, quando há um pequeno acréscimo da taxa, ao passo que em Minas Gerais e em São Paulo, no biênio 2004/2005, os roubos iniciam percurso descendente. Cabe ressaltar que em São Paulo, a taxa de roubos, no ano de 2005, retoma o patamar do quadriênio 1999/2002, sugerindo estabilidade na incidência do fenômeno. Já em Minas Gerais, a queda das taxas, a partir de 2004, significa a reversão de uma tendência de crescimento na incidência de roubos que vinha ocorrendo desde 1995.

A produtividade operacional da polícia ostensiva, a partir de 2003, veio acompanhada de um aumento da taxa de detenção nas ocorrências de crimes violentos. A detenção de suspeitos, após o acionamento da polícia pelas vítimas das ações criminosas, é reveladora da capacidade dos policiais para agir com prontidão e em moldes proativos, não se limitando à tarefa de meros registradores de ocorrências. Dessa forma, o acréscimo ou decréscimo da taxa de detenção, ao longo do tempo, permite-nos deduzir se o nível de policiamento ostensivo nas ruas está crescendo ou caindo, se o empenho dos policiais no trabalho cotidiano está aumentando ou diminuindo e, ainda, se os recursos logísticos e humanos da organização estão melhorando ou piorando.

Sapori (2007) comenta que

> [...] a redução da taxa de criminalidade violenta em Minas Gerais no triênio 2004-06 pode ser explicada pelos efeitos da ação governamental adotada a partir de 2003. A política de segurança pública conseguiu não só retomar o ritmo ascendente da operacionalidade do sistema policial, mas também fortalecer o sistema penitenciário. O aparato repressivo estadual tornou-se mais eficaz, potencializando a prevenção e a repressão imediata de atos criminosos e, em menor medida, a investigação dos mesmos. (SAPORI, 2007, p. 194).

Dessa forma, a prevenção social conseguiu resultados de curto prazo, na redução dos homicídios, na cidade de Belo Horizonte. Eficácia e eficiência do aparato repressivo não implicaram, todavia, abusos crescentes contra os direitos humanos.

3. CARACTERIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE ENVOLVENDO JOVENS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA.

3.1. Contextualização da criminalidade em Uberlândia

Segundo dados IBGE, a população de Uberlândia, em 2005, era de 585.262 habitantes, e em 2007, de 608.369 habitantes. Ela é a terceira maior cidade do Estado de Minas Gerais, e sua população é superior à de nove capitais brasileiras: Cuiabá, Aracajú, Boa Vista, Vitória, Florianópolis, Macapá, Palmas, Rio Branco e Porto Velho. E, de acordo com o Ministério da Saúde, Uberlândia é uma das cidades mais violentas do Estado de Minas Gerais.

Na atualidade, o tema violência urbana é abordado por vários segmentos da sociedade, pesquisadores, políticos e também pela sociedade civil. Os pesquisadores e cientistas buscam maneiras de compreender o cenário de insegurança que existe em todo o Brasil. A cidade de Uberlândia vem passando por grandes transformações em seu cenário político, econômico e social. Se por um lado aumentam as possibilidades de trabalho, devido à centralização das faculdades em todo espaço geográfico da cidade, por outro lado, a população vive cada vez mais insegura, devido a roubos, latrocínios e homicídios.

A cidade de Uberlândia é apresentada, no cenário nacional, pelo marketing, como referência de qualidade de vida, tal como ocorre com Curitiba e Goiânia. Essa relação entre o desenvolvimento econômico e a oferta de qualidade de vida é um importante atrativo para os segmentos do comércio varejista, franquias e serviços especializados, fator que promove a modernização e a refuncionalização das atividades econômicas e do espaço urbano das cidades, principalmente, no que se refere às cidades médias, como é o caso de Uberlândia.

Contudo, é um processo que caminha paralelo à rápida expansão urbana e à ampliação dos problemas nas áreas da saúde, segurança, moradia, dentre outros. É um crescimento excludente e segregador, cujos impactos são sentidos, principalmente, pelas camadas mais pobres da população.

De acordo com os dados da Polícia Militar de Uberlândia, os crimes violentos ocorridos na cidade no período de 1999 a 2004, que apresentaram crescimento significativo foram: homicídio tentado, homicídio consumado, roubo consumado, roubo à mão armada consumado, latrocínio, extorsão mediante seqüestro, estupro tentado e estupro consumado.

Para demonstrar o número absoluto de roubos na cidade de Uberlândia, foram agrupados os tipos de roubos consumados (a prédio comercial, ônibus, veículo automotor, transeunte, bicicletas e residências) e roubos à mão armada consumados, também seguindo estas modalidades de roubos.

No ano de 1999, o número absoluto de roubos consumados foi de 883 ocorrências. Nos anos seguintes, foi registrado um aumento considerável, chegando a triplicar os casos em 2004, com 2577 ocorrências feitas pela Polícia Militar. Já com relação ao roubo consumado à mão armada, em 1999 registraram-se 2872 ocorrências, triplicando os casos em 2004, com 6169 casos, ou seja, nos dois tipos de crimes, na cidade de Uberlândia, percebe-se um aumento nos números dos Boletins de Ocorrência - BO relacionados ao roubo, confira o Gráfico 3 a seguir:

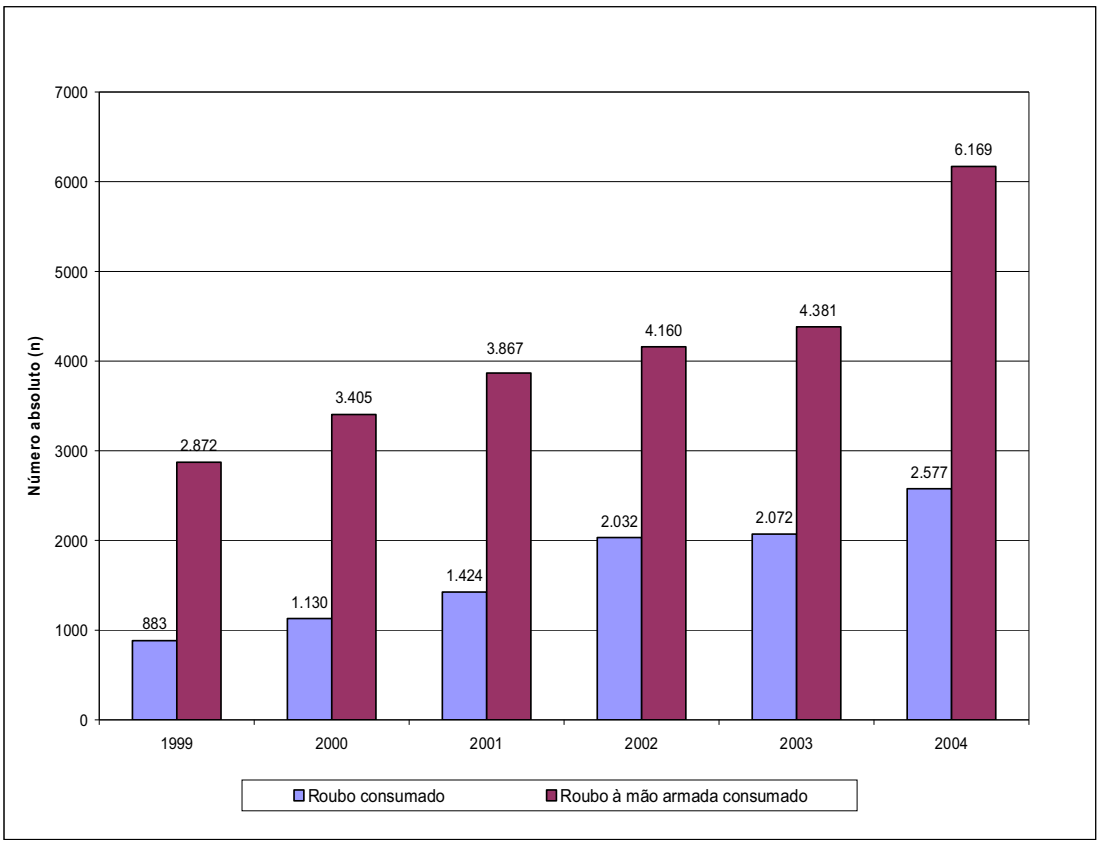


Gráfico 3: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de roubo consumado e roubo á mão armada consumado, ocorridos no período de 1999 a 2004.

Fonte: COPOM (2005).

Org. SANTOS (2008)

Com relação aos homicídios, em 1999 foram registrados 181 casos de homicídio tentado, aumentando nos anos seguintes, e chegando a 279 casos em 2004. Já os homicídios apresentaram 54 casos em 1999, e 70 casos em 2004, confira o Gráfico 4.

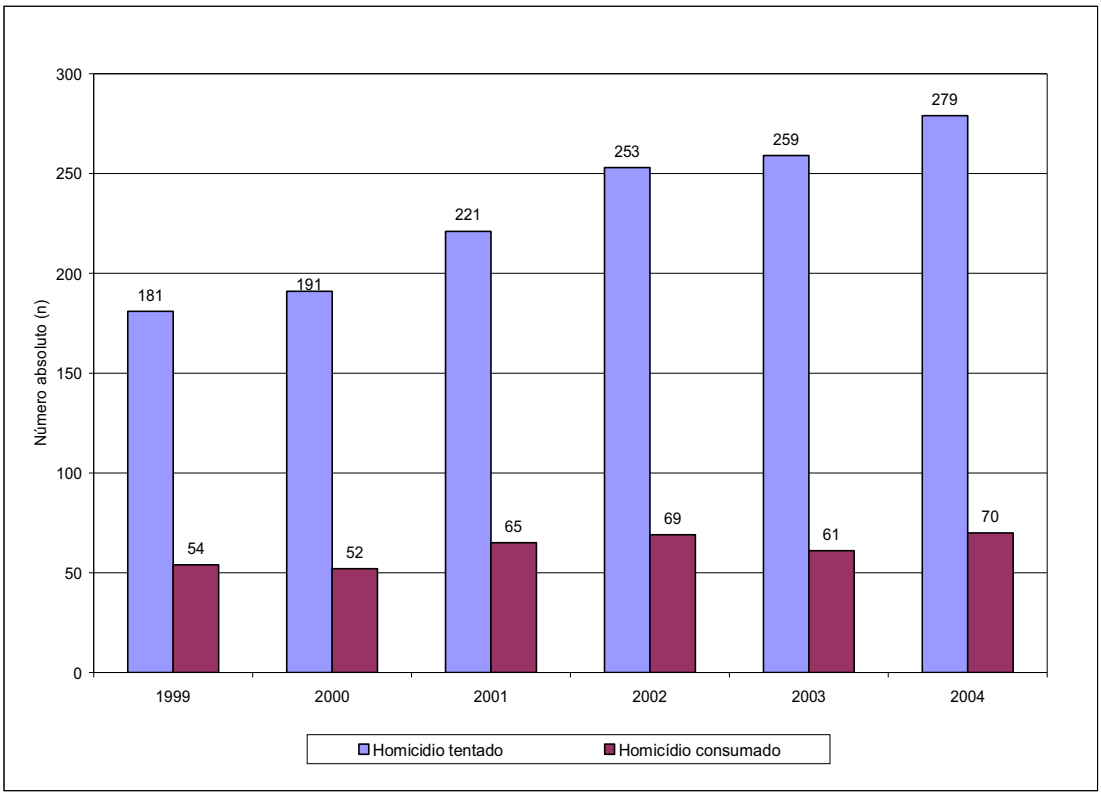


Gráfico 4: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de homicídios tentados e consumados, ocorridos no período de 1999 a 2004.

Fonte: COPOM (2005).

Org. SANTOS (2008)

Relacionado ao tipo de agressão, que leva ao óbito, verificou-se que houve 237 notificações de agressão por disparo de arma de fogo, índice relativamente elevado, se comparado a outros tipos de agressão. Deste total, 87 óbitos ocorreram em hospital, 68 em vias públicas, 44 em outras locais, 24 em domicílios e13 em estabelecimento de saúde.

Oliveira (2005) mostra que a grande maioria das vítimas de arma de fogo procedia de Uberlândia. Dos 237 (66,57%) registros de BO nos quais havia informação do bairro de ocorrência, houve maior número no Luizote de Freitas (21 ocorrências ou 8,86%), Morumbi (17 ocorrências ou 7,17%), Tibery (15 ocorrências ou 6,33%) e São Jorge (15 ocorrências ou 6,33%). Contudo, devido à grande variação na população de cada bairro, o coeficiente de incidência por 100 mil habitantes foi maior nos Bairros Umuarama (117,16/100 mil

habitantes), este bairro apresentou índice elevado de óbitos devido o HCU e a Delegacia de Uberlândia estar inseridos neste local, pois são registrados mais óbitos no Hospital e B.O na delegacia, Dona Zulmira (114,55/100 habitantes), Dom Almir (114,23/100 mil habitantes), Centro (112,39/100 mil habitantes), Canaã (111,45/100 mil habitantes), Morumbi (108/100 mil habitantes) e Luizote de Freitas (99,19/100 mil habitantes). De 302 (84,83%) BOs com informação sobre o local da ocorrência, 171 (56,62%) foram em vias públicas, 72 (23,84%) em residências, 48 (15,89 %) em bares e boates, 6 (1,99%) em postos de gasolina e 5 (1,66%) em automóveis. A Tabela 5, a seguir, apresenta a distribuição, segundo bairro, número de ocorrências de mortes por armas de fogo e coeficiente populacional, conforme o Boletim de Ocorrência da Polícia Militar de Uberlândia, nos anos de 2001 e 2002.

Tabela 5: Número de ocorrências de mortes por armas de fogo e coeficiente populacional dos bairros de Uberlândia, no período de 2001 e 2002.

Bairro	População[1]	Nº de Ocorrências	Coeficiente
Umuarama	3.414	4	117,16
Dona Zulmira	3.492	4	114,55
Dom Almir	4.377	5	114,23
Centro	8.008	9	112,39
Canaã	10.767	12	111,45
Morumbi	15.741	17	108,00
Luizote de Freitas	21.171	21	99,19
Martins	10.535	10	94,92
Ipanema	7,003	5	71,40
Tibery	21.161	15	70,89
Brasil	14.339	9	62,77
São Jorge	24.299	15	61,73
Tocantins	13.728	8	58,28
Lídice	5.259	3	57,05
Cidade Jardim	5.909	3	50,77
Aparecida	13.977	6	42,93
Custódio Pereira	10.388	4	38,51
Roosevelt	23.507	9	38,29
Taiaman	8.179	3	36,68
Marta Helena	10.388	4	36,62
Lagoinha[2]	11.257	3	26,65
Santa Mônica	31.646	8	25,65
Laranjeiras	16.544	3	18,13
Outros	260.509	57	21,88
Total	556.133	237	42,62

1. Estimativa da população do município de Uberlândia, por bairro, em 2003, segundo a Secretaria Municipal de Saúde.

2. Refere-se também aos bairros Carajás e Pampulha.

Fonte: Boletim de ocorrência (BO) da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

Estes dados vêm mostrar que nem sempre a concentração de homicídios está nas áreas periféricas. O cenário da criminalidade urbana muda de acordo com as funções sociais e os meios atrativos de determinado bairros. O bairro Tibery, por exemplo, localiza-se próximo à rodovia, e também à UFU, fator que ocasiona uma maior aglomeração de pessoas.

Os motivos mais comuns, nos casos de óbitos por arma de fogo apresentado por Oliveira (2005), diz respeito às discussões e aos acertos de conta e vingança, com índices de 46 e 40 casos respectivamente, de uma amostragem de 155 óbitos. A Tabela 6 mostra o motivo aparente para o uso de armas de fogo, conforme o Boletim de Ocorrência da Polícia Militar de Uberlândia, nos anos de 2001 e 2002.

Tabela 6: Motivo aparente das vítimas de armas de fogo em Uberlândia, no período de 2001 e 2002.

Motivo aparente	(n)	(%)
Discussão/briga	46	29,68
Acerto de contas/vingança	40	25,80
Homicídio tentado	30	19,35
Assalto (vítima)	18	11,61
Troca de tiros	12	7,74
Assalto (agressor)	7	4,52
Suicídio	2	1,29
Total	155	100

Nota: Duzentos e um registros sem dados suficientes (46 classificados como outros motivos e 155 ignorados).

Fonte: Boletim de ocorrência (BO) da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

Com relação aos dados sobre acidentes com armas de fogo, constata-se que de 278 casos registrados, 121 vítimas faleceram no Hospital de Clínicas da UFU, e 110 em outros hospitais ou nas Unidades de Assistência Integradas – UAIs. Mais detalhes podem ser conferidos na Tabela 7 seguir:

Tabela 7: Número absoluto e porcentagem de vítimas de acidente ocasionados por arma de fogo em Uberlândia, no período de 2001 e 2002.

Destino dado à vítima	(n)	(%)
Posto de Saúde – HCU	121	43,53
Outros Hospitais (UAIS)	110	39,57
Óbito/PML	46	16,55
Permanência em domicílio	1	0,36
Total	278	100

Nota: Não havia informação sobre o destino da vítima em setenta e oito BO.

Fonte: Boletim de ocorrência (BO) da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

Os pacientes, vítimas de acidentes por armas de fogo são atendidos no horário da noite e da madrugada, especificamente das 21 horas às 3 horas da madrugada, confira a Tabela 08 a seguir:

Tabela 08: Horário de Atendimento das vítimas de armas de fogo em Uberlândia, no período de 2001 e 2002.

Horário de atendimento (horas)	(n)	(%)
0-3	74	24,03
3-6	39	12,66
6-9	13	4,22
9-12	18	5,84
12-15	26	8,44
15-18	31	10,06
18-21	42	13,64
21-24	65	21,10
Total	308	100

Fonte: Setor de Arquivo Médico do HCU.

Segundo Oliveira (2005), a discrepância entre os números de ocorrências e os coeficientes de incidência pode ser justificada por vários fatores, como a concentração populacional de alguns bairros, as características socioeconômicas e atividades comerciais e de lazer. Os bairros Umuarama e Centro, de classe média e alta, possuem apenas 0,61% e 1,44% da população de Uberlândia, respectivamente. Além disso, o Hospital de Clínicas e a 16ª Delegacia Regional da Polícia Civil estão sediados no Umuarama onde, provavelmente, ocorreram BOs relacionados a disparos ocorridos em outros bairros, por denúncia de vítimas que foram levadas diretamente ao hospital, e/ou a disparos durante rebeliões na citada delegacia. O Centro talvez tenha alto coeficiente de incidência por ser um centro comercial e de grande fluxo de pessoas.

Menos da metade dos casos (155 ocorrências ou 43,54%), em que os motivos aparentes para o uso de arma de fogo foram descritos nos BO, cerca de 30% foram referidos como "discussão/briga" (46 ocorrências ou 29,68%) e "acerto de contas/vingança" (40 ocorrências ou 25,81%). De 278 casos (78,09%), para os quais se encontrou descrição nos BO sobre o destino dado à vítima, 121 (43,53%) foram encaminhadas para o HCU, 110 (39,57%) para outros hospitais e 46 (16,55%), para o PML.

As vítimas de ferimentos por projétil de arma de fogo, no presente estudo eram, sobretudo, do sexo masculino, solteiros, de 10 a 39 anos de idade. Embora a profissão/ocupação mais comum tenha sido referida como "serviços gerais", outras como comerciante/comerciário, motorista/mototaxista, pedreiro/servente/pintor também foram freqüentes. A ocorrência dos eventos mostrou pouca variação durante os meses do ano e não obedeceu a um padrão semelhante, segundo as diferentes fontes de dados. Observou-se, também, que mais de 1/3 ocorreram ou foram atendidos no final de semana (sábado e domingo), independentemente da fonte de dados utilizada. Quase metade dos casos (139

ocorrências ou 45,13%) foi atendida no HCU, mas deram entrada no Posto de Saúde - PS no horário das 21 às 3 horas.

Para compilação dos dados relacionados ao tráfico de drogas, foi analisado o período entre 1999 e 2004, nas seguintes categorias: tráfico, posse de drogas para uso, presos por tráfico e presos para uso. No tráfico, houve aumento de ocorrências em todos os anos. Em 1999, foram registrados 75 casos, e 145 casos em 2004. No quesito posse para uso de drogas, registraram-se 426 casos em 1999; 541 casos em 2002, e em 2004, 479 casos. Em 1999, foram presos por tráfico 35 pessoas; em 2001, 364 pessoas, e em 2004, 288 pessoas. Por fim, os presos por uso, em 1999, somaram 157 casos, subindo para 960 ocorrências em 2001, e reduzindo para 532 casos em 2004. (Cf. Gráfico 5). Portanto, verifica-se que a ação da Polícia Militar tem sido eficaz em algumas categorias que envolvem a questão das drogas na cidade de Uberlândia.

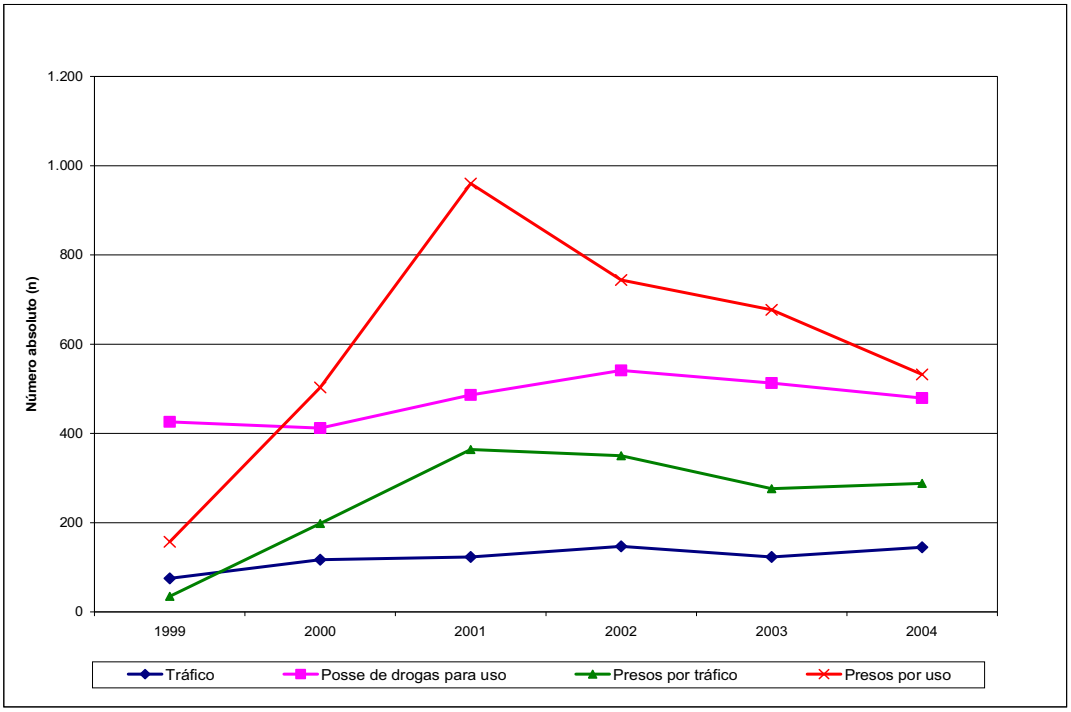


Gráfico 5: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de tráfico, posse de drogas para uso, presos por tráfico e presos por uso. Período: 1999 a 2004.

Fonte: COPOM (2005).

A seguir apresentam-se as ocorrências registradas na área do 17º Batalhão da Polícia Militar – BPM, no período de janeiro a dezembro de 2006. As ocorrências que tiveram valores mais elevados se referem a crimes contra o patrimônio, procedimentos administrativos e ocorrências com registro anterior. (Cf. Tabela 9).

Tabela 9: Ocorrências policiais registradas na área do 17º. BPM, em Uberlândia, no período de 2006.

Descrição	Total de Registros
Decorrentes Ações Pol. Comunitária	1.927
Pessoa	7.016
Contra o Patrimônio	17.041
Contra os Costumes, a Paz, a Fé Pública	1.501
Contra a Incolumidade Pública	279
Infrações Referentes à Defesa e Preservação	01
Referente ao Trânsito Urbano	3.266
Referentes ao Trânsito Rodoviário	02
Infrações Legislação da Fauna Silvestre	11
Referente às Subst. Entorpecentes	374
Contra a Adm. Pública e Outros Crimes	1.265
Referentes a incêndios	05
Referentes a Busca e Salvamento	01
Diversas de Polícia	6.250
Procedimentos Administrativos	18.127
Operações, Solic. E Com. Diversas	6.453
Prisões Efetuadas	5.575
Menores Apreendidos	941
Armas Brancas Apreendidas	166
Armas de Fogo Apreendidas	102
Ocorrências com Registro Anterior	22.942
Ocorrências de Iniciativa	17.272
Ocorrências com Prisões	4.075
Ocorrências com Apreensão de Menores	703

Fonte: 17ª BPM

3.2. Criminalidade envolvendo jovens na cidade de Uberlândia

3.2.1. Indicadores socioeconômicos

Antes de apresentar os aspectos diretamente relacionados à criminalidade envolvendo os jovens na cidade, é importante apresentar a espacialização de alguns indicadores socioeconômicos, que podem nos ajudar a entender as suas possíveis vinculações com a violência, tais como, a distribuição dos jovens no espaço urbano, a localização de escolas e de espaços de lazer, os níveis de escolaridade da população e a renda das famílias.

3.2.1.1. Distribuição da população de 15 a 24 anos no espaço urbano de Uberlândia

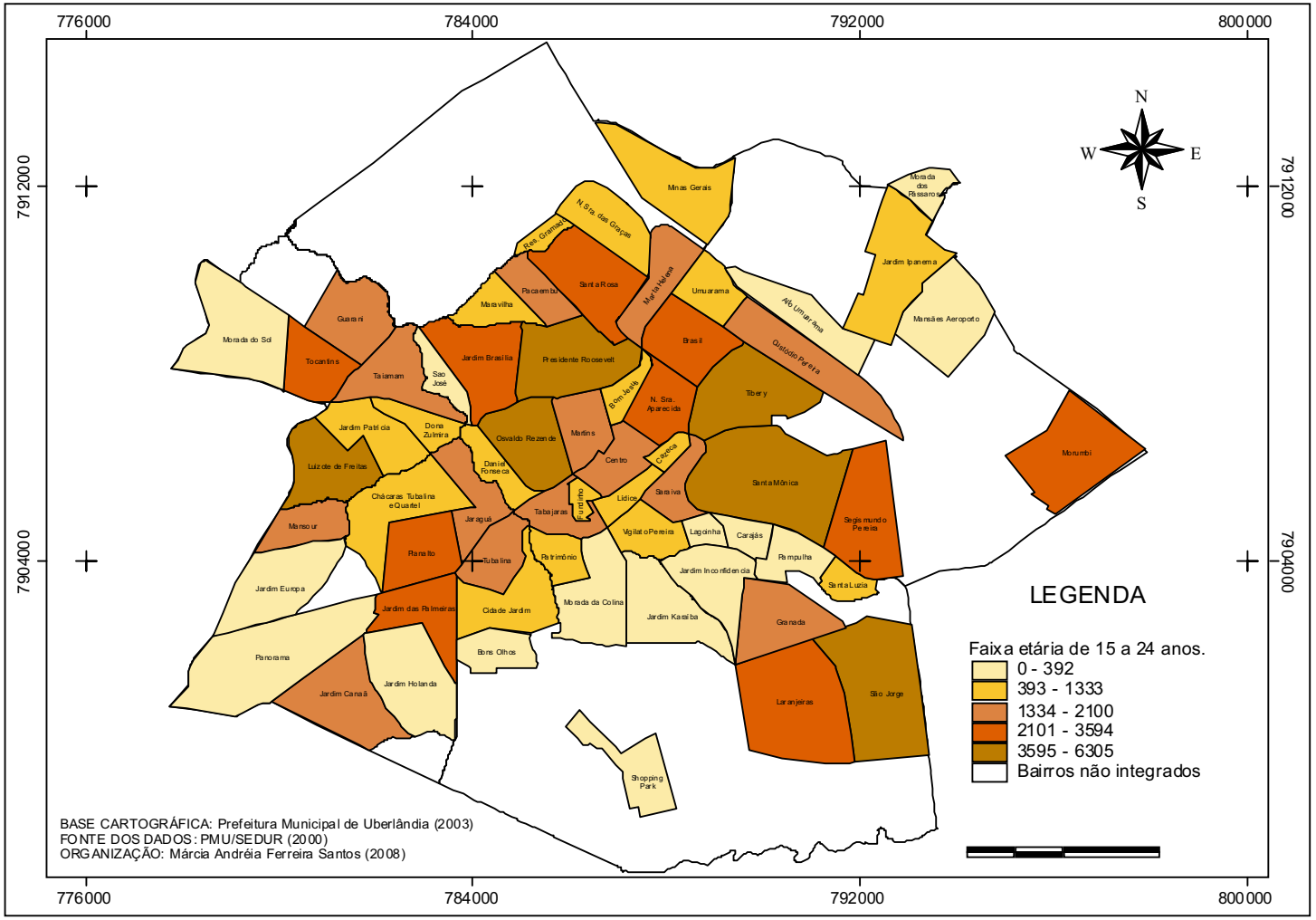
Os bairros com menor população jovem são: Mansões Aeroporto, Morada do Sol, Chácaras Panorama, Jardim Holanda e Jardim Karaíba. Nestas localidades constatou-se o intervalo de 0 a 392 jovens.

Os bairros Minas Gerais, Jardim Ipanema, Nossa Senhora das Graças, Residencial Gramado, Maravilha, Umuarama, Jardim Patrícia, Dona Zulmira, Daniel Fonseca, Chácaras Tubalina e Quartel, Cidade Jardim, Patrimônio, Lídice, Cazeca, Vigilato Pereira, Santa Luzia situam-se no intervalo de 393 a 1333 jovens. Esses bairros se localizam próximos à área central, a centros universitários e a grandes empresas, e são considerados de classe média.

O intervalo de 1334 a 2100 jovens pode ser verificado nos bairros Guarani, Taiaman, Pacaembu, Mansour, Jardim Canaã, Jaraguá, Tubalina, Tabajaras, Martins, Marta Helena, Custódio Pereira, Saraiva e Granada. Alguns desses bairros se encontram distantes das áreas centrais, como o Taiaman, Mansour, Jardim Canaã, Jaraguá, Tubalina, Custódio Pereira e Granada. São bairros constituídos de conjuntos residenciais, financiados pela Caixa Econômica Federal.

Os números absolutos de 2101 a 3594 jovens estão nos bairros Tocantins, Jardim Brasília, Santa Rosa, Brasil, Nossa Senhora Aparecida, Morumbi, Laranjeiras, Segismundo Pereira, Planalto e Jardim das Palmeiras.

Os bairros que apresentam a maior concentração da população jovem, de 3595 a 6305 pessoas são o Luizote de Freitas, São Jorge, Roosevelt, Tibery, Santa Mônica e Osvaldo Rezende. Constata-se, portanto, que a concentração populacional de jovens se encontra distribuída em toda a cidade de Uberlândia, uma vez que o bairro Santa Mônica localiza-se no Setor Leste da cidade de Uberlândia; o Luizote de Freitas, no Setor Oeste, o São Jorge no Setor Sul e, por fim, o Roosevelt, no Setor Norte. (Cf. Mapa 3).



Mapa 3: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos. Período: 2000.

Ressalta-se que os bairros Brasil e Aparecida têm considerável concentração de jovens, devido à proximidade dos Campus Santa Mônica e Umuarama, bem como das empresas que se destacam no ramo atacadista e de serviços, dentre elas a ACS, do grupo ALGAR. Isso vem mostrar que o aumento da criminalidade nestas localidades não pode ser explicado somente por fatores socioeconômicos, pois a falta dos bens materiais não é o único fator justificável para a inserção do jovem em delitos como roubo.

É notável que a ausência da renda familiar ou a renda ser muito baixa predispõe o jovem a ser seduzido a conseguir dinheiro por meio de formas ilícitas (roubo e furtos), mas não podemos enxergar a criminalidade apenas na ótica das desigualdades sociais e sim rever práticas de políticas públicas e segurança pública para a sociedade, em especial o jovem.

3.2.1.2. Distribuição dos responsáveis pelo domicílio, com renda de 1 a 3 salários mínimos

Nos bairros Jardim Ipanema, Mansões Aeroporto, Nossa Senhora das Graças, Umuarama, Santa Rosa, Residencial Gramado, Morada do Sol, Panorama, Jardim Holanda, Soa José, Tabajaras, Lídice, Cazeca, Fundinho, Cidade Jardim, Patrimônio, Morada da Colina e Jardim Karaíba concentram de 0 a 251 pessoas com renda de 1 a 3 salários mínimos.

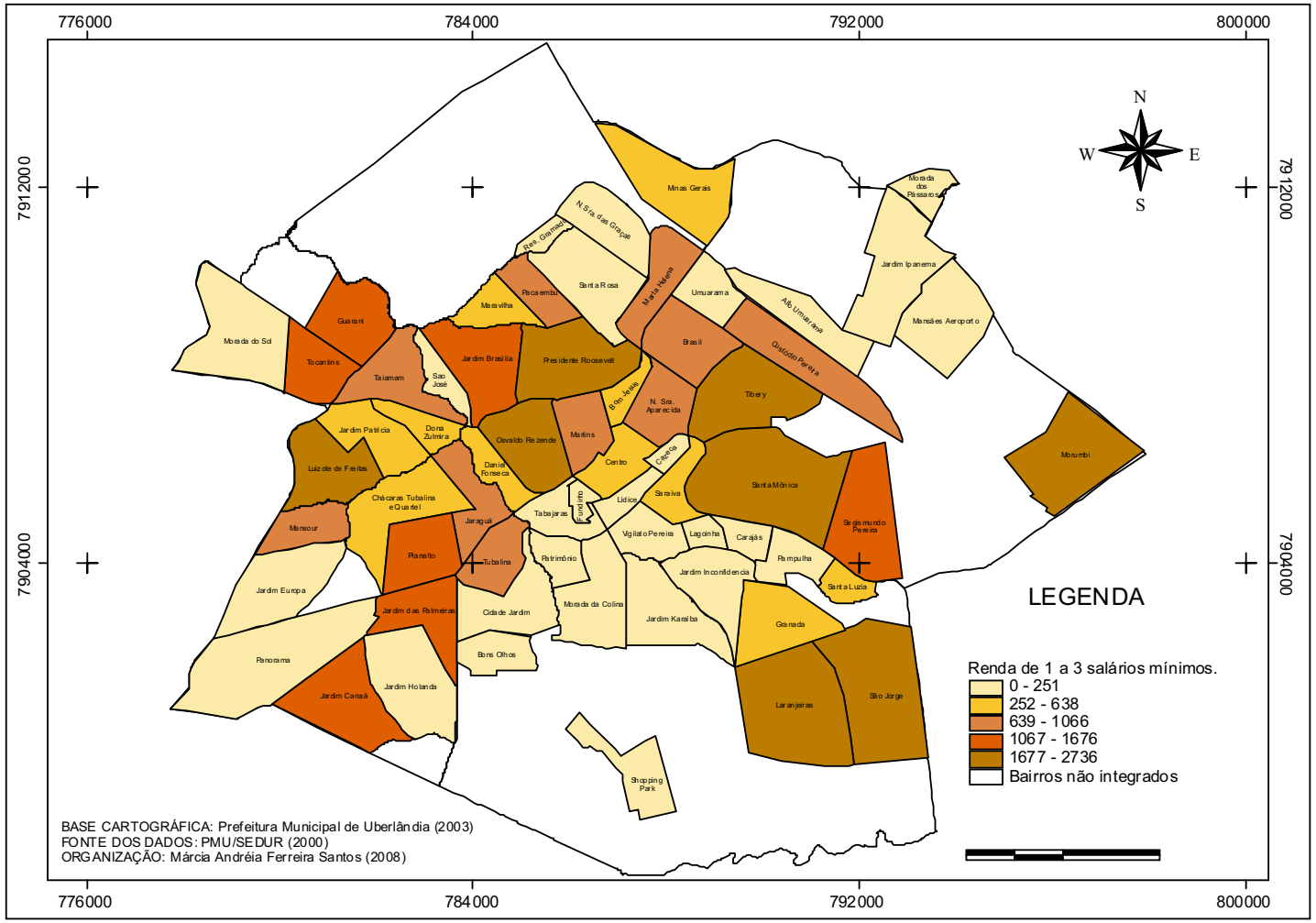
Por outro lado, nos bairros: Minas Gerais, Maravilha, Jardim Patrícia, Dona Zulmira, Daniel Fonseca, Chácaras Tubalina e Quartel, Bom Jesus, Centro, Saraiva, Granada e Santa Luzia constatou-se o intervalo de 252 a 638 responsáveis com essa renda.

O Taiaman, Mansour, Tubalina, Martins, Marta Helena, Brasil, Nossa Senhora Aparecida e Custódio Pereira registraram de 639 a 1066 responsáveis pelo domicílio com renda de 1 a 3 salários. Já os bairros Guarani, Tocantins, Jardim Brasília, Planalto, Jardim das

Palmeiras, Jardim Canaã e Segismundo Pereira apresentaram um número absoluto de 1067 a 1676 que possuem a renda referida.

Os bairros com maior concentração de responsáveis por domicílio com renda de 1 a 3 salários mínimos foram: Luizote de Freitas, Presidente Roosevelt, Osvaldo Rezende, Tibery, Santa Mônica, Morumbi, Laranjeiras e São Jorge. Foi diagnosticado nestes bairros o intervalo de 3595-8305 pessoas.

Os bairros integrados sem dados disponíveis foram: Morada dos Pássaros, Alto Umuarama, Jardim Europa, Bons Olhos, Lagoinha, Carajás, Pampulha, Jardim Inconfidência e Shopping Park. Assim, percebe-se que são bairros que são classificados como classe média baixa. Alguns distantes dos centros de referência na cidade. Cabe ressaltar que o bairro Luizote de Freitas, mesmo se localizando distante das áreas centrais, possui todos os serviços necessários: escola, UAI, bancos, correios, um número maior de ônibus, inclusive que vão direto para o Hospital de Clínicas da UFU. Outra questão refere-se segregação socioespacial de determinados bairros na cidade de Uberlândia. Alguns bairros são considerados de classe baixa por se localizarem na periferia da cidade, e também, pela ausência de infra-estrutura básica, como: escolas, UAIs, postos de segurança, áreas de lazer. (Cf. Mapa 4).



Mapa 4: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de responsáveis com renda de 1 a 3 salários mínimos. Período: 2000.

3.2.1.3. Distribuição das pessoas alfabetizadas

O intervalo de 49 a 116 de pessoas alfabetizadas se localizam nas seguintes localidades: Morada do Sol, Jardim Europa, Panorama, 90% do bairro Jardim Holanda e uma média de 10% na Chácara Tubalina e Quartel.

Para o número absoluto de 117 a 156 pessoas destacaram-se os bairros Morada dos Pássaros, com uma média de 90% do bairro Jardim Ipanema, 90% do Daniel Fonseca, 90% do Osvaldo Rezende, 90% do Patrimônio, 80% do bairro Guarani, 80% do Mansões Aeroporto, 70% do Bom Jesus, 70% do Centro, 60% do Martins, 50% do bairro Chácaras Tubalina e Quartel, 50%Shopping Park, 45% do Fundinho, 45% do Cazeca, , 40% Morumbi, 40% do Tocantins, 40% do Tibery, 40% Brasil, 30% Marta Helena, 30% Nossa Senhora das Graças, 30% do Lídice, 30% do Santa Mônica, 15%Laranjeiras, 10% São Jorge, 15% do Jardim Brasília e 5% do Minas Gerais.

Os bairros que apresentaram os números absolutos de 157 a 188 de alfabetizados foram: 90% Jardim Canaã, 90% Cidade Jardim, 70% Alto Umuarama, 70% Pacaembu, 70% Laranjeiras, 60% Granada, 55% Mansour, 50% Maravilha, 50% Segismundo Pereira, 50% Santa Mônica, 50% Custódio Pereira, 50% Shopping Park, 45% Tubalina, 40% Vigilato Pereira, 40% Marta Helena, 40% Saraiva, 40% Taiaman, 40% Tibery, 30% Jardim Brasília, 30% Umuarama, 30% Presidente Roosevelt, 30% São Jorge, 20% Jardim Karaíba, 20% Mansões Aeroporto, 20% Guarani e 10% Tocantins.

O intervalo de 189 a 223 alfabetizados foi registrados nos seguintes bairros: 70% do bairro Lagoinha, 70% do Santa Rosa, 60% do bairro Planalto, 50% do bairro Dona Zulmira, 50% do bairro Jorge, 50% do bairro Vigilato Pereira, 50% do bairro São Jorge, 40% do bairro Minas Gerais, 40% do bairro Mansour, 40% do Segismundo Pereira, 40% do bairro

Jardim Patrícia, 30% do bairro Jardim Ipanema, 20% do bairro Morumbi, 20% do bairro Santa Mônica, 15% do bairro Tibery e 10% do bairro Canaã.

E, por fim, os números absolutos de 224 a 302 foram os bairros: 70% do bairro Luizote de Freitas, 60 % do bairro Jardim das Palmeiras, 50% do bairro Minas Gerais, 40% do bairro Taiaman, 40% do bairro Dona Zulmira, 30% do bairro Planalto, 30% do bairro Presidente Roosevelt, 30% do bairro Umuarama, 30% do bairro Santa Rosa, Residencial Gramado, 20% do bairro Nossa Senhora das Graças, 10% Segismundo Pereira, 10% Pampulha, 10% Santa Luzia, 5% São Jorge, 5% Laranjeiras e 5% do bairro Santa Mônica.

Dessa forma, em relação à alfabetização dos jovens na cidade de Uberlândia, percebe-se que os bairros Jardim das Palmeiras, Luizote de Freitas, Taiaman, Dona Zulmira e Minas Gerais apresentaram de 40 a 60% dos números absolutos de população jovem entre 15 e 24 anos. Ou seja, aí estão localizados os melhores índices de jovens alfabetizados no espaço urbano de Uberlândia.

O percentual de bairros que apresentam mais jovens alfabetizados por Setor Censitário na faixa etária de 15 a 24 anos concentram-se nos bairros Jardim das Palmeiras, Luizote de Freitas, Dona Zulmira e Minas Gerais.

A educação é um meio importante para a formação do jovem, local de descoberta dos sonhos para a concretização de uma profissão, mas, infelizmente, o ensino público não tem sido oferecido com qualidade para as crianças e jovens. Isso ocorre devido à má remuneração dos professores e, conseqüentemente, à falta de estímulos para se dar uma aula que realmente leve o aluno a adquirir conhecimentos científicos.

Atualmente, diversas formas de ensino que permitem aos jovens sem qualificação concluírem o Ensino Médio. Como exemplo, tem-se o Tele-Curso 2000, no qual o aluno conclui o ensino médio em apenas um ano. Mas muitos jovens não vão à escola. Alguns são vítimas da marginalidade que assola seu ambiente de convívio. Passam o tempo no ócio, usam

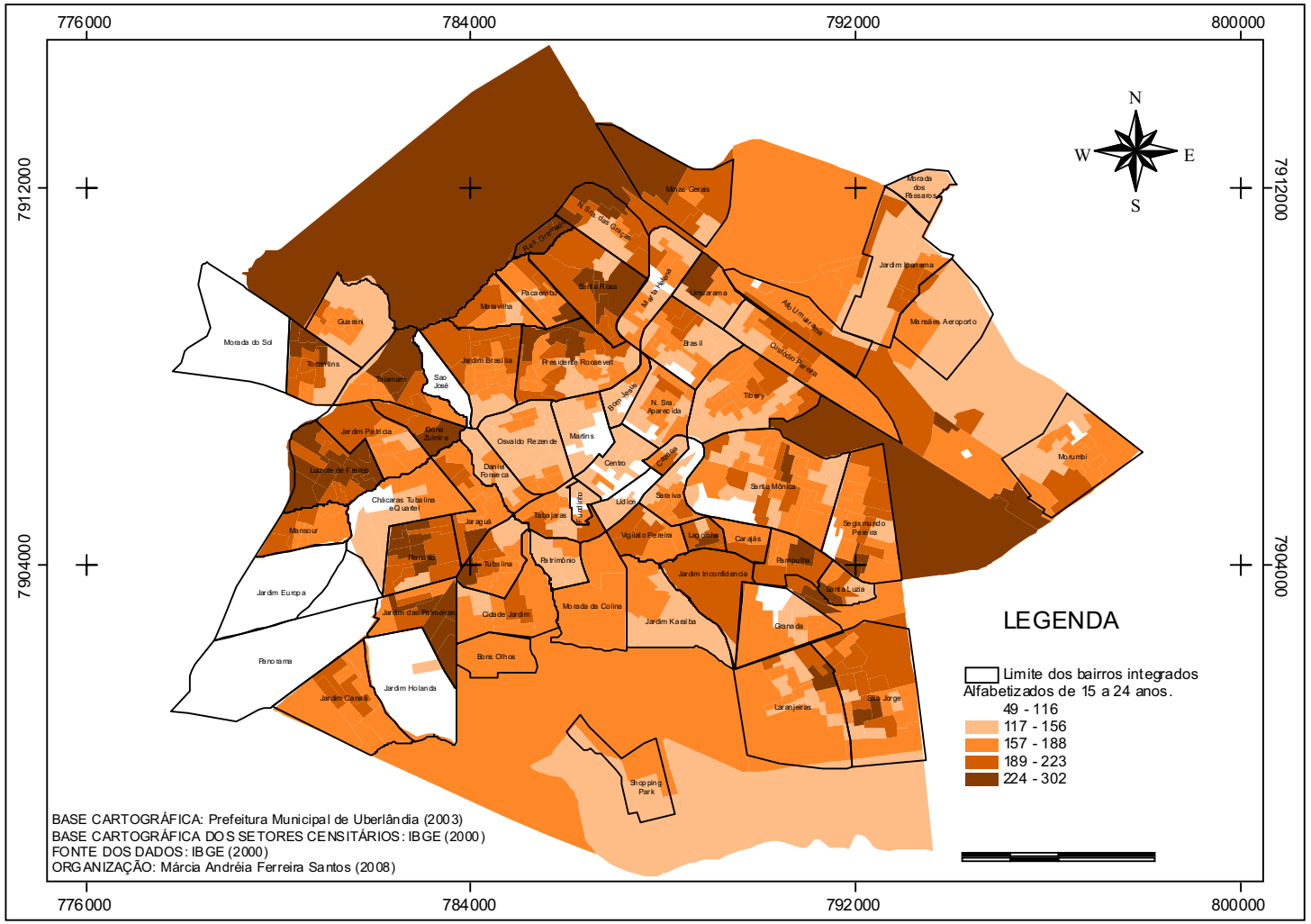
drogas, e alguns menores roubam ônibus, fator que tem sido presenciado por várias pessoas, em diversos bairros de Uberlândia.

A mídia local veicula, diariamente, nos jornais, matéria sobre a Segurança Pública de Uberlândia e a maioria das reportagens relata que os homicídios são crimes executados por jovens, geralmente na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo estes, também, vítimas do crime. Como exemplo disso, tem-se o registro de uma reportagem sobre a prisão de assaltante, jovem de 19 anos, publicada no jornal Correio de Uberlândia:

> Justiça decreta a prisão de assaltante, jovem de 21 anos, vulgo Clebinho, acusado de ser um dos homens que assaltaram e mataram, na quarta-feira, um dos gerentes da Caixa Econômica Federal, Jorge Ribeiro de Oliveira, 48 anos. Cleber, em regime condicional, está foragido desde a noite do crime. Vitor Jorge da Silva, 19 anos, suspeito de ser o colega de Cleber, em regime condicional, está foragido desde a noite do crime. (POPÓ, 2005).

Ressalta-se que os bairros Shopping Park, Jardim Europa, Bons Olhos, Lagoinha, Jardim Inconfidência, Carajás, Pampulha e Morada dos Pássaros são bairros integrados sem dados disponíveis.

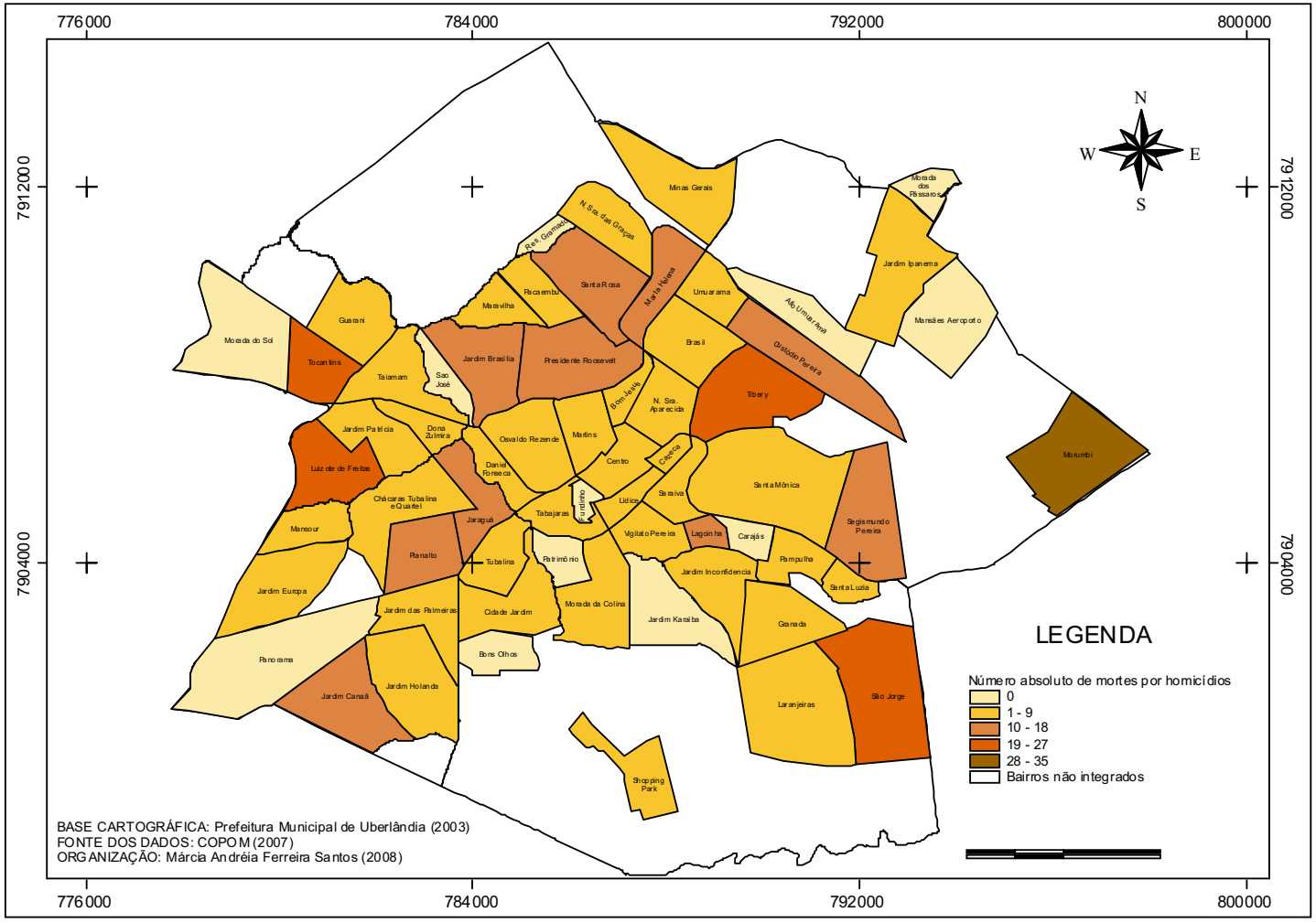
O Mapa 5 mostra a quantidade de alfabetizados, por Setor Censitário, na faixa etária de 15 a 24 anos. Estes dados serão mostrados por média em cada bairro, devido à dificuldade de explanar os dados por setor censitário.



Mapa 5 Cidade de Uberlândia. Número absoluto de alfabetizados, por setor censitário, na faixa etária de 15 a 24 anos. Período: 2000.

3.2.2. Mortalidade por homicídios

Ao se observar a distribuição dos homicídios no espaço urbano de Uberlândia, constatou-se que o bairro Morumbi foi o que apresentou o maior número de ocorrências no período compreendido entre 2000 e 2006, ou seja, entre 28 e 35 mortes. Na seqüência aparecem os bairros Tocantins, Luizote de Freitas, São Jorge e Tibery, compreendendo o intervalo de 19 a 27 ocorrências. Dessa forma, percebe que as áreas com o maior índice de mortes por homicídios concentram-se nos bairros mais distantes, regiões que possuem uma forte presença de drogas, como é o caso do bairro Morumbi e do Tocantins. (Cf. Mapa 6).



Mapa 6: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes por homicídio. Período: 2000 a 2006.

3.2.2.1. Homicídios segundo ano de ocorrência

Nos período de 2000 a 2004 houve um crescimento no número absoluto de casos de mortes por homicídios, chegando, em 2004, a quase 90 óbitos. Em 2005, houve uma redução para pouco mais de 40 casos. Já no ano de 20006 teve um crescimento considerável, sendo registrado mais de 100 casos de mortes por homicídios. (Cf. Gráfico 6).

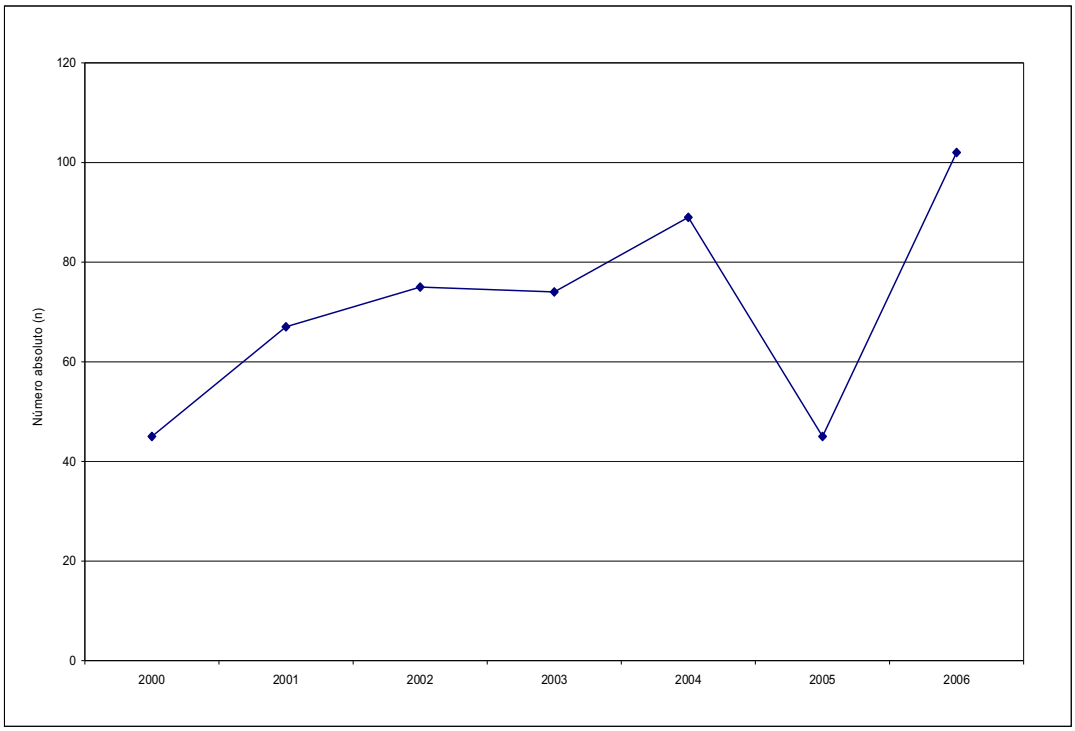


Gráfico 6: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes por homicídios. Período: 2000 a 2006.
Fonte: NIS (2006).

3.2.2.2. Homicídios segundo sexo

A seguir são expostos os dados do NIS, do período de 2006, referentes à causa dos óbitos na cidade de Uberlândia, que nos ajudará a situar as mortes por causas violentas em relação às demais causas de morte. Constata-se que os índices mais ofensores correspondem ao de agressão por disparo por outra arma de fogo ou por fatores não específicos, incidindo, sobretudo, sobre o sexo masculino (72 casos), e 3 casos para o sexo feminino. (Cf. Gráfico 7).

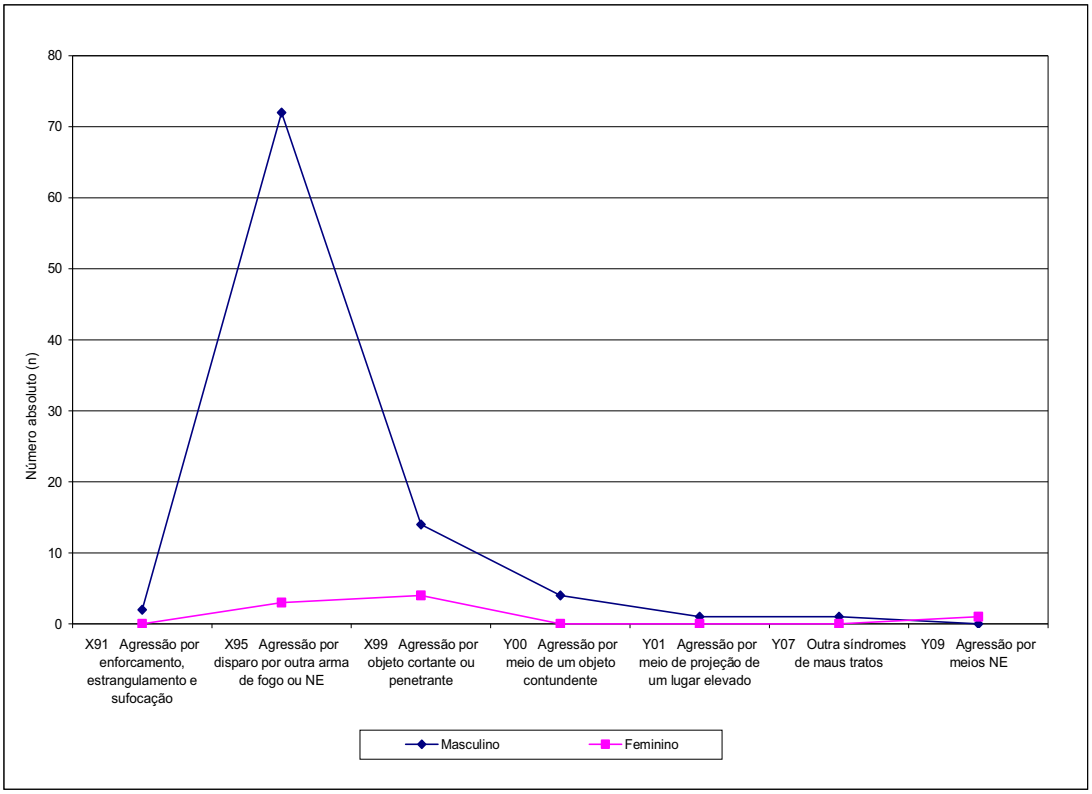


Gráfico 7: Cidade de Uberlândia. Homicídios de residentes, por sexo. Período: 2006.
Fonte: NIS (2006)

3.2.2.3. Homicídios segundo faixa etária

A faixa etária que teve maior número absoluto de agressões (homicídios), no período de 2000 a 2006, situou-se entre 20 a 29 anos, que corresponde a fase jovem e o início da fase adulta. (Cf. Gráfico 8).

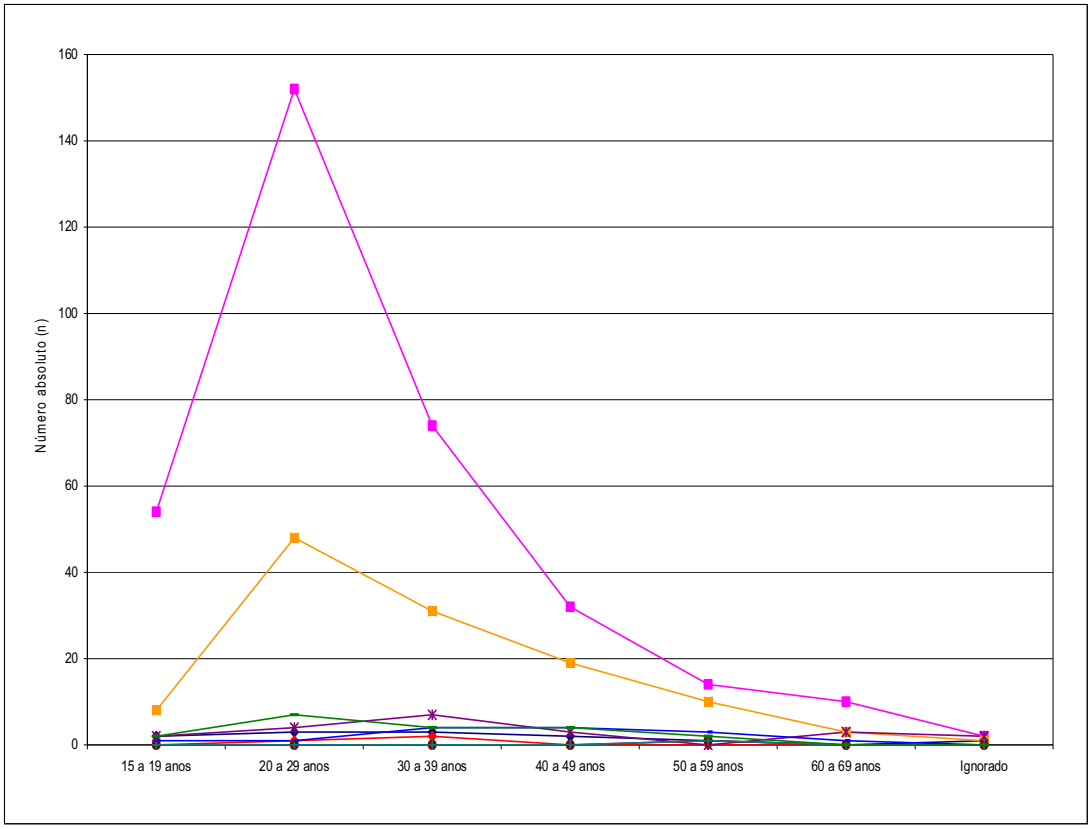


Gráfico 8: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes por homicídios, segundo faixa etária. Período: 2000 a 2006.

Fonte: NIS (2006).

3.2.2.4. Homicídios segundo sexo e faixa etária

De acordo com os dados NIS, entre 2000 e 2004, os óbitos por homicídios incidiram, sobretudo, na faixa etária de 20 a 29 anos (151 ocorrências), sendo que a maioria ocorreu em hospital (54 óbitos), vias públicas (39 óbitos), outros locais (28 óbitos) e no domicílio (17 óbitos).

Outro dado importante é que a ocorrência de homicídios é mais acentuada entre jovens do sexo masculino, pois de um total de 152 casos de homicídios, 142 incidiram sobre do sexo masculino. Além disso, comprovou-se que o número absoluto de homicídios teve maior concentração na faixa etária de 20 a 29 anos. (Cf. Gráfico 9).

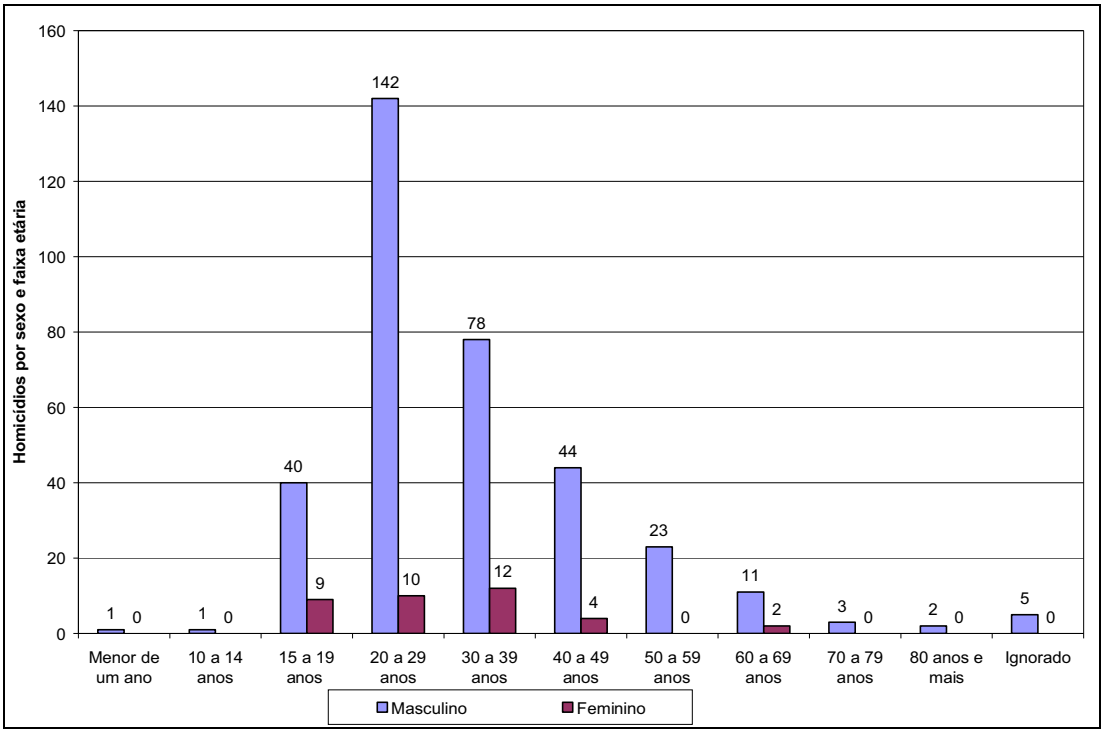


Gráfico 9: Cidade de Uberlândia. Homicídios em Uberlândia por sexo e faixa etária. Período: 2000 a 2004. Fonte: NIS (2005).

3.2.2.5. Homicídios segundo local de ocorrência

Em relação ao número absoluto de mortes por homicídio, segundo local de ocorrência, no período de 2000 a 2006, percebe-se que a maioria das mortes ocorreu em hospital. Em 2001, foram registradas 22 mortes em hospital, e de 2002 a 2004 ocorreram, respectivamente, 34 e 33 mortes. Já em 2005 apresentou uma redução para 30 ocorrências, e em 2006 continuou a diminuir, registrando-se 23 casos de mortes.

O segundo local que teve mais mortes por homicídios foram nas vias públicas, que apresentou 23 mortes em 2001, e 31 casos em 2006. Isso vem mostrar que as pessoas são vítimas da violência nos locais públicos, especificamente nas ruas da cidade, e, geralmente, no período da noite e nos finais de semana, quando os jovens vão para os locais de festa e, em sua maioria, fazem uso de bebidas alcoólicas. (Cf. Gráfico 10).

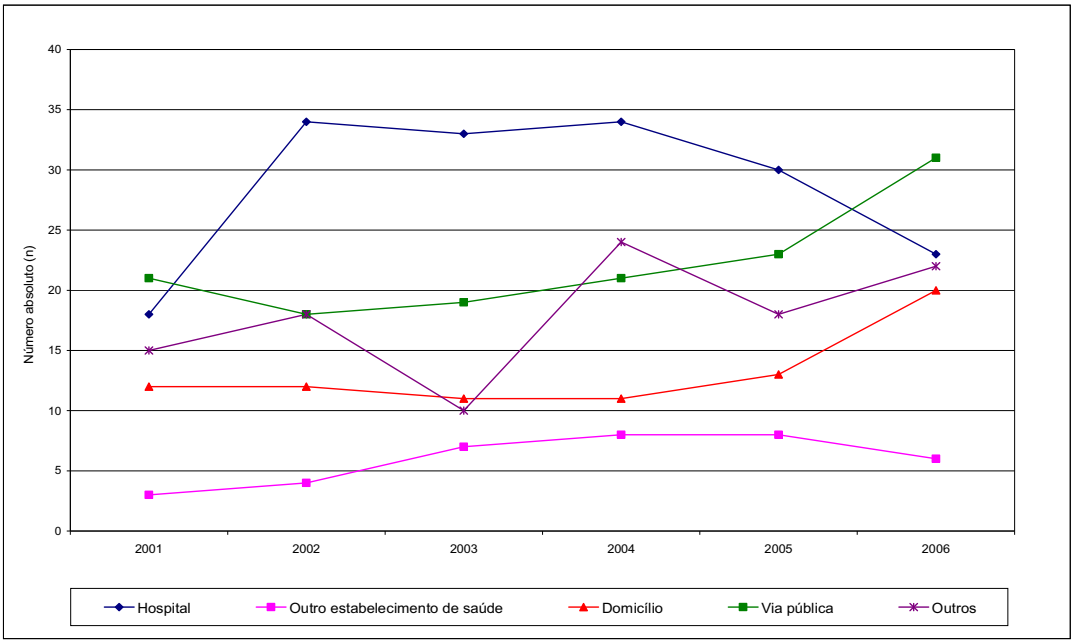


Gráfico 10: Número absoluto de mortes por homicídios, segundo local de ocorrência. Período: 2001 a 2006.
Fonte: NIS (2006).

3.2.2.6. Homicídios segundo meio utilizado

O principal meio utilizado para a prática dos homicídios, no período de 2000 a 2006 foi a arma de fogo, que apresentou um fenômeno crescente até 2004, quando registrou 60 ocorrências, reduzindo para 30 em 2005, mas elevando-se para 75 ocorrências em 2006. Isso se deve, sobretudo, às formas de policiamento e implantação de postos de segurança nos bairros da cidade de Uberlândia. (Cf. Gráfico 11).

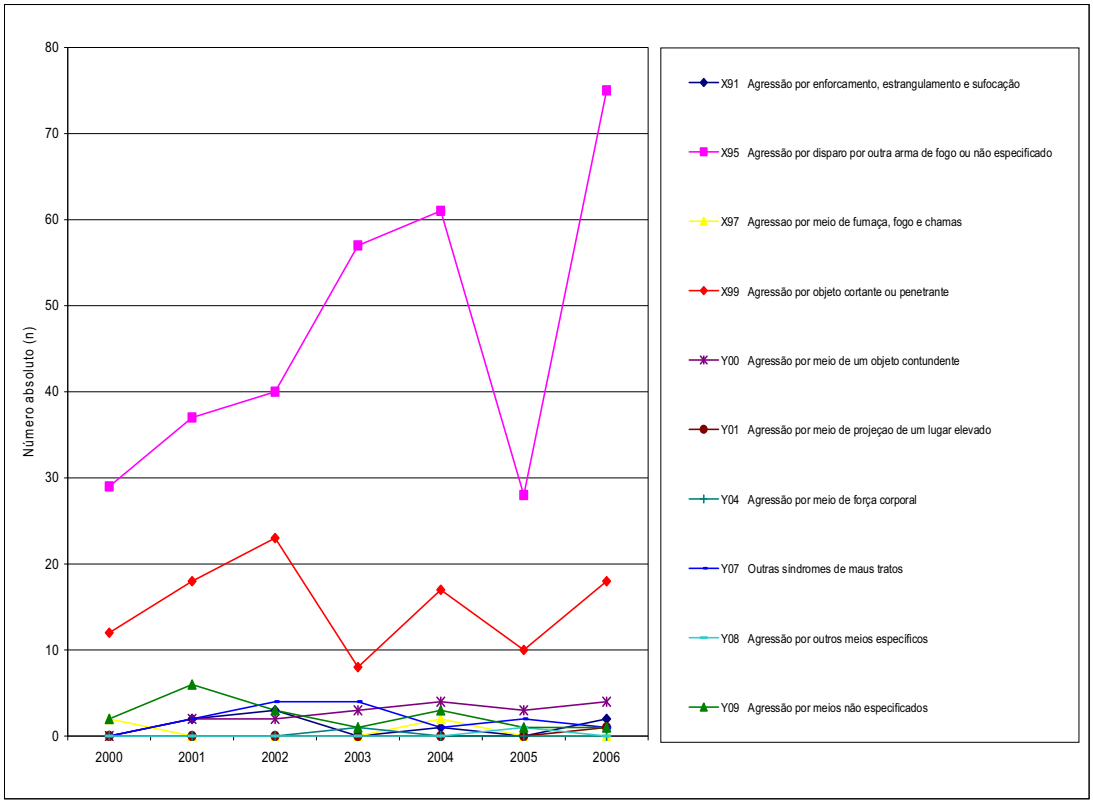


Gráfico 11: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes por homicídios, segundo meio utilizado. Período: 2000 a 2006.e

Fonte: NIS (2006)

3.2.2.7. Homicídios segundo meio utilizado e faixa etária

O tipo de agressão que apresentou índice mais significativo, no período de 2000 a 2006 foi a agressão por disparo de arma de fogo ou não especificada, na faixa etária de 20 a 29 anos, com 153 registros. Isso vem mostrar que o jovem se insere neste quadro de violência, sendo tanto vítima como autor de homicídios. Cabe ressaltar que o CID-10 estabelece a faixa etária jovem de 20 a 29 anos, diferentemente de outros estudos abordados que denotam a faixa etária jovem de 15 a 24 anos. (Cf. Gráfico 12).

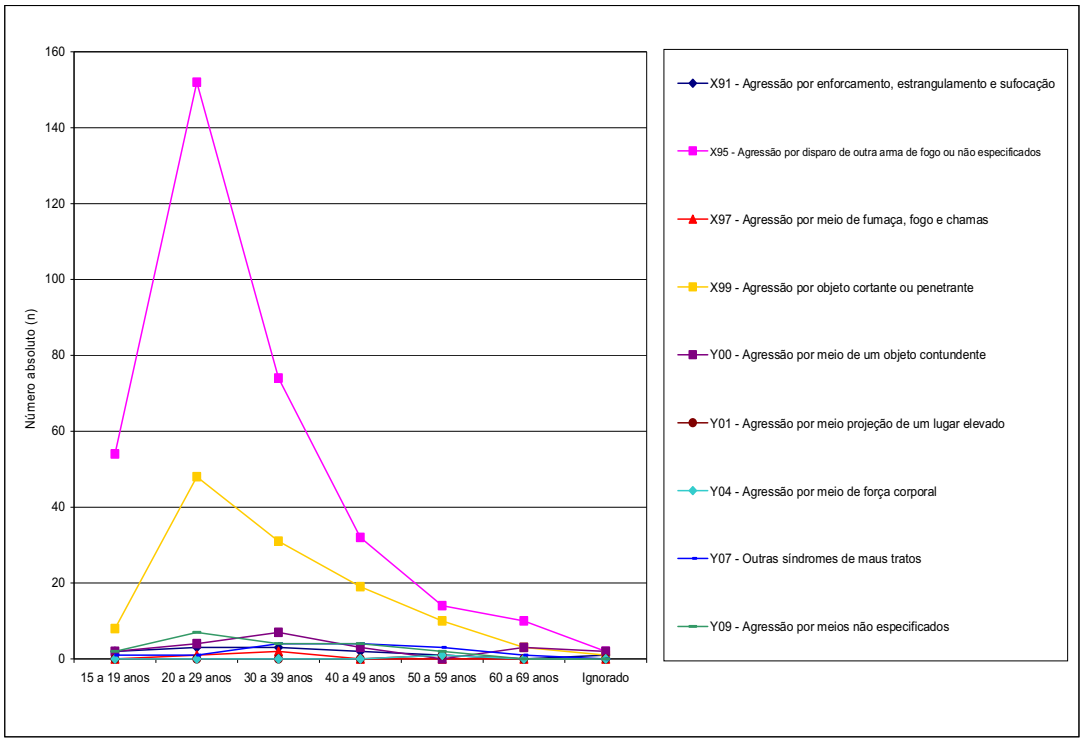


Gráfico 12: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes por homicídios (agressão), segundo faixa etária e meio utilizado. Período: 2000 a 2006.

Fonte: NIS (2006).

3.2.2.8. Homicídios segundo meio utilizado e local de ocorrência

Dentre as ocorrências registradas no período de 2006, constatou-se que as maiores incidências de morte foram praticadas por armas de fogo, sendo registradas, principalmente, em hospitais (20 ocorrências) e em vias públicas (24 ocorrências). (Cf. Gráfico 13).

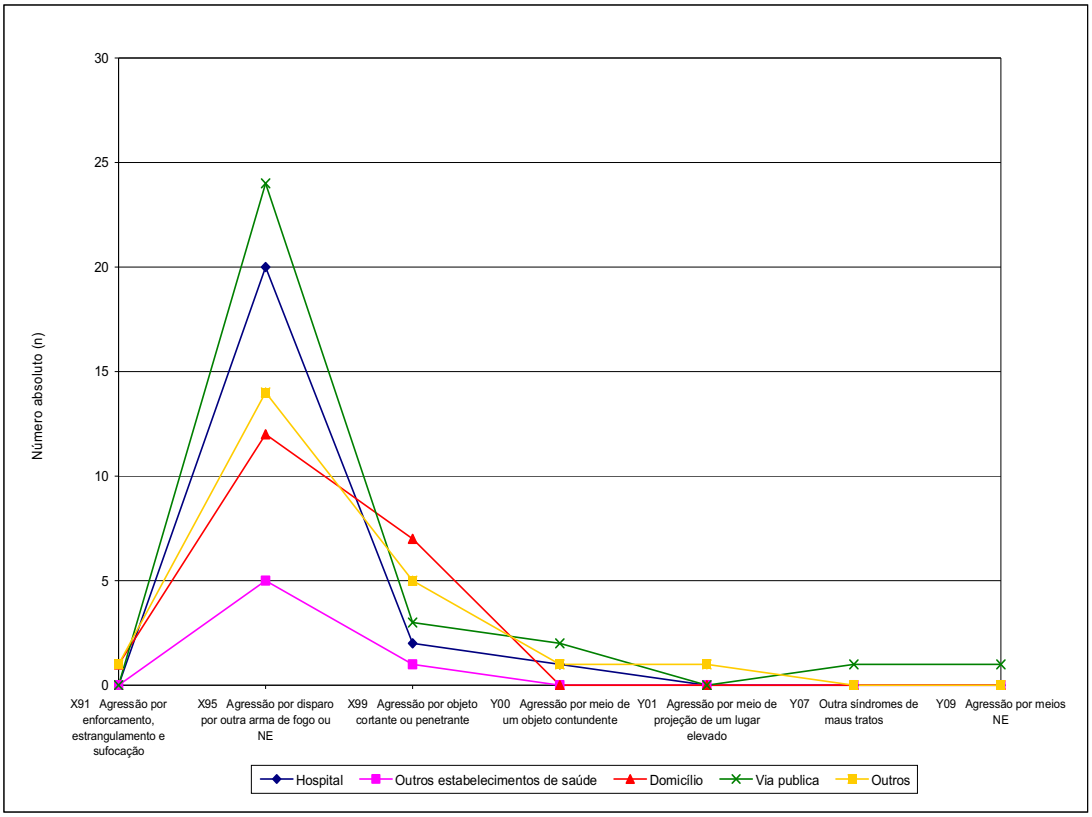


Gráfico 13: Cidade de Uberlândia. Homicídios segundo meio utilizado e local de ocorrência. Período: 2006. Fonte: NIS (2006).

3.2.2.9. Homicídios por arma de fogo, segundo local de ocorrência e faixa etária

Os homicídios por arma de fogo incidiram, especificamente, sobre a faixa etária de 20 a 29 anos. Vale, novamente, ressaltar, que este considerável número de ocorrências em hospital se deve ao fato de a pessoa ferida ser encaminhada ao Hospital das Clínicas na UFU, ainda com vida, ocorrendo, neste, o óbito. (Cf. Gráfico 14).

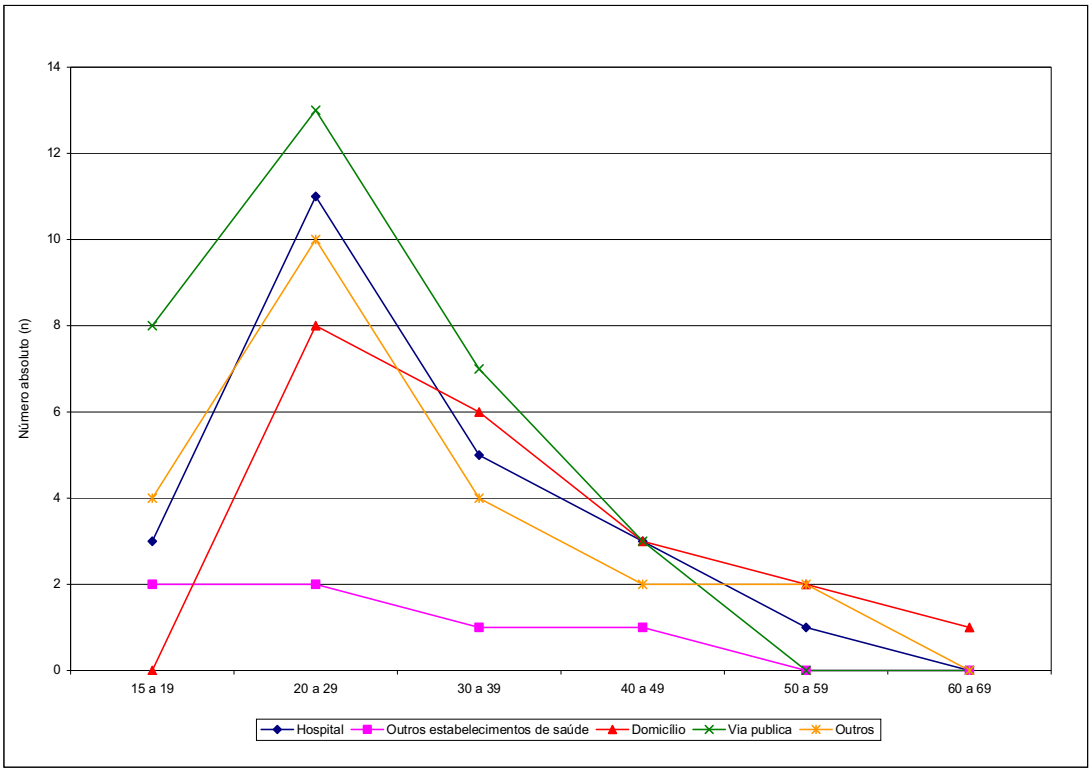


Gráfico 14: Cidade de Uberlândia. Homicídios por arma de fogo, segundo faixa etária e local de ocorrência. Período: 2006.

Fonte: NIS (2006).

3.2.3. Prisão por tráfico e uso de drogas

De acordo com os dados da Polícia Militar de Uberlândia, houve um crescimento considerável de prisões envolvendo jovens que traficavam drogas. No ano de 1999, foram registrados oito casos, já em 2002, subiu para 66 registros, e, em 2004, reduziu para 53 casos.

Em relação aos menores presos por uso de drogas, constatou-se que, em 1999, foram registrados 37 casos; em 2002, aumentou para 182 casos, e em 2004, 141 casos, ou seja, tanto para os menores presos por tráfico, quanto por uso, diagnosticou-se um crescimento nos crimes envolvendo os jovens. (Cf. Gráfico 15).

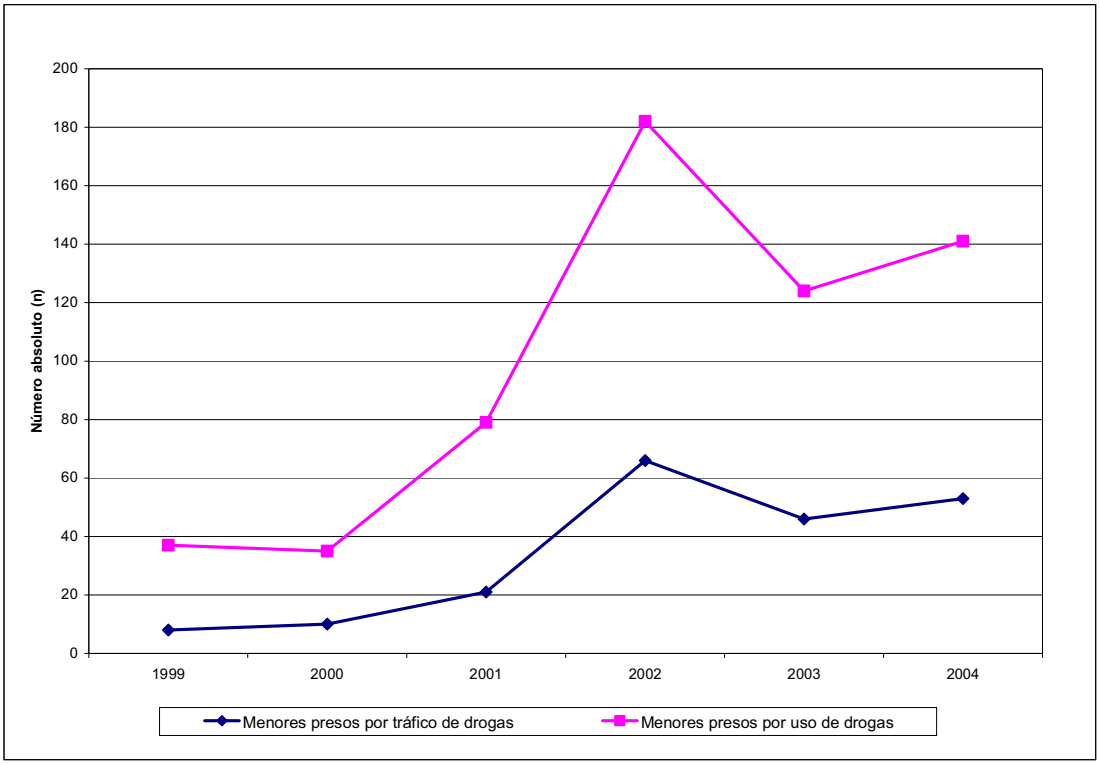


Gráfico 15: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de menores presos por tráfico e uso de drogas, no período de 1999 a 2004.

Fonte: COPOM (2005).

3.2.4. Mortalidade geral

O Gráfico 16 mostra o número absoluto de mortes, segundo a CID-10, no período de 2000 a 2006. As mortes que apresentaram índices mais elevados foram as doenças do aparelho circulatório, com quase 5000 casos e as neoplasias (tumores), com número absoluto de 2800 casos.

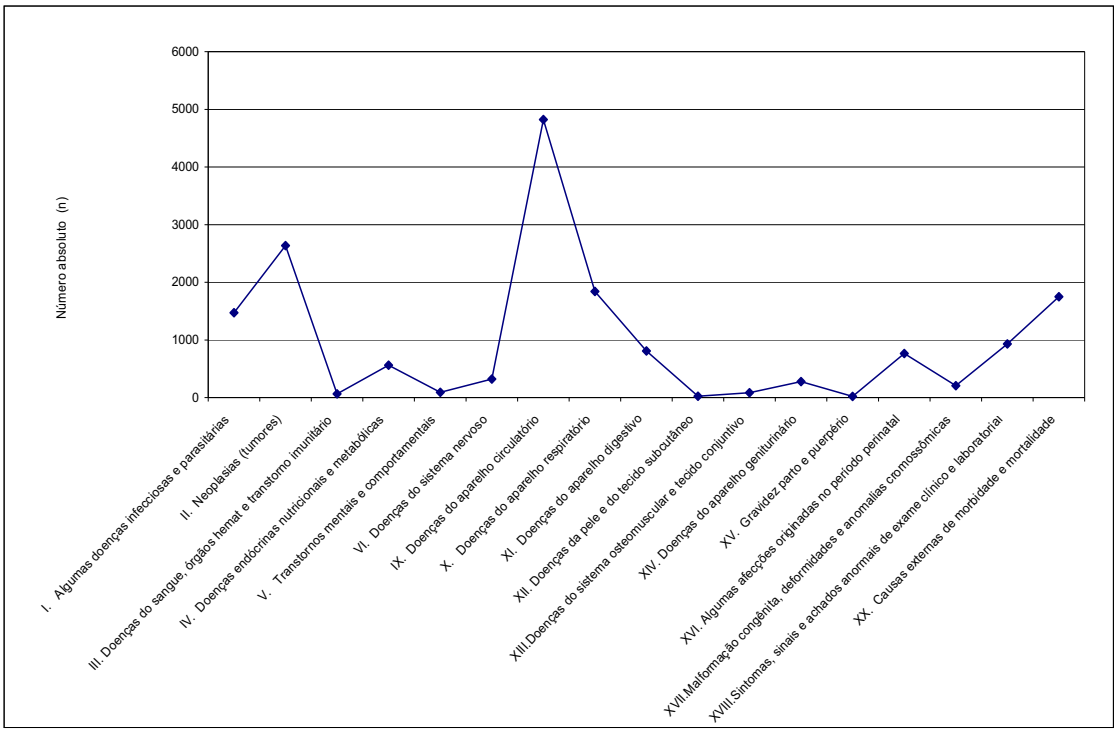


Gráfico 16: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de mortes, segundo a CID-10, no período de 2000 a 2006. Fonte: NIS (2006).

3.2.5. Mortalidade por causas externas, segundo faixa etária

Em relação ao item de óbitos por causas externas, percebe-se que a faixa etária que apresenta índice mais considerável refere-se à de 20 a 29 anos, sendo que to total de 285 casos registrados, 77 incidiram sobre pessoas com essa idade. (Cf. Gráfico 17).

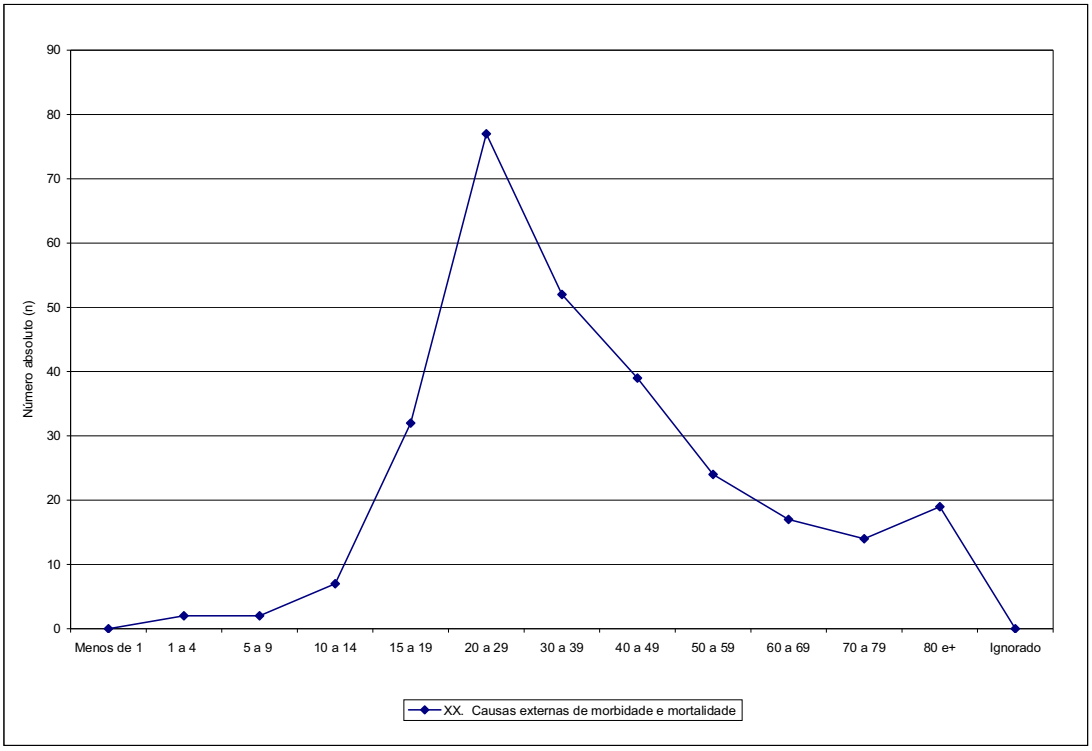


Gráfico 17: Cidade de Uberlândia. Óbitos por causas externas de morbidade e mortalidade, no período de 2006.
Fonte: NIS (2006).

Segundo o CID-10, as mortes por causas externas de morbidade e mortalidade apresentaram número absoluto de quase 2000 casos registrados, no período de 2000 a 2006, situando-se entre a terceira causa de mortes na cidade de Uberlândia.

3.3. Análise de reportagens do Jornal Correio de Uberlândia

3.3.1. Os homicídios em Uberlândia, nas páginas do Jornal Correio

As reportagens, cujos resumos se encontram em anexo, compreendem os homicídios ocorridos nos finais de semana (sexta-feira, sábado e domingo), do período de janeiro a dezembro de 2006. As ocorrências predominaram sobre o sexo masculino, sobretudo nos bairros periféricos da cidade.

Na análise não constam reportagens sobre outros tipos de crimes, como roubos, latrocínios e furtos, pois o objetivo centra-se na observação apenas dos homicídios envolvendo jovens de 15 a 24 anos, vítimas e autores do crime. (Cf. Quadro 4).

Idade da Vítima	Local de Ocorrência do Crime	Sexo	Idade do Criminoso
21 anos	Tibery	Masculino	...
15 anos	Aclimação	Masculino	18 anos
24 anos	Morumbi	Masculino	...
36 anos	Tubalina	Masculino	Casal – não tem
23 anos	São Jorge	Masculino	22 anos
...	...	Masculino	Casal – 26 e 22 anos
2 vítimas	Dom Almir	Masculino	...
19 anos	São Jorge	Masculino	38 anos
...	Esperança	Masculino	22 anos
22 anos	Roosevelt	Feminino	...
26 anos	Seringueiras	Masculino	16 anos
35 anos	Fazenda Angra dos Reis	Masculino	...
21 anos	Lagoinha	Masculino	...
37 anos	Lagoinha	Feminino	...
51 anos	Canaã	Masculino	28 anos
36 anos	Martins	Masculino	...
...	Tocantins	Masculino	...
32 anos	Patrimônio	Masculino	...
24 anos	Ipanema	Masculino	...
28 anos	Planalto	Masculino	...
33 anos	Esperança	Masculino	...
18 anos	Osvaldo	Masculino	...
31 anos	Santa Rosa	Masculino	...
26 anos	...	Masculino	19 e 20 anos

Quadro 4: Perfil dos jovens vítimas e autores de homicídios em Uberlândia em 2006.

Nota: (...) Dado não disponível.

Org.: Freitas (2008).

De acordo com as reportagens analisadas (em anexo), 11 vítimas de homicídio tinham idade situada entre 15 e 24 anos, sendo atingidas, sobretudo por meio de arma de fogo. Os principais locais atingidos foram o abdômen, cabeça e pescoço. A maioria eram do sexo masculino, e se encontravam envolvidas com o tráfego de drogas. Vale ressaltar, que foram registrados apena dois casos de mulheres mortas.

O motivo dos homicídios referem-se a vingança, casos de alcagüete (pensar que é informante da polícia), cobrança de dívidas e discussão familiar. Foram registrados dois casos específicos: um no qual o irmão matou o outro por causa do pai. E outro caso em que o menor de 16 anos matou o padastro porque este discutia com sua mãe. Houve, também, advindas de tentativas de roubo, em que a vítima matou o assaltante.

Os corpos das vítimas de homicídios geralmente foram encontrados em terrenos baldios. Em alguns casos, os corpos foram encontrados queimados. Neste ano de 2006 havia uma rivalidade entre gangues no bairro Lagoinha, e os crimes foram todos parecidos. Tiros na cabeça e no abdômen e, em seguida, os corpos eram carbonizados.

A maioria das vítimas e autores dos homicídios possuía pouca escolaridade, e muitos estavam desempregados. Em alguns casos, contudo, trabalhavam como auxiliares gerais, pintores ou serventes de pedreiro.

4. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS JOVENS INFRATORES EM UBERLÂNDIA

Vasconcelos (2006) comenta que muitos dos indivíduos que compõem a população infanto-juvenil infratora da cidade do Rio de Janeiro tem passagens pelas unidades de internação reaparecem na vida criminosa ao retornarem para o convívio social. Ele cita, também, que os estudos realizados em instituições do Nordeste brasileiro, no início da década de 1990, revelaram importantes circunstâncias e opiniões sobre as casas de internação. Co-participantes de toda a conjuntura que abrange os centros de recuperação de menores, os funcionários foram entrevistados, e afirmaram que estes centros não funcionam como deveriam devido a problemas políticos e, como exemplo, a FEBEM, por se tratar de um órgão estatal, sem recursos próprios. E assinalam, também, algumas dificuldades existentes na FEBEM para a execução de suas tarefas, como a falta de recursos adequados para trabalharem com as crianças, de recursos financeiros, de cursos profissionalizantes nas unidades etc.

O autor supracitado ressalta que a opinião dos menores internados é diversa e, em alguns casos, bastante divergentes, o que significa, portanto, que a situação social vivida antes da admissão é um fator preponderante na aceitação ou negação da vida em clausura. Por um lado, alguns jovens afirmam que a instituição é boa, pois lá eles têm teto, comida, lazer etc. Por outro lado, outros internos criticam a infra-estrutura, afirmando que ela é ruim (refeitórios, dormitórios, banheiros em mal estado de conservação), sobretudo no que se refere a alimentação, e que a desorganização administrativa é nítida.

Vasconcelos (2006) aborda que a espacialidade interna das unidades de internação para menores infratores interfere no perfil dos internos. A partir do momento em que o jovem entra em contato com a realidade da clausura ele sofre uma série de mudanças internas

(mentais, de atitude, de pensamento, etc.) e externas (gestos, palavras, olhares, etc.), que culminam numa reconstrução deste indivíduo. As práticas disciplinares adotadas, a conformação espacial interna e a convivência com estranhos são fatores determinantes nessa reforma. Ele diz, ainda, que a vida destes jovens marginalizados transcorre em um intenso clima de tensão (falta de espaço físico, agressões permanentes, pressões para trabalhar, etc.) e, por conseguinte, a rua, o lugar público, passa a se tornar sua moradia, seu refúgio; e ali, muitas vezes, desenvolvem conhecimentos com outros menores e adultos e, por esta via de socialização, adquirem as normas de sobrevivência e moral próprias. (QUEIROZ apud VASCONCELOS, 1984, p. 56).

Segundo Vasconcelos (2006), no Rio de Janeiro há diversos casos em que, não só jovens oriundos de classes mais baixas, mas também os de classe média alta são acusados e presos, por exemplo, pelo aliciamento e tráfico de drogas, crimes de internet e assédio sexual. Diversos são os casos em que adolescentes, de boa condição financeira ou não, vendem e/ou consomem drogas, se utilizando, muitas vezes, da internet, para comercializar artigos de vestuário e tecnológicos (telefones celulares, palm-tops, ipods, etc,).

Em 1964, um estatuto de problema social foi submetido aos preceitos de ideologia da segurança nacional. Em outras palavras, o menor deixou de ser responsabilidade de instituições privadas e de alguns organismos governamentais e se enquadrou nos objetivos nacionais explicitados na Política Nacional do Bem-Estar do Menor - PNBM, cuja tutela ficou ao cargo da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM. A PNBM estava calcada na preservação e no controle do menor em geral, seja no âmbito político, econômico ou social, desde que ameacem o mundo das mercadorias eram acionados os mecanismos de prevenção e controle (preventivos, punitivos ou repressivos) para introduzir o indivíduo numa situação de ajustamento (QUEIROZ apud VASCONCELOS, 2006, p. 35).

A prisão oferece poder quase que total sobre os detentos, pois dispõe de mecanismos internos de repressão e castigo. Ela tende a se potencializar e a se tornar a maquinaria impositiva de uma nova forma ao indivíduo considerado pervertido. Para tanto ela, obedece a alguns princípios. Vasconcelos (2006) ressalta que as unidades de internação são notadamente marcadas pela austeridade e severidade de suas normas, sendo a disciplina o princípio de toda a lógica organizacional e administrativa.

> [...]a disciplina tem por função o aumento das habilidades do corpo, aprofundar sua sujeição a outrem, e, principalmente, constituir uma relação que o mesmo mecanismo o torna mais obediente e mais útil; assim forma-se uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos afins de torná-lo apto ao convívio social. (VASCONCELOS, 2006, p. 11).

O próximo item relata os estudos feitos nas instituições que exercem o papel de assistência social, como a Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia - ICASU e também sobre o Centro de Integração Social e Assistência de Uberlândia – CISAU, criada para abrigar, num local determinado, os menores que cometem delitos e atual CSEU – Centro Socioeducativo de Uberlândia.

4.1. O Centro de Integração do adolescente de Uberlândia – CISAU: uma caracterização da instituição

As primeiras ações do poder público, na esfera das assistências sociais, iniciaram em 1967, quando foi criada a ICASU, com o papel de atender o mercado de trabalho com mão-de-obra barata e, ao mesmo tempo, oferecer à sociedade a função de “retirar” do seu meio os “elementos indesejáveis”, com o intuito de disciplinar os indivíduos e adaptá-los aos

valores dessa sociedade moralizadora. Mas essa instituição não é o destaque desta pesquisa, e sim o CISAU, que a partir de pesquisas realizadas pelo Instituto de História da UFU, serviram de subsídios para a caracterização da Instituição, tais como os trabalhos de Inamar Aparecida Militano, cuja monografia desenvolvida recebe o seguinte título: "Centro de Integração Social e Assistência de Uberlândia (CISAU): Ocultar ou integrar", defendida em 1999. E, ainda, a dissertação de Raquel Matos, intitulada "Crime e castigo: reflexões sensíveis sobre adolescentes privados de liberdade em Uberlândia", defendida em 2006.

Matos (2006) relata, em sua pesquisa, que os resultados alcançados não são lições da "arte de viver", e não podem ser consideradas lições de sabedoria, e sim contribuições para o conhecimento histórico acerca das questões postas pela humanidade. Ela ressalta, ainda, que

> No Rio e em São Paulo aumentam os índices de violência, eclodindo dos bolsões de pobreza urbanos de onde saem crianças habituadas a ver pessoas sendo mortos todos os dias diante de seus olhos, que têm como modelo os bandidos que protegem e cuidam da comunidade local. A forma como cada cultura, em cada época, e por tais ou quais motivos, permite ou motiva o contato de suas crianças com a violência vai determinar seu futuro. (MATOS, 2006, p. 3).

O autor supracitado aponta que o processo de educação de uma pessoa é construído ao longo de sua vida: primeiramente a família, depois a escola e, por fim, em sociedade. Todos esses fatores têm suas determinações e são agentes primeiros da formação humana. Se por um lado, desde criança, convive com pensamentos e atos violentos, tanto na família quanto na escola ou na sociedade, as diversas formas de violência são encaradas como banalidades. A noção de mal e maldade criadas por estas crianças está absolutamente comprometida. Infelizmente, a banalização da violência em nossa sociedade está comprometendo o futuro das crianças, de forma mais intensa sobre aquelas que moram em periferias, local no qual o tráfico se instalou, criando novas armas utilizadas por pessoas que não estão preocupadas com a vida do ser humano. Assim, Matos (2006) comenta que

> [...] a forma com que os meios de comunicação lidam hoje com notícias violentas, apresentando questões graves como se fossem banais e sensacionalizando informações simples, recheando com elas o tempo e o espaço dos noticiários, propicia que direcionem como queiram a atenção da população. Oportunamente, ainda apresentam com importância menor os crimes que possam fazer "revelações indesejadas". A banalidade do mal vivenciada cotidianamente na realidade de muitos de nossos jovens cidadãos, determina a forma como vêem a vida, as pessoas. Como os reflexos da formação social são diferentes em cada pessoa por razões psíquicas, só quando os problemas resultantes de uma educação vieram à tona da sociedade será possível saber os efeitos que causaram, assim como vemos os efeitos do "antigo" abandono sobre a questão da criança pobre. (MATOS, 2006, p. 5).

A autora comenta que às "pessoas em formação" (caracterização constitucional da criança e do adolescente), que se encontram em "conflito com a lei", como também se convencionou chamar aos que se envolvem em atos ilícitos, a legislação brasileira direciona um encaminhamento socioeducativo com a intenção de reintegrá-los à sociedade. Em contrapartida, as ações jurídicas e institucionais têm demonstrado uma prática por vezes arbitrária e desumana nas instituições que ainda conseguem manter certa ordem de convívio pacífico. A tensão é alimentada pelos ânimos dos próprios adolescentes, dos quais boa parte já se encontra formada por altos padrões de violência.

Matos (2006) ressalta que seu estudo foi feito no interior do CISAU, onde os adolescentes foram entrevistados com um roteiro relativamente livre, em que se pretendia investigar histórias de vida dos entrevistados, e também leituras de processos-crime no interior das salas da Vara da Infância e Juventude no fórum da cidade, que compõe os elementos de análises tão importantes para nossas reflexões. Outro fato importante refere-se às entrevistas, que foram de relevante importância, pois trouxeram as impressões dos adolescentes, registradas no ambiente que traz a situação limite da prisão.

O estudo do referido autor se consistiu da análise do CISAU, como instituição de aplicação de medidas socioeducativas de internação, bem como de outras instituições de aplicação de medidas mais leves ou, ainda, da prática da acolhida aos "abandonados", além das instituições religiosas que lidam diretamente com crianças e adolescentes em "situação de risco", como se convencionou chamar os que estão mais próximos das condições que levam

ao crime ou a uma vida marginal, quer seja a pobreza presente no espaço habitado, como moradia barata e o tráfico com toda a sua organização, quer seja a situação de sobrevida existente na rua.

No CISAU encontram-se os adolescentes na faixa etária de 13 e 18 anos, direcionados à internação, ou a medidas socioeducativas de privação de liberdade, porque cometeram crimes graves ou reincidiram várias vezes em crimes leves. Embora se considere a particularidade de que, na cadeia de adolescentes, a violência, quando explode em rebeliões, apresenta-se menos violenta do que quando acontece entre presos adultos.

O estudo do medo e da humilhação como integrantes da lógica histórica que define o objeto mostra que o medo, associado à criminalidade, incide sobre vítimas em potencial da violência (leia-se "todas" as comunidades urbanas modernas) e sobre os agressores como elemento fomentador de ações violentas protagonizadas cada vez mais por crianças e adolescentes; e a humilhação associada às punições que legamos aos transgressores das leis determinadas.

A autora aborda que o estudo de caso com adolescentes presos na cidade de Uberlândia proporcionou uma reflexão acerca de dois importantes sentimentos na história contemporânea, assolada pela violência: o medo despertado por uma lógica violenta associada à criminalidade, da qual participam sujeitos cada vez mais jovens (o crime) e a humilhação a que estão submetidos os jovens que são punidos (o castigo).

Ressalta-se que é comum recair sobre o menor infrator mil olhares e impressões que variam nas distintas áreas do conhecimento no qual são produzidas, pela função social do órgão ou autor-produtor de tais impressões, pela formação e princípios de quem escreve os textos sobre o assunto.

Matos (2006) relata que há o sério problema que envolve os discursos provenientes do aparato punitivo, ligados diretamente à prática da punição. Ela destaca as

instituições corretivas, das quais apresentamos as que se reservam à punição legal maior na legislação brasileira: a prisão, que estão em contato direto com os punidos, numa relação em que não há inocentes.

No que envolve a questão da humilhação infiltrada nas ações de inter-relação subjetiva entre os sujeitos, abrange as dimensões: psicológica, afetando o indivíduo e as pessoas próximas a eles; na vida social, atingindo os aspectos da vida cotidiana; no corpo do indivíduo, afetando-o na inviolabilidade de sua integridade física, implantando suplícios já repudiados e ilegalizados há muito.

Segundo uma pesquisa, realizada pela UNESCO, diretamente com grupos de jovens e famílias que estão em contato com atividades alternativas de lazer, esportes ou acesso ao trabalho, o índice de envolvimento dos jovens com a criminalidade é menor. Essa constatação é compartilhada, na maioria das pesquisas que se tem realizado no país sobre crianças e adolescentes em situação de desvantagem socioeconômica. (MATOS, 2006).

Matos (2006) relata que os jovens caracterizam-se por estarem em conflito com a lei, em sua maioria provenientes de realidades de vida complicadas que, invariavelmente, tiveram contato com alguma violência durante sua formação. Ocorre que a escolha pelo crime se deu em resposta a uma situação limite de não aceitar uma condição julgada por eles desprivilegiada. Um aspecto importante a ser abordado refere-se à pobreza, ou à falta de acesso aos objetos de desejo determinados pela sociedade de consumo, que tem o domínio sobre o mundo contemporâneo. Tais situações se transfiguram em prisão, pois nem todas as pessoas têm acesso aos objetos de desejo, de consumo. O menor, desprovido de recursos, acaba por se envolver em furtos e roubos com intuito de adquirir os objetos de desejo de maneira ilícita.

A referida autora comenta que a cidade apresenta-se, na contemporaneidade, como uma teia que associa periferia e criminalidade violenta às crianças e adolescentes. E

como reagir, contrapor-se ou ir de encontro a essa lei subentendida, inscrita no cotidiano das cidades, cenário das maiores desigualdades na sociedade atual?

A lei brasileira aponta que a adoção de medidas punitivas, chamadas socioeducativas, reintegra à sociedade os menores de 12 a 18 anos, que se envolveram com o crime. Cabe ressaltar que estas pessoas se encontram em período de formação humana, moral e cívica como determinam compêndios de jurisprudência, psicologia e medicina. Para os crimes mais graves e contínuas reincidências, a medida determinada é a de internação, medida que todos os entrevistados no estudo de Matos (2006) cumpriam. Semelhantes à prisão de adultos, os centros de internação têm sido uma constante e pertinente preocupação da sociedade brasileira, como a situação dos complexos da FEBEM.

O foco das entrevistas feitas pelo autor supracitado está em perceber a história desses adolescentes a partir de sua própria narrativa, apresentando um laudo no qual nem sempre se dá crédito para pensar as questões que circundam o adolescente interno. As impressões, declarações e explanações sobre o que se convencionou chamar "justiça do menor" e mesmo sobre esses "atores históricos" são sempre feitas por autoridades jurídicas ou políticas, psicológicas ou assistentes sociais. O "menor" é o outro que é analisado, julgado, visto sempre pelo outro, que lhe observa e é diferente dele.

Matos (2006) afirma que todas as questões de bastidores – entrelinhas de fala, conversas não gravadas, instruções de comportamento sugeridas, momentos de tensão – foram revisitados ao mesmo tempo em que se ouvia novamente as gravações. Há momentos em que é possível reviver cenas de medo e de tensão. Enquanto se ouve o depoimento de um adolescente, um momento de tensão acontece. A situação é limite, a tensão é elevada ao pico, o perigo é eminente e a morte ronda. Há sempre uma cela onde a instituição separa os ameaçados de morte, vulgarmente chamados na delegacia e na cadeia de adultos de "seguro". O contato com a instituição desmascara algumas mazelas da estrutura do aparelhamento

punitivo, reveladas pela confusão que a burocracia púbica cria e permite ver mais de perto a realidade sem lentes alheias

O CISAU se insere no contexto atual do sistema punitivo. Soma-se ao problema da segurança pública em Uberlândia, apresentando a realidade cotidiana e questões semelhantes a contextos análogos em instituições que cumprem a mesma função nas cidades de médio e grande porte no Brasil, das quais a FEBEM, maior e mais complexa, é a mais conhecida. Tais semelhanças se dão, principalmente, porque as instituições que aplicam medidas de internação a adolescentes em conflito com a lei enfrentam sozinhas as responsabilidades acarretadas pela falência de um sistema que vai da detecção da infração, catalogação, encaminhamento jurídico e "perdão" ou punição; esta última revestida de "medida socioeducativa". Como o espaço ocupado no momento último da sentença máxima é a prisão, é lá que se desenrolam e se apresentam os maiores problemas do sistema punitivo.

No caso do CISAU, que era uma instituição para menores, e por isso a particularidade de pretender ser centro de (re)formação (na prática é impossível, simplesmente não há meios com essa estrutura que está posta), e que no topo de seu corpo administrativo encontre um senhor que abrace a "regeneração" dos internos como causa de vida e isso evite abusos de autoridade por parte dos funcionários ligados à instituição.

Há elementos que se diferenciam entre si naquilo que poderíamos chamar "cenários históricos" semelhantes (expresso, neste caso, pelas instituições de internação, por exemplo: CISAU em Uberlândia, FEBEM no estado de São Paulo), fazendo-os apresentar realidades diversas, esses elementos são determinados pelas individualidades dos agentes que definem o rumo do tratamento que se dará aos internos.

Um fato abordado por Matos (2006) diz respeito à administração jurídica e pública das instituições punitivas na sociedade. As entrevistas mencionadas pareceram ser o ponto de partida ideal para apresentar uma questão não muito usual nas discussões

historiográficas. A relação do menor com o crime e a violência e os desdobramentos que isto acarreta para a vida social carecem de um olhar mais cuidadoso.

Nos bairros periféricos e nas prisões ainda se reforçam o mito do mais forte, do mais bem armado e treinado, que mete medo, reforçando no coletivo muito mais a imagem de medo do que a de segurança, que deveria prevalecer.

A Anistia Internacional, órgão de cobrança dos direitos humanos, cumpre com seu papel, ao identificar, constatar e denunciar a tortura. Ela apresenta a problemática de uma forma responsável de quem reconhece outros problemas fundamentais que envolvem o contexto das torturas no sistema punitivo e de segurança na realidade brasileira, tais como a relevância que tem a situação crítica de trabalho, baixa remuneração dos funcionários das instituições e dos próprios policiais, que se envolvem em corrupção.

É preocupante a ineficácia apresentada pelas instituições que deveriam contribuir para a reinserção dos adolescentes na vida social. Estas instituições estão imersas em um arsenal de problemas a envolvê-las, complicando as possíveis soluções. Desta forma, a indicação tanto da Anistia neste relatório, como do UNICEF, INESC e entidades de pesquisadores que têm escrito em jornais, sobretudo sobre o problema das FEBEMs, apontam a necessidade imediata de reformulação completa das instituições punitivas para adolescentes.

Até fins de 1970, as polícias dos governos militares buscavam deixar longe dos olhos a situação da infância, com a criação de centros de reclusão e repressão, modelo do qual a FEBEM é herdeira, embora tenha sofrido alterações devidas ao ECA, de 1990. Matos (2006) diz que

> A nomenclatura é uma tentativa de humanizar um tratamento que, na maioria das vezes, oferece apenas humilhação ao adolescente que conta com uma lei escrita que lhe ampara com proteção e reeducação que devem ser providos pelo Estado, que "se compromete" em transformá-lo em um bom menino para a sociedade e conviver bem com sua família. (MATOS, 2006, p. 43).

Nos anos de 1980, a violência praticada contra menores tem destaque no campo não institucional, o que ficou conhecido por “extermínios de menores”, em que a quantidade de mortes por assassinato de menores na rua pipocou por todo o Brasil. A Pastoral do Menor e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, por exemplo, tem o papel de denunciar, conforme comprovou. Por sua vez, tem-se, ainda, o caráter assistencialista das primeiras intenções políticas com o menor, que se dava nos apelos públicos à filantropia que o Juizado de Menores fazia para a população, solicitando o papel caridoso de cada cidadão para um problema considerando coletivo.

A instituição, suas características e função social, objeto também de nossa reflexão, não pode ficar aquém de uma discussão que a considere isoladamente com um pouco mais de atenção. O controle das necessidades humanas é fato básico das instituições totais, aonde todo o tempo as pessoas são observadas, aonde há uma divisão básica entre internos e a pequena equipe de supervisão, conseqüência da direção burocrática de grandes números de pessoas.

A prisão aparece como correção legal, busca a individualização das penas, substitui o caráter público das penalidades, resume os criminosos a muros altos que tanto os isola da sociedade porque “feriram” a lei, quanto retira dos olhares do coletivo “ferido pelo crime” aqueles que são indesejados porque bandidos.

A respeito da morte prematura, os adolescentes relatam de forma natural, a vida violenta nas ruas, as armas e o poder de “Deus” que elas trazem, o domínio sobre a vida e a morte de outrem, as relações complicadas entre eles, as rivalidades entre gangues e galeras revelam o clima tenso no interior da prisão. Cabe ressaltar que todos estes fatores, associados à observação de campo: olhares, ‘climas’, mudanças na voz e outros elementos difíceis de expor em palavras, foram elementos que apresentaram o grau de violência entre as pessoas

que “freqüentam o universo dos crimes”, tanto agentes jurídicos e institucionais quanto agentes do crime e detentos.

Ocorre a particularidade de atingir pessoas cada vez mais jovens, trazida pela realidade que envolve o tráfico de drogas e armas, o uso de drogas ilícitas, o acesso a armas de fogo, a localização geográfica na periferia, associada a outros problemas sociais como precariedade da e mesmo do acesso à educação pública, tanto quanto a perspectiva de trabalho presente ou futuro para os jovens, apresentam a complexidade e abrangência de “nosso problema”. As penas alternativas à prisão já existem e são aplicadas como os serviços prestados à comunidade ou a doação de cestas básicas, mas somente são aplicadas em caso de crimes leves e/ou a réus primários.

Uma expressão bate-celas são ações da Polícia Militar, das quais pouquíssimas pessoas ficam sabendo quando serão realizadas, e que têm a finalidade de procurar, nas celas, drogas ou armas que possam servir a possíveis rebeliões. No CISAU, acontecem com mais freqüência à noite e nos finais de semana. Segundo a informação dos entrevistados, a PM prefere momentos de ausência dos funcionários administrativos para que ninguém os possa defender. Os guardiões, quando interferem, levam bronca da polícia. A presença de autoridades inibe a ação violenta da PM em bate-celas, mas, por outro lado, eles marcam os adolescentes que os tenham ofendido para depois voltar e bater-lhes. Barros (apud MATOS, 2006) afirma que

> [...] a situação de pobreza e proximidade com a violência é realidade quase unânime em uma prisão de menores. O “ato infracional é uma resposta do sujeito, um modo de se apresentar, evidenciando a cunhagem sobre a subjetividade que um contexto sociológico pode vir a produzir. Dizem não à condição de objeto, emergência do sujeito, fazem a revolução, ainda que para isto matem e morram.
> e como morrem. (BARROS apud MATOS, 2006, p. 54).

Crimes são a “matéria-prima” para a figuração atual, na realidade presenciada em nossos estudos, dos sentimentos que elegemos: o medo, que nas cidades contemporâneas se

dirige, sobretudo, à criminalidade, representado pelo medo de ser vítima; e a humilhação que, ora é vista como instrumento de poder da polícia, ora do ladrão, aparece nas relações humanas, ora diluída no cotidiano, ora explícita pela retomada, embora ilegal, das penas de tortura física. (MATOS, 2006).

A seguir será apresentada a pedagogia que se dispensa às crianças no CISAU e aos adolescentes pobres, especificamente àqueles que, no meio urbano, residem próximos ao movimento do tráfico, nessa cultura múltipla que experimenta a contemporaneidade no Brasil. Matos (2006) diz que

> O medo da violência objetivou-se em imagens de violência! O medo da violência que paira no ar, que pesa o ambiente de uma prisão, o de uma rua no centro da cidade, o de um bairro da periferia, que faz a cara de um mendigo ou um menino que mora na rua parecerem assustadoras, definir nossas 'mudanças de rumo', uma estratégia de mudar de caminho para assegurar-se, colocar muros altos, cercas eletrificadas em nossas casas concretiza-se, ainda em imagens! (MATOS, 2006, p. 72).

O autor supracitado aponta que a figuração do medo para os adolescentes, nas fontes de seu estudo, mostra que tem formas camufladas, difíceis de perceber, pois os registros são "menos palpáveis". Nos depoimentos, os adolescentes demonstraram a intenção de parecerem valentes, usam expressões de heroísmo no trato com a polícia ou com colegas o que, em tal situação, é algo esperado, pois há certa competição por conquistar, na visão dos outros, graus mais altos de expressão de valentia.

Outro aspecto abordado diz respeito ao envolvimento em crimes, que gera, e ao mesmo tempo é vítima de um medo elaborado por toda a trama que a violência cria. Atualmente, retratada pela criminalidade urbana, ligada ao tráfico de armas e drogas, que envolve diretamente no campo de batalhas as ruas e, sobretudo as periferias, policiais, bandidos e moradores das regiões de risco, as periferias, foco geográfico do tráfico nas cidades, e indiretamente, políticos e toda a administração das ilegalidades que se mantêm por conchavos, os chamados bandidos do colarinho branco.

A expressão menino de rua é vazia e seu uso constante e generalizado é fruto dessa vacuidade. É já expressão do medo e não impressão do real. Até porque a realidade provavelmente é feita de coisas tão exponencialmente terríveis que nenhuma imaginação, emulada pelos constantes sobressaltos, em sua maior paranóia, pode roçar sequer essa terribilidade. Devolver ao paciente o delírio aumentado talvez seja uma forma pedagógica de restaurar sua vontade de viver entre cariocas. Por outro lado, tal coragem pressupõe a aceitação da cidade como ela é para torná-la tal como se deseja. (MATOS, 2006).

Matos (2006) comenta que as representações da humilhação na cena urbana, na expressão dos conflitos resultantes das condições de vida e trabalho nos grandes centros populacionais são elementos que nos servem de pauta para pensar os adolescentes internos numa prisão que reproduz antigas práticas enquanto disfarça, sob nomenclaturas novas, uma imobilidade quanto às novas leis. A humilhação é tema que urge de explicações pela permanência que apresenta na história da humanidade, pelo peso que imprime no cotidiano, nas relações pessoais de trabalho, na rotina dos bairros periféricos das grandes cidades.

A humilhação atinge de maneira diversa a cada indivíduo porque depende de uma combinação de fatos e fatores que é aleatória e completamente individual. Matos (2006) ressalta que cabe à sociedade pensar nas reações violentas à humilhação, pois é uma das faces do "mundo da violência". Pensar na formação dessas crianças e adolescentes é fundamental.

A formação das crianças e dos jovens, em nossa sociedade, encontra-se comprometida e "sem norte". Não há uma ação de formação dos indivíduos que constituirão o futuro do país, e isso se percebe na perda do controle na educação dos filhos por muitos pais que procuram cada vez mais ajuda na Vara da Infância e Juventude, antigo Juizado de Menores, e também é demonstrado na educação formal.

Militano (1999), por exemplo, ressalta que a documentação disponível para sua pesquisa sobre o CISAU: Ocultar ou integrar inclui a elaborada por parte dos Órgãos

Públicos, Municipal e Estadual, e também as regulamentações para o funcionamento interno do Centro de Integração. Cita como exemplo o Regulamento Interno do CISAU, o Programa de Apoio e Orientação Socioeducativa em Meio Aberto para Criança e Adolescente Em Prática do Ato Infracional, o Projeto de Implementação do Centro de Integração do Menor Infrator, Etapas do Processo de Encaminhamento de Adolescentes Autores de Ato Infracional, todos esses elaborados pela Prefeitura Municipal, uma vez que o CISAU era uma instituição mantida com recursos municipais. A direção responsável pelo CISAU era a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, que dificultava o acesso às informações referentes aos menores internos ou ex-internos.

Carvalho (1994) também aborda a questão da dificuldade de acesso aos documentos e/ou aos internos e ex-internos, no seu estudo sobre delinqüência e criminalidade envolvendo menores em Uberlândia, no período de 1980 a 1992. Segundo o autor,

> Talvez a etapa mais árdua da pesquisa tenha sido realizar as entrevistas com os menores e com as autoridades envolvidas com a problemática do menor em Uberlândia. No que tange aos menores, as dificuldades centravam-se em localizá-los e convencê-los a nos conceder as entrevistas, já que na ótica deles éramos um "espião" a serviço da polícia, tendo por missão, extrair-lhes a confissão de suas atividades criminosas. (CARVALHO, 1994, p. 115).

Diante desses estudos, percebe-se que a ação do poder público centra-se na constatação do "problema" ("delinqüência"/ "menor infrator") e na busca de meios para ocultá-lo dos olhos da sociedade, visando não manchar a imagem do progresso e da harmonia que sempre marcou os discursos das elites sobre a cidade de Uberlândia. Fica fora do debate a historicidade dessa "marginalidade".

Militano (1999) explica como se dava na época o processo de encaminhamento do menor que é pego em flagrante:

> Pela disposição da lei atual, quando da apreensão em flagrante de delito, figurando "crime", os menores são – mediante encaminhamento oficial do juiz da Vara Infância e Juventude – levados aos "Centros de Integração Social do Menor". Estes centros vêm, pelo menos em princípio, responder a uma das necessidades sócio-

> políticas para as quais foram criados: a de retirar de circulação elementos considerados perigosos à sociedade e, dessa forma, ocultar algumas das "impurezas" por detrás dos muros das instituições, intuito no qual nem sempre obtém êxito. Para citar apenas um exemplo da "falha" na sua missão (oculta) de "esconder a sujeira debaixo do tapete" – ou melhor, de tentar isolar os delinqüentes da visão dos demais, analisamos a rebelião ocorrida no dia 31 de outubro de 1999, da qual foi palco a unidade da Febem da Imigrante, em São Paulo. (MILITANO, 1999, p. 23).

Nota-se que além da tentativa de redução dos encargos sociais por parte do Estado, é a avaliação do papel desempenhado por entidades destinadas à recuperação diante do agravamento do quadro social e o aumento do índice de crianças e adolescentes que estão nas ruas cometendo infrações, contraindo vícios e correndo riscos.

O projeto inicial da ICASU teve algumas alterações no decorrer dos anos, não cumprindo a assistência às famílias carentes e passando a atuar, especificamente, com os menores, os quais, na concepção da classe dominante e devido a sua origem miserável, eram rotulados, com freqüência, de "marginais/delinqüentes".

Militano (1999) destaca algumas Cláusulas sobre a fundação do CISAU[6]. A Cláusula Quarta enumera as responsabilidades a serem assumidas pela Prefeitura: equipar as instalações físicas de todo o material necessário; assumir a manutenção do prédio e o pagamento dos impostos, taxas públicas e salários dos funcionários; ceder um veículo para atender exclusivamente ao CISAU; responsabilizar-se pela direção administrativa e técnica da Unidade e dos trabalhos de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais, prestarem contas dos recursos recebidos.

[6] No dia 23 de março de 1994, o Secretário de Estado da Justiça de Minas Gerais, deputado federal Mário Assad, chegava a Uberlândia para a assinatura do convênio de criação/manutenção do CISAU, que ocupou o antigo prédio da Unidade de Orientação ao Menor - UOMEMI, que foi desativada em janeiro de 1993, mantendo outras duas unidades em funcionamento, localizado à Rua Rio de Janeiro nº 61, esquina com a Avenida Rondon Pacheco, bairro Brasil, inaugurado às quinze horas com a presença de várias autoridades. Foi estabelecido os termos do convênio entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça e o Município de Uberlândia, por meio da prefeitura Municipal. No termo do convênio de cooperação de técnica e entre o Estado e o Município de Uberlândia – assinado pelo Secretário de Estado da Justiça Mário Assad e pelo Prefeito Paulo Ferolla da Silva – para a implantação das atividades do CISAU, estavam dispostas 11 cláusulas que, em linhas gerais, estabelecem o seguinte: atendimento a 20 (vinte) adolescentes, do sexo masculino, autores de atos infracionais; prazo de 24 (vinte e quatro) meses de vigência do convênio, prevendo prorrogação por mais dois anos, mediante avaliação técnica do atendimento até então realizado; possibilidade de rescisão do convênio mediante aviso de, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, no caso de descumprimento de uma de suas cláusulas e/ou desinteresse de uma das partes.

Na Cláusula Quinta estão apresentadas as obrigações competentes à Secretaria Estadual: participação conjunta com a Prefeitura no recrutamento, seleção e capacitação técnica da equipe de profissionais responsáveis pela execução do atendimento; participar – em parceria com a Prefeitura – do atendimento assistencial e educacional aos adolescentes sujeitos ao regime de privação de liberdade; fazer a supervisão técnica do atendimento aos adolescentes autores de ato infracional; repassar mensalmente os recursos financeiros para o custeio do atendimento de, no máximo, 20 adolescentes internados, à base de 1,19 salários mínimos per capta desde que tenham sido prestadas as contas dos recursos enviados anteriormente; fiscalizar, acompanhar e supervisionar a execução do Convênio.

Conforme a assinatura do Convênio e a inauguração do prédio do CISAU, ficou previsto o seu funcionamento para o início do mês de abril de 1994, assim que fosse feita uma triagem para a seleção dos menores a serem abrigados na instituição. A imprensa local divulgou no período que a "clientela" seria composta por infratores, encaminhados pela justiça, até completarem 18 anos de idade. No projeto do CISAU, elaborado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, a idade máxima prevista para a privação da liberdade dos autores de ato infracional iria até 21 anos. Porém, foi visto que a instituição atende apenas aqueles com idade até 18 (dezoito) anos.

Além do Secretário de Estado da Justiça, do Prefeito e da Secretária do Trabalho e Ação Social, o Promotor de Justiça da Vara da Infância e da Juventude, Aldo Barbosa Filho, fez as suas considerações acerca da necessidade do CISAU. Segundo ele, a justiça trabalhava nos processos do menor infrator, mas faltava-lhe um lugar adequado à aplicação de medidas socioeducativas. Dessa forma, a instituição receberia os menores infratores de casos gravíssimos, e reincidentes, que praticavam crimes graves. Para o Promotor, "o menor infrator agora sabe que tem a pena estipulada pela justiça".

Militano (1999) ressalta o que deveria ser o CISAU, e que na prática a realidade mostra outro fato. Ficara estipulado que os trabalhos no CISAU seriam coordenados pela equipe da Secretaria de Trabalho e Ação Social, desenvolvendo atividades pedagógicas, físicas e de trabalho na horta; as crianças teriam acompanhamento de psicólogos, didático-pedagógico e assistência social, mas muitas dessas atividades não foram implantadas ao longo do tempo.

Em relação à estrutura física do CISAU, no ato de sua inauguração, possuía três alojamentos, três salas de atividades, refeitório, setor administrativo e de atendimento, área de lazer e esportes, além de outras dependências. Tais instalações foram feitas com a possibilidade de ampliação posteriormente.

A primeira fase do projeto estabelece que a responsabilidade é da Secretaria de Estado da Justiça - SEJ em "dar cumprimento às medidas de acautelamento de crianças e adolescentes autores de atos infracionais e/ou em situação de risco social, determinada por autoridade judiciária.

A fundamentação apresentada pelos elaboradores do projeto de proposta de trabalho com os menores infratores encontravam-se nas diretrizes da Lei nº 8069, de 13/07/90, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Neste sentido, cada cidade citada teria capacidade para atender a 50 internos e, para manterem-se dentro dos princípios previstos no ECA, os menores seriam separados por critério de idade, desenvolvimento físico e gravidade da infração. De acordo com Militano (1999),

> A estrutura física, o processo educativo, o comprometimento mútuo entre Instituição/Criança ou Adolescente, deveriam obedecer a mecanismos de integração entre ambos, no sentido do interno se identificar como membro da sociedade. No que tange a educação, a proposta é de se ater aos interesses da clientela e aos seus referenciais, priorizando o contexto sócio-cultural para, a partir de então, definir as atividades a serem desenvolvidas, sendo a alfabetização e o ensino básico requisitos para algumas ações. (MILITANO, 1999, p. 51).

Ficou determinado, no Projeto, que além da alfabetização e do ensino básico (envolvendo informações nas áreas de saúde, higiene, meio ambiente, educação sexual, nutrição, noções de ética e moral), o projeto da SEJ previa a formação de profissionais, com diversificação das atividades profissionalizantes, por meio de cursos de curta duração, de acordo com as exigências do mercado de trabalho. No projeto está alencada uma série de atividades propostas para a formação profissional.

A epígrafe do projeto de Militano (apud CARMEM GRAIDY, 1999) fala da relação criança/futuro, da responsabilidade dos governantes em relação a ela, o respeito às individualidades e ao coletivo, da liberdade de expressão de cada ser humano:

> Trabalhar com crianças e jovens é trabalhar com o presente dinâmico que se projeta no futuro.
>
> Um país que não assume suas crianças como seu bem maior é um país que não tem futuro.
>
> Trabalhar com crianças e jovens significa trabalhar projetos de vida ao mesmo tempo pessoais e coletivos.
> Trabalhar com projetos de vida é trabalhar com a palavra, com esforço para que cada criança diga a sua palavra. (CARMEM GRAIDY apud MILITANO, 1999, p. 54).

Os autores do projeto do CISAU dispõem os princípios para a aplicação de medidas socioeducativas, que assegura o direito de defesa; a conformidade entre a qualificação do ato infracional e as medidas aplicadas; o atendimento às necessidades de proteção e recuperação do adolescente; a maleabilidade para suspensão ou substituição das medidas; a aplicação da medida privativa de liberdade apenas em última instância, quando não houver nenhuma outra adequada à recuperação do adolescente; respeito à condição de pessoa em desenvolvimento nos casos de internação. O CISAU se constitui, portanto, como uma Instituição voltada para o atendimento de menores infratores em regimes de reclusão. Sendo que esse atendimento deve representar a implantação de medidas socioeducativas, trabalhadas a partir do conhecimento da realidade do adolescente, seus interesses e

potencialidades, o que se apresenta de acordo com a concepção da sociedade brasileira que predomina nos anos noventa do século XX.

O quadro técnico do CISAU previa um total de trinta pessoas. Sendo um administrador, um vice-administrador, um auxiliar administrativo dezesseis guardiões, dois auxiliares de serviços gerais, três instrutores, dois psicólogos, um assistente social, um professor de educação física e um advogado, quadro este que até 1999 estava completo.

O regulamento interno da Instituição, revisto em maio de 1996 pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, dispunha no documento, a aceitação do adolescente para o cumprimento da medida socioeducativa de internação, a qual dependia do encaminhamento do Juiz da Vara da Infância e Juventude de Uberlândia, devendo este ser comunicado, oficialmente, de eventuais fugas e retornos dos internos. Assim, ao chegar à instituição, o funcionário responsável pelo recebimento do menor deve preencher o "Laudo de Recebimento do Adolescente", bem como a "Relação de Objetos Pessoais do Adolescente Recolhidos quando entrou no CISAU." A partir desta fase, é feita uma avaliação semanal do menor por parte da assistente social, para perceber a "evolução do comportamento do assistido.

Como forma de avaliação psicológica utilizava-se uma ficha denominada "Instrumental", questionando todas as preferências do interno, bem como a sua posição em relação às atividades desenvolvidas pela Instituição. Além destes, tem o "prontuário" individual que deve ser preenchido no ato da internação e no desligamento do menor, onde constam os dados pessoais, anotações sobre sua vida e dados relativos à família.

O Regulamento Interno dispõe de dados sobre a rotina diária e sobre a avaliação permanente do menor e sobre as formas de desligamento (semi-liberdade ou liberdade assistida). Além disso, são estipulados os critérios para as visitas dos pais, que era de duas vezes por semana, enquanto outros demais visitantes dependiam da avaliação da equipe

técnica e da direção do CISAU. As atribuições dos funcionários também estavam previstas, detalhadamente, no Regulamento Interno, sendo especificadas de acordo com cada cargo.

Em relação aos direitos, deveres e proibições cabíveis aos internos, citamos como exemplo os seguintes artigos:

> Art. 1º DOS DIREITOS
>
> I – Receber atendimento sócio-psico-pedagógico e laborativo em ambiente de respeito;
> II – Ser orientado acerca das atividades existentes nos setores que irão auxiliá-lo no desenvolvimento de suas potencialidades;
>
> Art. 2º DOS DEVERES
>
> I – Participar das atividades que lhe forem propostas a nível social, pedagógico e laborativas;
> IV – Ser educado e respeitar colegas, funcionários, visitantes e pessoas da comunidade, bem como jamais utilizar palavras ásperas ou gestos obscenos;
>
> Art. 3º DAS PROIBIÇÕES
>
> VI – Estar em locais não autorizados pela adminstração e equipe técnica (interno e externo).

Militano (1999) apresenta os tipos de transgressões, no âmbito do CISAU, que são classificadas como leves, médias, graves e gravíssimas, bem como as circunstâncias agravantes e as penalidades a serem aplicadas. Explica cada tipo de transgressão: 1) Leve: Deixar de manter a limpeza e a organização dos alojamentos; 2) Média: Danificar intencionalmente objeto de outro interno; 3) Grave: Usar ou portar qualquer tipo de arma. As penas serão agravadas em caso de reincidência, mau comportamento etc. O referido autor comenta, ainda, que em entrevista realizada em 1999, a Vice-administradora, Sra. Andréia Tadesco S. Calábria, expõe que a respeito das obrigações da Secretaria de Estado da Justiça, explicitadas no convênio firmado com a Prefeitura, aponta que a participação direta do Estado se deu na formação do CISAU, com um treinamento dos profissionais, período no qual vieram pessoas qualificadas de Belo Horizonte. Assim, a participação direta do Estado, prevista nos termos do convênio assinado em março de 1994, parece resumir-se às verbas enviadas através da SEJ.

4.2. Centro Socioeducativo de Uberlândia – MG (CSEU[7]): um novo modelo para a implementação de medidas socioeducativas para jovens infratores

Inicialmente, foi feita uma visita à nova unidade do CSEU com o intuito de conhecê-la, e realizou-se uma entrevista informal com a Diretora do Centro, a Sra. América, sendo passadas diversas informações acerca da extinção do CISAU e sobre os procedimentos e mudanças de responsabilidades da Prefeitura e do Governo Estadual. A Sra. América disse que o local onde funcionava o CISAU foi desativado, e a responsabilidade administrativa passou do regime Municipal para o regime Estadual, tendo como objetivo a mudança do nível prisional – forma que os menores ficavam no CISAU – para o método socioeducativo. Sendo assim, a meta é reinserir o adolescente na sociedade. Recebemos a informação que são 22 modelos do CSEU, implantados no Estado de Minas Gerais. O CSEU de Uberlândia procura estabelecer vínculo com o Programa Fica Vivo, também instalado no bairro Morumbi, de administração estadual.

Houve a transferência dos meninos do CISAU para o CSEU, que tem capacidade para acolher 99 meninos. Tal como na administração antiga, as meninas não tem um local para cumprirem medidas socioeducativas.

Os funcionários fizeram concurso estadual para compor as vagas disponíveis, inclusive os funcionários do CISAU tiveram que realizar provas também. O quadro de funcionários é composto por uma equipe multidisciplinar: 3 psicólogos, 1 assistente social, 1 médico e 1 enfermeira e 126 agentes que trabalham em escalas diferenciadas. Destes agentes, 116 são homens e apenas 10 mulheres.

[7] O CSEU foi implantado, no dia 19 de junho de 2007, este centro socioeducativo, localizado à Rua da Pureza, próximo a Penitenciária Jaci de Assis, no bairro Morumbi.

Outra informação importante é que o CSEU terá, a partir de 2008, escola regular de ensino fundamental e médio. A diretora afirma que os menores têm aulas de música e artesanato, e citou os projetos implantados: Minha Cultura, dança de rua, alfabetização, musicalidade, reciclagem, leitura e literatura, oficina de artesanato. Nos finais de semana recebem visitas de várias entidades religiosas, como Sal da Terra, Peniel, Espírita, Universal do Reino de Deus e Pastoral da Criança.

Quando o menor é encaminhado pelo Juizado de Menores passa, primeiramente, pela Internação Provisória, onde ficam por 45 dias. A internação, por sua vez, é de até três anos. A idade dos menores corresponde entre 12 e 18 anos, mas podem ficar até 21 anos. Na enfermaria ficam os adolescentes que cometeram crimes diferenciados, como estupro, e têm medidas de proteção.

Foi comentado que os adolescentes não aceitaram muito bem as mudanças do CISAU para o regime atual, pois antes o local era sujo e desordenado, mas não tinham que limpar se sujassem, e havia pouco controle por parte dos agentes. Na nova sede, os adolescentes têm regras claras a cumprirem. Nos primeiros meses de implantação do CSEU houve várias rebeliões dos jovens, tendo em vista o novo sistema disciplinar.

A avaliação da diretora nestes cinco meses de instalação no novo local é positiva, alegando que "[...] tem interação com os meninos, atualmente pelo olhar sentem seguranças com os funcionários, e que até o médico, que também é medico na penitenciária Jaci de Assis ficou surpreso com a mudança no comportamento dos jovens". (Fala da Diretora América).

O início de implantação do CSEU se parece com o início de implantação do CISAU, o qual também tinha promessas de escola e de que os menores seriam reinseridos na sociedade. Acompanharemos esta evolução e esperamos que os resultados realmente produzam mudanças significativas.

4.2.1. O perfil do jovem infrator internado no CSEU

Tendo em vista a mudança da denominação do CISAU, passaremos a adotar a nova terminologia – CSEU -, ressaltando que os dados cadastrais foram repassados para a nova Instituição. Para facilitar o entendimento sobre a questão que envolve menores cabe ressaltar que o adolescente não cumpre pena e sim medida socioeducativa.

A internação é quando os meninos ficam no CSEU por mais de 45 dias. Provisório é quando o menino é pego e levado em flagrante, e fica esperando o Juiz determinar seu tempo de internação por tempo de, no máximo, 45 dias. Regressão é quando o menor não cumpre a medida determinada anteriormente pelo Juiz, e este expede um mandado para que vá para o CSEU. Em Uberlândia não tem internação para as meninas, ficando as mesmas soltas se cometerem algum delito.

4.2.1.1. Faixa etária dos menores

Com relação aos dados do CSEU sobre a idade dos menores é notável que as idades dos que cumprem pena alternativa são entre 16 e 17 anos. Na idade de 16 anos foram evidenciados 94 menores, e com 17 anos, 89 internos. (Cf. Gráfico 18).

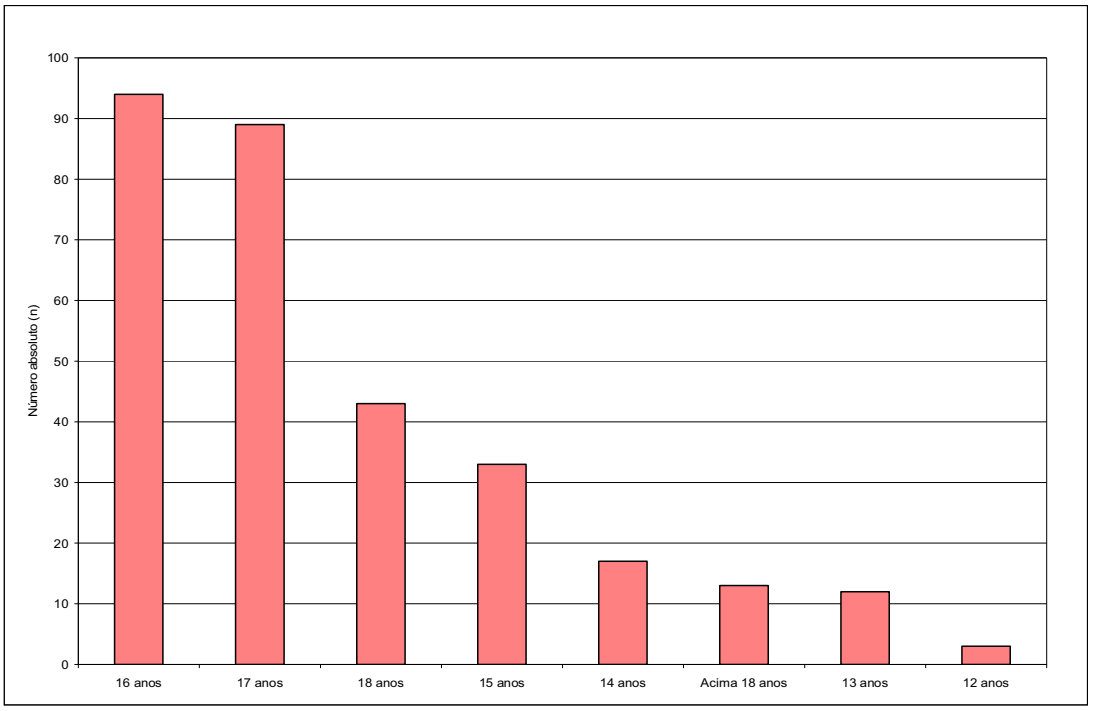


Gráfico 18: Cidade de Uberlândia. Faixa etária dos internos do CSEU. Período: 2006.
Fonte: CSEU (2006).

4.2.1.2. Escolaridade dos menores

Com relação à escolaridade dos internos, os dados apontam que os menores que cumprem pena alternativa no CSEU possuem o ensino fundamental, sendo que as séries com números maiores são a 5ª e a 6ª série, com 54 e 50 menores, respectivamente. Do total de 304 menores que cumpriram pena alternativa no CISAU, 141 retornaram e 163 não retornaram para este local.

Dentre os atos infracionais, o mais ofensor refere-se ao Artigo 157 e Artigo 155, caracterizados como roubo e furto, respectivamente. Os dados demonstram 76 casos para roubo e 21 para furtos. (Cf. Gráfico 19).

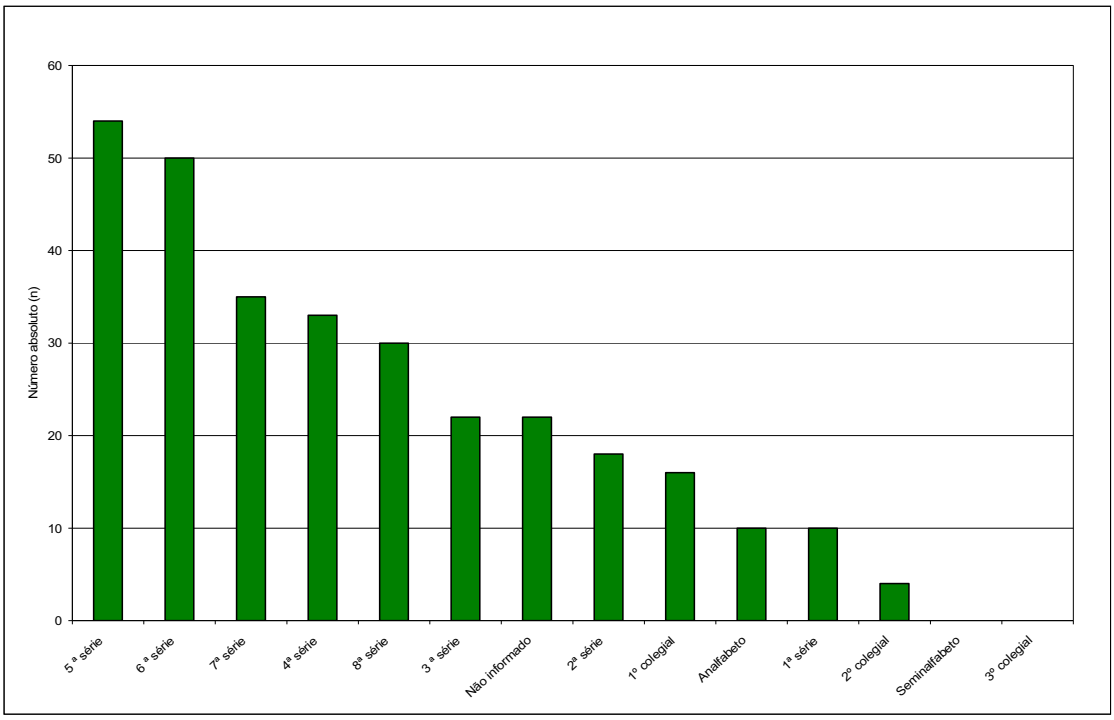


Gráfico 19: Cidade de Uberlândia. Escolaridade dos menores do CSEU. Período: 2006.
Fonte: CSEU (2006).

4.2.1.3. Renda dos menores

Do total de 157 menores que passaram pelo CSEU, em 2006, 102 relataram que a renda familiar situava-se acima de dois salários. Em segundo e terceiro lugar, os dados demonstraram entre um e dois salários, com, respectivamente, 51 e 53 registros. Vale ressaltar que nos estudos da violência envolvendo jovens enfatiza-se a importância da dinâmica intra-familiar. Com relação à renda dos menores, confira o Gráfico 20.

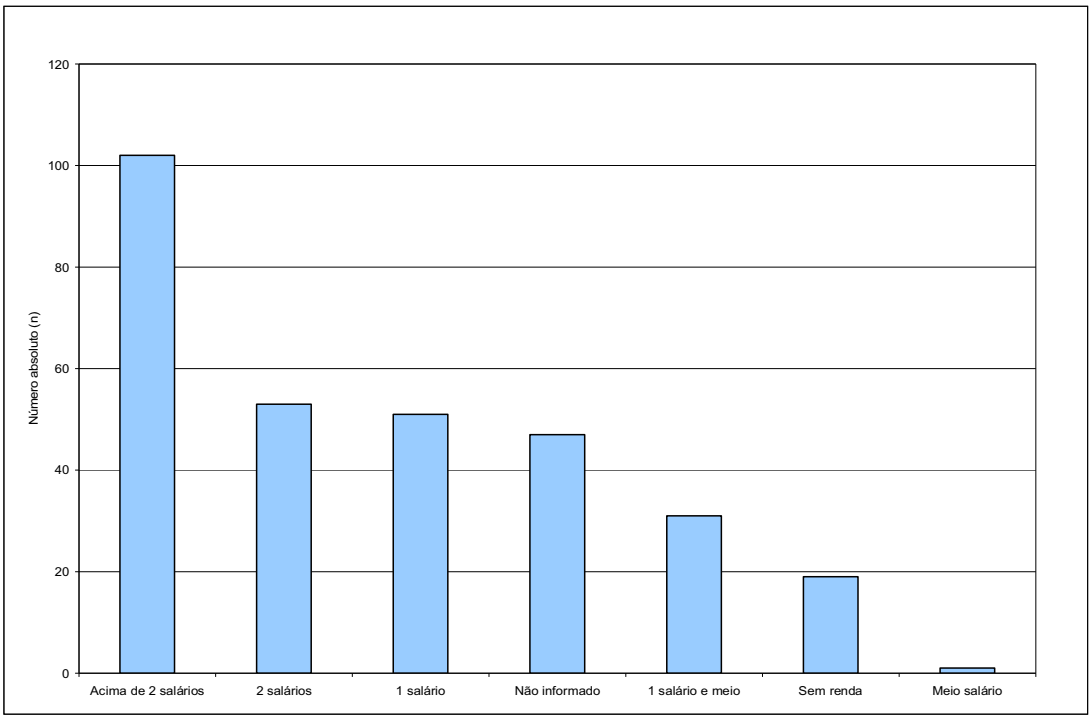


Gráfico 20: Cidade de Uberlândia. Renda familiar dos internos do CSEU. Período: 2006.
Fonte: CSEU (2006).

4.2.1.4. Tipos específicos de família identificados

O principal tipo de família identificado foi o monoparental feminina simples[8], com 84 casos, caracterizada por uma família, cuja mãe está presente no domicílio, vivendo com seus filhos. Neste caso, não há mais ninguém com idade acima de 18 anos, que não seja filho, morando no domicílio.

Outros dados mais significativos, referentes ao tipo de família, demonstram que 61 menores se enquadram no tipo nuclear simples, e 57 estão no tipo família nuclear reconstruída. (Cf. Gráfico 21).

[8] A descrição dos tipos de família encontra-se no Glossário.

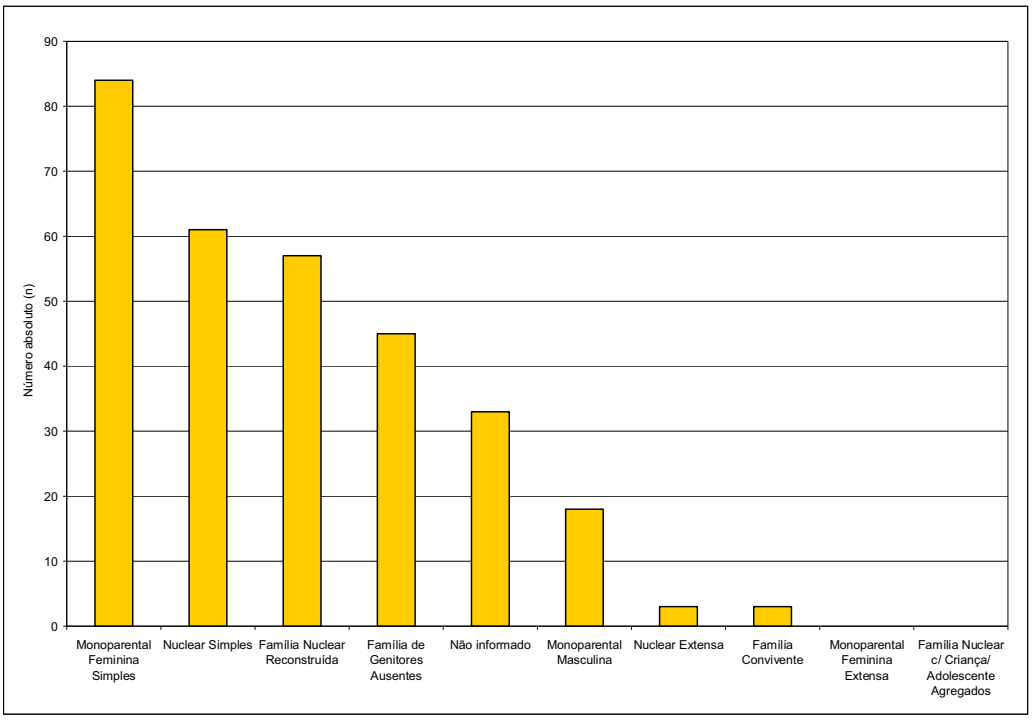
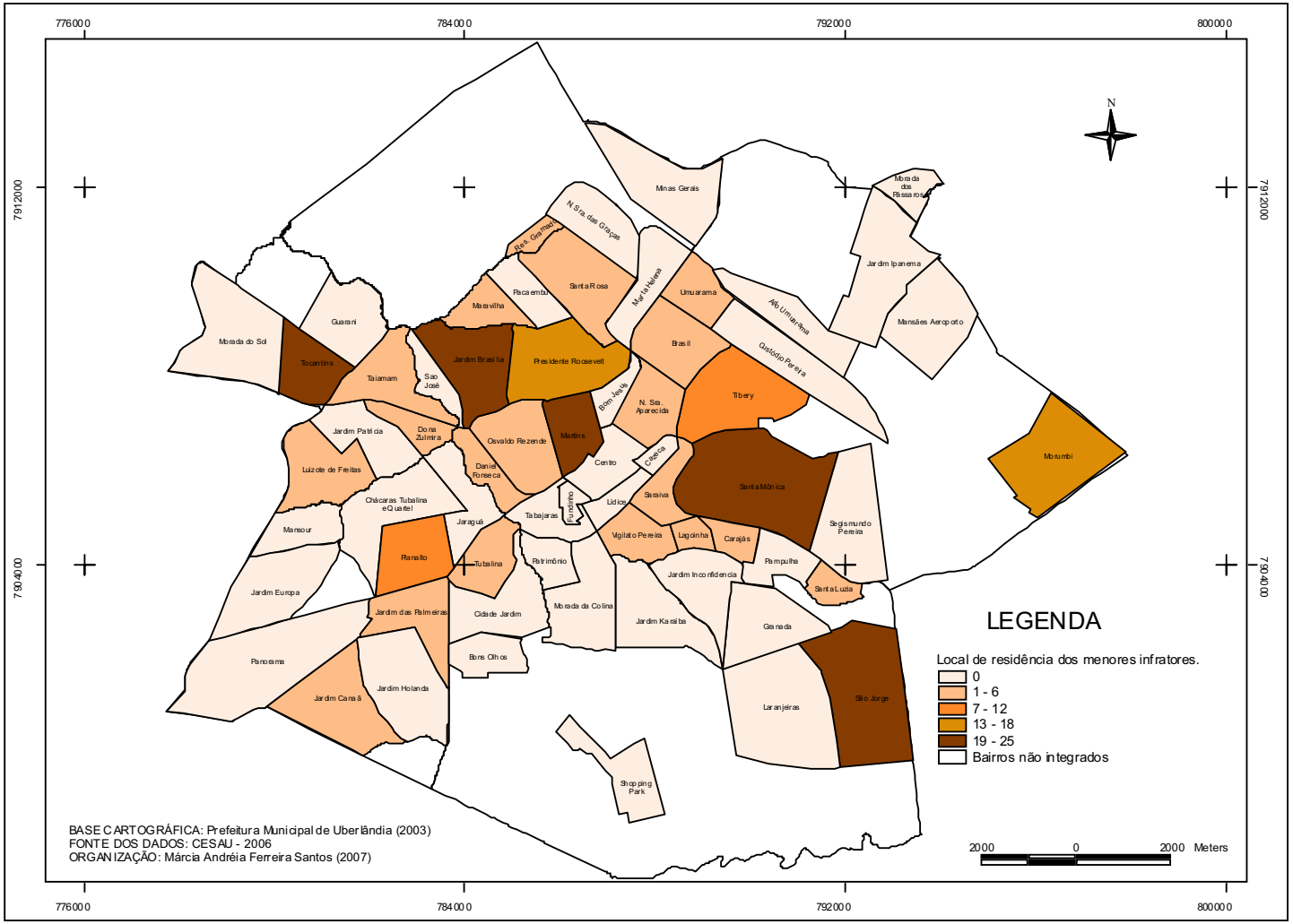


Gráfico 21: Cidade de Uberlândia. Tipo de família dos internos do CSEU. Período: 2006.
Fonte: CSEU (2006).

4.2.1.5. Local de residência dos menores

Com relação aos domicílios, foi constatado que do total de 19 a 25 menores residem nos bairros Jardim Brasília, Martins, São Jorge, Santa Mônica e Tocantins. Portanto, os locais de residência destes menores se encontram distribuídos por todo o espaço urbano da cidade de Uberlândia. Entre 13 e 18 menores habitam nos bairros Morumbi, Planalto, Presidente Roosevelt e Tibery. (Cf. Mapa 7).



Mapa 7: Cidade de Uberlândia. Local de residência dos menores infratores. Período: 2006.

4.3. Perfil dos egressos do Sistema Prisional de Uberlândia

Os dados a seguir foram retirados dos relatórios mensais produzidos pelas técnicas e estagiárias do "Programa de Reintegração Social dos Egressos do Sistema Prisional de Uberlândia." Apesar do Programa não ser específico para a faixa etária dos jovens de 15 a 24 anos, enfocado nessa pesquisa, julgamos ser importante apresentar alguns dados no sentido de complementar nossas análises.

Os estabelecimentos que atendem os egressos, na cidade de Uberlândia, são: Presídio Professor Jacy de Assis, com 231 egressos; Penitenciária Professor Pimenta da Veiga, com 37 egressos e, finalmente, 25 egressos em outros locais. Entre dezembro de 2005 e setembro de 2006 foram atendidos, no local, 293 egressos.

Com relação ao sexo dos egressos os dados demonstram que 28 eram do sexo feminino e 265 do sexo masculino. Portanto, a maioria dos egressos do sistema prisional de Uberlândia é do sexo masculino.

4.3.1. Faixa etária dos egressos

A idade dos egressos no sistema prisional que mais se destaca situa-se entre 21 e 30 anos, com 152 egressos no período analisado. Isso vem demonstrar que é na faixa etária jovem que se concentra os crimes na cidade de Uberlândia. (Cf. Gráfico 22).

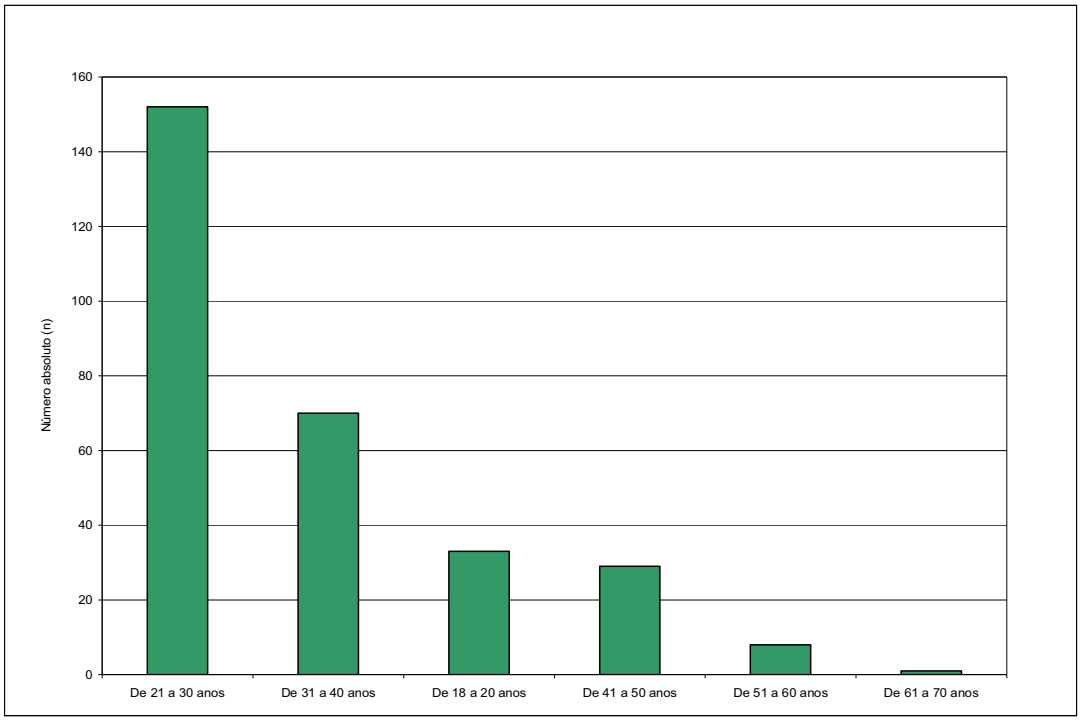


Gráfico 22 Cidade de Uberlândia. Faixa etária dos egressos do Programa de Reintegração Social do Egresso. Período: Dez.2005 a Set.2006.

Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social – Superintendência de Prevenção à Criminalidade (Dez.2005 a Set.2006).

4.3.2. Escolaridade dos egressos

Os dados referentes à escolaridade mostraram que 190 egressos possuíam o Ensino Fundamental Incompleto, e 53 egressos o Ensino Médio Incompleto. Dessa forma, percebe-se que os egressos, em sua maioria, não concluíram o ensino fundamental. (Cf. Gráfico 23).

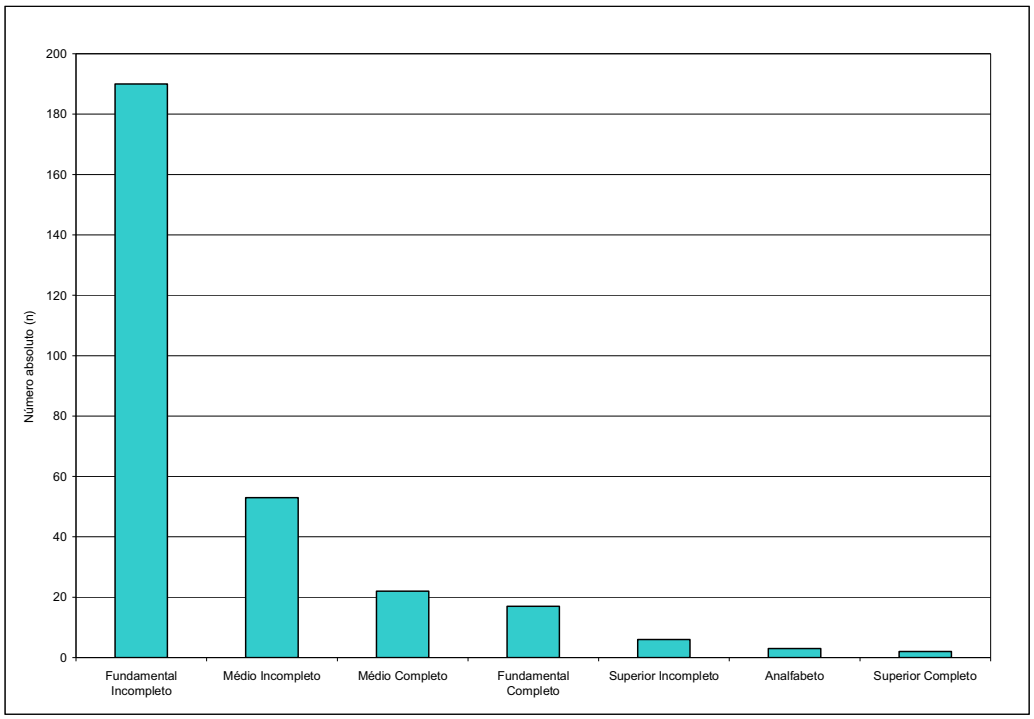


Gráfico 23: Cidade de Uberlândia. Escolaridade dos Egressos do Programa de Reintegração Social do Egresso. Período: (Dez.2005 a Set.2006).

Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social – Superintendência de Prevenção à Criminalidade. (Dez.2005 a Set.2006).

4.3.3. Tipos de crimes praticados pelos egressos

Em relação aos tipos de crime expomos a tabela abaixo para melhor exemplificar os Egressos do Sistema Prisional de Uberlândia no período de Dezembro de 2005 a setembro de 2006. O crime que teve mais ocorrência entre os egressos foi o roubo, com 13 casos e, em seguida, o furto com 7 casos. (Cf. Quadro 5). Ressalta-se que, em relação aos tipos de regimes, diagnosticou-se que o de caráter aberto foi o que teve mais registros, ou seja, 183 casos e o regime condicional, 102 casos.

Tipo de crime	(n)
Falsidade Ideológica (299 CP)	4
Tráfico de Entorpecentes (12 c/c da lei de tóxicos)	4
Tentativa de Homicídio (121 CP)	1
Roubo (157)	13
Furto (155 c/c 288)	7
Posse de Entorpecentes para uso (16 da lei de tóxicos)	1
Dano e Ameaça (147/163)	2
Estelionato (171)	1
Dirigir sem CNH (309 – Lei 9503/9)	2
Receptação (180)	2
Homicídio (121)	2

Quadro 5: Tipos de crimes cometidos pelos egressos do sistema prisional.

Fonte: Programa de Reintegração Social do Egresso (Dez.2005 a Set.2006).

4.3.4. Envolvimento dos egressos com drogas

Com relação ao uso de drogas entre os egressos, constatou-se que o álcool é o principal tipo de droga utilizado e, na seqüência, tem-se a cocaína e o crack. Assim, percebe-se que o uso de drogas lícitas e ilícitas pode ser um fator que predispõe os jovens e adolescentes à prática de homicídios em Uberlândia, pois a maioria dos egressos usou drogas, o que vem confirmar que a criminalidade urbana está associada a fatores econômicos e sociais, uma vez que droga usada, seja maconha, cocaína ou crack, está mais disponível à pessoa, para o uso ou o tráfico. (Cf. Quadro 6 e Gráfico 24):

Drogas mais freqüentes	Quantidade de Usuários
Álcool	11
Cocaína	5
Crack	5
Maconha	3
Outros	1

Quadro 6: Drogas mais freqüentes usadas pelos egressos do sistema prisional.
Fonte: Programa de Reintegração Social do Egresso (Dez.2005 a Set.2006).

Atualmente vigora a Lei Seca com o intuito de diminuir as mortes por acidentes de trânsito, segundo os dados apresentados pela Secretaria de Trânsito. Esta Lei apresenta suas particularidades e, com certeza, as estatísticas de mortes por homicídios também terão um resultado de redução dos índices.

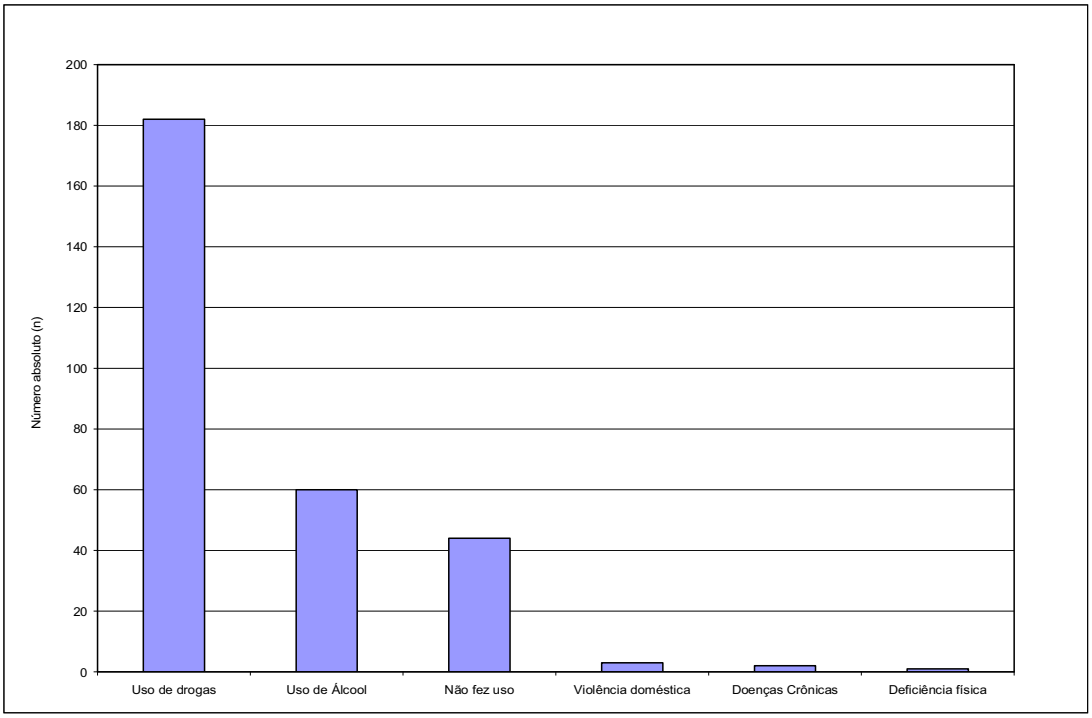


Gráfico 24: Cidade de Uberlândia. Envolvimento do egresso com drogas. Período: (Dez.2005 a Set.2006).
Fonte: Programa de Reintegração Social do Egresso (Dez.2005 a Set.2006).

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho mostrou que a criminalidade urbana em Uberlândia é, também, um problema social e de saúde pública. Percebeu-se, a partir das análises realizadas, que a insegurança sentida pela população é manifestada por ela ao falar do medo de ser assaltada ou de ter suas residências ou comércios roubados.

De acordo com os dados da Polícia Militar de Uberlândia, dos crimes violentos ocorridos na cidade no período de 1999 a 2004, os que tiveram mais incidência foram o homicídio tentado e consumado, o roubo consumado, o latrocínio, a extorsão mediante seqüestro e o estupro tentado e consumado

Os homicídios tentados, em 1999, tiveram 181 registros, e até 2004 só aumentaram, chegando a 279 casos. Os homicídios consumados, em 1999, tiveram 54 registros, chegando 70 casos em 2004.

Com relação ao tipo de agressão que leva ao óbito, verificou-se que houve 237 notificações de agressão por disparo de arma de fogo, um índice elevado, se comparado com outros tipos de agressão. Deste total, 87 óbitos ocorreram em hospital, 68 em vias públicas, 44 em outras locais, 24 em domicílios e 13 em estabelecimento de saúde.

Oliveira (2005), em estudo realizado sobre os homicídios provocados por arma de fogo em Uberlândia, no período de 2001 e 2002, constatou que a discussão e briga, bem como o acerto de conta e vingança, foram os principais motivos que ocasionaram as mortes, registrando, respectivamente, 46 e 40 casos.

As vítimas de ferimentos por projétil de arma de fogo foram, sobretudo, do sexo masculino, solteiros, na faixa etária de 10 a 39 anos de idade. Embora a profissão/ocupação

mais comum tenham sido os “serviços gerais”, outras como comerciante/comerciário, motorista/moto taxista, pedreiro/servente/pintor também foram freqüentes.

A ocorrência dos eventos mostrou pouca variação durante os meses do ano, não obedecendo a um padrão semelhante segundo as diferentes fontes de dados. Observou-se, também, que mais de 1/3 dos eventos ocorreram ou foram atendidos no final de semana (sábado e domingo), independentemente da fonte de dados utilizada. Quase metade dos casos (139 ou 45,13%) foi atendida no HCU, e deu entrada no PS no horário das 21 às 3 horas.

O tráfico de drogas teve aumento nas ocorrências em todos os anos. Em 1999, foram registrados 75 casos, chegando, em 2004, a 145 ocorrências. No quesito posse para uso de drogas, houve aumento e diminuição. Em 1999, registraram-se 426 casos, em 2002, 541 ocorrências, caindo para 479 casos em 2004.

O mapa da cidade de Uberlândia, referente ao número absoluto de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos, mostrou que os bairros com o maior número de jovens são os que se localizam nas áreas periféricas da cidade, como é o caso do Luizote de Freitas e do São Jorge. Mas, além desses, tem, ainda, o Presidente Roosevelt, o Osvaldo Rezende, o Tibery e o Santa Mônica.

Por outro lado, os bairros que registraram mais residentes com renda entre 1 e 3 salários mínimos foram: Luizote de Freitas, Presidente Roosevelt, Osvaldo Rezende, Tibery, Santa Mônica, Morumbi, Laranjeiras e São Jorge. Cabe ressaltar que o bairro Luizote de Freitas, mesmo sendo mais distante das áreas centrais, possui todos os serviços necessários, como escola, UAI, bancos, correios, e mais ônibus que, inclusive, vai direto para o Hospital de Clínicas da UFU.

Com relação aos alfabetizados por Setor Censitário, na faixa etária de 15 a 24 anos, percebeu-se que foram nas áreas periféricas que concentraram o maior número de analfabetos. Os registros foram os seguintes: 70% do bairro Luizote de Freitas, 60 % do

bairro Jardim das Palmeiras, 50% do bairro Minas Gerais, 40% do bairro Taiaman e 40% do bairro Dona Zulmira. Dessa forma, os bairros Jardim das Palmeiras, Luizote de Freitas, Taiaman, Dona Zulmira e Minas Gerais apresentaram de 40 a 60% dos números absolutos de população jovem entre 15 e 24 anos alfabetizada, sendo este o maior número de jovens alfabetizados no espaço urbano de Uberlândia.

Outro dado importante é que a ocorrência de homicídios foi mais acentuada entre jovens do sexo masculino, com idade entre 20 e 29 anos, pois de um total de 152 casos de homicídios, 142 atingiram jovens do sexo masculino.

De acordo com os dados da Polícia Militar de Uberlândia houve um crescimento considerável de prisões de jovens envolvidos com o tráfico de drogas no período de 1999 a 2004. Em 1999, foram registrados oito casos, já em 2002, subiu para 66, tendo, em 2004, uma pequena redução, para 53 casos.

Com relação aos menores presos por uso de drogas, constatou que, em 1999, foram registrados 37 casos e, em 2002, aumentou para 182, registrando 141 ocorrências em 2004, ou seja, houve um crescimento das ocorrências tanto de menores presos por tráfico quando por uso de drogas.

Os dados do NIS comprovaram que os homicídios ocorridos no período de 2006, em Uberlândia, foram provocados, principalmente por arma de fogo, e as vítimas foram jovens do sexo masculino (72 casos) e apenas 3 ocorrências para o sexo feminino.

A análise do número absoluto de mortes por homicídio, segundo local de ocorrência, no período de 2000 a 2006, apontou que a maioria das mortes ocorreu em hospital. No período de 2001 foi registrada uma média de 22 mortes, e de 2002 a 2004 teve uma permanência de 34 e 33 mortes. Já em 2005, apresentou uma redução para 30 casos de mortes no hospital de Clínicas da UFU. Os bairros que apresentaram mais ocorrência foram: Morumbi, Tocantins, Luizote de Freitas e Tibery, localizados na periferia da cidade.

A mídia local veicula, diariamente, nos jornais, matérias sobre a Segurança Pública de Uberlândia, e a maioria das reportagens relata que os homicídios são crimes executados por jovens com idade entre 15 e 29 anos, sendo estes, também, as vítimas. Ressalta-se que, após a análise das reportagens do Jornal Correio, verificou-se a predominância do sexo masculino nos casos de homicídio, e os bairros periféricos como os principais locais das ocorrências.

A instituição CISAU, atual CSEU mostrou a importância da participação do Setor Público na construção de medidas socioeducativas para os menores infratores, trabalhadas a partir do conhecimento da realidade do adolescente, seus interesses e potencialidades, para a sua inserção na sociedade.

Foi possível conhecer a realidade desta instituição, em 2006, sendo visível o caos na infra-estrutura e nas formas de recuperação do menor infrator. Neste período foi informado sobre o novo Centro de Medidas Socioeducativas em construção no bairro Morumbi. Em 2007, com a inauguração no novo espaço para os menores infratores, notou-se que o local é apresentado não como local para punição, e, sim, como local de aplicação de medidas socioeducativas. Acrescenta-se que a partir de 2008, essa instituição terá escola regular, de ensino fundamental e médio.

No CSEU, os menores infratores têm aula de música e artesanato, e estão inseridos em diversos projetos, tais como o de dança de rua, alfabetização, musicalidade, reciclagem, leitura e literatura, oficina de artesanato, dentre outros. Quando o menor é encaminhado pelo Juizado de Menores, passa, primeiramente, pela Internação Provisória, onde ficam por 45 dias. A internação, por sua vez, é de três anos.

A idade dos menores corresponde entre 12 a 18 anos, mas podem ficar até 21 anos. A idade dos que cumprem pena alternativa situa-se entre 16 e 17 anos. Já com relação à escolaridade dos menores, os dados apontam que possuem o ensino fundamental, sendo a 5ª e

6ª série as que mais se destacam. Ressalta-se que do total de 304 menores que cumpriram pena alternativa no CISAU, 141 retornaram.

Quanto ao ato infracional, constatou-se que aqueles que se referem aos Artigos 157 e 155 foram os mais freqüentes, e são caracterizados como roubo e furto, respectivamente. Os dados demonstram 76 casos para roubo e 21 para furtos.

Com relação à renda familiar dos menores do CSEU, em 2006, do total de 157 menores que passaram pelo CSEU, 102 relataram que a renda familiar está acima de 2 salários. Em segundo e terceiro lugar, os dados demonstram 2 salários e 1 salário com os seguintes números absolutos, 51 e 53 respectivamente. Os outros dados mais significativos, em relação ao tipo de família, demonstram que 61 menores se enquadram no tipo nuclear simples e 57 estão no tipo família nuclear reconstruída.

No que se refere à faixa etária associada ao local de moradia, constatou-se que entre 19 a 25 menores residem nos bairros Jardim Brasília, Martins, São Jorge , Santa Mônica e Tocantins. Portanto, os locais de residência destes menores encontram-se distribuídos por todo espaço urbano da cidade de Uberlândia. No intervalo de 13 a 18 menores estão os menores que residem no Morumbi, Planalto, Presidente Roosevelt e Tibery.

O Programa de Reintegração Social dos Egressos do Sistema Prisional de Uberlândia, mesmo não sendo específico para a faixa etária dos jovens de 15 a 24 anos, foi importante para as análises realizadas neste trabalho, pelo fato de complementar nosso estudo. Dessa forma, os estabelecimentos que atendem os egressos na cidade de Uberlândia são: Presídio Professor Jacy de Assis com 231 egressos, penitenciária; Penitenciária Professor Pimenta da Veiga com 37 egressos e, finalmente, em outros locais um total de 25 egressos. Neste período, foram atendidos no local 293 egressos.

Com relação ao sexo dos egressos, os dados demonstram que 28 eram do sexo feminino, e 265 do sexo masculino. Portanto, a maioria dos egressos no sistema prisional é do

sexo masculino. A idade mais ofensora dos egressos no sistema prisional está na faixa etária de 21 a 30 anos, com 152 egressos no período de dezembro de 2005 a setembro de 2006. Isso vem demonstrar que é na faixa etária jovem que se concentram os crimes em Uberlândia.

Diante disso, notamos que o Estado precisa rever suas políticas públicas voltadas para educação, moradia, lazer e mercado de trabalho para os jovens, pois sem o suprimento destas necessidades básicas, a participação do jovem no crime aumenta. Acrescenta-se que é necessário, também, que se criem meios para retirar os jovens que se encontram inseridos na criminalidade, tais como o uso de drogas, roubos, e até homicídios, para que eles possam ter suas vidas restabelecidas.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, M. BOUSQUAT. Mapas de risco de violência. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 13, n. 4, p. 112-120, 1999.

ANDRADE, T. A. et al. **Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras**: a experiência do período 1980/96. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 1-36.

BAIERL. L. F. **Medo social:** da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004. 224 p.

BARBOSA, A. B. **A distribuição espacial da criminalidade em Salvador.** 1999. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BERCOVICH, A. M.; DELLASOPPA, E. E.; ARRIAGA, E. "Jádjuste, maisje ne corrige pas": jovens, violência e demografia no Brasil. Algumas reflexões a partir dos indicadores de violência. In: **Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas**. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. p. 293-359.

BICHIR, R. M.; TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P. Jovens no Município de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 2, p. 53-70, nov.2005.

BRASIL. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. **Lex.:** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

CALDEIRA, T. P. d. R. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. **Ciência e cultura**, São Paulo, ano 54, n. 1, p. 44-46, Jul./Ago./Set. 2002.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**? Rio de Janeiro: IPEA: 2006. 332p

CARDIA, N. Violação de direitos e violência: relações entre qualidade de vida urbana, exposição à violência e capital social. In: RIBEIRO, L. C. Q. **Metrópoles:** Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro: Fundação. 2004. p. 325-356.

CARDIA, N.; SHIFFER, S. Violência e desigualdade social**. Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 54, n. 1, p. 25-38, Jul./Ago./Set. 2002.

CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2005. 430 p.

CARVALHO, A. P. A. de. **Meio ambiente urbano e saúde no município de Salvador.** 1997. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1997.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE DE UBERLÂNDIA. **Banco de Dados dos Menores Infratores de Uberlândia.** Uberlândia, 2006.

CENTRO DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR - COPOM. **Assessoria de Estatísticas e Geoprocessamento**. Uberlândia, 2005.

CIDADÃ/NÚCLEO DE ESTUDO, PESQUISA E EXTENSÃO SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, ano 1, n. 1, Jan./Dez. 2004.

CORROCHANO, M. C. Transferência de renda e atividades educativas: encontro e desencontros em torno de uma iniciativa pública destinada a jovens no município de São Paulo. In: SPOSITO, M. P. **Espaços públicos e tempos juvenis:** Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007. p. 159-195.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. DATASUS. Disponível em: http://www.datasus.gov.br.html. Acesso em 10 de jan. 2006.

DIAS, L. C. de Oliveira; GUIMARÃES, M. T. C. Estratégias de sobrevivência de jovens pobres urbanos usuários de programas educativos. In: SPOSITO, M. P. **Espaços públicos e tempos juvenis:** Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007. p. 109-133.

ESCOREL, S. Exclusão social. Em busca de uma categoria. In: **Vidas ao Leu**: trajetórias da exclusão social. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1999, p. 23-81.

FELIX, S. A. **Geografia do crime:** análise da bibliografia da criminalidade numa perspectiva espacial. 1990. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1990.

FLORI, P. M. **Desemprego de jovens**: Um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro. 2003. 93f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FREIRE, H. B. **Sistemas de Lazer e violência urbana: estudo da relação no município de Piracicaba – SP.** 2005. 91 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FURINI, D. R. M; DURAND, O. C. da Silva. Os jovens e os programas educativos em Florianópolis: uma frágil relação? In: SPOSITO, M. P. **Espaços públicos e tempos juvenis:** Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007. p. 83-107.

GASPAR, R. et al. **Espaço urbano e inclusão social:** a gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004). São Paulo: Fundação Perseu Albramo, 2006. 318 p.

GOMES, R.; PASSOS, C. M. F da S.; NJAINE, K. Prevenção à violência contra a criança e o adolescente sob a ótica da saúde: um estudo bibliográfico. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 171-181, 1999.

GUAGLIARDI, R. L. Um estudo de óbitos violentos no Brasil – 1980/95. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 8., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002. p. 1-27.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográficos.** [S.l.], (2004).

INSTITUTO LATINO AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQÜENTE. **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas**. [S.l.], 2004. 99 p.

IZUMINO, W. P.; NEME. C. Violência urbana e graves violações de direitos humanos. **Ciência e cultura**, São Paulo, ano 54, n. 1, p. 47-49, Jul./Ago./Set. 2002.

JORGE, A. H. P. de M. Violência como problema de saúde pública. **Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 54, n. 1, p. 52-53-43, Jul./Ago./Set. 2002.

MACEDO, A. C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 515-522, 2001.

MANZANO FILHO, G. Violência aumentou no Brasil, diz relatório. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 dez. 2005. Nacional A9.

MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira**. São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 15, n. 2, p.20-26, 2001.

MARICATO, E. Segregação ambiental e violência urbana. In: MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo:** ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 72-105.

MARINO, J. M. F. Ciclos históricos da violência na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 31-38, 2004.

MARQUES, E.; TORRES, H. (Org**). São Paulo:** segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: SENAC, 2005. 329 p.

MATOS, R. N. **Crime e castigo: reflexões sensíveis sobre adolescentes privados de liberdade em Uberlândia**. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

MELGAÇO, L. M. A **Geografia do atrito:** dialética espacial e violência em Campinas – SP. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MELLO JORGE, M. H. do P. Como morrem nossos jovens. In: **Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas**. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. p. 209-289

MILITANO, I. A. **Centro de integração social e assistência de Uberlândia (CISAU): Ocultar ou Integrar?** 1999. 92 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.

MINAYO, C. S. M. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 783-791, Maio/Jun. 2003.

MINAYO, C. S. M.; SOUZA, E. R. Violência para todos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 65-78, Jan./Mar, 1993.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Segurança Pública, Órgãos de Segurança, conceitos básicos.** Disponível em: www.mj.gov.br. Acesso em 20 dez. 2007. 5p.

MUHL, P. A. **Migração e violência:** microrregiões geográficas de Carazinho e de Porto Alegre. 2001. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2001.

NAHAS, M. I. P. et al. O mapa da exclusão social de Belo Horizonte: Metodologia de construção de um instrumento de gestão Urbana. **Caderno de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 7, n. 10, p. 75-88, Jul. 2000.

NUNES, M; PAIM, J. S. Um estudo etno-epidemiológico da violência urbana na cidade de Salvador, Bahia, Brasil: os atos de extermínio como objeto de análise. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 459-468, Mar./Abr. 2005.

OLIVEIRA, A.V de; PONTUSCHKA, N. N. (Org). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto. 2004.

OLIVEIRA, N. V. **Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 247p.

OLIVEIRA, T. C. **Segurança no SIT de Uberlândia:** análise dos roubos a ônibus. 2005. 86f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

PELUSO, M. L. Violência social, pobreza e identidade entre jovens no entorno do Distrito Federal. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 11532-11545.

PEREIRA, F. R. Z. **Jovens em conflito com a lei**: a violência na vida cotidiana. 2006. 286 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2002.

PLANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000. 55 p.

POCHMANN, M. Violência e emigração internacional na juventude. **Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 54, n. 1, p. 39-43, Jul./Ago./Set. 2002.

PONTES, M. S. **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007. 415 p.

POPÓ P. Policiais prendem rapaz que furtava na Zona Sul. **Correio**, Uberlândia, 6 set. 2005. Caderno de Segurança. Disponível em: http://www.jornalcorreio.com.br.html.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Banco de Dados de Mortalidade** Uberlândia, 2004.

_____. **Banco de Dados Integrados de Uberlândia.** Uberlândia, 2007. 165p.

_____. **Classificação Internacional de Doenças – Décima Revisão – CID-10.** Uberlândia, 2005.

QUEIROZ, I. SILVA, da. A cidade sitiada: da violência consentida ao medo com sentido. In: OLIVEIRA, A.V de; PONTUSCHKA, N. N. (Org). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto. 2004. p. 97-104.

ROCHA, M. H. **As ocorrências de homicídios nos municípios de Minas Gerais em 1991 e 1998.** 2003. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Tratamento da Informação, Belo Horizonte, 2003.

RODRIGUES, A. M. Geografia e violência urbana. In: OLIVEIRA, A. V de; PONTUSCHKA, N. N. (Org). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto. 2004. p. 77-86.

SANTOS, J. V. T. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 54, n. 1, p. 22-24, Jul./Ago./Set. 2002.

_____. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia". **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 3-12, 2004.

SANTOS, M. A. F. **Análise da Espacialização dos homicídios na cidade de Uberlândia/MG.** 2006. 286 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SAPORI, L. F. A Política de segurança pública em Minas Gerais. In: SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil:** desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 137-153.

_____. A Política de segurança pública na sociedade brasileira. SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil:** desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 95-121.

_____. Políticas públicas de manutenção da ordem pública. In: SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil:** desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 69-93.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FREITAS, N. E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos:** projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses. Uberlândia: EDUFU, 2008. 135p.

SPOSATI, A. **Política de Assistência Social**. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo. 2004, p. 81-93.

SPÓSITO, M. E. B. **A pesquisa e a Pós Graduação em Geografia no Brasil.** Palestra realizada no Instituto de Geografia, junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, dia 26 set. 2006.

_____. A produção do espaço urbano em dez anos de GAsPERR: reflexão individual sobre uma trajetória coletiva. In: **Produção do espaço e redefinições regionais**. Presidente Prudente: UNESP, 2005. p. 85-183.

TORRES, H. **Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana**. São Paulo: Editora SENAC, 2004. p. 297-313.

VASCONCELOS, T. S. A desordem programada: uma análise Geográfica sobre as unidades de internação de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET GEOGRAFIA, 1., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006. p. 1-11.

WAISELFISZ, J. J. **Relatório de Desenvolvimento juvenil.** Brasília: RITLA, 2007. 169 p.

_____. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: RITLA, 2008. 60 p.

ZALUAR, A. A guerra sem fim em alguns bairros do Rio de Janeiro. .32-46. **Ciência e Cultura,** São Paulo, ano 54, n.1, p. 32-46, Jul./Ago./Set. 2002.

ZANOTELLI, C. L et al. **Violência Criminalizada:** os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais 1994-2002. Cidadã, Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos, ano 1, n. 1, Jan./Dez. 2004.

ZEQUIM, M. A.; CARVALHO, M. S. Violência em Londrina: Mapeamento dos homicídios ocorridos na área urbana. In: Encontro de Geoprocessamento da América Latina, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. p. 16690-16716.

GLOSSÁRIO DE EXPRESSÕES

Controle do Crime Baseado na Justiça Criminal: envolve a reabilitação de egressos, tratamento obrigatório para drogados condenados, liberdade condicional intensivamente supervisionada, confinamento de condenados em suas residências, monitoramento eletrônico de condenados, e incremento do encarceramento.

Controle do Crime Baseado na Polícia: incorpora estratégias de patrulhamento direto em áreas de hot spot, redução do tempo de resposta às chamadas de emergências policiais, patrulhamento a pé, vigilância baseada na vizinhança, e repressão imediata à violência doméstica.

Controle do Crime Baseado na Prevenção Situacional: caracteriza-se por estratégias de redução de oportunidades para a concretização do ato criminoso em locais específicos, como lojas, prédios de apartamentos, estacionamentos etc., incluindo medidas tais como o uso de câmeras, iluminação, guardas particulares e alarmes. Esses aspectos revelam a complexidade das intervenções no âmbito da segurança pública, envolvendo ações relativamente simples, mas difíceis de serem implementadas.

Controle do Crime Baseado nas Comunidades: envolve a mobilização e a organização comunitária contra o crime, a prevenção da violência trazida pelas gangues juvenis, os programas de recreação infantil após o horário escolar e a formação de preceptores comunitários de dependentes químicos.

Controle do Crime Baseado nas Famílias: incorpora práticas tais como a visitação de famílias com recém-nascidos e crianças, prevenção e repressão da violência doméstica, educação pré-escolar envolvendo os pais, bem como capacitação dos mesmos para lidar com crianças problemáticas.

Controle do Crime Baseado no Mercado de Trabalho: aqui se destacam os programas de treinamento e colocação profissional para jovens e adultos desempregados, treinamento para criminosos presos, e transporte de trabalhadores para seus locais de trabalho.

Controle do Crime Baseados nas Escolas: inclui programas de prevenção ao uso de drogas (projeto Dare), educação para resistência às gangues, educação para a disciplina social, incremento da disciplina no ambiente escolar, e campanhas contra a prática do bullying (intimidação de colegas).

Corpo de Bombeiro Militar: os órgãos do sistema de segurança pública aos quais compete a execução das atividades de defesa civil, além de outras atribuições específicas estabelecidas em lei.

Defesa Civil: conjunto de medidas que visam prevenir e limitar, em qualquer situação, os riscos e perdas a que estão sujeitos a população, os recursos da nação e os bens materiais de toda espécie, tanto por agressão externa quanto em conseqüência de calamidades e desastres da natureza.

Família convivente: famílias que moram juntas no mesmo domicílio, sendo ou não parentes entre si. Cada família pode ser constituída por "pai- mãe – filho", ou por "pai e filhos" ou por

"mãe e filhos". Outros adultos sem filhos, parentes ou não, podem também viver no domicílio. Nesta categoria foram também agrupadas as famílias compostas por duas ou mais gerações, desde que em cada geração houvesse pelo menos uma mãe ou um pai com filhos até 18 anos de idade.

Família de genitores ausentes: família cujos pais estão ausentes, mas que existem outros adultos (tais como avós, tios) que são responsáveis pelos menores de 18 anos.

Família nuclear com crianças/adolescentes agregados: família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio com seus filhos e também com outros menores de 18 anos sob sua responsabilidade. Não há outro adulto morando no domicílio.

Família nuclear reconstituída: família em que o pai e/ou a mãe estão vivendo em nova união, legal ou consensualmente, podendo também a companheira ou companheiro ter filhos com idade até 18 anos, vivendo ou não no domicílio. Outros adultos podem viver no domicílio.

Monoparental feminina: (extensa): família em que o pai e mãe estão presentes no domicílio, vivendo com seus filhos e outros menores sob sua responsabilidade e também com outros adultos, parentes ou não.

Monoparental masculino: (simples ou extensa): família em que apenas o pai está presente no domicílio, vivendo com seus filhos e, possivelmente com outros filhos menores e, possivelmente com outros filhos menores de idade sob sua responsabilidade e/ou outros adultos sem filhos menores de 18 anos.

Monoparenteal feminina: (simples): família em que a mãe está presente no domicílio, vivendo com seus filhos, mas também, eventualmente, com outros filhos menores de idade sob sua responsabilidade. Não há mais nenhuma pessoa maior de 18 anos, que não seja filho, morando no domicílio.

Nuclear extensa: família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio, vivendo com seus filhos e outros menores sob sua responsabilidade e também com outros adultos, parentes ou não do pai e/ou da mãe.

Nuclear simples: família em que pai e a mãe estão presentes no domicílio, todas as crianças e adolescentes são filhos desse mesmo pai e dessa mesma mãe. Não há mais qualquer adulto ou criança (que não sejam filhos) morando no domicílio.

Polícia Civil: órgão do sistema de segurança pública aos quais competem, ressalvada competência específica da União, as atividades de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar.

Polícia Militar: órgão do sistema de segurança pública aos quais competem as atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

Segurança Pública: atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

ANEXOS

Resumo de reportagens do Jornal Correio sobre homicídios entre jovens

1. Cidade/Segurança. Jornal Correio: Uberlândia. 07/01/06. Sábado.

Mãe pede prisão do assassino do filho. Bandido do segundo ela, continua solto.

A dona de casa Sônia Moreira, mãe de Rafael Moreira Ferez, 21 anos, assassinado no dia 01/11/05 está inconformada. Sônia espera a decretação da prisão do assassino do filho já pedida pela polícia, mas, segundo ela, até agora o judiciário não manifestou.

O delegado de homicídios, Adeuvaldo Ribeiro Neves confirmou ter feito o pedido da prisão preventiva do acusado. Segundo ele, Rafael foi morto com um tiro no abdômen quando se encontrava na Rua África, no bairro Tibery.

2. Cidade/Segurança. Uberlândia: 07/01/06. Sábado.

Delegacia investiga homicídio de menor.

Policiais da Delegacia de Homicídios investigam se Diego Custódio Alcântara, 15 anos, encontrado morto numa fazenda atrás do bairro Aclimação, em Uberlândia, foi mesmo assassinado por vingança. O pai de Diego, acusa a família de Emanuel Rodrigues Silva, 18 anos, pelo crime.

No dia 10 de setembro, durante uma confusão, Diego Medeiros, 20 anos, matou Emanuel com um tiro e, desde então, segundo o pai, a família da vítima era ameaçada.

3. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 27/01/06. Sexta-Feira.

Trabalhador é assassinado com 4 tiros no Morumbi. Polícia suspeita que homem foi morto porque era tido como alcagüete.

O trabalhador em serviços gerais Francismar Martins de Oliveira, 24 anos, foi assassinado ontem de madrugada quando caminhava pela Avenida Jorge Isaac, no bairro Morumbi, em Uberlândia.

Segundo sua família, ele voltava para casa no quarteirão da rua vizinha quando foi cercado por desconhecidos. Francismar levou 4 tiros, uma testemunha disse aos policiais militares ter ouvido os disparos, mas quando saiu a rua já encontrou a vítima sem vida. Francismar foi atingido na cabeça e no pescoço. A polícia suspeita que Francismar foi assassinado por ter sido apontado no meio da bandidagem como X-9.

O irmão do Francismar, Wanderson Martins de Oliveira prestou depoimento na Delegacia de Homicídios. Ele disse que a vítima saiu de casa anteontem por volta das 18 horas e voltou às 22 h, conversou com o pai e saiu novamente. Quando foi de madrugada, escutou tiros. Eram os tiros que deram nele. Wanderson disse que o irmão estava sendo ameaçado a cerca de 20 dias por 3 homens. Eles pensavam que Francismar era informante da Polícia.

4. Cidade/Segurança. Uberlândia. Jornal Correio. 03/02/06. Sexta-Feira.

Arquiteto desaparecido é encontrado em cova rasa. Casal suspeito é preso na casa em cujo quintal o corpo foi enterrado.

Desaparecido desde a semana passada, o arquiteto Jackson Antônio de Souza, 36 anos, foi encontrado morto, ontem pela manhã, enterrado no quintal de uma casa onde foi assassinado.

Um casal acusado do crime foi preso e autuado por latrocínio e ocultação de cadáver. Mesmo com as provas e evidências o casal nega ter matado o arquiteto. O corpo estava enterrado numa cova rasa nos fundos de uma casa, no bairro chácaras Tubalina. Os moradores, o garçom Jucimarcos Bispo-Rodrigues, 26 anos, e a dona de casa Miriam Maria Silva, 22 anos estão reclusos na 16 ª DRPC.

5. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 17/02/06. Sexta-Feira.

Rapaz tenta defender o pai e mata o irmão. Acusado alega que o crime foi acidental.

Uma discussão familiar seguida de agressão terminou na morte de Antônio Eustáquio Alves de Souza, 23 anos, assassinado pelo próprio irmão Alisson Alves de Oliveira, 22 anos, preso em flagrante.

O acusado disse aos policiais militares e ao delegado de plantão que o crime foi acidental. Não tinha intenção de matar o irmão, apenas defender o pai. O crime aconteceu quando pai e filhos estavam em casa, na rua Serra Formosa, no bairro São Jorge, preparando o material para mais uma noite de trabalho. O irmão dele foi perfurado por um objeto cortante quando defendia o pai que estava sendo agredido.

6. Cidade/Segurança. Jornal Correio. Sexta-Feira.

Acusado de latrocínio é posto em liberdade. Garçom teve prisão relaxada pela Justiça.

O garçom Jucimarcos Bispo Rodrigues, 26 anos, um dos suspeitos da morte do engenheiro Jackson Antônio de Souza já está livre. O acusado foi posto em liberdade depois que o promotor criminal Wagner Marteleto Filho deu parecer favorável ao relaxamento da prisão, que foi aceito pela Juíza Maria das Graças Rocha Santos, da 3 ª Vara Criminal de

Uberlândia. O parecer foi concedido devido à demora na liberação do resultado de um laudo cadavérico solicitado aos peritos da Polícia Civil em Belo Horizonte e, ainda, por Jucimarcos possuir um álibi: estava trabalhando no dia do crime, fato comprovado por cartão de ponto. Já a dona de casa Miriam Maria da Silva, 22 anos, e grávida de 4 meses, está presa no Presídio Jacy de Assis.

O Delegado de Homicídios Adeuvaldo Ribeiro explicou que a justiça depende da comprovação de materialidade do crime, porém, ressaltou que a demora na liberação do laudo se deve ao fato de se tratar de um exame bastante complexo.

7. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 03/03/06. Sexta-Feira.

Duplo homicídio: corpos de dois homens são achados em plantação. Polícia trabalha com hipótese de vingança ou acerto entre quadrilhas.

Uma denúncia anônima feita ontem pela manhã levou a Polícia Militar a localizar numa plantação de soja, atrás da subestação da Cemig, no bairro Dom Almir, os corpos de dois homens. Ambos foram assassinados a tiros e estocados durante a madrugada e seus cadáveres jogados no lugar.

Um corpo estava a poucos metros do outro. Um dos homens trajava apenas calça azul; foi executado com cinco tiros, dos quais três no rosto, um no peito e outro nas costas e tinha duas estocadas na cabeça. O outro tinha uma perfuração de bala na cabeça, com indícios que foi morto ajoelhado.

Segundo o delegado Adeuvaldo, os mortos são Adelmo Alves Bezerra, 24 anos, e Lucas Rafael Alves, 17 anos. Os dois moravam no bairro Ipanema. A polícia trabalha com duas hipóteses para o duplo homicídio. Um possível acerto de contas entre quadrilhas ou vingança. Os dois tinham antecedentes criminais e freqüentavam o bairro Dom Almir.

8. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 04/03/06. Sábado.

Índice de criminalidade diminuiu 19% no feriadão. Resultado positivo levou em conta reforço do policiamento.

A exemplo do que tem ocorrido nos últimos meses, o período de carnaval em Uberlândia também apresentou queda nos índices. De sexta-feira a partir das 18 h até quarta-feira de cinzas às 12 horas, o número de ocorrências, como rixas, homicídios e roubos à mão armada registrados na cidade foram 19% menores que no mesmo período de 2005, ficando abaixo até, dos anos de 2003 e 2004.

De acordo com o comandante do 17º BPM, três fatores foram significativos para o resultado positivo. Os primeiros foram as diversas operações realizadas em janeiro, fevereiro e também nos dias do festejo, com o policiamento realizado em todo o entorno do local dos desfiles. O segundo foi o apoio da Prefeitura Municipal de Uberlândia, do Planejamento estratégico da Polícia Militar, e por fim, a conscientização das pessoas, que passaram a praticar a vizinhança solidária, sobretudo com denúncias que possibilitaram ações preventivas.

9. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 17/03/06. Sexta-Feira.

Porteiro mata suspeito de furto com dez facadas.

O auxiliar de serviços gerais Leandro Vital da Silva, 19 anos foi morto ontem com 10 facadas, quando tentava furtar objetos na residência do porteiro residencial Wesley Alves da Silva, 38 anos. O dono da casa teria flagrado e ambos entraram em luta corporal. Ferido por um golpe de faca, o porteiro conseguiu tomar-lhe a arma e lhe desferiu as estocadas. O caso aconteceu por volta das 10:30 na rua Chapada do Araripe, no bairro São Jorge.

10. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 17/03/06. Sexta-Feira.

Foragido da Justiça é preso no Laranjeiras. Homem é acusado de assaltos e homicídios.

Procurado pela polícia do Distrito Federal há vários anos por ter feito parte de uma quadrilha que assaltava bancos em Brasília e nas cidades satélites, Lindomar de Jesus Silva, 34 anos, foi preso em Uberlândia. Ele estava morando no bairro Laranjeiras e trabalhava como pintor de paredes.

Há dois meses, a Central de Inteligência da 16ª DRPC recebeu informação de que Lindomar estava morando na cidade, mas o denunciante não sabia o endereço. "Começamos a rastrear toda a cidade, com base nas características e outras informações, conseguimos prendê-lo hoje (ontem)" declarou o delegado regional adjunto João Batista Borges.

11. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 25/03/06. Sábado.

Acusado de crime fica solto até o julgamento.

O desempregado Leandro da Silva, 22 anos, acusado de matar no dia 18 de agosto do ano passado o ex-cunhado durante uma briga no bairro Esperança, em Uberlândia, vai responder ao processo em liberdade. A decisão foi anunciada ontem pelo judiciário. Leandro foi interrogado no dia anterior na 3ª vara criminal e assumiu a autoria do homicídio.

O crime aconteceu na residência da irmã de Leandro, cujo nome não foi divulgado. O desocupado soube que o ex-cunhado, José Carlos Silvestre da Rocha, esteve na casa dela e a espancou e foi tomar satisfação. Na discussão, Leandro teria se armado de uma faca e deu uma estocada no peito da vítima. José Carlos sobreviveu por um dia.

12. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 31/03/06. Sexta-Feira.

Mulher é encontrada morta no Roosevelt. Jovem tinha cortes profundos no pescoço.

Um mistério. Assim a Polícia Civil de Uberlândia vê o assassinato de uma mulher identificada por Ana Paula Gomes Oliveira Godoy, 22 anos. Ela foi morta na madrugada de ontem. O corpo foi encontrado num terreno baldio da Av. Cesário Crozara, no bairro Presidente Roosevelt, com cortes profundos no pescoço. A arma usada no homicídio teria sido um pedaço de lajota. Um homem que passava pela Avenida, por volta das 2 h 40, avistou uma mulher deitada no mato e ligou para o 190.

Ontem pela manhã, a polícia recebeu uma importante informação sobre a mulher. Pelo menos duas pessoas, residentes no bairro Esperança disseram que ela freqüentava a localidade e era de Catalão – GO, mas não tinha parentes em Uberlândia. Ela é a segunda mulher assassinada nesta semana em Uberlândia, mas o delegado afirma não haver nenhuma ligação entre os dois homicídios. No sábado, Rúbia Cristina Sagalho Costa, 24 anos, que morava no bairro Esperança foi atingida por dois tiros na cabeça e um no ombro, na rua Vicentino Rosa. Rúbia, conforme a Polícia Civil relata, era garota de programa.

13. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 20/04/06. Domingo.

Meninas voltam às ruas após a prática de crimes. Esta é a realidade em Uberlândia por falta de unidade de recuperação.

No dia 4 de janeiro, segundo investigações da Polícia Civil, uma adolescente de 16 anos ajudou o namorado e outros colegas a matar um inimigo, de 15 anos. O papel da garota foi atrair a vítima até sua casa, no bairro Dom Almir, em Uberlândia, para fumarem

maconha. O menino foi brutalmente assassinado. Levou 11 facadas, das quais oito no pescoço.

Uma semana depois do crime, a menina apresentou-se espontaneamente à Delegacia de Homicídios, confessou o assassinato e contou friamente como a morte foi planejada. Co-autora de um bárbaro crime pela lei, ela deveria ser imediatamente internada num centro de recuperação. Deveria. Por falta de um lugar adequado, no mesmo dia ela foi devolvida às ruas.

Esta é a realidade, em Uberlândia que ainda não possui um centro de recuperação para meninas infratoras. De acordo com levantamento feito pela Delegacia de menores, de cada 10 crimes praticados na cidade, pelo menos um tem a participação de uma garota, mas, raramente acaba recolhida. “Não há lugar”, afirma a delegada Adriana Ladeira.

14. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 25/04/06. Sexta-Feira.

Maníaco reconstitui morte de mulheres. Carroceiro confessou ser autor de cinco dos oito assassinatos.

A Polícia Civil não tem dúvidas que o carroceiro Eurípedes Martins, 39 anos, preso desde segunda-feira, é mesmo o autor de pelo menos cinco dos oito assassinatos de mulheres, ocorridos em Araguari desde 2004. A confirmação surgiu ontem durante a reconstituição dos homicídios que o homem confessou num depoimento de três horas ao delegado Wagner Pinto de Souza, de Belo Horizonte, que comanda as investigações.

A morte de Rejane Maria Fonseca, 27 anos, foi a primeira a ser reconstruída. As outras vítimas teriam sido pela ordem: Lara Rodrigues Caetano, 14 anos; Amanda Aparecida Souza, de 13 anos. Edna Maria Guedes, 41 anos, e Michele Monteiro da Silva, 24 anos.

15. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 05/05/06. Sexta-Feira.

Trabalhador é morto com quatro tiros no bairro Seringueiras.

Maria Soares Borges, 26 anos, trabalhador em serviços gerais, foi assassinado quando se encontrava em casa, na rua Chapada do Apodi, no bairro Seringueiras, em Uberlândia. Ele foi ferido por quatro tiros, dados à queima-roupa. Três atingiram-lhe o rosto e um acertou seu abdômen. O assassino fugiu e a polícia não tem pistas. O pai de Márcio, Nicolau Borges disse ao sargento Vargas que atendeu a ocorrência e não sabe o motivo do assassinato. Ele socorreu o filho e o levou para o UAI. Bastante abalado, Nicolau informou também não saber se o rapaz tinha algum inimigo.

16. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 27/05/06. Sábado.

Experiência paulista vai ser aplicada no CISAU.

Associação dará auxilio no atendimento a adolescentes infratores. Uma experiência bem-sucedida no Estado de São Paulo vai ser aplicada agora em Uberlândia. A iniciativa é da Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco (AMAR), que vai auxiliar no atendimento aos adolescentes que cometem ato infracional. Um dos objetivos é dar assistência aos familiares bem como oferecer melhores condições aos internos que estão no Centro de Integração Social do adolescente em Uberlândia.

17. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 20/06/06. Sexta-Feira.

Menor de 16 anos confessa assassinato do padastro.

O próprio enteado, um menor de 16 anos. Este é, segundo a polícia, quem matou o lavrador Eurípedes Soares, 35 anos, na tarde do dia 21 de maio, na fazenda Angra dos Reis, em Uberlândia. A elucidação do crime ocorreu anteontem, após a companheira da vítima, Rosilda Ferreira Silva, prestar depoimento e confessar o ato na Delegacia de Homicídios.

Segundo a versão que a polícia investigava, dada pela própria Rosilda, o lavrador, ela e seus dois filhos cuidavam de uma granja de perus, n o quintal da residência. Por volta das 14 h, Eurípedes saiu para tomar café e não voltou. Preocupada com a demora, a mulher o procurou e o encontrou já morto, dentro de casa, com dois tiros à queima-roupa. Ela nos disse que o autor do crime é o próprio filho, que disparou os tiros porque o padrasto ameaçava espancá-la.

18. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 10/06/06. Sábado.

Assassinato de menor foi vingança. Acusado é irmão do travesti, morto por envolvimento com o tráfico.

A Polícia Civil de Uberlândia esclareceu ontem a morte do servente de pedreiro Tiago Alves Campos, 21 anos, ocorrido em 28 de maio, num lugar denominado Favelinha, no bairro Lagoinha. O acusado, Tiago Dias de Oliveira, 19 anos, confessou o homicídio. Ele contou que matou o xará para vingar o assassinato do irmão, Lucas, 15, ocorrido 15 dias antes.

Lucas Dias de Oliveira, conhecido por Katiucci, por ser assumidamente travesti, e Tiago Alves Campos pertenciam a gangues rivais que usam e vendem drogas no bairro. A

polícia chegou a investigar uma possível disputa entre os grupos, mas, com a prisão e a confissão de Tiago Dias, o delegado Adeuvaldo acredita que o motivo foi mesmo vingança.

Lucas foi morto em 13 de maio com três tiros na cabeça e teve o corpo parcialmente queimado e jogado num matagal.

19. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 30/06/06. Sexta-Feira.

Polícia fecha o cerco a gangues do Lagoinha. Quatro pessoas foram executadas no bairro.

A onda de assassinatos violentos que vem ocorrendo no bairro Lagoinha, em Uberlândia, levou ontem a Polícia Civil a apertar o cerco às gangues que supostamente são responsáveis pela matança. Duas delas se enfrentam desde maio, quando um garoto foi barbaramente executado, porque teria furtado um televisor na casa dos pais de um integrante do grupo rival.

Quatro pessoas foram executadas até agora, todas da mesma forma, e duas delas teriam sido executadas para vingar a morte do menor. As vítimas são arrastadas de suas residências e levadas para uma mesma região, onde são esfaqueadas e baleadas e depois tem os corpos incendiados com combustíveis e plásticos. Uma delas teria sido queimada ainda viva.

O CORREIO apurou que dentre os que estão com prisão decretada, figuram os irmãos Johne Fernandes, vulgo Gotão, e Wesley Fernandes, um conhecido como Toledo e outro por Josué. Eles comandam o grupo rival ao que pertencia o travesti Lucas Dias de Oliveira, 15 anos, vulgo Katiucci, cuja morte deflagrou guerra entre as gangues.

20. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 01/07/06. Sábado.

Corpo encontrado no Lagoinha é identificado. Restos são de uma mulher, suspeita de ligações com uma das gangues.

A Polícia Civil de Uberlândia identificou o corpo carbonizado achado na quarta-feira à tarde, entre os bairros Lagoinha e Jardim Inconfidência. Trata-se dos restos mortais de Helena Eustáquio de Castro, 37 anos que residia no bairro Lagoinha.

Até agora a Polícia não tem pistas de quem pode tê-la matado, mas trabalha com a hipótese de que a sua morte esteja ligada a outras três ocorridas na localidade, fruto de uma disputa entre gangues rivais que moram no bairro.

21. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 14/07/06. Sexta-Feira.

Briga acaba em morte no Canaã.

O vendedor Whanderson Machado Borges, 51 anos, foi encontrado morto em sua residência, na Rua do Nilo, no bairro Canaã. Ele foi assassinado com golpes de podão. A ferramenta utilizada como arma no crime foi apreendida pela perícia. Ele relatou que ouvira o outro morador da casa conhecido por David, ameaçar o vendedor.

Durante à tarde de ontem, o suspeito de cometer o crime foi preso pela Polícia Militar, no bairro Roosevelt. O desempregado David Mendonça Gadelho, 28 anos, confessou a autoria do crime, que ocorreu na tarde de quarta-feira. Segundo relatou aos policiais, os dois moravam juntos e estavam brigando muito. Alcoolizado, David disparou com Whanderson. A vítima lhe deu um tapa no rosto. David pegou o podão e desferiu três golpes na nuca do vendedor.

22. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 04/08/06. Sexta-Feira.

Homem morto no Martins é identificado.

Identificado o homem que foi assassinado no bairro Martins, com um tiro na cabeça. Trata-se de Fernando Cândido Pereira, 36 anos, andarilho. O corpo ficou no IML até que algum familiar o identificasse. Logo após serem sido divulgados pela imprensa, o crime e as características da vítima, os parentes procuraram o IML. Entretanto, a polícia ainda não tem informações sobre o motivo do assassinato.

23. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 25/08/06. Sexta-Feira.

Rapaz é condenado a 12 anos de cadeia. Réu vai cumprir a pena por assassinato.

O desocupado Márcio Antônio dos Reis foi condenado a 12 anos de reclusão em regime fechado pelo assassinato de Hélio Felipe de Campos. Além da pena e porque estava foragido, a defesa teve negada a possibilidade de recorrer a sentença com o réu em liberdade.

O crime aconteceu no dia 08/03/98 no bairro Tocantins, motivado pela cobrança de uma dívida de R$ 26,00. Segundo consta nos autos do processo, o rapaz matou a vítima pelas costas, com uma facada certeira na altura do coração.

24. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 25/08/06. Sexta-Feira.

Morte no Patrimônio ainda desafia polícia. Delegado pede quebra de sigilo telefônico.

A equipe de policiais da Delegacia de Crimes Contra a Vida, coordenada pelo delegado Adeuvaldo Ribeiro Neves, está tentando reunir as últimas e consideradas as mais

importantes peças do inquérito sobre a morte do artista plástico Paulo Henrique de Brito, 32 anos, em 12 de junho deste ano.

Paulo foi encontrado no chão de sua residência, de costas, usando calça jeans e camiseta preta. Ele tinha um saco plástico e um cobertor envolvendo sua cabeça.

25. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 15/09/06. Sexta-Feira.

Centro de referência em violência inicia atividades.

Uberlândia é a 1ª cidade do interior de Minas a implantar um Centro de Referência em Violência e Segurança Pública, inaugurado hoje. "Não será somente um local destinado a coleta de dados e pesquisas. Para o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Eduardo Nunes Guimarães, definiu o trabalho que o centro de referência vai desenvolver na cidade a partir de hoje.

O centro é fruto de um Convênio de cooperação mútua entre a UFU, a Prefeitura e as polícias Militar e Civil. Ele foi instalado na sala 27-A, bloco A, no Campus Santa Mônica, e objetiva identificar, por meio de estudos e pesquisas, as causas dos principais tipos de violência que afetam a população e implantar políticas de prevenção a criminalidade.

26. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 16/09/06. Sábado.

Motoboy é baleado no Ipanema e morre.

O motoboy Fábio Divino Neves, 24 anos, levou dois tiros nas costas durante uma tentativa de roubo à mão-armada, no bairro Ipanema. Segundo ocorrência da Polícia Militar, o jovem foi abordado por dois homens armados em uma motocicleta e teria reagido.

O motoboy foi socorrido por uma unidade de resgate do Corpo de Bombeiros, que tentaram reanimá-lo durante o percurso até o pronto socorro da Universidade Federal de Uberlândia, mas morreu na entrada do P.S.

27. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 22/09/06. Sexta-Feira.

Pintor é assassinado a tiros no bairro Planalto.

O pintor Reginaldo de Oliveira, 28 anos, foi assassinado com cinco tiros, enquanto conversava com uma vizinha próximo de sua residência. O crime aconteceu no fim da tarde de quarta-feira, na rua do Cabeleireiro, no bairro Planalto. De acordo com o Boletim de Ocorrência da Polícia Militar, dois homens em uma motocicleta se aproximaram do pintor e efetuaram vários disparos contra ele. De acordo com o Boletim de Ocorrência, Reginaldo tinha passagens pela polícia, e, segundo sua mãe, o rapaz estava recebendo ameaças de morte há algum tempo.

28. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 14/10/06. Sábado.

Homem é encontrado morto no Esperança.

O auxiliar de serviços gerais Silvonei César da Silva, 33 anos, foi encontrado morto na noite de quinta-feira no bairro Esperança. O corpo apresentava 14 sinais de perfurações de arma de fogo. De acordo com as primeiras informações da perícia, o assassinato provavelmente ocorreu em outro lugar e o corpo foi jogado no bairro.

A vítima que tinha várias passagens pela polícia, até um mandado de prisão, foi encontrada caída, sem vida, trajando apenas uma bermuda de náilon. De acordo com as informações do Boletim de Ocorrência, populares relataram que o corpo foi jogado no bairro.

29. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 27/10/06. Sexta-Feira.

Jovem rouba moto, bate e morre.

O auxiliar de serviços gerais Douglas Faria Barros, 18 anos, morreu ontem depois de bater a motocicleta que pilotava de frente com uma Kia Besta no bairro Osvaldo. Ele fugia em alta velocidade na moto roubada de um estudante de 18 anos momentos antes e entrou na contramão provocando o acidente.

Douglas Faria agiu com um comparsa, que teria fugido em outra motocicleta. O jovem, que possuía outras seis passagens pela polícia, sob acusação de roubo.

30. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 19/11/06. Sexta-Feira.

Em Minas, taxa por 100 mil habitantes cresceu 429,8% em uma década.

Homem, menos de 18 anos, negro, pobre, residente no interior. Esse é o perfil da maioria das vítimas da violência, divulgado ontem pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura. O estudo identifica ainda um fenômeno recente: a interiorização da violência, que migra junto com a mudança de pólos econômicos das capitais e regiões metropolitanas para o interior.

Causas externas são responsáveis por 72,1% das mortes juvenis, das quais 39,7% são por homicídios. As chances de ser assassinado são maiores entre negros-em 2004, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes entre os jovens negros foi 85,3% superior do índice entre jovens brancos. Outro dado preocupante é a diminuição da faixa etária em situação de risco: embora homicídios ainda se concentrem na população entre 20 e 23 anos, foi entre os menores de 18 anos que os índices mais cresceram (63,1%) entre 1994 e 2004, principalmente na faixa etária de 14 anos.

31. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 02/12/06. Sábado.

Eletricista é morto no bairro Santa Rosa.

O mês mais violento do ano encerra com mais um homicídio. Por volta das 23 horas, de quinta-feira, o eletricista Lídio Alves da Silva, 31 anos, foi morto na porta de sua casa no bairro Santa Rosa.

Um desconhecido que o aguardava embaixo de uma árvore próximo à residência e disparou cinco tiros contra a vítima. Em novembro foram 19 homicídios e uma outra morte continua sendo investigada, o que pode aumentar a estatística, elevando para 20 o número de assassinatos neste mês. Neste ano, já são 96 mortes violentas. No mesmo período do ano passado foram 95 registros. Em todo o ano de 2005, foram 103 homicídios.

32. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 3/12/06. Domingo.

Embora com pouca estrutura, CISAU abriga 50 menores.

Mais de 50 meninos que deveriam estar no convívio da família, freqüentando a escola, brincando e praticando esportes estão reclusos no Centro de Integração Social do Adolescente de Uberlândia (CISAU). A unidade, inaugurada há mais de 10 anos, não é ideal para abrigar os menores infratores.

A constatação é das próprias autoridades que lidam com eles. A situação deve mudar no próximo ano com a inauguração de uma nova sede, que está sendo construída no bairro Morumbi, mas, ainda assim, apesar da precariedade das instalações a direção da instituição garante que tem conseguido dar uma boa assistência aos internos.

33. Cidade/Segurança. Jornal Correio. 16/12/06. Sábado.

Suspeitos de homicídios são presos por roubo.

Dois suspeitos de terem participado de um homicídio no mês passado, e mais um homem foram presos ontem acusados de roubo a uma loja de telefones celulares. Todos tem passagem pela polícia. A justiça já havia expedido mandado de prisão para os desocupados Luiz Humberto dos Reis Matos, 20 anos e Tiago Luiz Alves, 19 anos. Os dois são acusados de terem executado o desempregado Jean Carlos Lopes, 26 anos, no mês passado. Eles são suspeitos também de terem tentado matar Jean Carlos em outubro.

34. Cidade/Segurança. Jornal correio. 29/12/06. Sexta-Feira.

Corpo encontrão não é identificado.

O corpo de um homem ainda sem identificação foi encontrado ontem à tarde numa propriedade rural a 20 quilômetros de Uberlândia. O cadáver, em adiantado estado de decomposição, tinha dois sinais de perfuração por bala e estava em um brejo a 200 metros da rodovia.